UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LETRAS CLÁSSICAS E VERNÁCULAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOLOGIA E LÍNGUA PORTUGUESA

CIBÉLIA RENATA DA SILVA PIRES

A FORMAÇÃO E EXPANSÃO DA CULTURA E DIALETO CAIPIRA NA REGIÃO DE PIRACICABA

São Paulo
2008

CIBÉLIA RENATA DA SILVA PIRES

A FORMAÇÃO E EXPANSÃO DA CULTURA E DIALETO CAIPIRA NA REGIÃO DE PIRACICABA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa Do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre.

Área de concentração: Filologia e Língua Portuguesa.
Orientador: Profº. Drª. Manoel Mourivaldo Santiago Almeida

São Paulo
2008

FOLHA DE APROVAÇÃO

Cibélia Renata da Silva Pires
A formação e expansão da cultura e dialeto caipira na região de Piracicaba

Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre. Área de concentração: Filologia e Língua Portuguesa

Banca Examinadora

Prof. Dr Manoel Mourivaldo Santiago Almeida

Instituição: Universidade de São Paulo (USP) Assinatura:

Prof. Dr Marcelo Módolo

Instituição: Universidade de São Paulo (USP) Assinatura:

Prof. Dr Elias Alves de Andrade

Instituição: Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT) Assinatura:

DEDICATÓRIA

Dedico esta pesquisa a uma pessoa que foi para mim fonte inesgotável de dedicação, persistência e sabedoria. A esta pessoa, meu profundo sentimento de respeito e gratidão pelo seu empenho e apoio incondicional em todos os momentos.
À minha mãe, Mirian, com muito amor e carinho.

“(...) Quando eu andava –entre 1943 e 1955- o caipira ainda era uma realidade cultural definida, apesar de ser cada vez maior a sua ligação com a cultura urbana, aceleradamente modernizada. Era espoliado e miserável na absoluta maioria dos casos, porque, com o passar do tempo e do progresso, quem permaneceu caipira foi a parte da velha população rural sujeita às formas mais drásticas de expropriação econômica, confinada e quase compelida a ser o que fora, quando a lei do mundo a levaria a querer uma vida mais aberta e farta, teoricamente possível. Foi então que o caipira se tornou cada vez mais espetáculo, assunto de curiosidade e divertimento para o homem da cidade, que, instalado na sua civilização e querendo ressaltar este privilégio, usava aquele irmão miserável para provar como ele tinha prosperado, como era triunfalmente diverso.”
(CANDIDO, 2004, p. 272)

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar quero agradecer a Deus pela força que recebi durante todo o tempo.
Ao meu orientador, o Prof. Dr. Manoel Mourivaldo Santiago Almeida, pelo incentivo, apoio incondicional, amizade e, acima de tudo, por ter depositado uma total confiança tanto em mim quanto na maneira como conduzi minha pesquisa.
Aos Professores Dr. Elias Alves de Andrade (UFMT) e Dr. Sílvio de Almeida Toledo Neto (USP), membros da banca de qualificação, por todas as críticas e sugestões pertinentes. Ao Professor Sílvio de um modo especial pela maneira como me co-orientou, aconselhando, indicando bons livros e sugerindo novos caminhos que pudessem enriquecer minha pesquisa, demonstrando de maneira excepcional seu amor pela Filologia e sua excelência como professor.
Á Professora Dra. Marilza de Oliveira, da Universidade de São Paulo, pela contribuição valiosa sobre o Português Brasileiro.
À Professora Dra Heloísa Liberalli Bellotto por ter me recebido em sua casa, esclarecendo pontos importantes sobre o governo de Morgado de Mateus.
Ao Prof. Dr Antonio Candido de Mello e Souza que, mesmo passando por momentos difíceis, me recebeu em sua casa com total carinho e atenção, acompanhando de perto o andamento de minha pesquisa e partilhando comigo sua experiência com os caipiras na região de Bofete. A ele, além da minha admiração, quero deixar o meu profundo reconhecimento e gratidão pela leitura cuidadosa e ajuda imprescindível ao meu trabalho.
Ao saudoso Sr Haldumont Nobre Ferraz, do Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba, por ter tido a gentileza de colocar à minha disposição toda a sua coleção pessoal de materiais sobre Piracicaba.
À Sras Eva e Roberta Lessa, da Casa do Povoador, em Piracicaba, por toda assistência e carinho que me prestaram, além da amizade e extremado zelo que tiveram, durante minhas viagens a Piracicaba.
Ao fiel e grande amigo piracicabano Luiz Fernando Piromal que, com muito carinho e paciência, me levou aos informantes que estavam em lugares de difícil acesso, além de estar sempre ao meu lado durante minha permanência na cidade.

Em minhas entrevistas pela cidade de Piracicaba, pude constatar a assertiva de Pires (1987, p.7) em “Conversas ao pé do fogo”: “Dócil e amoroso é todo camponês; sincero e afetivo é o caipira”. Por isso, agradeço a cada um de meus informantes que generosamente me receberam em suas casas e concederam o material oral para esta dissertação.

Ao meu cunhado Gustavo e à minha irmã Sandra pelo estímulo intelectual, sempre contribuindo, incentivando e abrindo novas perspectivas para minha pesquisa quando tudo parecia realmente impossível. A eles que me orientaram de forma singular, meu sincero reconhecimento.

À Rosemeire Firão Levado, grande companheira e amiga, que, sempre conjugando a sua pesquisa e a minha, mantinha-se firme no propósito de colaborar e compartilhar todas as suas experiências em pesquisa de campo.

À minha querida e amada mãe, D. Mirian, por ter me apoiado incondicionalmente, me dando forças para continuar quando tudo parecia muito difícil ou mesmo impossível.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) que, concedendo-me a bolsa de mestrado, viabilizou a minha pesquisa, o meu respeitoso reconhecimento.

RESUMO

Pires, Cibélia R. S**. A formação e expansão da cultura e dialeto caipira na região de Piracicaba**. 2008. Dissertação (mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

Esta pesquisa tem como objetivo um estudo sobre o processo de formação e expansão da cultura e dialeto caipira na região de Piracicaba, município do interior do Estado de São Paulo, cuja fundação oficial ocorreu em 1767. Acredita-se que, durante este perído, enquanto as primeiras pessoas, em sua maioria pobre, negros, índios e mestiços, foram se estabelecendo na região, houve um processo de formação e expansão de uma cultura caipira local. Procurou-se assim, tomando como base o estudo de Amaral (1920) além do uso de documentos manuscritos do século XIX e coleta de material oral com moradores idosos da região mencionada, resgatar não apenas a história oficial da fundação de Piracicaba como também resgatar um pouco da história do homem pobre livre desta região.

Palavras-chave: língua portuguesa, filologia, dialeto caipira , Piracicaba, manuscritos

ABSTRACT

Pires, Cibélia R. S**. The formation and expansion of the culture and caipira dialect in the area of Piracicaba.** 2008. Dissertação (mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

This research has as objective a study about the process of formation and expansion of the culture and caipira dialect in the area of Piracicaba, municipal district of the interior of the State of São Paulo, whose official foundation happened in 1767.
It is Believed that, during this period, While the first people, in most of them poor, black, mamelucos and Indians were settling down in the area, there were the process of formationand expansion of a local caipira culture. It was intended, taking as base Amaral's study (1920) besides the documents here selected and collection of oral material with senior residents of the mentioned area, not just to rescue the official history of the foundation of Piracicaba as well as to rescue a little of the poor and free man of this area.

Keyword: portuguese language, philology, caipira dialect, Piracicaba, manuscripts.

LISTA DE QUADROS E ILUSTRAÇÕES

1) O encontro dos barcos na Festa do Divino.....48
2) O rei e a rainha da Congada 50
3) A Procissão na Festa do Divino.....50
4) A dança da Congada.....51
5) “Os amortalhados”.....51
6) Quadro ilustrando as relações entre
os pretendentes a cargos, missivistas e destinatários.....68
7) Foto de escravos na fazenda Ibicaba (limeira).....72
8) Mapa de Vila Nova da Constituição.....76
9) Foto de Piracicaba no século XIX.....79
10) Foto da inauguração da rede de
distribuição de água encanada em Piracicaba (XIX).....82
11) Quadro com os tipos de reclames (classificação).....100
12) Quadro adaptado com os tipos de reclames
encontrados nos documentos de Piracicaba.....101
13) Tabela de normas para a transcrição do *corpus* oral.....259

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 14

I-Orientação teórica.....17

II-Organização do trabalho e metodologia 20

CAPÍTULO 1

ASPECTOS HISTÓRICO-SOCIAIS DA
REGIÃO DE PIRACICABA 22

1.1) As Monções..... 23

1.2) A formação dos primeiros povoados e a
fundação de Piracicaba.....24

1.3) O recrutamento militar e a situação do homem
pobre e livre.....31

1.4) A formação da cultura caipira na região de
Piracicaba.....36

1.5) A Língua Geral e a formação do dialeto caipira.....42

1.6) A religiosidade caipira: A Festa do Divino em
Piracicaba.....46

1.7) A política de Morgado de Mateus e a mudança
no modo de vida caipira.....53

1.8) O declínio da cultura caipira em Piracicaba.....58

CAPÍTULO 2

LENDO OS DOCUMENTOS DO SÉCULO XIX.....60

2.1) Panorama político-econômico do Brasil no
século no século XIX.....62
.
2.2) O clientelismo e a fraude no processo eleitoral.....62

2.3) A natureza dos cargos púlicos.....65

2.4) As relações familiares no Brasil do século XIX.....69

2.5) A imigração européia e a Lei de Terras de 1850.....70

2.6) O desenvolvimento urbano de Piracicaba

no século XIX.....74

2.7)A linguagem utilizada nos manuscritos de

Piracicaba no século XIX.....83

CAPÍTULO 3

DESCRIÇÃO DO *CORPUS* ESCRITO.....88

3.1) Aspectos gerais.....88

3.2) A Paleografia e a Diplomática.....89

3.3) O papel e as marcas d'água.....91

3.4) A evolução da escrita e as abreviaturas.....98

3.5) Os reclames 99

3.6) Normas de transcrição e edição
utilizadas.....102

3.7) Edição fac-similar e semidiplomática.....105

CAPÍTULO 4

O DIALETO CAIPIRA EM PIRACICABA: UMA TENTATIVA DE DESCRIÇÃO.....254

4.1) A concepção social da língua.....254

4.2) Amadeu Amaral e o dialeto caipira.....255

4.3) Normas adotadas para a transcrição do *corpus* oral.....257

4.4) Entrevistas.....260

4.5) Aspectos língüísticos em confronto.....270

4.5.1) Vogais.....270

4.5.2) Grupos vocálicos acentuados ou não.....277

4.5.3) Consoantes.....283

4.5.4) Outras alterações fonéticas.....289

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....294

BIBLIOGRAFIA 299

INTRODUÇÃO

Estudos lingüísticos e filológicos, no Brasil, têm focado sua atenção, dentre outros, em fenômenos e fatores que condicionaram a mudança do português trazido pelos primeiros colonos portugueses do século XVI ao português falado hoje em diferentes contextos. Trabalhos como o de Amadeu Amaral (1920) na área de dialetologia rural, bem como os projetos coletivos de pesquisa que tiveram início nos anos 70 (a saber, Projeto NURC, PGPF, PHPB e o mais recente projeto Filologia Bandeirante (2000))[1] visavam a um estudo sobre as origens e mudanças ocorridas nesse português em uso no Brasil, utilizando para isso a coleta de material oral e/ou escrito.

Esta pesquisa, insere-se no âmbito do projeto de pesquisa mais amplo intitulado "Formação e expansão do português paulista ao longo do Rio Tietê até o Mato Grosso a partir do século XVI", o qual busca, por meio da coleta e análise de aspectos lingüísticos, históricos e socioculturais em documentos e gravações, determinar quais fatores serviram de base na formação e expansão da variedade lingüística nascida em núcleos familiares paulistas ainda nos séculos XVI e XVII, variedade a partir da qual surgiu o dialeto caipira.

Piracicaba localiza-se nesta zona de povoamento antigo do Estado de São Paulo. Sua fundação oficial ocorreu em 1767 para que servisse de apoio às expedições que seguiam rumo à colônia militar de Iguatemi e àquelas que seguiam rumo às minas auríferas de Cuiabá. No entanto, há registros de que no final do século XVII já fosse conhecida e povoada a região por pequenos roceiros. Sendo assim, durante as incursões paulistas em busca de ouro, teria se formado, no trajeto que liga Piracicaba ao Mato Grosso, uma civilização caipira representada por diversos fenômenos próprios, com tradições, usos e costumes específicos.

De acordo com a pesquisa de Rodrigues (1974, p.22) intitulada "O dialeto caipira na região de Piracicaba", por estar dentro da chamada "zona velha" de povoação, numa área em que os paulistas teriam se fixado após que o ciclo bandeirante, Piracicaba pode ser

[1] NURC (Norma Urbana Culta), PGPF (Projeto Gramática do Portugês Falado), PHPB (Para a História do Português Brasileiro). De acordo com Cohen (1997), o objetivo do projeto Filologia Bandeirante é documentar e descrever aspectos lingüísticos do português na área indicada, propiciando aos estudiosos da língua um *corpus* cientificamente preparado para seu estudo, com a hipótese de que a língua ali documentada apresenta traços do português do tempo dos bandeirantes

“considerada uma das regiões onde o *Dialeto Caipira*, mesmo na área urbana, teria grande vigor”.

Cerca de cinqüenta anos após a publicação do estudo de Amadeu Amaral, Rodrigues (1974) atesta a vitalidade do dialeto caipira na região de Piracicaba. Dados lingüísticos recolhidos por Rodrigues (1974), através de entrevistas realizados junto a moradores da zona rural dessa região, demonstram o pleno vigor do dialeto, contrariando os prognósticos de Amaral (1920) relacionados ao fim do dialeto caipira.

Recentemente Cox (2005, p.104) teria colocado Piracicaba como sendo “o berço do dialeto caipira.”, sugerindo a vitalidade do dialeto na região ainda nos dias de hoje. Deste modo, esta dissertação tem por objetivo fazer um estudo desta região, discutindo, a partir da história sócio-cultural e política local, o processo de formação e expansão da cultura e dialeto caipira em Piracicaba, verificando, através de inquéritos coletados, se há ou não a permanência desta variante lingüística na região.

Com este propósito, foram consultados diversos manuscritos, além de vasta bibliografia histórica e coleta de material oral com pessoas idosas, procurando assim fazer uma reconstrução e interpretação dos fatos, estabelecendo uma rede de relações entre eles.

De acordo com Amaral (1920, p.41): “O caipira genuíno vive hoje, com pouca diferença, como vivia há duzentos anos, com os mesmos hábitos, os mesmos costumes, o mesmo fundo de idéias...” Da mesma forma, Candido(2004, p.271) em suas pesquisas realizadas na região de Bofete também corrobora Amaral (1920), demonstrando que o homem rústico (caipira) pode ser considerado “um irmão mais lerdo para quem o tempo correu tão devagar que freqüentemente não entra como critério de conhecimento, e que em pleno século XX podia viver, em parte, como um homem do século XVIII.”

Embora sejam afirmações baseadas em estudos do século XX, tendo, portanto, ocorrido mudanças no modo de vida caipira durante este período, pesquisas mais recentes como de Santiago-Almeida (2000), Castro (2006) e o próprio projeto Filologia Bandeirante (2000) demonstram que ainda hoje é possível encontrar um modo de vida caipira que, se não for semelhante, tenha pelo menos algumas das características já antes encontradas por Amaral (1920) e Candido (1998).

No entanto, para falarmos de cultura caipira e da mudança no modo de vida caipira, tornou-se necessário discutir todo o processo de expropriação de terras e de que modo este homem "marginal" tornou-se mão-de-obra assalariada, vivendo nas fímbrias do sistema.

Por este motivo adotamos o uso de documentos do século XIX (únicos existentes no Arquivo Público do Estado de São Paulo), datados e escritos em Piracicaba a fim de que pudessem nos trazer subsídios para uma reconstituição histórica, além de levantar alguns aspectos lingüísticos da língua escrita da época, pois, conforme expõe Carvalho (1978, p.27) : "(...) A história de uma cultura não se processa independentemente dos fatores econômicos, sociais e políticos que, de certa forma, a condicionam."

Diante da escassa documentação de fontes coletivas como assentos de nascimentos, óbitos e casamentos, torna-se muito difícil retratar o modo de vida do homem caipira. No entanto, procuramos, a partir da bibliografia existente e dos documentos selecionados, levantar características e fatos históricos e políticos que interferiram e/ ou alteraram o modo de vida caipira, conforme bem coloca Mello & Souza (2004, p.28):

> O historiador só pode trabalhar com documentos que existem: não pode inventá-los, mas pode re-inventá-los, lê-los com novos olhos. Um documento oficial pode conter dados sobre camadas sociais que não entravam na cogitação das pessoas que, durante séculos, procuraram nele informações sobre administração ou política.

Além disso, tomando como base a afirmação de Acioli (1994:1) de que "o documento manuscrito é considerado a mola-mestra da história", acreditamos que os documentos escritos no século XIX poderiam elucidar certos aspectos históricos e políticos que muitas vezes são tratados com superficialidade pela bibliografia existente, além de nos dar a idéia de como era a língua escrita naquele período em Piracicaba. Por outro lado, procuramos nos afastar de obras produzidas sobre Piracicaba influenciadas por um sentimento patriótico-regional bastante acentuado e questionar a história oficial tal como é contada.[2]

Neste sentido, foi coletado um conjunto representativo de documentos históricos da época com informações sobre o processo eleitoral, cargos públicos, Guarda Nacional,

[2] Segundo Dias (2001, p. 29): "(...) Por história oficial, entenda-se aquela narrativa de fatos que tem como objetivo criar e fundamentar a memória pátria ou regional, estando, portanto, em grande consonância com os interesses políticos da administração pública."

escolas e acontecimentos menos relevantes que se processaram durante todo o século XIX por acreditarmos que , através destes documentos, podemos compreender o exercício do poder das elites locais, a forma de participação política e os mecanismos de ascensão social que interferiram diretamente na vida do homem pobre livre.

Como o objetivo desta pesquisa engloba, além do estudo do modo de vida caipira, também o seu dialeto, procuramos, sempre baseados na história social, fazer coleta de material oral com pessoas idosas que, pela falta de instrução escolar e convívio com outras variantes lingüísticas, puderam exercer livremente o seu vernáculo trazido de áreas rurais da região de Piracicaba, onde se supõe haver o chamado dialeto caipira, pois, segundo Amaral (1920, p. 12): “Hoje, ele [dialeto caipira] acha-se acantoado em pequenas localidades que não acompanharam de perto o movimento geral do progresso e subsiste, fora daí, na boca de pessoas idosas, indelevelmente influenciadas pela antiga educação.”

A partir daí, de posse de informações históricas obtidas através de documentos e bibliografia sobre a história social, além de resultados obtidos com a coleta de material oral e trabalhos já realizados nessa área, pudemos obter resultados coerentes sobre a permanência ou não, nos dias de hoje, de uma cultura e dialeto caipira na região de Piracicaba.

I- Orientação teórica

As produções lingüísticas adquirem um valor específico quando realizadas em contextos sócio-culturais específicos. Por isso, não há como tratar de língua fora das condições históricas, ou seja, a língua como um fato social se constitui pela prática humana e deve por isso ser estudada dentro da dinâmica histórica e social em que ela foi constituída. Deste modo, quando falamos em dialeto caipira, pensamos na formação da sociedade como um todo, procurando observar que fatores extralingüísticos influenciaram na formação deste mesmo dialeto. Conforme observa Santiago-Almeida (2003, p.43):

> (...) Para o igual real conhecimento da língua de uma comunidade, não basta centrar a pesquisa na história dessa língua considerando apenas seus

> aspectos internos. É preciso observar a história, os costumes, o habitat, enfim a história social e cultural da comunidade que a usa.(...)

Este trabalho de pesquisa seguiu uma orientação de fundamento mais sociológico que buscava estudar a língua como uma realidade sociocultural, sem, no entanto, ignorar a sua organização estrutural. Por esta razão, esta pesquisa está baseada em três linhas teórico-metodológicas: (a Sociolingüística[3]Variacionista, a Dialetologia e a Filologia) que se ocupam, não apenas da estrutura interna da língua, mas também do contexto social em que ela está inserida.

Partindo do pressuposto de que "a língua é um fato social", recorremos à Sociolingüística a fim de averigüar de que forma os fatores sociais ou extralingüísticos (tais como idade, sexo, profissão etc) colaboraram para a presença ou não de determinados aspectos lingüísticos, apontados por Amaral (1920) como pertencentes ao dialeto caipira, na fala da população idosa de Piracicaba. Segundo Labov (1976, p.37), os estudos lingüísticos deveriam estar sempre ligados ao seu contexto social, não admitindo assim uma ciência da linguagem que não fosse social: "Pedant des années, je me suis refusé à parler de *sociolinguistique*, car ce terme implique qu'il pourrait exister une théorie ou une pratique linguistiques fructueuses qui ne seraient pas sociales (...)" .

Deste modo, a escolha do perfil dos informantes (idosos, pouco ou nenhum grau de escolaridade, nascidos e criados na região) foi baseada nos princípios da Sociolingüística por acreditar que os informantes escolhidos com base neste perfil teriam uma linguagem mais conservadora.

Embora esta pesquisa não tenha caráter dialetológico, utilizamos também os princípios da Dialetologia por estarmos tratando de uma variante regional, no caso uma variante lingüística de Piracicaba, e informantes provenientes tanto da zona rural quanto da zona urbana de Piracicaba. Conforme coloca Castro (2006:41):

---

[3] Segundo Encrevé (1976, p.9): "Le terme "sociolinguistique" est des plus imprécis recouvrant, d'um auteur à l'autre, d' une "école" à l'autre, des travaux et des programmes très divers, jusqu' à se confondre souvent avec "sociologie du langage". Mais dans sociologie du langage", dans sociolinguistique, il y a "linguistique". Le noter c'est choisir une définition restrictive de la sociolinguistique- celle de William Labov (...)". Segundo Tarallo (1986:7); "(...) Foi, portanto, William Labov quem, mais veementemente, voltou a insistir na relação entre língua e sociedade e na possibilidade, virtual e real, de se sistematizar a variação existente e própria da língua falada."

> A Dialetologia é justamente a área de estudos da linguagem que toma como objeto de investigação a variação linguística geográfica ou diatópica, procurando documentar, descrever, comparar variedades regionais de uma língua.

Além do corpus oral coletado entre os habitantes mais idosos da região de Piracicaba, esta pesquisa utilizou também documentos manuscritos do século XIX da mesma região. Conforme coloca Houaiss (2001):

> Filologia é o estudo científico de textos (não obrigatoriamente antigos) e estabelecimento de sua autenticidade através da comparação de manuscritos e edições, utilizando-se de técnicas auxiliares (paleografia, estatística para datação, história literária, econômica etc.).

Por esta razão, buscamos na Filologia as bases para realizar devidamente o estudo e transcrição destes mesmos documentos, fazendo uso das normas de transcrição e edição utilizadas por Santiago-Almeida (2000) e das ciências auxiliares como a Paleografia e a Diplomática a fim de comprovar a autenticidade dos mesmos.

Por entendermos que qualquer mudança da língua é fruto também de motivações externas e não apenas o comportamento individual, buscamos, através do processo histórico, um esclarecimento mais profundo para os fatos lingüísticos, pois é dentro do processo histórico que se insere a ação individual. Sendo assim, para uma abordagem histórica, que abrisse espaço para uma reflexão sobre a língua e seu funcionamento, a partir do próprio estado de isolamento da comunidade caipira, tomamos como referencial teórico os trabalhos de Candido (1998) e Franco (1983) por serem pesquisas que se ocuparam da situação do homem pobre e livre, em especial o caipira, no século XX.

Além dos estudos realizados por Candido (1998) e Franco (1983), utilizamos como base de comparação lingüística o trabalho de Amadeu Amaral[4], "O dialeto caipira", que, embora não possua um rigor metodológico, foi um trabalho importante na área de

[4] Amadeu Amaral, baseando-se na observação direta à área pesquisada, fez uma descrição lingüística da fala interiona paulista, considerando-se seus diferentes aspectos. De acordo com Duarte (1982:26), Amadeu Amaral fez suas observações nas zonas de Capivari, Piracicaba, Tietê, Itu, Sorocaba e São Carlos.

Dialetologia em uma época em que os estudos dialetais do português do Brasil não tinham muita expressividade.[5]

II- Organização do trabalho e metodologia:

Esta dissertação divide-se em quatro capítulos, sendo o 1º capítulo referente aos aspectos históricos e sociais de Piracicaba, incluindo a fundação de Piracicaba com a formação de uma cultura caipira local, englobando, inclusive, o aspecto religioso, a situação do homem pobre livre diante do recrutamento militar e a política de Morgado de Mateus com a consequente mudança no modo de vida caipira.

É importante observar também que ainda neste capítulo foi abordada, embora de forma concisa, questões referentes à lingua geral paulista, como, por exemplo, como teria se formado essa língua geral e qual teria sido a sua participação na formação do dialeto caipira.

No 2º capítulo, sob o título "Lendo os documentos do século XIX", apresentamos o panorama político e econômico do Brasil no século XIX, ou seja, neste capítulo, procuramos discutir o contexto histórico em que foram escritos os documentos, demonstrando através da história e do uso de fontes primárias, todo o processo político, econômico e social que atuaram de forma direta e indireta na vida do homem do campo. Por isso, questões referentes ao clientelismo, processo eleitoral, cargos públicos, a política da Lei de Terras e o próprio desenvolvimento urbano de Piracicaba no século XIX foram retratados à luz dos documentos, por vezes confirmando-os ,ou mesmo, decodificando-os.

A partir das informações históricas obtidas através dos documentos elencados e da bibliografia consultada, pudemos fazer considerações a respeito das pessoas que escreviam os documentos do século XIX, bem como da linguagem utilizada por estas mesmas pessoas.

[5] Segundo Nascentes (1939:39): "Amadeu Amaral com o "Dialeto Caipira" imprime as verdadeiras diretrizes aos estudos dialectológicos.". Mendonça (1936:109) corrobora Nascentes afirmando que com a obra de Amadeu Amaral iniciamos a fase propriamente dialetológica.

No 3º capítulo entramos de forma direta na descrição do corpus escrito desta pesquisa, levantando algumas características codicológicas e paleográficas dos cinquenta documentos selecionados para esta pesquisa., como papel e marca d'água, letras, abreviaturas e reclames. Logo em seguida, tomando por base as normas eleitas para o projeto "Para a História do Português Brasileiro"e o trabalho de Santiago-Almeida (2000) com algumas adaptações, partiu-se para a edição justalinear e semi-diplomática dos manuscritos, sempre antecedida por uam caixa de texto contendo informações a respeito do documento transcrito, tais como assunto, local, data, etc.

O quarto e último capítulo intitulado "O dialeto caipira em Piracicaba: uma tentativa de descrição" enfoca a questão da língua como fato social, mostrando o ponto de vista de Saussurre e Meillet para, em seguida, colocarmos o trabalho de Amaral com sua descrição lingüística do dialeto caipira. Após o levantamento de certos aspectos fonético-fonológicos, apontados por Amaral como pertencentes ao chamado dialeto caipira, fizemos uma comparação entre o *corpus* oral colhido na região de Piracicaba e os resultados obtidos por Amaral em seu livro "O dialeto caipira".

A coleta deste *corpus* oral seguiu alguns critérios no que se refere à escolha dos informantes, local e tipo de entrevista. Os trechos das entrevistas colocados neste trabalho foram extraídos de conversas livres e informais, variando desde relatos pessoais ligados à atividade do informante até mesmo a algumas narrativas de diferentes gêneros, com a participação direta do pesquisador. Não utilizamos o questionário justamente por este não ser um trabalho puramente voltado à Dialetologia.

No caso desta pesquisa, foram escolhidos dez informantes idosos, sendo cinco homens e cinco mulheres, nascidos e criados em Piracicaba, com mais de 60 anos, de pouca ou nenhuma escolaridade, pois o controle normatizador da escolarização inibe as formas consideradas por Amaral (1920) como sendo próprias do dialeto caipira e todos, com exceção de L. A, nascidos na zona rural, residindo lá boa parte de sua infância. Procurou-se assim, utilizando as palavras de Santiago-Almeida (2000, p.240): "(...) alguém que, se possível, represente com fidelidade o dialeto local (...)", obtendo como uma fala mais informal, com pouca ou quase nenhuma influência da norma padrão[6].

[6] Segundo Amaral (1920, p. 13): "(...) A instrução escolar e a educação, hoje muito mais difundidas e mais exigentes, vão combatendo o velho caipirismo, e já não há nada tão comum como se verem rapazes e crianças cuja linguagem divirja profundamente da dos pais analfabetos."

Do material oral recolhido nas gravações foram feitas, em seguida, transcrições de alguns trechos dos inquéritos coletados. Para este tipo de transcrição utilizamos normas baseadas no projeto NURC[7], disponibilizando, antes da transcrição, uma caixa de texto com alguns dados dos informantes, tais como as iniciais do nome, idade, local de residência, data da entrevista e grau de escolaridade.

Ao abordar estes fatos, porém, esta pesquisa não teve a pretensão de fazer uma análise lingüística profunda, mas sim apenas confrontar alguns aspectos lingüísticos encontrados nas gravações com aqueles apontados por Amaral (1920) como sendo pertencentes ao dialeto caipira, a fim de verificar a permanência ou não deste dialeto na região de Piracicaba.

CAPÍTULO 1

ASPECTOS HISTÓRICO-SOCIAIS DA REGIÃO DE PIRACICABA

Neste capítulo, procurou-se apresentar, de uma forma quase sumária, como se deu o movimento das Monções no século XVIII que, de São Paulo, partiu em expedições, utilizando a rota de rios como Tietê e Piracicaba, rumo às minas auríferas de Cuiabá, Mato Grosso e Goiás, demonstrando como, a partir de pequenos vilarejos que teriam se formado na rota dessas expedições, poderia ter se constituído uma cultura caipira com a consequente fundação do povoado em Piracicaba.

Focalizando o objetivo desta pesquisa, procurou-se discutir de maneira sólida a formação dessa cultura caipira em Piracicaba, incluindo não somente seus aspectos econômicos, mas também os culturais como a festa do Divino, por exemplo. Indo mais além, abordamos, com a mesma consistência, a situação do homem pobre livre deste período e o impacto da política de Morgado de Mateus no modo de vida caipira, uma vez que este Governador seguiu determinadas diretrizes político-econômicas, tais como

[7] NURC – esta sigla refere-se ao Projeto de Estudo da Norma Lingüística Urbana Culta.

militarização da Capitania de São Paulo, intensificação da agricultura e recrutamento militar, que, de maneira drástica, cooperaram para a mudança no modo de vida caipira.

1.1) As Monções

A povoação do Brasil iniciou-se pela capitania de São Vicente, através da expedição de Martim Afonso de Sousa. A atividade econômica inicialmente escolhida consistia no plantio da cana-de-açúcar, para a qual foram criados os primeiros engenhos, então mantidos através do trabalho de índios escravizados. A melhor qualidade do solo, porém, na região nordeste, levou a uma transferência destas atividades para lá, onde ficaram concentradas e se desenvolveram. De acordo com Ferlini (1984, p.24):

> Não apenas o solo favorecia o plantio da cana e os negócios do açúcar no Nordeste. Servida por uma vasta rede hidrográfica litorânea, com clima quente e úmido, as comunicações com a metrópole eram facilitadas pela menor distância em relação à Europa e pelo regime favorável dos ventos, fundamental à navegação.

Longe da riqueza e do desenvolvimento dos núcleos açucareiros do nordeste, os povoados paulistas viviam em condições precárias, pois, não tendo grandes engenhos de açúcar, as famílias viviam em meio à pobreza e sustentados pela caça, pesca e cultivo de espécies vegetais, ou seja, pela economia de subsistência. A tentativa da superação destas condições centrou-se no aprisionamento e venda dos indígenas das prósperas missões jesuíticas do Paraguai, bem como no saque destas mesmas missões. No entanto, os conflitos, a escravização e a proliferação de doenças trazidas pelos colonizadores resultaram num acentuado declínio da população indígena a partir de 1640. Deste modo, a busca por mão-de-obra escrava levava a uma busca em pontos cada vez mais longínquos do território. Esta exploração de novas regiões possibilitou a descoberta de jazidas de ouro, fazendo com que os paulistas se voltassem para a busca do metal precioso, que oferecia a perspectiva de maiores ganhos. Com isso, os chamados bandeirantes tentam conciliar as duas atividades: a caça ao índio e a busca ao ouro. Essas bandeiras, como eram chamadas,

aproveitavam-se do rio Tietê para se deslocar para o interior, partindo do local então chamado Araritaguaba (atual Porto Feliz) em direção a Cuiabá.

Tais bandeiras passaram então a ser conhecidas pelo nome de Monções. Segundo Teyssier (2001, p.87), a palavra monção vem do árabe, *mausim*, que significa "estação do ano". Na linguagem dos marinheiros é o tempo favorável para a viagem às Índias em razão do vento oeste que então sopra. As Monções paulistas trocaram o vento pela águas das chuvas: a época das cheias facilitava a navegação para o oeste. Dentre as várias bandeiras que existiram, interessam aqui apenas aquelas que faziam o trajeto entre São Paulo e Cuiabá, passando pelo local onde foi fundado o povoado de Piracicaba.

Mesmo com a grande navegabilidade do rio Tietê, existiam em seu percurso duas cachoeiras – Avanhandava e Itapura –, que forçavam o transporte das embarcações e das cargas por terra, margeando estes obstáculos naturais. Nos primeiros anos, tal viagem era feita em canoas muito frágeis. Devido à escassez de madeiras e ao conseqüente aumento nos preços das canoas, além dos riscos a que tais embarcações estavam submetidas, surgiu a necessidade de se criar condições para uma navegação fluvial mais segura. Para tanto, iniciou-se a povoação de todas as barras principais e dos locais onde se fazia mais perigosa a navegação, buscando-se assim garantir o acesso a socorro e a suprimentos. Assim nos diz Ribeiro (1946, p.146):

> Na zona de expansão dos bandeirantes, não há dúvida que a maior parte das povoações (arraiais, vilas, cidades) nasceu dos pousos (rancharias) dos primeiros desbravadores, e, mais tarde, como o advento da descoberta do ouro, dos núcleos de mineração.

1.2) A formação dos primeiros povoados e a fundação de Piracicaba

Com a notícia do descobrimento de minas de ouro em Cuiabá e no Mato Grosso, principalmente em Cuiabá em 1718, muitas pessoas abandonaram casas, mulheres e filhos para irem atrás das promessas de riqueza. A caminho das minas auríferas do oeste, uma série de acontecimentos, dentre eles doenças, mortes, inundações decorrentes de chuvas

excessivas seguidas de secas prolongadas, davam fim aos gêneros de subsistência. Além disso, os ataques sucessivos dos índios nativos da região -Paiaguás e Guaicurus-, que não queriam a entrada do branco invasor, acabavam por dificultar a exploração do ouro nas minas do oeste.[8]

Por esta razão, entre 1721 e 1725, sob as ordens do governador Rodrigo César de Menezes, Luís Pedroso de Barros, com o intuito de chegar a Cuiabá e facilitar as expedições que deveriam ir por terra em direção às minas, abriu um picadão cruzando o rio Capivari, o Piracicaba e os Campos de Araraquara e, para isso, aproveitou uma antiga trilha de índios, já indicada em um documento de 1650, e conhecida como "a estrada velha do sertão dos Bilreiros[9]". Outros sertanistas abriram estradas seguindo pela margem esquerda do rio Tietê, de acordo com Neme (1974, p.7):

> Foi, aliás, aproveitando essa antiga trilha de índios, depois transformada em trilha de brancos, que em 1723 se intentou abrir estrada de gado e cavalgaduras desde São Paulo até a zona de mineração de Cuiabá – cruzando a paragem de Capivari, o rio Piracicaba e os Campos de Araraquara.

Nas imediações da estrada que cortava o rio Piracicaba, começaram a se estabelecer pessoas, surgindo então o povoamento de Piracicaba. Assim sendo, foi determinado o estabelecimento de uma espécie de arraial permanente na barra do rio Piracicaba. O surto de mineração em lugares como Goiás e Cuiabá provocou o surgimento de núcleos de povoamento ao longo dos caminhos que levavam às ditas minas, principalmente naqueles locais em que as tropas teriam que forçosamente parar[10]. Muitos dos que compunham as

---

[8] Segundo Mello &Souza (2004, p.96): "(...) a mineração se estabeleceu sob o signo da pobreza e da conturbação social, marcando-a sobretudo o enorme afluxo de gente que acudiu ao apelo do ouro e cuja composição social se apresentava bastante heterogênea (...)"

[9] Neme (1969, p.10). Segundo o autor, Bilreiros eram os índios Caiapós, conhecidos também como guerreiros, que, a princípio, tiveram contato amigável com os brancos durante o início do século XVII. Esses Caiapós se localizavam no miolo do território paulista, mais especificamente na região Norte e Noroeste do solo paulista.

[10] De acordo com Neme (1943, p.33): "Não pode haver dúvida, portanto, que poucos anos depois do descobrimento das minas de Cuiabá já era Piracicaba povoada. Que o era antes disso, desde muito, ou que pelo menos eram conhecidos os seus sertões, prova-o o fato de, em 1693, ter requerido certo Pedro de Morais Cavalcanti uma sesmaria em Piracicaba, a qual abrangia "uma e outra banda do rio, ficando-lhe o salto no meio", alegando o peticionário que iria povoá-lo com toda sua família.(...) Tivesse ou não Pedro de Morais Cavalcanti levado sua família para as terras que teria obtido, o que se conclui é que Piracicaba, já em 1693, se não habitada, pelo menos era conhecida como lugar onde alguém podia viver com toda a sua família"

tropas de combatente se fixaram nas terras antes ocupadas por estes índios e lá desenvolveram outras atividades como mineradores, negociantes, artífices, sitiantes, camaradas e criadores de gado. Este fato favoreceu o processo de colonização dessas regiões ribeirinhas e o aumento de atividades nas zonas de mineração no oeste paulista.

Com o tempo, outros núcleos de povoamento foram sendo formados e seus moradores passaram a ser posseiros de terras. Porém, a grande maioria desses posseiros não dispunha de recursos, nem conhecimentos suficientes para requererem o benefício da concessão de suas terras, apesar de já estarem vivendo nelas há algum tempo. Em 1726, o ituano Felipe Cardoso faz o primeiro pedido de um título de sesmaria da região em favor de um terreno no qual ele estava estabelecido desde 1721. Conforme afirma Neme (1974, p.9):

> O ituano Felipe Cardoso, (...) achava-se fixado junto do porto do Piracicaba desde pelo menos o anos de 1721 (...); ao contrário do que sucederia no caso de muitos outros roceiros do seu tempo, estanciados na região ou mais para além do Piracicaba, dispunha ele de recursos e conhecimentos que o habilitavam a pleitear a legalização da sua posse, além de ser ele próprio um homem ativo e de iniciativa, como o provou ao empenhar-se na melhoria do caminho de Itu a Piracicaba. Mas a despeito de tudo, é somente em 1726 que ele cuida de apresentar o seu requerimento de título de sesmaria.

Neste requerimento, faz-se alusão a uma área vaga de terra no Porto de Piracicaba, apontando assim a existência de alguma povoação humana na região. A própria referência ao Porto de Piracicaba já demonstrava que existia algum tipo de navegação e caminhos que ligariam as partes já povoadas a este referido porto. Em 1728, devido a suas obras de benfeitorias[11] nas terras obtidas, o proprietário do citado requerimento recebeu carta de confirmação do Reino sobre a sesmaria concedida a ele junto ao porto de Piracicaba.

Em julho de 1726, Rodrigo César de Menezes, temendo o crescente tráfico de ouro nas minas de Cuiabá, manda fechar a "estrada velha dos Bilreiros". O bloqueio deste caminho contribuiria na luta contra os desvios, sonegação, furtos e contrabandos de ouro que já tomavam conta de várias partes do Brasil. Assim sendo, foi proibida a abertura de estradas, além daquelas que levassem diretamente às casas de fundição. Porém, quando D. Luiz Antônio de Souza Botelho Mourão, o Morgado de Mateus, foi nomeado governador

---

[11] Segundo Neme (1969, p.44), essas obras de benfeitoria seriam o caminho por terra de Itu a Piracicaba e o fornecimento de mantimentos aos que faziam o caminho de São Paulo a Cuiabá.

em 1765, ele recebeu ordens expressas vindas de Portugal para que fossem criadas povoações civis nas partes vazias dos territórios paulistas e expansões de terras rumo ao Sul e ao Oeste. Segundo Bellotto (1979, p.62), a formação militar de Morgado de Mateus, sua posição social elevada vinculada ao "espírito do seu tempo", além de ser um conhecedor dos problemas econômicos que afetavam Portugal, conduziram-no a uma determinada maneira de agir e buscar soluções válidas para São Paulo.[12]

Durante o governo de Morgado de Mateus, o marquês de Pombal foi o responsável pela supressão da escravidão dos indígenas, bem como de incentivar o governador da capitania de São Paulo a formar um estabelecimento que pudesse proteger as possessões brasileiras de invasões de espanhóis.[13]

Segundo Bacellar (2006, p.20-22), desde a expedição de Tomé de Sousa ao litoral paulista, onde havia sido fundada a Vila de São Vicente, já havia indícios da presença de castelhanos no local. Além disso, contatos comerciais constantes, por terra ou mar, foram feitos durante todo o período colonial entre a capitania de São Vicente e as possessões castelhanas do Rio da Prata e Paraguai.

Deste modo, Morgado de Mateus, já tendo conhecimento de roteiros de antigos sertanistas e indicações sobre os antigos caminhos percorridos por estes aventureiros, mandou reabrir a estrada de São Paulo até Cuiabá, passando por Piracicaba e Campos de Araraquara, estabeleceu fortalezas e povoações e ainda projetou fundar a colônia militar de Iguatemi com o objetivo de estabelecer a posse definitiva das terras pela Coroa Portuguesa e evitar o domínio espanhol em Cuiabá e Mato Grosso[14]. Sobre isso afirma Neme (1974, p.40):

---

[12]Ainda conforme coloca Bellotto (1979, p.51): "Pertencer, de preferência, à fidalguia, ser um militar experiente, com prestígio na Corte e alto grau de fidelidade ao Rei e à Pátria, eram as características que se esperavam de um administrador colonial. Por tudo isso, foi colocado à frente dos destinos de São Paulo restaurada, D. Luís Antonio de Souza Botelho Mourão, o Morgado de Mateus."

[13] D. Luiz de Souza Botelho Mourão foi enviado à capitania de São Paulo por sua grande experiência militar em deter os castelhanos e recuperar terras para o domínio português. Segundo Leonzo (1975, p.65):"O próprio governador, o Morgado de Mateus, destacara-se no reino na repressão contra a invasão castelhana em 1762, como mestre de campo do terço de auxiliares de Penafiel e Bayrão, do distrito do Porto. Com oitocentos homens das ordenanças impedira, durante treze dias, o avanço de um destacamento espanhol para além da província de Trás-os-Montes, enquanto não chegavam tropas regulares portuguesas. (...)

[14] De acordo com Leonzo (1975, p.99), a povoação fundada no governo de Morgado de Mateus, às margens do rio Iguatemi, tinha várias finalidades, dentre elas "(...) dilatar a ocupação portuguesa na área litigiosa, permitir contínua vigilância sobre os passos do inimigo, bloquear sua passagem para a Capitania de Mato Grosso e facilitar a penetração dos portugueses em território castelhano ao irromper de um eventual conflito."

> Em consulta a velhos e experimentados sertanistas de São Paulo, a relatos, informes, mapas e roteiros antigos, pôde o Morgado de Mateus formar "grandes projetos" de sondagens do terreno, aliciamento de nações indígenas e estabelecimento de fortalezas, praças militares e povoações civis com o fim de sustentar a posse portuguesa nas zonas litigiosas. A fundação da colônia militar de Iguatemi, na área do Vacaria do mato Grosso, foi uma das primeiras medidas que tomou na execução desses projetos, tendo escrito a propósito que aquela praça constituiria "uma chave que fecha o Cuiabá e Mato grosso", porque "nunca poderão [os espanhóis] lá mover a guerra que por ali não se divirta"

O objetivo maior de Morgado de Mateus era dilatar os domínios portugueses, conquistando novos sertões e combater o inimigo espanhol. As áreas mais visadas seriam a do Iguatemi[15], Tibaji e Campos de Guarapuava, sendo a primeira de maior importância por sua posição estratégica, conforme coloca Bellotto (1979, p.122): "Estabelecer-se no Iguatemi seria fincar pé em território fronteiriço da maior importância(...)"

Ao mesmo tempo em que tinha preocupações com a fundação da colônia militar de Iguatemi, D. Luiz Antônio não perdeu de vista o cumprimento das ordens régias no tocante à criação de vilas e povoados. Convicto da estratégica posição militar que gozaria a colônia de Iguatemi, o Morgado de Mateus viu na criação de povoações nas margens do rio Tietê a possibilidade de facilitar o abastecimento de víveres e munições a tropas que seguiriam rumo à colônia de Iguatemi, bem como a prestação de socorros para as frotas fluviais que viajavam em direção às minas do Oeste. Assim coloca Bellotto (1979, p.142) sobre as expedições rumo a Iguatemi e sua relação com a fundação de Piracicaba[16]:

> Imediatamente depois da partida de uma expedição passava-se a providenciar outra. Fossem canoas e instrumental de navegação, fosse armamento, fosse material humano, eram recrutados sucessivamente todos os mananciais que a Capitania pudesse oferecer. (...) A estas atividades,

[15] Quem iria povoar Iguatemi? Kok (1998, p.315) coloca que :"Homens, mulheres e crianças da Capitania de São Paulo, mulatos e negros em sua maioria, foram povoar a região de Iguatemi. Sem terras e com poucos escravos, essa gente foi atraída pela promessa de doação de terras, mantimentos, isenção de serviço militar e perdão às dívidas."

[16] Ainda de acordo com as informações dadas por Bellotto(1979, p.128), os soldados que seguiam a Iguatemi, quando ali chegavam se recusavam a trabalhar na lavoura, alegando não ser esta a sua função. Diante da exigüidade da produção local, fazia-se necessário pedir auxílio de alimentos, além de homens e munições, para as próximas expedições ou mesmo para as povoações vizinhas, como no caso de Piracicaba. Mais adiante Bellotto (1979, p.130) coloca: "Em fevereiro de 1768 partiu essa "expedição de mantimentos", na qual foram casais de Piracicaba, para iniciar o povoamento do Tietê abaixo. Esperava-se com isso facilitar a longa jornada das expedições futuras, ademais do interesse pela colonização, São Paulo adentro."

> estava intimamente ligada a fundação de Piracicaba, grande fornecedora de canoas e, posteriormente de gente para povoar as margens do Tietê, em seu curso até o Paraná (...)

Pensando nisso, Morgado de Mateus nomeia, em 24 de julho de 1766, Antônio Correa Barbosa para o cargo de Diretor e Povoador de Piracicaba. Segundo Neme (1943, p.41), Antônio Corrêa Barbosa recebe ordens expressas de "tratar os moradores antigos e os que se estabelecessem de novo com toda a suavidade e sem vexação". É importante perceber aqui que Morgado de Mateus nunca ignorou a existência de antigos posseiros na região, mesmo depois de ter sido fechada a estrada por Rodrigo César de Menezes. Conforme conclui Bellotto (1979, p.192):

> (...) Naturalmente, D. Luis Antonio estava associando esta povoação [Piracicaba] à sua empresa do Iguatemi. O fornecimento de víveres e, no caso de Piracicaba, o de canoas, era fundamental para a organização das expedições(...)

Mais tarde, Antônio Corrêa Barbosa é enviado para a barra do rio Piracicaba, no Tietê, a fim de que fosse formada uma povoação. Porém, o local determinado por Morgado de Mateus era tido como pestilento e doentio, tendo como uma de suas maiores conseqüências a recusa de muitas pessoas em ocupar com suas famílias aquelas paragens. Por estes e outros motivos, Antônio Correa Barbosa, em agosto de 1767, desobedecendo às ordens do então capitão-general, assentou uma nova povoação, não nas imediações da foz do rio Piracicaba, "mas 70 quilômetros barra acima"[17], na margem direita do mesmo rio, onde havia solo fértil para todo o gênero de cultura**,** sendo com ele mandados para lá "presos e vagabundos"[18], com os quais Antônio Correa Barbosa deverá povoar nas margens do rio Tietê, os sítios de Avanhandava, barra de Piracicaba e Itapura.

---

[17] Neme (1943, p.56)

[18] Como bem coloca Mello&Souza (2004, p.92): "A noção de trabalho vigente na colônia é importante para a compreensão de outra peculiaridade nossa: a extensão que entre nós assume a expressão *vadiagem* e a categoria *vadio* . Mais do que na Europa pré-capitalista, o vadio é aqui o indivíduo que não se insere nos padrões de trabalho ditados pela obtenção do lucro imediato, a designação podemos abarcar uma enorme gama de indivíduos e atividades esporádicas, o que dificulta enormemente uma definição objetiva desta categoria social."De acordo com Peregalli (1986, p.118): "De vadios estava repleto o exército paulista. Pela carta régia de 22 de julho de 1766 todo homem não ligado a terra ou ao comércio fora equiparado a salteadores e, como delinqüente, era enviado amarrado ao exército."

Em 1774, a povoação de Piracicaba é elevada à freguesia, podendo-se dizer que sua população, formada durante a exploração do ouro em Cuiabá, a partir de um núcleo de roceiros estabelecidos de longa data, teve a exploração agrícola como principal fonte de riqueza desde os primeiros tempos até parte do século XIX. Viviam da caça, pesca e roça, produzindo o suficiente para o sustento próprio. O único meio de comércio era com as bandas do sertão adentro através de produtos de suas lavouras e de uma incipiente produção de canoas, não contando com nenhuma outra fonte de riqueza além dos recursos naturais.

A situação piora em 1777 quando os espanhóis conseguem destruir a colônia militar de Iguatemi, prejudicando grandemente a freguesia de Piracicaba, já que esta era designada a prover as necessidades da dita colônia militar.[19] Como conseqüência disto, Piracicaba, que mantinha grande dependência econômica em relação a Iguatemi, foi grandemente prejudicada[20]. De acordo com Neme (1943, p.78):

> Na sua decadência, Iguatemi arrastou consigo a florescente freguesia de Piracicaba, à sua vida intimamente ligada, e que até então se dedicava quase que exclusivamente a prover, com os produtos de sua nascente lavoura, às necessidades daquela praça militar.

Com a destruição da colônia de Iguatemi, não havia mais motivos para que a povoação se mantivesse na margem direita do rio Piracicaba, pois este não precisaria mais servir de barreira que dificultasse aos soldados terem acesso à estrada para Itu, também não havia mais a necessidade de produção de canoas, fato que prejudicava grandemente a vida econômica dos piracicabanos. Diante de tantos motivos, Frei Tomé de Jesus, junto com o então Capitão Correa Barbosa fizeram um abaixo-assinado ao governador da capitania, Francisco da Cunha Menezes, para que fosse mudada a dita povoação da margem direita para a margem esquerda do rio, abaixo do salto. A deliberação do então governador foi rápida, fazendo com que o capitão mor de Itu, Vicente da Costa Taques, permanecesse na freguesia de Piracicaba até o início de agosto, participando dos preparativos para a

[19] Novamente Bellotto (1979, p.200) afirma que a finalidade da povoação de Piracicaba seria o abastecimento das expedições para o Iguatemi.

[20] Segundo Leonzo (1975, p.105): "Com sua substituição [Morgado de Mateus] no governo da Capitania de São Paulo por Martim Lobo de Saldanha, em junho de 1775, a praça do Iguatemi foi considerada inútil, dispendiosa e responsabilizada pela debilidade da Capitania e dispersão de seus habitantes. Descuidada e enfraquecida rendeu-se, em outubro de 1777, à força de maciço ataque espanhol comandado por D. Agostinho Fernando de Pinedo, governador da Província do Paraguai."

mudança da dita povoação. Chegando lá percorreu todo o terreno para a nova localização da freguesia, demarcando um páteo para a nova igreja matriz, sendo em seguida delineadas duas ruas direitas.

Do que foi mencionado até aqui, podemos verificar que, em poucos anos, após o descobrimento de ouro em Cuiabá, já era Piracicaba povoada e mesmo antes de sua fundação oficial já eram conhecidos os seus sertões. O próprio Neme (1974, p.18-19) refere-se com frequência, em seus trabalhos, sobre a permanência de núcleos de posseiros com hortas estabelecidas, muito antes da fundação da colônia de Iguatemi. Aliás, a colônia de Iguatemi foi mantida em razão da posição estratégica que ocupava Piracicaba, também conhecida como " boca do sertão". Esta informação é de fundamental importância para esta pesquisa, uma vez que partimos do princípio de que, deste núcleo incipiente de roceiros, atraído pela abundância de pesca e caça, bem como pela fertilidade do solo, tenha se constituído a comunidade caipira com seu modo de vida característico tal como descreveu Antonio Candido em "Parceiros do Rio Bonito", cuja cultura e dialeto são de vital importância para este estudo.

1.3) O recrutamento militar e a situação do homem pobre livre

Durante o processo de adaptação da capitania de São Paulo às imposições da Coroa portuguesa, Morgado de Mateus teve que enfrentar sérias dificuldades como, por exemplo, a dispersão da população livre e pobre que, por sua vez, mostrava-se totalmente avessa a qualquer intervenção que tolhesse sua liberdade. Por isso, um dos meios utilizados por Morgado de Mateus para fixar esta população dispersa foi a criação de novas vilas e recrutamento militar da população pobre. Segundo Bellotto (1979, p.87), assim se encontrava a Capitania de São Paulo quando Morgado de Mateus tomou posse:

> Apresentava-se-lhe uma população de cerca de 60.000 almas, distribuída em uma cidade, 18 vilas, 9 aldeias de índios e 38 freguesias, ou dispersa "pelos matos", vivendo da lavoura de subsistência ou de suas atividades mercantis nas rotas do Viamão ou do Cuiabá. Esta população deveria ser imediatamente aferida, em termos de recrutamento, segundo a necessidade mais urgente, que era o de enviar tropas ao Sul (...)

Diante da necessidade de fixar a população e também das ordens recebidas para a militarização da Capitania, D. Luiz de Souza Botelho Mourão pediu que fossem fornecidas as listas das ordenanças de toda a Capitania de São Paulo com a relação do número de habitantes a fim de conhecer o efetivo humano disponível para servir na frente militar. Através deste recenseamento poderia haver o recrutamento. No entanto, o modo de vida itinerante dos habitantes que viviam da agricultura de subsistência, vivendo em sítios volantes, dificultavam o recenseamento e o conseqüente recrutamento militar.

Deste modo, Morgado de Mateus, durante seu governo, proibiu os "sítios volantes"[21] e a deserção de pessoas para os matos com a ameaça de punição, fazendo com que a população pudesse se manter disponível e mobilizada para o serviço militar.

Conforme observa Peregalli (1996, p.22), durante o governo de Morgado de Mateus e de seu sucessor Martim Lopes Saldanha, era comum, diante do recrutamento forçado da população, que os moradores das vilas fugissem para os matos[22], chegando a formar "Quilombos de brancos" espalhados pelas serras da Capitania, resistindo a todo custo à arregimentação militar e aos castigos provenientes às deserções. Ainda conforme coloca Peregalli (1986, p.23):

> As deserções foram uma constante na história militar do Brasil. Para evitá-las, os governadores de São Paulo utilizavam um sistema peculiar: um refém-pai, mãe ou parente – permanecia preso até o recruta alcançar o seu destino. Quando chegava a notícia da deserção, colocava-se toda a família do fugitivo atrás das grades, até ele retornar. Têm-se notícias de soldados que retornavam do Rio Grande, arrombando as prisões onde estavam detidos os seus familiares, para morar em algum quilombo nas serras. (...)

O desprezo pelo homem pobre livre, seja ele negro, mameluco, índio, mulato ou escravo forro já era patente desde o Brasil colônia. Estes homens eram vistos como pessoas de má índole, ociosas, insolentes e até mesmo perigosas, sempre empurradas para a margem do sistema e sendo com freqüência equiparados aos quilombolas. Estes últimos já eram conhecidos por serem grandes inimigos da ordem, do sossego dos povos, do trabalho

[21] Segundo Bellotto (1979, p.172), a crença generalizada de um possível esgotamento do solo para a agricultura era a responsável pela incessante procura de mata virgem, dando origem aos chamados "sítios volantes".

[22] Conforme coloca Peregalli (1986, p.130): "O mato constituía, pois, o melhor refúgio para os povoadores que fugiam ao serviço militar."

e da liberdade. O Estado tentava de todas as maneiras reduzir o impacto de suas ações, alegando que os quilombolas, muitas vezes, tiravam mulheres brancas dos seus povoados, além de negros e escravos a fim de reforçarem suas tropas. Talvez, seja por isso que no documento nº 02, o sargento Carlos Bartolomeu de Arruda faça referência a um quilombo em Minas Gerais onde moram até mesmo mulheres brancas:

> (...)como henotorio ep*ar*a | estaprovidencia naõ haxaV*ossa*Ex*cellenci*a melhor que o Cap*ita*m Mor | daV*ill*a deIttû pelos exemplos q*ue* tem mostrado em quilombos | demais detrezentos negros q*ue* tem mandado destroçar q*ue* infesta | no naõ so esta Cap*itani*a, Como adas Gerais, que athe mulheres | brancas seacharaõ neles, fardas agaloadas, eoutros trastez | das mortes, e roubos q*ue* tinhaõ feito.

Para a formação de um exército colonial, as tropas auxiliares e de ordenanças exerceram papéis fundamentais de defesa do território. Formadas por um grande número de negros e brancos recrutados das Capitanias do Rio de janeiro, São Paulo e Minas Gerais[23]. Segundo Leonzo (1975, p.46), os postos mais altos na Companhia das Ordenanças eram ocupados por pessoas de "grande poder e séqüito" que nem sempre estavam aptas a desempenhar as funções requeridas.[24] Do mesmo modo, Peregalli (1986, p.76) demonstra que também no corpo das tropas auxiliares, os postos mais altos eram ocupados pela elite local:

> (...) Os primeiros corpos de auxiliares levantados pelo Morgado de Mateus foram montados pelos poderes locais, seguindo a linha que predominava até então, isto é, o capitão-mor, como chefe dos recrutamentos, era responsável pela formação dos referidos contingentes frente ao governador. Este devia nomear seus oficiais, dentro da camada dos senhores locais, organizadores das milícias (...)

Por outro lado, os cargos menores eram destinados à grande parcela pobre da população. De acordo com Leonzo (1975, p.97), os soldados das Companhias de Ordenanças eram classificados como sendo pessoas muito pobres, muitas vezes sem

[23] Conforme coloca Leonzo (1975, p.1): "As Companhias de Ordenanças eram unidades militares que agregavam toda a população masculina válida, não alistadas na tropa regular ou nas companhias de auxiliares das Capitanias."

[24] De acordo com Leonzo (1975, p.92-3), a escolha do Capitão Mor das Ordenanças, bem como do Sargento Mor "recaía em pessoas possuidoras de grandes cabedais".

vestimenta apropriada para o comparecimento aos exercícios e sem os privilégios concedidos aos altos oficiais. No entanto, Mello & Souza (2004, p.161) em seu estudo sobre a situação do homem pobre e livre em Minas Gerais no século XVIII, demonstra que muitas vezes a Coroa aproveitando os "elementos avulsos" da colônia para lutarem contra os quilombos, criminosos e infratores, concedia, como prêmio e incentivo, cargos públicos privilegiados como uma patente de capitão ou mesmo um cargo lucrativo no tabelionato.

Diante dos sérios problemas financeiros pelos quais passava a Capitania de São Paulo, muitas vezes, as tropas militares não recebiam seus pagamentos. Conforme coloca Peregalli (1986, p.81): "Ao longo da história colonial e imperial, a falta de pagamentos às tropas foi uma constante (...)".

Segundo Castro (1968, p.249), mesmo após a criação da Guarda Nacional, muitos se furtavam ao recrutamento militar, alegando diversos motivos, demonstrando inclusive uma certa "malícia jurídica" para esquivarem-se do serviço militar. Compromissos de amizade, parentesco ou ligações políticas impediam que determinadas pessoas de certo prestígio social e econômico fossem convocadas para o serviço ativo, dificultando ainda mais o trabalho de organização das listas de qualificação para o recrutamento.[25]

Por outro lado, a população mais humilde dificilmente conseguia escapar à arregimentação militar. Recrutados à força, sob ameaça de ver presa a sua família, os recrutas eram enviados para fora da Capitania com total falta de recursos.Os salários atrasados, diminuindo a cada troca de governo, além da falta de armamentos, fardas e outros suprimentos fizeram com que muitos paulistas se recusassem a partir junto das tropas militares, conforme coloca Bellotto (1979, p.109):

> (...) O pequeno soldo (e quase sempre em atraso), a pouca consideração por parte da população civil (não obstante as afirmativas do Governador sobre a "nobreza" do serviço militar), a disciplina e castigos impostos a faltas, a imposição de ida para o sertão inóspito e sujeito ao ataque do gentio faziam com que o paulista fugisse aos serviços da tropa. Não estavam preparados para o serviço ativo, disciplinado e constante. E mais, nunca houvera na Capitania, recrutamento em tão larga escala. Além do que era preciso deixar seus afazeres habituais fosse na agricultura, no comércio ou no artesanato.

[25] Segundo Castro (1968, p.245-6): "A qualificação representava uma tarefa imensa de recenseamento dos cidadãos passíveis de alistamento na G.N. Nas listas, deveriam constar nome, endereço, filiação, idade, renda e profissão, a fim de facilitar-se a futura divisão dos g.n. para o serviço ativo e para a reserva."

Como conseqüência da falta constante de recursos, muitos, famintos e cansados, morriam pelo caminho e outros, para suprir a falta de recursos, endividavam-se com os comerciantes locais que lhes adiantavam as mercadorias por conta dos salários que demoravam a chegar. Diante de tantos infortúnios, muitos soldados fugiam à própria sorte, mesmo sabendo que se fossem achados, receberiam castigos e punições, como demonstra o documento nº 30:

> Ordenando-me a remeça de um recruta tirado da companhia do meo | comando, o que athe agora naõ tenho feito, só pela razaõ de não po | der capturar, pois acontece que alguns dias antes de receber o oficio | de V*ossa* Ex*celenci*a eu andava em deligencia de prender naõ só um como a ou | tro, ambos goardas da minha companhia, por serem rebeldes ao cer | viço, sem alguma sobordinaçao, e alem disso desordeiros, e vadios: | fis sobre eles tres deligencias sem que delas obetivese feliz rexultado, | e como a minha companhia se compom de homens já foragidos de | diverços lugares da Provincia, e mesmo de outras, e hoje moradores | em um certaõ, lugar este mais distante de todos os termos desta | Vila, e de muitos escondrijos, que deficil se torna o bom rezultado | de quantas deligencias possa fazer-se(...)

Tornava-se uma tarefa um tanto difícil defender a Capitania com tão parcos recursos. Desde o período colonial, a Coroa tinha conhecimento da situação real vivida pelas tropas paulistas. Faltavam transportes, comida e até mesmo fardamentos, fazendo com que os soldados muitas vezes andassem descalços e nus. Eram freqüentes os documentos pedindo materiais para as tropas militares, mesmo no período Imperial.

Diante de tais circunstâncias, o exército via na pilhagem a única saída para garantir-lhes a sobrevivência. Enquanto isso, as famílias perdiam braços para trabalhar porque, além dos homens fortes que cuidavam de suas próprias lavouras, trabalhadores dos mais diversos ofícios serviam o exército sem remuneração alguma. Percebemos assim que, com o recrutamento, houve um "esvaziamento" dos homens produtivos da Capitania.

Segundo Soares (2005, p.11), durante o governo de Morgado de Mateus houve reiterados esforços para o enquadramento social do homem livre pobre de modo que ele se tornasse útil aos interesses da Coroa. De acordo com documentos escritos por Morgado de Mateus ao Marquês de Pombal, a dispersão da população livre pobre impedia a "devida

civilidade", sendo necessário assim integrá-la aos parâmetros civilizacionais europeus-católicos e ilustrados.

A tarefa de reorganização militar da Capitania de São Paulo não foi fácil. Morgado de Mateus enfrentou sérios problemas na formação de corpos auxiliares, lutando contra a deserção e enfrentando os problemas financeiros pelos quais passava a Capitania. Para isso oprimia uma grande parcela da população pobre que tinha a sua liberdade tolhida e seus direitos usurpados.

1.4) A formação da cultura caipira na região de Piracicaba

Toda essa atividade de mineração tão próspera gerou condições para uma vida urbana mais ostentosa e também propiciou a criação de uma camada de homens mestiços que passaram a sobreviver da agricultura de subsistência. Porém, com a decadência da atividade de mineração, houve uma regressão econômica e toda a área econômica entra em uma situação de pobreza, o que obriga as pessoas das diversas camadas sociais a procurarem outros caminhos para a sobrevivência.[26] Ao contrário do que havia acontecido com a economia açucareira, no caso da mineração, houve uma queda brusca da rentabilidade, levando pessoas a procurarem outras atividades.

Desta forma, os antigos mineradores tornaram-se fazendeiros ou faiscadores, artesãos e empregados passaram a ser posseiros de terras abandonadas, e outros cidadãos, já ruralizados, espalharam-se pelos matos à procura de terras para sua própria sobrevivência, transformando-se em roceiros que criam gado e lavouras para a sobrevivência. Esses roceiros, que passaram a ser chamados caipiras, dispersaram-se por grandes áreas, com grande distanciamento de uma família para outra, conforme afirma Candido (1998, p.44):

[26] Segundo expõe Furtado (2000, p.89): "Não se havendo criado nas regiões mineiras formas permanentes de atividades econômicas – à exceção de alguma agricultura de subsistência – era natural que, com o declínio da produção de ouro, viesse uma rápida e geral decadência. Na medida em que se reduzia a produção, as maiores empresas se iam descapitalizando e desagregando. A reposição da mão-de-obra escrava já não se podia fazer, e muitos empresários das lavras, com o tempo, se foram reduzindo a simples faiscadores. Desta forma, a decadência se processava por uma lenta diminuição do capital aplicado no setor mineratório. A ilusão de que uma nova descoberta poderia vir a qualquer momento induzia o empresário a persistir na lenta destruição do seu ativo, antes de transferir algum saldo liquidável para outra atividade econômica. Todo o sistema se ia assim atrofiando, perdendo vitalidade, para finalmente desagregar-se numa economia de subsistência."

> Foi o povoamento disperso que favoreceu a manutenção de uma economia de subsistência, constituída dos elementos sumários e rústicos próprios do seminomadismo. O deslocamento incessante do bandeirismo prolongou-se de certo modo na agricultura itinerante, nas atividades de coleta, caça e pesca, do descendente caipira, a partir do século XVIII. As técnicas rudimentares, a cultura improvisada no nômade encontraram condições para sobreviver.

O antigo sistema de alta produtividade cedeu lugar a uma economia de subsistência, envolvendo uma população relativamente numerosa e desarticulada que constituiria um dos principais núcleos demográficos do país. Foi assim formado um "lençol de cultura caipira"[27] com características próprias e apoiados numa agricultura de subsistência e apoio vicinal. Era uma forma autárquica de sociedade que procurou resistir ao máximo, com sua estrutura de vida simples, à chegada do latifúndio produtivo com sua maior susceptibilidade às atividades de troca e produção em grande escala.[28]

Desde o início de sua colonização, Piracicaba já esboçava em sua economia uma tímida agricultura de subsistência que reinou absoluta até a segunda metade do século XIX, quando começa o crescimento da produção açucareira na região, bem como em localidades vizinhas. Pelo menos até este período, as roças de milho e feijão fizeram parte da paisagem rural da região piracicabana. Assim nos confirma Torres (2003, p.99): "Com mais de meio século de existência, às vésperas de se tornar cidade, Piracicaba, de fato, não passava de uma Vila, onde, apesar de sua ponderável produção açucareira, mantinha características de economia de subsistência."

O milho, o feijão e a mandioca foram utilizados como alimento durante o período em que os sertanistas percorriam veredas e atalhos em direção às minas de Cuiabá. A remanescente população que permaneceu espalhada por esta vasta região, onde mais tarde seria uma imensa zona rural, continuou mantendo esse tipo de alimento como base de sua alimentação. Segundo Torres (2003, p.92):

---

[27] Candido(1998, p.79).

[28] (Martins, 1975, p.105): "O mundo do caipira é um mundo de mínimos vitais.". De acordo com Furtado (2000, p.125-6): "O capital de que dispõe o roceiro é mínimo, e o método que utiliza para ocupar novas terras, o mais primitivo. Reunidos em grupos abatem as árvores maiores e em seguida usam o fogo como único instrumento para limpar o terreno. Aí, entre troncos abatidos e tocos não destruídos pelo fogo plantam a roça. Para os fins estritos de alimentação de uma família, essa técnica agrícola é suficiente."

> É em torno desses gêneros alimentares, como eram classificados – milho, feijão, mandioca, um pouco de arroz e, a produção açucareira em visível ascensão -, que girava a incipiente economia de Vila Nova da Constituição. A tais gêneros acrescenta-se alguma criação, em geral, de porcos, galinhas e algum gado.

A Vila Nova da Constituição, atual Piracicaba, permaneceu, durante muito tempo de sua história, em um sistema econômico nitidamente rural, mal saído do sistema de troca, dependendo ainda de normas de um Governo recém-instalado e não apenas de seus próprios recursos. O modo de vida de seus habitantes ainda era bastante primitivo, baseando-se na subsistência e em formas de defesa e sobrevivência. Deste modo, esta população remanescente do ciclo do ouro, que vivia de uma agricultura de subsistência, itinerante, baseada em mínimos vitais, organizando-se em agrupamentos chamados bairros rurais, passou a ser chamada de caipira. Uma das definições de caipira dada por Houaiss (2001) é a de um indivíduo que leva uma vida campestre rústica, com pouca instrução, hábitos rudes e caracterizados pela agricultura de subsistência e cultura itinerante, além de não terem posse da terra. Cândido (2004, p.270-71) por sua vez coloca a definição e origem do caipira da seguinte forma:

> Na verdade, o caipira é de origem paulista. É produto da transformação do aventureiro seminômade em agricultor precário, na onda dos movimentos de penetração bandeirante que acabaram no século XVIII e definiram um extensa área: São Paulo, parte de Minas e do Paraná, de Goiás e do Mato Grosso, com a área afim do Rio de Janeiro rural e do Espírito Santo. Foi o que restou de mais típico daquilo que um historiador grandiloqüente mais expressivo chamou de “Paulistânia”. Nessa linha de formação social e cultural, o caipira se define como um homem rústico de evolução muito lenta, tendo por fórmula de equilíbrio a fusão intensa da cultura portuguesa com a aborígine e conservando a fala, os usos, as técnicas, os cantos, as lendas que a cultura da cidade ia destruindo, alterando essencialmente ou caricaturando (...)

O caipira assim chamado possuía uma economia mais autárquica do que mercantil e áspera, sendo mais afeito à possibilidade de intercalar trabalho e lazer do que ter um padrão de vida mais alto com um sistema de trabalho mais rígido e caráter disciplinador aviltante.

Com isso, ele poderia guardar os dias santos, que eram rigorosamente respeitados, e determinar os dias a serem trabalhados. Isso acontecia porque ele mesmo era produtor e a única pessoa que poderia decidir sobre as condições de seu trabalho, atividade que não tinha como objetivo o acúmulo de capital e conseqüente geração de lucro, mas a manutenção e sobrevivência de sua família e da comunidade como um todo. Segundo Soares (2005, p.13):

> (...) O administrador [Morgado de Mateus] não se conformava com o fato daqueles homens terem uma vida nômade e dispersa. Trabalhavam o necessário para o seu sustento e depois descansavam, jogavam, pescavam, caçavam... sem produzir excedente que permitisse o florescimento do comércio. Em cartas, não hesitava em relacionar a pobreza da Capitania a essa falta de caráter e disposição para o trabalho.

Além das características já apontadas, Antonio Candido ressalta que os caipiras viviam em pequenos grupamentos chamados bairros rurais que se constituíam como "naçõezinhas" devido ao grau de isolamento em que permaneciam. Os bairros rurais se organizavam como grupos de vizinhança cujas relações interpessoais se baseavam na ajuda mútua e, através de uma participação coletiva nos trabalhos de roça e em atividades lúdico-religiosas, desenvolviam um sentido de solidariedade e coesão grupal.

O caipira, devido à sua agricultura itinerante, raramente criava raízes em um local. O uso constante de algumas técnicas agrícolas, como a queimada, faz com que o homem do campo sinta uma necessidade constante de se mudar, gerando uma instabilidade no povoamento rural brasileiro. Assim, os grupos rústicos de vizinhança estão sempre se renovando com a saída e a entrada de novos integrantes. Para que exista um sentimento de coesão social, estes integrantes participam ativamente das festas religiosas e procuram estabelecer laços através do compadrio e atividades como o mutirão. Essas são as maneiras de participação efetiva na vida da comunidade. Além de trazerem um sentimento de localidade, o bairro rural paulista também era conhecido por ser a unidade básica da civilização caipira.

Acima de tudo, o bairro rural era um grupo social igualitário em que estava sempre presente a noção de que todos os seus integrantes pertenciam a um mesmo nível social e, por essa razão, a cooperação entre os vizinhos se tornava fundamental. Sem a cooperação

vicinal, era impossível para o caipira, que só dispunha da mão- de- obra doméstica, efetuar o trabalho de derrubada, roçada, plantio, limpa, colheita etc. Havia uma aproximação maior entre as pessoas através dessa forma de ajuda mútua e cooperativa existente em agrupamentos rurais cuja atividade produtiva era baseada na agricultura familiar.

Essa modalidade de trabalho cooperativo surge quando, em determinado núcleo familiar, a execução de um determinado trabalho torna-se impraticável quando executado apenas pelos membros de uma família, sendo necessária a convocação de vizinhos para ajuda mútua. É necessário deixar claro que esse tipo de trabalho não era remunerado e estava baseado apenas em relação de amizade, deixando para a pessoa que foi ajudada a obrigação moral de retribuir assim que fosse também solicitada e, além disso, não deixando de dar uma festa com fartura de comida e com muita música e dança. Essa prática, conhecida por mutirão[29], favorecia os laços de solidariedade entre os integrantes do grupo e era característica marcante da cultura caipira.

Com o passar dos anos essa prática foi sendo abandonada por causa dos altos gastos que o beneficiário tinha em relação aos vizinhos, pois com seu novo modo de vida, com dinheiro sempre escasso e gastos cada vez mais altos, as festas com fartura de comida tornavam-se um encargo. Essa forma de ajuda foi substituída pelo pagamento a alguém por um ou mais dias de serviço para a execução da tarefa, ou então pela " troca de dias" que consistia no pagamento do beneficiário ser realizado não em dinheiro, mas em trabalhos. Assim, o beneficiário inicial era quem passava a prestar serviços nas terras do outro, retribuindo a ajuda da mesma forma.

Devido ao grau de isolamento, conseqüência da dificuldade de comunicação com os centros urbanos, os bairros rurais conservam uma antiga forma de civilização com a persistência de diversas manifestações folclóricas de origem portuguesa e a permanência de um estado de língua mais antigo. Esta "marginalidade" a que estavam sujeitas estas áreas, longe da vida sócio-econômica dos centros urbanos, propiciaram uma cristalização de

[29] Segundo Martins (1975, p.111-112), o mutirão caracteriza-se por ser um "trabalho coletivo de limpa de roça ou pasto, em que os vizinhos voluntária e gratuitamente se reúnem para ajudar um morador do bairro que por necessidade (geralmente urgência) peça ajutório para levar a cabo essas tarefas.Também aí o dono da casa oferece comida: almoço e "janta", além da pinga, muito consumida nessas ocasiões."

traços de um português mais antigo presentes também em textos antigos. Deste modo, o seu dialeto carrega em si mesmo a sobrevivência de épocas remotas[30].

Em Piracicaba havia ainda o problema das péssimas condições das estradas e pontes que dificultavam ainda mais o acesso entre a Vila e regiões vizinhas, bem como entre zona rural e urbana. Essa relação entre estrada e povoado é de interdependência, revelando não somente a ação do homem sobre o meio, mas sua relação em um nível sócio-econômico e cultural. Durante grande parte do século XIX, as principais estradas que ligavam Piracicaba à capital da Província, Mato Grosso e Santos sofriam com a degradação, sendo motivo de discussões freqüentes nas sessões da Câmara Municipal, como nos mostra o documento Nº 35:

> (...)A enchente do Rio Curumbatay | com a m*ui*ta chuva, chegou a sahir fora de | seus limites, que carregou com a Ponte q*ue* | héra de uma Succiedade, a qual tinha | offerecido ao Ex*celentissi*mo governo p*e*lo m*es*mo dinheiro | p*o*r que comprarão. E como a enchente carre | gou a Ponte, He de extrema nessecidade | o Ex*celentissi*mo governo mandar construir outra | Ponte sobre o Rio Curumbatay, no m*es*mo lugar | em que estava outra ponte. Visto ser de | uma estrada geral que segue p*ar*a diverços | pontos, assim como a Provincia de Matto | grosso eCollonias vizinhas.

Devido ao próprio tipo de atividade produtiva, num ritmo de trabalho não acelerado, o caipira se permitia a longos períodos de ócio que poderiam ser preenchidos com lazer e festas religiosas. Como suas necessidades eram limitadas, produziam pouco, apenas para auto -consumo e pequenas trocas, mas eram livres das leis que o mercado impõe a algumas sociedades e que tornam infinitas as necessidades humanas a ponto de as condições para satisfazê-las se tornarem inatingíveis e o dinheiro se tornar um meio

[30] Um exemplo bastante interessante dado por Marroquim (1934, p.10-11) mostra o poder que tem a ação isoladora do meio na cristalização de uma determinada língua. O exemplo por ele dado é o Vasconço, língua falada pelo povo basco que vivia nas montanhas. Devido a essa localidade ser de difícil acesso e comunicação, sua língua se conservou intacta durante muito tempo, sem se misturar com qualquer outro idioma que tenha passado pela Península Ibérica. Refugiados nos Pirineus, os bascos, desde a invasão dos celtas, conseguiram escapar ao contato dos povos que sucessivamente dominaram a planície. Deste modo, conservaram suas tradições e sua língua por muito tempo. Sendo assim, utilizando as palavras de Silva Neto (1976, p.188): "O isolamento facilitou a estagnação da língua, mantendo-se, pelo Brasil adentro, verdadeiras ilhas culturais."

indispensável. Talvez, este modo de vida caipira tradicional seja herança de seus ancestrais indígenas[31]. Elia (1979, p.58), em nota de rodapé, afirma:

> O índio é um ser que vive o momento presente e que, portanto, se alheia do futuro remoto (pelo menos em estado tribal). Trabalha não para produzir mercadoria e sim para fruir utilidades. Não encontra, portanto, sentido numa disciplina que lhe imponha horários e tarefas. As energias que despende desenvolve-as em função de necessidades suas e da tribo. As que restam consome-as nas guerras e folguedos. Inteiramente estranho lhe é o espírito de economicismo, tão marcante em nossas infelizes sociedades modernas, capitalistas, neo-capitalistas ou socialistas.

O isolamento do caipira em relação aos grupos de vizinhança, incluindo sua participação nas atividades locais tais como festas, novenas, mutirões, preservação das antigas relações de parentesco e compadrio, levam-no a uma degradação total do modo de vida caipira. A existência deste modo de vida requer contatos constantes com outros integrantes dos bairros rurais, estabelecendo um equilíbrio nos contatos. O seu isolamento total, muitas vezes imposto pelo novo modelo sócio-econômico, mantendo o caipira a um ritmo de trabalho que não é o seu, roubando-lhe a autonomia, geraram sua própria destruição.

1.5) A Língua Geral e a formação do dialeto caipira

De acordo com Aryon D. Rodrigues (2002), hoje, no Brasil, falam-se cerca de 170 línguas indígenas, sendo que, na época em que chegaram os primeiros colonizadores, esse número chegava a ser o dobro do que é hoje. Vários fatores contribuíram para que esse número fosse diminuindo dia após dia, dentre eles: desaparecimento dos povos que a falavam através de campanhas de extermínio, doenças, aculturação indígena entre outros.

Dentre as várias línguas indígenas, faladas durante o período colonial, estava o Tupinambá, mais conhecida como Tupi. Essa língua foi de tão grande importância nos contatos entre portugueses e índios nos séculos XVI e XVII que se expandiu junto com as

[31] Ribeiro (1946, p.148)atribui algumas práticas adotadas na lavoura pelos caipiras (aliás, muito criticadas mais tarde por Monteiro Lobato) como sendo de herança indígenas: “Era rudimentar o processo dessa lavoura, assimilada, aliás, da cultura tupi-guarani. Principiava pela *derrubada* das matas virgens, para logo após limpar o terreno com a *queimada* para, afinal, roçá-lo e fazer o plantio do milho. Este processo está, ainda hoje, vigoroso entre os roceiros do nosso interior.”

bandeiras e teve influência lexical sobre a língua portuguesa, a qual incorporou vários de seus vocábulos. Por isso comentou Saint Hilaire (1974:72) em uma de suas viagens: "(...) Já tive muitas vezes ocasião de notar que, por toda parte onde existiram índios, os europeus, destruindo-os, adotaram vários de seus costumes e lhes tomaram muitas palavras da língua (...)"

No início, os portugueses que aqui chegaram vinham de regiões geográficas diferentes e pertenciam a classes sociais distintas, falando, por isso, um português bem diversificado e heterogêneo. Estudos de dialetologia portuguesa apontam que não havia uma comunidade lingüística homogênea e que a grande maioria era proveniente de algumas regiões específicas de Portugal, como o Minho, Beira, Estremadura e Alentejo. Segundo Matos e Silva (2004, p.74), esses portugueses chegaram ao Brasil em 1500, mas continuaram a vir em ondas sucessivas, ora atingindo momentos de pico como no período da corrida do ouro[32].

Mas, como esses portugueses estavam em minoria em relação aos índios Tupinambás, tiveram de aprender a língua indígena a fim de poderem se comunicar. Muitos deles, por terem chegado sozinhos em terra americana, contraíram casamento com mulheres indígenas através do sistema de cunhadismo[33] e a língua indígena passou a ser a língua materna de seus descendentes, escravos africanos e todos aqueles que fizessem parte do sistema colonial.

Havia no Brasil, nesta mesma época, várias línguas indígenas relacionadas à base cultural de cada tribo. Entre estas tribos, havia línguas que possuíam entre si certas afinidades morfológicas, sintáticas e semânticas e, por causa deste fenômeno, foi possível estabelecer um conjunto de relações ou intercâmbio lingüístico através da adoção de uma língua comum. Deste contato entre língua indígena e diversas variedades lingüísticas regionais e sociais portuguesas foi criada uma língua " franca" para que os colonizadores pudessem estabelecer um contato efetivo com os índios que também não entendiam o

[32]Segundo Monteiro (1959, p.60): "Deve-se compreender que o povoamento do Brasil se fez por meio de camadas sucessivas de imigrantes portugueses, procedentes de regiões diversas. E essas camadas, que se foram avolumando, através do século XVII e do século XVIII, hão de ter sido portadoras de particularidades da língua que falavam. É por isso que se encontram em uso popular, no interior do Brasil, formas consideradas arcaicas na língua culta, mas ainda correntes em falares de Portugal."

[33] De acordo com Santiago-Almeida (2005, p.23): "Trata-se de um velho costume indígena de incorporar estranhos à sua comunidade, e que consistia em dar a um estranho uma moça índia como esposa, estabelecendo dessa forma, simultaneamente, laços que o aparentavam com todos os membros do grupo."

português.Cada indígena falava sua língua original com os membros do grupo e, quando em contato com os portugueses ou outras tribos, utilizavam- se desta língua franca. Sobre isso afirma Houaiss (1992, p.80):

> (...)Admitindo a afinidade troncal tupi-guarani, cada indivíduo de cada tribo continuava com sua língua para fins intratribais. Mas, para fins extratribais e intertribais – poderosamente estimulados pela subversão trazida pelo conquistador- , recorria à língua geral, que lhe era afim, com o que se fazia bilíngüe na mesma, digamos, estrutura linguageira...

Essa língua popular, comum, usada por índios, mestiços e portugueses, ficou conhecida na segunda metade do século XVII como Língua Geral e deveria ser aprendida por escravos e índios pelo menos para sua sobrevivência.

Em São Paulo, a chamada língua geral se expandiu durante o século XVII com o movimento das Monções que, de São Paulo, seguiu com destino a Cuiabá, Mato Grosso e Goiás. Mais tarde, a criação da A Lei do Diretório dos Índios, em 1757, estabelecendo o uso obrigatório da língua portuguesa e proibindo o uso da língua geral[34], fez com que esta se refugiasse no interior de São Paulo, sendo transmitida pela oralidade e sem o controle da escolarização sistemática, dando origem ao chamado dialeto caipira[35].

A barreira entre a definição de língua e dialeto é muito tênue, se é que ela realmente existe, mas torna-se importante colocar aqui algumas diferenças entre estes dois códigos lingüísticos, os quais possuem uma raiz comum[36].O termo dialeto vem do grego *diálektos* e significa "conversação, maneira de falar" que trazendo para o uso de hoje entendemos que seja uma maneira própria de falar de uma determinada região ou comunidade lingüística. Elia (2000, p.15) nos dá uma definição de língua e dialeto, porém, ele mesmo afirma, a exemplo do Catalão e de outras línguas minoritárias (com

[34] Alguns autores como Melo (1975) e Ribeiro (1946) falam em um "dialeto dos bandeirantes" em vez de " língua geral". Aqui, adotaremos o nome de "língua geral" por sua maior difusão.

[35]Conforme Elia(1979, p.189): "Quanto à língua geral, desterrada das cidades e das regiões agrícolas do litoral, refugiava-se no interior do país, mas apenas em certas zonas onde a população indígena ou mestiça (mamelucos) era mais densa. Já vimos que essas regiões foram destacadamente São Paulo e o Estado (no sentido colonial) do Maranhão"

[36] De acordo com Elia (1961, p.113): "O que a história nos tem demonstrado não é uma simplificação e generalização dos dialetos, mas ao contrário, a elevação de um dialeto especial à categoria de língua, o qual, depois, por motivos de ordem social, se espalha pelas regiões circunvizinhas e nelas se vai infiltrando."

características de língua e dialeto), que as características presentes nas duas definições nem sempre se excluem:

> Língua: falar de uma comunidade, estruturalmente diferenciado, portador de admirável tradição cultural e reconhecido oficialmente por um Estado como forma de comunicação em suas relações internas e externas.Dialeto: falar de uma comunidade, parte de uma comunidade maior, praticado geralmente sob a forma oral e não reconhecido por um estado como forma de comunicação em suas relações internas e externas.

O chamado dialeto caipira[37] que, como já foi dito anteriormente, foi constituído a partir da língua geral, é a fala de uma população interiorana que durante muito tempo se manteve isolada dos contatos com os centros urbanos. Por ser este dialeto falado por pessoas com pouca ou nenhuma escolaridade, ele tem sido amplamente estigmatizado. No entanto, estudos lingüísticos recentes de Naro & Scherre (2007), baseados em resultados de pesquisa sociolingüística laboviana e na pesquisa dialetológica portuguesa apontam que certos aspectos lingüísticos presentes no chamado dialeto caipira e apontados como sendo errados pela gramática normativa, podem ser encontrados nos textos pré-clássicos, anterior à presença da língua portuguesa no Brasil.

De acordo com o resultado dessas pesquisas e, tomando como base o estudo de Amaral (1920), podemos concluir que no dialeto caipira encontram-se palavras e estruturas lingüísticas que eram empregadas em textos escritos arcaicos e medievais e que, apesar de serem consideradas “erradas” pela norma padrão atual, em épocas passadas eram as únicas formas consideradas “corretas”.

O português rural ou dialeto caipira, como é mais conhecido, é uma variedade que está à margem do processo empregado na constituição da norma culta padrão atual, ou seja, é basicamente de cunho oral, colocando-se à distância da rigidez do código escrito, e, por este motivo, tem sido considerada uma variedade de menor prestígio social, sendo utilizada por estratos sociais menos privilegiados. Os falantes deste dialeto caipira sofrem uma discriminação social sempre crescente, típicas das sociedades hierarquizadas[38] e, como

[37] Elia (1979, p.153) sobre o dialeto caipira: “O dialeto das populações interioranas da área hoje grosso modo ocupada pelo Estado de São Paulo, é o caipira”.

[38] De acordo com Rodrigues (2006,p.103): “(...) é possível verificar o reflexo da hierarquização dos grupos sociais na diversificação lingüística.”

conseqüência disto, perdem a voz e a identidade social. Constantemente, o dialeto caipira tem sido alvo de correções por parte dos defensores de uma chamada norma padrão e, conseqüentemente, os falantes desta variedade lingüística são vistos como pessoas ignorantes, cuja maneira de falar está eivada de erros[39] e deformações lingüísticas.

Com o êxodo rural para os grandes centros urbanos, verificou-se um fenômeno especial de variação sociolingüística. Na capital, a variedade lingüística utilizada pelo caipira no campo deixa de simbolizar sua região de origem e passa a representar, não mais uma variedade regional, que o identifica com uma cultura e universo próprios, mas uma variedade social que o coloca como elemento que ocupa uma posição social inferior, devido à sua própria posição socioeconômica na sociedade. Cresce assim uma população analfabeta ou semialfabetizada proveniente da zona rural que procura de todas as formas se adaptar ao mundo urbano, incorporando os hábitos lingüísticos de uma elite social urbana.

1.6) A religiosidade caipira: A Festa do Divino em Piracicaba

No universo caipira não há separação entre o sagrado e o profano.Portanto, suas festas mostram a sua rotina ritualizada, ou seja, de um lado, o ciclo da natureza com a sucessão das estações do ano e do outro, o ciclo das comemorações litúrgicas do catolicismo. Deste modo, o natural e o sobrenatural se entrelaçam e isto pode ser verificado não só nas músicas como nas festas com suas danças sagradas e profanas. Um exemplo disso é a Festa do Divino que, a despeito de ser uma festa de origem católica, não se relaciona com o domingo de Pentecostes, nem com a data oficial de quatro de julho que seria o dia de Santa Isabel, sua possível inspiradora como veremos adiante[40].

Também por este motivo, além de possuir uma data específica de acordo com o ciclo agrícola da região, percebemos que existe nesta festa não só uma base católica como também uma motivação popular. Através do folclore e, afastado de certas práticas da

[39] Rodrigues (2006, p.88): " O erro é, por definição, tudo o que não está de acordo com as regras dessa norma de prestígio, a partir da qual se definem critérios de correção lingüística. O erro é, simplesmente, aquilo que, num determinado momento, "não se deve dizer", o que não impede que, num outro momento, um erro possa a transformar-se em regra de comportamento verbal socialmente aceita."

[40] De acordo com Araújo (2004, p.82), no vol I: "As festas do calendário católico caipira estão em relação estreita com os solstícios e conseqüentemente com o ciclo agrícola. A do Divino Espírito Santo localiza-se justamente no solstício do inverno, bem próxima da época das colheitas porque é uma festa de consumo."

ortodoxia católica, o povo se torna livre para expressar sua religiosidade de acordo com suas necessidades. Em Piracicaba, nos dias atuais, a festa do Divino ocorre no mês de Julho, mas, na cidade de Tietê, ela se dá no mês de dezembro. A devoção ao Divino é expressa através de festas anuais[41], tendo como símbolo uma pomba branca que tem seu lugar tanto na religião católica, quanto nos oratórios da gente simples do campo.

Esta festa comemora um ano de peregrinação da Folia do Divino e se realiza após a colheita[42] e antes do preparo da terra para o novo plantio e caracteriza-se pela duração de três dias e três noites, com abundância de carne que é um alimento de pouca expressão na alimentação do caipira atual. Geralmente, esta festa ultrapassava os limites de um bairro rural, agrupando os moradores dos bairros vizinhos. O ritual da Folia era totalmente religioso e sobre ele a música tinha sua função primordial, sendo cantada por aqueles que diziam enfaticamente ser lavradores.

Segundo Abreu (1999, p.61), a instituidora da festa de Pentecostes ou do Divino foi a Rainha Isabel, também conhecida como a rainha santa, esposa do rei trovador Dom Diniz no século XIII. Conta a literatura folclórica que as festividades do Divino, assim como a instituição do Império do Divino foi de iniciativa desta rainha por conta de pagamento de promessas feitas.

A Festa do Divino é uma festa luso-brasileira que, de Portugal, chegou ao Brasil carregada de simbolismo e significação, de acordo com Abreu (1999, p.26), ela é "herdeira das antigas tradições católicas coloniais", mas que ganhou contornos mais precisos conforme a religiosidade do povo[43]. Deste modo, esta festa possui o seu lado litúrgico, que

---

[41] Segundo Etzel (1995, p.41): "A proporção continental do Brasil não propicia época certa para as festas do divino fora do dia de Pentecostes. No Nordeste, por exemplo, as plantações estão sujeitas às chuvas que são irregulares e até ausentes por anos, acarretando mudanças na época das colheitas.Esta irregularidade de datas conduz nossas cogitações para a possibilidade de causas emocionais, inconscientes, que poderia ter influído na data das festividades do Divino no Brasil como uma reminiscência arcaica do comportamento dos nossos ancestrais."

[42] Segundo Araújo (2004, p.60), vol 1, a data da Festa do Divino em Piracicaba sempre esteve ligada ao calendário agrícola, pós-colheita do principal produto do município, quase sempre coincidente com o solstício do inverno e não com a época do rio cheio.Pelo contrário, ela está muito mais condicionada à época da baixa do rio.

[43] Segundo Abreu (1999, p.41): "Dos primeiros tempos, a Festa do Divino, na então capital de uma verdadeira corte imperial, guardava os principais símbolos rituais da festa portuguesa e européia: as folias, a coroação de um imperador e o império; as comemorações profanas junto com os atos religiosos, a fartura dos alimentos vendidos ou leiloados na festa e uma preocupação genérica com os pobres da cidade (não só os filiados à irmandade)."

a coloca dentro da doutrina da igreja, e o lado do comportamento popular, o qual tem se mostrado muito mais forte. Segundo Etzel (1995, p.43):

> No Brasil, embora se acredite que a Festa do Divino possa ter vindo com os primeiros portugueses, foi somente no fim do século XVIII, e principalmente no século XIX, que ela teve pleno desenvolvimento. A Festa do Divino tem uma evidente conotação com o trabalho agrícola.É uma festa da abundância, e esta só existe em comunidades dedicadas à pequena agricultura com lavradores livres, independentes, que têm apoio num centro: a cidade interiorana com sua realização religiosa e política.Estas festas certamente aconteceram nas grandes cidades, mas acredito que tenham sido mais uma urbanização das verdadeiras festividades em centros ainda provincianos que com o evoluir desligaram-se de costumes já agora ultrapassados, como vimos ter acontecido em São Paulo no começo do século XX.

No interior do estado de São Paulo, há dois tipos de Festas do Divino: aquelas que são realizadas às margens do rio, Piracicaba e Tietê, por exemplo, e aquelas que são realizadas na terra. Todas elas, porém, seguem as seguintes etapas de realização: Folia do Divino, pouso, leilão, encontro das bandeiras e Procissão.

O Encontro dos Barcos é o ponto mais alto da festa do Divino em Piracicaba

A mais tradicional festa em Piracicaba é, sem dúvida, a Festa do Divino que, conservando muitos aspectos da antiga civilização caipira, tem alocado um público cada vez maior e mantido fiel aquele público mais velho apegado às antigas tradições. De acordo com a informação de Pelegrini Filho (1985, p.175), esta festa teve início em Piracicaba no ano de 1826 e o "encontro dos barcos", que é uma característica dessa festa em Piracicaba e marcava a chegada dos "irmãos" do pouso e dos "irmãos" do Divino, só aconteceu em 1862.

Atualmente, a Festa do Divino em Piracicaba ocorre sempre na segunda semana de julho e, a despeito de serem conservados muitos aspectos tradicionais, passou a ser alimentada pelos interesses turísticos da região. O que para os idosos era um sinal de respeito e devoção, graças alcançadas, dívidas de promessa, para os mais jovens se tornou uma oportunidade de diversão. Ainda assim, a Festa do Divino continua ser uma comunhão festiva, embora não mais nos antigos moldes tradicionais. Observando as diferenças hoje e ouvindo o relato de pessoas idosas da região, muitas delas provenientes da zona rural, devemos concordar com o que afirma Bosi (1987, p.24):

> Os valores antigos, religiosos, artísticos, morais, lúdicos, que o capitalismo encontra, são consumidos até o osso e transformados em mercadoria para turismo, propaganda para a TV... São rebaixados a objetos de curiosidade do espectador urbano.

Em Piracicaba, a festa do Divino sempre foi realizada às margens do rio Piracicaba e isto se deve, talvez, ao fato de Piracicaba ter sido formada às margens deste rio, já que os primeiros núcleos de posseiros se instalaram às margens do rio Piracicaba desde o século XVIII, mesmo antes da fundação oficial do povoado, tendo a cidade se formado a partir deste núcleo de povoamento[44].

Como em toda Festa do Divino, em Piracicaba observamos também a seqüência de alguns rituais como Folia do Divino, a Novena, a benção dos barcos, pouso e leilão, encontro das bandeiras com cumprimento de promessas e distribuição da carne.

[44] Segundo Carradore (1978, p.47): "As festas realizadas na água revivem a tradição, pois, as primeiras aconteciam no caminho mais natural e mais fácil, os rios. Isto porque, regra geral, todas as fundações nasceram à beira das estradas líquidas."

Nove dias antes da festa, tem início a Novena de Preparação, realizada na capela do Divino Espírito Santo. Depois segue-se a derrubada e benção dos barcos, pouso e leilão, a dança da Congada, a procissão[45] e, finalmente, o encontro das Bandeiras. Após o encontro das Bandeiras, o festeiro do ano e sua esposa entregam a Bandeira do Divino ao festeiro do ano seguinte.

O rei e a rainha da Congada na Festa do Divino de 2007

[45] Ver foto da procissão e dos “amortalhados” pagando suas promessas logo abaixo. Entre as várias formas de manifestação da fé popular, a que mais impressiona é a dos chamados “amortalhados”. O devoto deita no chão, de costas, sobre um lençol, ritual conhecido como “deitar para o Divino”. Com a ajuda de familiares ou amigos, o lençol é enrolado em seu corpo como se fosse uma mortalha. Assim, a procissão passa sobre eles. A mortalha geralmente é um lençol de cor branca, contudo, muitas vezes são usadas colchas floridas e panos coloridos. O pagamento de promessas é uma característica marcante da cultura caipira na Festa do Divino.

A Procissão é uma tradição da cultura caipira desde o século XIX

A dança da Congada simbolizando a luta entre cristãos e mouros.

Os "amortalhados" pagando promessas remontam as antigas tradições.

Já demonstramos o quanto as festas estão intrinsecamente ligadas ao modo de vida caipira, dele fazendo parte como condição essencial de sua existência. É em torno dela que a vida social de alguns agrupamentos humanos ganham contornos mais nítidos, como atestado por Araújo (1977, p.11) :

> A festa interrelaciona-se não só com a produção, mas também com os meios de trabalho, exploração e distribuição, ela é, portanto, conseqüência das próprias forças produtivas da sociedade, por outro lado, é uma poderosa força de coesão grupal, reforçadora da solidariedade vicinal cujas raízes estão no instinto biológico da ajuda, nos grupos familiares.

A dinâmica sócio-cultural da vida moderna traz mudanças profundas nas práticas tradionais populares. Como herança de Portugal, a Festa do Divino, embora ainda considerada um reduto da cultura caipira, quando aqui chegou, teve que se adaptar à nova realidade brasileira e ao calendário folclórico de cada região, sofrendo reinterpretações de acordo com a realidade local.

Embora os moradores mais antigos ainda tentem manter as velhas tradições, podemos notar que essa "cultura popular" pouco a pouco vai se desarticulando em favor de eventos alheios às bases sociais e culturas locais, pois, com as transformações da sociedade moderna, tal ofício torna-se inadequado à nova realidade se praticado ainda nos moldes tradicionais rústicos. Se antes era uma festa basicamente de agradecimento e de pagamento de promessas, manifestando uma função definida de coesão e sociabilidade da comunidade, hoje atende mais ao entretenimento e às exigências do turismo. Antes partilhada pelos membros da comunidade, começa a ser exibida como forma de espetáculo, perdendo seu caráter de identificação. Na Festa do Divino em Piracicaba, danças como Cateretê e Congada estão ainda presentes, assim como a música representada pelo cururu urbano, porém são tradições mantidas pelas pessoas mais idosas da região que temem pelo seu fim num futuro muito próximo.[46]

1.7) A política de Morgado de Mateus e a mudança no modo de vida caipira

A crescente crise econômica interna de Portugal na segunda metade do século XVIII levou o marquês de Pombal a criar medidas que solucionassem o problema, dentre elas estava o incremento à lavoura tanto no Reino como nas áreas coloniais. Até a segunda metade do século XVIII, São Paulo não contava com produtos agrícolas de exportação, mas apenas com uma agricultura de subsistência. De acordo com Bellotto (1979, p.36):

> No que toca à agricultura, com tudo o que pudesse ter de restrito e acanhado, o certo é que ocupava 50% da população, dedicada, antes de tudo, à lavoura de subsistência. Não há, antes da restauração, preocupação com o plantio de produtos exportáveis. O açúcar, por exemplo, era, na época, de produção insignificante, não pesando em nada na economia paulista. A agricultura, realizada no sistema de "sítios volantes" visava, quando não à própria subsistência, ao abastecimento dos núcleos urbanos e das Tropas. Eram cultivados quase que exclusivamente o feijão, o milho, a mandioca (esta mais no litoral do que na serra-acima) e, em bem menor escala, o trigo e o arroz. Aliando-se esta produção a uma criação de

[46] Segundo Arantes (S/D, p. 19): "Procurando-se "reproduzir" objetos e práticas supostamente cristalizados no tempo e no espaço, acaba-se por "produzir" versões modificadas, no mais das vezes esquemáticas, estereotipadas e, sobretudo, inverossímeis (aos olhos dos produtores originais) dos eventos culturais com os quais se pretende constituir o patrimônio de todos. Embora se procure ser fiel à "tradição", ao "passado", é impossível deixar de agregar novos significados e conotações ao que se tenta reconstituir. Isso é inevitável, porque a própria reconstituição é informada por e é parte de uma reflexão sobre a história da cultura e da arte que, em grande medida, escapa aos produtores "populares" da cultura."

> suínos para o fornecimento indispensável do toucinho, está constituído o quadro da alimentação do paulista no século XVIII.

Com queda da mineração, a Coroa portuguesa voltou toda sua atenção para o aproveitamento de outros recursos provenientes de sua colônia. Sendo assim, era necessário dar um estímulo à produção agrícola colonial sem, contudo, deixar de reafirmar seus domínios face aos castelhanos.

Dentro da linha mercantilista do governo pombalino, só interessava ao governo produtos cuja produção abrisse as portas ao mercado externo. No entanto, no caso específico de São Paulo, o desafio de Morgado de Mateus em integrar esta capitania ao mercado exportador através da vitalização do setor agrícola ía de encontro aos interesses da maioria da população (escravos, índios, pequenos lavradores excluídos do comércio externo, etc) que viviam da agricultura de subsistência. Deste modo, o açúcar e, posteriormente, o café, por serem produtos de fácil exportação, ganhariam destaque em detrimento do feijão, arroz, milho e mandioca que eram típicos da agricultura familiar.[47] Soares (2005, p.96) em nota de rodapé observa que:

> (...) do ponto de vista econômico, o esgotamento das minas de ouro nos sertões brasileiros obrigaram a metrópole a procurar e estimular novas fontes de riqueza – além de recuperar aquelas que tenham ficado em segundo plano durante o auge da faina mineradora – o renascimento agrícola do final do XVIII encontraria solo fértil em São Paulo.

A fixação da chamada população caipira era necessária à implementação dos planos da Coroa: ao mesmo tempo que garantiria uma maior capacidade de produção de gêneros de primeira necessidade e mão-de-obra para a agricultura de exportação, a Coroa conseguiria manter à sua disposição o maior número possível de homens para lutar, mantendo a capitania mais segura contra a cobiça dos espanhóis. Entretanto, essas pessoas, habituadas a circular por imensos espaços, não aceitavam a idéia de ficarem à mercê de

[47]De acordo com Soares (2005:29): "(...) A Coroa portuguesa, necessitando ampliar a produção de excedentes na colônia para equilibrar suas contas, voltava-se para todas as possibilidades abertas. Mesmo uma região como São Paulo, que até então cumprira um papel secundário no processo colonizatório, marcadamente voltada para a exploração dos sertões, deveria agora entrar no ritmo mais geral da colonização portuguesa, ou seja, em São Paulo o Morgado de Mateus deveria erguer uma infraestrutura de produção agrícola capaz de gerar excedentes via exportação, portanto, destinada ao comércio internacional e submetida às suas flutuações."

certos dispositivos governamentais e esse seria o grande impasse vivido por Morgado de Mateus, uma vez que o povo e o governo tinham interesses díspares.[48]

A idéia de um comércio de exportação estava nos planos de Morgado de Mateus, pois, através da exportação, os rendimentos de Lisboa aumentariam. Sendo assim, a mudança do padrão da agricultura de pequena produção para o plantio de gêneros em grande quantidade, fixação da população dispersa e estímulo ao comércio seriam práticas buscadas incessantemente durante seu governo. Neste empreendimento, os senhores locais, donos de terras e escravos, foram aliados fortes e úteis aos interesses metropolitanos, uma vez que expulsavam os caipiras de suas terras para depois empregá-los como colonos.

A autonomia de que gozavam os caipiras remanescentes do ciclo do ouro vai cedendo espaço para a agricultura mercantil com a absorção da mão-de-obra que até então vivia da agricultura de subsistência. Isso era feito através de falsificação de escrituras, do emprego incisivo da grilagem , da compra de terra pelo domínio oligárquico, inacessível ao caipira, e pelo uso do aparelho do estado para desalojar famílias caipiras de terras consideradas invadidas por estes para que, em seu lugar, fossem plantadas grandes lavouras comerciais, especialmente as de café e cana-de-açúcar.

Os caipiras que não eram simplesmente expulsos alienavam os direitos da posse da terra que ocupavam, ou até mesmo vendiam-na por um valor ínfimo, justamente por ser difícil resistir palmo a palmo o avanço violento e sistemático de grileiros e as conseqüentes transformações no plano econômico, resultado de um processo de acúmulo de capitais sempre crescente por parte dos fazendeiros da região. Vendida a posse de sua terra, o caipira se vê na dependência do dinheiro cada vez mais escasso para cobrir necessidades cada vez maiores; necessidades essas que até então eram desconhecidas no universo deste homem despossuído e fragilizado.

O governo de Morgado de Mateus estimulou o desenvolvimento da agricultura e do comércio da capitania de São Paulo. Mais tarde, Bernardo José de Lorena deu continuidade à política de Morgado de Mateus. O açúcar era um produto cada vez mais procurado na Europa e isso fez com que se expandisse a área de produção canavieira, deslocando-se da

[48] Peregalli (1986, p.45) define Morgado de Mateus como sendo um "Militar que agiu com distinção nas guerras peninsulares, trazia duas diretrizes fundamentais: por um lado, tinha por necessário incentivar a agricultura para a exportação – típica política econômica colonial voltada "para fora" – e, por outro, acreditava ser necessário armar a maior quantidade possível de gente "que permitisse o país", com o objetivo de expandir o território."

estreita faixa litorânea em direção ao planalto. Essas terras, que iam sendo ocupadas em direção ao planalto, formavam a área do "quadrilátero do açúcar", que compreendia os municípios de Jundiaí, Mogi-Guaçu, Sorocaba e Piracicaba. Para a produção canavieira, voltada à produção externa, eram necessárias grandes fazendas, bem como uma disponibilidade enorme de matas que pudessem garantir o fornecimento de lenha para mover os engenhos. Quando se esgotavam os recursos naturais, fazendeiros partiam em busca de novas terras, em avanço gradativo para o interior, desalojando aqueles que ocupavam a terra com sua agricultura de subsistência, ou seja, o caipira com sua família[49]. Ribeiro (1995, p.387-388) assegura que:

> Todo um aparato jurídico citadino se coloca a serviço dessa concentração de propriedade. Propriedades pulverizadas por efeito de heranças sucessivas de famílias extensas se reconstituem por compra das parcelas de exploração inviável. Entram em ação os demarcadores de glebas a se fazerem pagar em terras pelos que não têm dinheiro. Multiplicam-se os grileiros, subornando juízes e recrutando as forças policiais das vilas para desalojar famílias caipiras, declaradas invasoras de terras em que sempre viveram. Postas fora da lei e submetidas à perseguição policial, elas são, finalmente, escorraçadas das terras à medida que sua exploração comercial se torna inviável.

A idéia que ainda hoje povoa o imaginário urbano é a de que os bandeirantes desbravaram os sertões, "limpando" do caminho os índios; os caipiras sucederam os bandeirantes povoando terras desocupadas e, após estes, chegaram os senhores de terras com o direito legítimo de expulsar o lavrador pobre de terras "improdutivas", trazendo assim o processo "civilizatório" para a região. Estes senhores de terras ocupavam extensões de terra cada vez maiores e mais férteis da província e empurravam os caipiras sertão adentro, normalmente ocupado por índios. Cabia então ao caipira lutar contra esses índios pelo direito de se fixarem na terra. Desta terra eles seriam novamente expulsos pela chegada da grande lavoura de café, cana ou algodão. Em conseqüência disto, esse lavrador nômade não conseguia fixar raízes em terra alguma, cultivando apenas uma pequena roça e

[49] Segundo Franco (1983, p.133): " A base dos grupos privilegiados, no Brasil, foi a apropriação de terras. Como no resto do país, na região aqui estudada [Guaratinguetá], elas foram obtidas, em grande parte, através da violência, da fraude, dos favores..."

construindo um rancho onde iria morar com toda sua família. Saint-Hilaire (1974, p.24) observou este fato em uma de suas viagens à Província de São Paulo:

> Os pobres que não podem ter títulos, estabelecem-se nos terrenos que sabem não ter dono.Plantam, constroem pequenas casas, criam galinhas, e quando menos esperam, *aparece-lhes um homem rico, com título que recebeu na véspera, expulsando-os e aproveita o fruto de seu trabalho(grifo meu).*O único recurso que ao pobre cabe é pedir, ao que possui léguas de terra, a permissão de arrotear um pedaço de chão.Raramente lhe é recusada tal licença, mas como pode ser cassada de um momento para o outro, por capricho ou interesse, os que cultivam terreno alheio e chamam-se agregados, só plantam grãos cuja colheita pode ser feita em poucos meses, tais como o milho e o feijão. Não fazem plantações que só dêem ao cabo de longo tempo como o café.

Após a expulsão dos caipiras de suas antigas terras e da mudança operada no seu modo de vida, estes passam a viver cada vez mais marginalizados e, para se protegerem dos fazendeiros, adentraram território e se isolaram. Com o passar do tempo, e seguindo os propósitos da ideologia dominante, esses caipiras, mais tarde chamados posseiros, foram totalmente " sugados"por este novo modo de produção agrícola que afirmava ter como objetivo o progresso de uma área "decadente" através de uma dinamização na economia. Com essa ideologia de "modernização e progresso" a serem impostos à "região atrasada", as famílias dessas comunidades caipiras deveriam se dedicar a essa nova atividade econômica, definida por critérios mercantis, e abandonar seu antigo modo de vida em favor da adoção de práticas modernas que mais tarde condená-los-ia à extinção de suas tradições.

A idéia de trabalho na visão dos governantes ditos "ilustrados" implicava, segundo Soares (2005, p.37), "a capacidade de gerar riqueza para um outro, e de ser submetido a uma rotina abstrata de tempo capaz inclusive de formar no indivíduo noções morais consideradas firmes e corretas (...)." De acordo com esta idéia, todos aqueles que não se enquadrassem neste tipo de trabalho "gerador" de lucro, eram considerados preguiçosos, vadios e inadequados. Dentro da população pobre e livre que não se submeteria a esse tipo de trabalho estava o caipira que sempre foi colocado à margem da sociedade. Esta visão que se tinha do homem pobre livre não mudou muito, mesmo após a Independência.

Com o crescimento do latifúndio produtivo voltado para o comércio, o desenvolvimento urbano e as novas relações de trabalho, o caipira tradicional se viu

obrigado a fazer uma reorganização de seus hábitos culturais e sociais. Sua cultura, organizada em torno de padrões mínimos de subsistência, tornava-se incompatível no âmbito de uma economia capitalista.[50] A este respeito Candido (1998, p.82) afirma:

> (..)A cultura do caipira, como a do primitivo, não foi feita para o progresso: a sua mudança é o fim, por que está baseada em tipos tão precários de ajustamento ecológico e social, que a alteração destes provoca a derrocada das formas de cultura por eles condicionada(...)

Com o passar do tempo, os pressupostos ideológicos que sustentavam uma classe dominante sempre em ascensão aumentaram o grau de desigualdades entre campo e cidade e, principalmente, entre classes sociais, o que ocasionou uma forte exclusão e conseqüente eliminação das culturas diferenciadas do padrão capitalista dominante. Uma das conseqüências da desestruturação dos antigos bairros caipiras resultou no fim de algumas de suas tradições imprescindíveis ao seu antigo modo de vida.

1.8) O declínio da cultura caipira em Piracicaba

No início do século XX, Piracicaba tinha a maior parte de sua população dispersa pela área rural envolvida no cultivo de cana e na fabricação do açúcar. Entre os anos de 30 e 60, a economia açucareira passou por um processo de expansão quando as usinas se modernizaram adquirindo novos equipamentos. Diversas novas usinas de açúcar surgiram e outras aumentaram de tamanho havendo grande concentração fundiária na região de Piracicaba e conseqüente expulsão do pequeno lavrador que era obrigado a vender lhes suas

[50] Segundo Franco (1983, p.14): "(...) Esta situação - a propriedade de grandes extensões ocupadas parcialmente pela agricultura mercantil realizada por escravos - possibilitou e consolidou a existência de homens destituídos da propriedade dos meios de produção, mas não de sua posse, e que não foram plenamente submetidos às pressões econômicas decorrentes dessa condição, dado que o peso da produção, significativa para o sistema como um todo, não recaiu sobre seus ombros. Assim, numa sociedade em que há concentração dos meios de produção, onde vagarosa, mas progressivamente, aumentam os mercados, paralelamente forma-se um conjunto de homens livres e expropriados que não conheceram os rigores do trabalho forçado e não se proletarizaram. Formou-se antes uma " ralé" que cresceu e vagou ao longo de quatro séculos: homens a rigor dispensáveis, desvinculados dos processos essenciais à sociedade. A agricultura mercantil baseada na escravidão simultaneamente abria espaço para sua existência e os deixava sem razão de ser."

terras. Neste período, Piracicaba passou a ser considerada uma das regiões mais importantes onde se processavam as atividades do complexo canavieiro paulista.

Dos anos 30 aos anos 70 a política estadual era de estímulo à industrialização, ocasião em que o surto de industrialização de São Paulo dinamizou o mercado açucareiro e este, por sua vez, incentivou o crescimento do setor industrial piracicabano. O município de Piracicaba passou a investir em equipamentos para usinas de açúcar e destilarias de álcool e aguardente, destacando-se a empresa Dedini.

Houve um exagerado crescimento urbano com expansão também do setor terciário e da construção civil. Segundo dados do IBGE, em 1960, o setor primário absorvia 32% da população economicamente ativa, em 1970 este número estava em 19,5%. A taxa de urbanização que, em 1970, era de 83,8%, chegou, em 1980, a 92,3%. Nesta década, mais de oito mil pessoas migraram do campo para a cidade. Esses números revelam que é cada vez maior o número de pessoas que saíram da zona rural de Piracicaba para o centro urbano, vivendo em situação de miséria .

Em 1975, a criação do Proálcool pelo governo federal agravou ainda mais a situação dos pequenos proprietários e trabalhadores agrícolas que sentiram seu impacto quase imediato. O Proálcool tinha como meta o desenvolvimento da produção de álcool como substituto para a gasolina. Piracicaba que há muito tempo se destacava no cultivo de cana, aumentou ainda mais sua produção, havendo uma necessidade cada vez maior de novas terras. Aos poucos, os pequenos proprietários que ainda se mantinham, não podendo concorrer com os grandes donos de terras e usineiros, vendiam-nas, aumentando a monocultura canavieira e a concentração fundiária.

Geralmente, os trabalhadores assalariados que trabalhavam no campo moravam nas periferias e favelas do centro urbano, pois os salários eram muito baixos e as condições de trabalho precárias. Pode-se dizer que a expansão canavieira impulsionada pelo Programa Proálcool acentuou drasticamente a pobreza da população do campo e os demais problemas sociais do município.

A idéia da criação do Proálcool era substituir um combustível fóssil, poluente e não renovável (a gasolina extraída do petróleo), por energia renovável extraída da biomassa e bem menos poluente. Além disso, trocaríamos as importações com a utilização do álcool carburante nacional. Porém, este ambicioso programa acarretou num maior poder do

latifúndio, devido à alta concentração de terras com a expulsão do homem do campo para a cidade, aumento no índice de desemprego, concentração de riquezas e impacto ambiental, favorecendo apenas usineiros e latifundiários. Martins & Gallo (2001, p.160) refletindo sobre o Programa do próalcool e seu impacto no município de Piracicaba, citam Hermann Neto (1985, p.130-131) em seu estudo "Dilemas Socioambientais e Desenvolvimento Sustentável":

> Esmaga-se a produção de alimentos, mesmo a lavoura de subsistência, afasta-se o cordão verde e elimina-se a bacia leiteira. As mãos e os estômagos dos lavradores, camponeses, sitiantes e colonos se juntam nos umbigos prostrados, e de cabeça baixa suportam a exploração que os usineiros lhes impõem. Margeiam as cidades, povoam as baixadas dos córregos, habitam as favelas e se humilham cinco vezes por ano, de podão e farnel na mão, cortando cana e amargando o arrependimento que cortou a esperança de um dia melhorar quando saíram da roça (...). Se a estrutura fundiária era ruim antes do Proálcool, torna-se cruel após o seu advento. Se o homem era explorado, torna-se escravo. Se comia mal, agora é faminto. Se vivia em colônias, passa a ser favelado. A degradação do homem é o espectro maior do avanço da lavoura canavieira. O cheiro da decomposição é o restilo de suas dornas que vazam os olhos do futuro derramando poluição (...). As folhas e as cinzas dos canaviais cobrem a esperança da sociedade.

Durante as entrevistas realizadas em Piracicaba pudemos verificar este fato mais de perto. Na zona rural praticamente já não existe mais o pequeno proprietário. Estes foram obrigados a vender suas terras para os grandes fazendeiros que, por sua vez, arrendavam suas terras à usina de cana. Quase todos os moradores idosos entrevistados que moravam na zona urbana saíram dessa situação: expulsos de suas terras foram viver na cidade; outros se proletarizaram no campo, trabalhando como bóia-fria, e alguns conseguiam manter uma pequena chácara, não completamente dentro da zona rural, mas já nas imediações do perímetro urbano.[51]

[51] A situação dos idosos entrevistados em Piracicaba é muito bem descrita por Franco (1983, p.105): "(...)Quando a consolidação da grande propriedade fundiária o privou dos alicerces de seu antigo estilo de vida, não foi para um esforço de organização do futuro que se canalizaram as energias do caipira: estas se sublimaram em representações nostálgicas que valorizam um passado farto e seguro para o qual gostariam de poder voltar."

CAPÍTULO 2

LENDO OS DOCUMENTOS DO SÉCULO XIX

Neste 3º capítulo, procuramos descrever o contexto histórico em que foram escritos os documentos por acreditarmos que a história e a cultura da época, de um modo geral, auxiliam na compreensão de muitos fatos históricos e lingüísticos apontados nos manuscritos[52].

Deste modo, elaborando o contexto de produção dos documentos, tecemos informações importantes a respeito do panorama político-econômico da época como, por exemplo, as relações de clientelismo que permeavam toda a vida política do Brasil no século XIX, desde o processo eleitoral, incluindo a nomeação para os cargos públicos, aingindo até mesmo a esfera privada como as relações familiares.

Procuramos demonstrar como as diversas categorias sociais estavam entrelaçadas num mesmo processo histórico, estando mediadas por relações pessoais de parentesco, clientela e patronagem e como as formas de poder, geradas através do regime de propriedade, excluíam a maioria da população pobre, tirando-lhes até o direito decisão e tolhendo sua dignidade.

Reconhecemos também que a imigração européia também contribuiu de modo significativo na transformação da vida do homem do campo. Por este motivo, tratamos da questão da imigração ao lado de outro fator também muito importante, a política da Lei de Terras. Podemos dizer que juntas, imigração européia e Lei de Terras, cooperaram, de forma quase decisiva, para a expulsão do homem do campo e o consequente declínio da cultura caipira nos antigos moldes tradicionais.

---

[52] De acordo com Melo (1951, p.22-23): "De posse de um manuscrito, o filólogo tem que saber de que época é a letra, deve interpretar e desfazer as abreviaturas, deve conhecer o estado da língua nos primeiros séculos, para, lendo o manuscrito, saber se se trata de um original, de uma cópia contemporânea ou de cópia posterior, se o copista foi fiel ou se inseriu modernismos no texto*; deve conhecer a história, os usos e costumes, a cultura da época do manuscrito, para interpretar o texto, entender as alusões, as imagens,etc*." (grifo meu)

2.1) Panorama político-econômico do Brasil no século XIX

No panorama brasileiro do século XIX, homens abastados dominaram o Estado brasileiro e toda sua ação política pretendia evitar que conflitos sociais abalassem as estruturas de uma oligarquia já estabelecida. A fim de garantir a manutenção do poder e certos privilégios políticos construíam relações baseadas na prática do clientelismo que consistia na concessão de certos privilégios, como cargos públicos ou mesmo concessão de proteção, em troca de uma lealdade política e pessoal.

As transações que surgem destes relacionamentos pessoais têm como objetivo o favorecimento de um grupo específico no exercício do poder em detrimento de outro. De acordo com Graham (1997, p.15): "O clientelismo constituía a trama de ligação da política no Brasil do século XIX e sustentava virtualmente todo o ato político." Essa prática de clientelismo e o exercício do poder pela elite eram mantidos através do sistema de eleições em que os votantes escolhiam as pessoas de maior destaque para formar os colégios eleitorais.

2.2) O clientelismo e a fraude no processo eleitoral

O Brasil do século XIX caracterizava-se por ser predominantemente rural e sendo o sistema fundiário um poderoso estímulo à prática do clientelismo, quanto maior a propriedade e número de escravos, maior o controle social exercido pelo latifundiário ou o chamado "chefe rural".[53] Toda ação política, de eleições até nomeações para cargos públicos, vinha desse tipo de organização em que as relações sociais estavam pautadas pela troca de favores, benefícios por obediência e lealdade e uma forte hierarquia social, demonstrando que cada indivíduo possuía um lugar bem determinado e fixo na sociedade.

O gabinete que supervisionava as eleições podia, pelo uso do clientelismo, indicar ou nomear pessoas que desempenhassem uma função pública nas eleições, além de

[53] Conforme coloca Graham (1997, p.17): "Numa sociedade predominantemente rural, um grande proprietário de terras contava com a lealdade dos seus trabalhadores livres, dos sitiantes das redondezas e dos pequenos comerciantes das vilas, lealdade que seria demonstrada por várias maneiras, não menos pelo apoio nas eleições(...)"

remover juízes de direito para dar as comarcas aos seus protegidos. Além do Gabinete, a atuação do presidente da província no processo eleitoral era de suma importância uma vez que este, assim que assumisse o posto, iniciaria a ação eleitoral em todos os níveis, supervisionando e cumprindo as leis e podendo, inclusive, adiar uma eleição.[54]

Os juízes de direito e municipais também exerciam grande poder sobre os resultados eleitorais e, por isso mesmo, estes deveriam ser escolhidos com todo cuidado a fim de que, se colocados em jurisdições difíceis, pudessem criar um compromisso eleitoral.

As operações eleitorais eram públicas e, segundo a lei, as eleições eram anunciadas por editais afixados em lugares públicos. O processo de votação ocorria na igreja da paróquia. O juiz de paz[55] e os membros das juntas eleitorais ocupavam nitidamente um lugar diferenciado do povo, demonstrando a posição hierárquica que cada um ocupava.

O padre paroquial elaborava a lista dos votantes qualificados, o escrivão as colocava no lugar adequado e os membros eleitos das câmaras municipais atuavam como presidentes das assembléias eleitorais nas paróquias durante as eleições. Segundo aponta Graham (1997, p.147), mais de cinqüenta por cento de todos os homens adultos e livres estavam na lista de votantes qualificados. No entanto, não há registro daqueles que realmente votavam. O objetivo de as juntas de qualificação elaborarem as listas está em convocar os votantes qualificados para ajudar seus chefes[56]. O documento nº 38 confirma o local onde era

---

[54] Conforme as palavras de Graham (1997, p.120): "Por todos esses meios, o presidente do Conselho de Ministros, agindo diretamente ou através dos outros, podia quase determinar o resultado das eleições, e faze-lo inteiramente dentro da lei. Ele nomeava os presidentes das províncias, que podiam anular a eleição de juízes de paz (que presidiam as mesas e os Colégios Eleitorais) e dos membros das câmaras municipais (que controlavam o recurso do processo de qualificação e, nas cidades que encabeçavam os distritos eleitorais, apuravam os resultados dos Colégios Eleitorais). Aconselhado pelos presidentes, o ministro da justiça podia transferir e afastar juízes de direito e municipais, assim como os que tinham assento nas Relações, e assim obter acórdãos favoráveis sobre a legalidade de qualquer processo eleitoral."

[55] Em relação ao juiz de paz, assim coloca Graham (1997, p.150): "Não havia qualquer dúvida de sua autoridade quando, na manhã do dia da eleição, o juiz de paz entrava a passos largos na igreja de um vilarejo remoto e, destemido, ocupava seu lugar "no topo da mesa", com dois membros da junta em cada lado, e "tendo à esquerda a mim, escrivão". *Uma vez que, como fazendeiro, estancieiro ou homem de outras posses, ele tinha fontes adicionais de autoridade, o lugar do presidente da mesa mostrava e afirmava a organização apropriada da sociedade, e os outros atores assim eram instruídos sobre as posições protetoras ou deferentes próprias aos seus respectivos lugares*." (grifo meu)

[56] Nas palavras de Graham (1997, p.146): "Para elaborar a lista de votantes, a junta de qualificação ou trabalhava a partir de novas listas fornecidas pelos juízes de paz em cada distrito eleitoral, vitoriosos na última eleição, ou usava a lista anterior, apenas riscando ou acrescentando nomes. Já que a lei não especificava que documentos comprovariam se um eleitor tinha renda suficiente, se era ou não um criado, ou possuía outras qualificações requisitadas, em caso de contestação a junta recorria a declarações juramentadas de testemunhas. Como alguns juravam sim e outros não, a junta de qualificação permanecia livre para decidir, e o fazia segundo sua própria preferência política."

realizado o processo eleitoral e a importância de tal processo, uma vez que havia a necessidade de enviar um relatório ao presidente da província contando os acontecimentos durante as eleições:

> Ill*ustrissi*mo e Ex*cellentissi*mo Senhor | Communico á V*ossa* Ex*cellenci*a que o processo eleitoral | na Parochia désta Cidade correu regularmente, | naõ havendo perturbacaõ alguma da ordem pu | blica. Principiou no dia 3 do corrente, e termi | nou no dia 6. | D*eu*s G*uar*de a V*ossa* Ex*cellenci*a m*ui*tos annos. |

É importante dizer que os historiadores, por se depararem com várias ambigüidades na questão sobre quem podia votar, discordavam quanto às restrições feitas aos votantes. Graham (1997, p.148) afirma que "A maioria dos livres era desclassificada apenas com base em idade e sexo e não pela exigência de propriedade." De acordo com seu raciocínio, a própria política baseada no clientelismo exerceria um controle sobre o comportamento eleitoral do votante, fazendo com que este, por relações de lealdade, votasse no seu "chefe", comprovando novamente a fraude eleitoral. Deste modo, não haveria necessidade de reduzir muito o número de votantes, uma vez que estes se mantinham submissos a seus senhores, servindo-os através da lealdade partidária. Portanto, estender o voto a um segmento mais amplo da população seguiria propósitos particulares. Conforme expõe Graham (1997, p.239), somente com a mudança econômica e social ocorridas nas décadas de 1860 e 1870, é que surgiram algumas alterações na cultura política do Brasil, mostrando algumas mudanças, ainda que pequenas, nas instituições eleitorais.

Por outro lado, Costa (1985: 47) afirma que, desde antes da Independência quando, através da decisão de 19 de junho de 1822[57], estabeleceu-se as condições de recrutamento do eleitorado, a maioria do povo já estaria excluído do sistema político, garantindo apenas a uma minoria o acesso ao poder. Mais tarde, depois de consumada a Independência, adotou-se um critério para a seleção de votantes ainda menos democrático em que se baseava na

[57] Costa (1985:47), as condições de recrutamento do eleitorado de acordo com a decisão de 19 de junho de 1822: "(...) Concedia direito de voto a todo cidadão casado ou solteiro, de vinte anos, que não fosse filho-família. Ficavam excluídos os que recebessem salários ou soldados com exceção dos caixeiros de casas de comércio, os criados da Casa Real (que não fossem de galão branco), os administradores das fazendas rurais e fábricas. Impedidos de votar ficavam também os religiosos regulares, os estrangeiros não naturalizados e os criminosos. Não obstante as discriminações, estas disposições eram nitidamente mais democráticas do que as que foram institucionalizadas mais tarde, depois de consumada a Independência, quando se adotou um critério para a seleção de votantes, eleitores e elegíveis baseado na renda crescente. Esses dispositivos excluíram a maioria do povo do sistema político, reservando a uma minoria o acesso ao poder".

renda crescente dos eleitores e elegíveis. O documento nº 20, datado de 25 de julho de 1831, demonstra que, neste período, o critério para seleção de votante, em Piracicaba, baseava-se na renda crescente dos eleitores:

> Ill*ustrissi*mo e Ex*cellentissi*mo Sen*hor* | Em observancia áo Officio deVossa Excellencia de 22 de | Junho p*roximopassado* remeto as relaçoens, sendo huma dos | que podem ser Eleitores, contra dos homens esco | lhidos, que nesta ultima entraõ muitos, que, naõ | Servem para Eleitores por naõ terem huma ren | da Suficiente, como determna a Ley; porem me | receno todo o conceito, e capazes de defenderem á | Patria, eporisso dignos detoda attençaõ (...)

Era a elite letrada que geralmente ocupava os cargos de poder local ou decidia quem os ocuparia. Era comum a presença de chefões locais, ou seja, homens de posse nomeados pelo governo nacional, ocupando cargos de juízes municipais, delegados, oficiais da Guarda Nacional etc. Sendo assim, eram evidentes a superioridade e autoridade de alguns contrastando com a submissão de outros, tal como dois extremos, dois opostos que nitidamente se diferenciavam.

2.3) A natureza dos cargos públicos

Não apenas a sociedade da época caracterizava-se por uma forte hierarquia social, como também as instituições públicas e administrativas mantinham-se marcadas por uma ordem claramente estratificada, em que cada pessoa ocupava um lugar particular visto como uma identidade social.

O governo central e as nomeações para os cargos na estrutura governamental no Brasil do século XIX permitiam à elite fortalecer sua posição de classe dominante, ao mesmo tempo que mantinha uma dominação local através de práticas clientelistas. Por este motivo, desde os antigos tempos coloniais, as oligarquias exerciam um poder notável através do Senado da Câmara Municipal. Em lugares ainda mais distantes, livres das interferências e ordens de Portugal, as Câmaras Municipais agiam praticamente por conta própria.

Segundo Graham (1997, p.85), é importante lembrar que durante o reinado de D.Pedro II, cabia à elite que compunha o gabinete do primeiro ministro, dentre outras atribuições, nomear todos os funcionários públicos, dentre eles os delegados de polícia de todo o país, além dos oficiais da Guarda Nacional, juízes e bispos e emitia autorizações para as promoções militares.

Quanto aos cargos de chefe de polícia, delegado e subdelegado, Graham (1997, p.87) garante que estes seriam homens abastados que viviam na localidade, além de possuírem terras. Esses homens buscavam esses cargos públicos com o objetivo de "exercer autoridade extra e estender favores, isenções e proteção aos seus apadrinhados", uma vez que, com exceção do chefe de polícia, essas autoridades não recebiam salário, seus rendimentos provinham de atividades particulares, provavelmente ligadas a terra.

Delegados, subdelegados, inspetores de quarteirão e oficiais da Guarda Nacional trabalhavam em conjunto com os membros do Gabinete a fim de manterem a ordem pública a qualquer custo.O controle social e o centralismo do governo contavam com o apoio das corporações policiais da Província e da Guarda Nacional[58]para garantir a ordem local. Esta última, cujos oficiais eram ricos proprietários de terras, surgiu após o fim da Companhia de Ordenanças em 1831.

A concessão de cargos públicos funcionava como uma espécie de "prêmio" ou "recompensa" pelo apoio eleitoral. Assim, era comum a criação de leis que dividiam, subdividiam e até mesmo criavam novos cargos, sendo que os postos da Guarda Nacional eram os mais procurados.Além disso, segundo Graham (1997, p.132): "(...) muitas vezes a ocupação de um cargo trazia consigo o direito de ocupar outros (...)".Por isso era comum, em cartas, a recomendação de algumas pessoas para alguns cargos, conforme demonstra o documento nº 22 com a recomendação de Francisco Florencio d'Amaral para o cargo de sub-prefeito e documento nº 43 demonstrando que uma mesma pessoa poderia acumular dois cargos ao mesmo tempo: o de juiz municipal e de órfãos e outro de juiz de direito:

[58] Sobre a Guarda Nacional assim expõe Graham (1997, p.50-1): "A Guarda Nacional imitava a sociedade em suas gradações. Criada como milícia em 1831, por proprietários de terras ansiosos por conter a influência desestabilizadora de um exército indisciplinado, suas fileiras distinguiam nitidamente as classes sociais. Todos os cidadãos do sexo masculino, entre 18 e 60 anos, com uma renda acima de determinado mínimo, podiam ser convocados legalmente. Fossem eleitos – como ocorria antes de 1850- ou nomeados, os oficiais vinham das "classes abastadas". O nascimento legítimo fornecia apenas um dos vários quesitos para a nomeação, e de modo geral os oficiais eram donos de terra e escravoa."

> Ill*ustrissi*mo e Ex*cellentisi*mo S*enh*or | Havendo o Sub-Prefeito desta Villa | obtido de V*ossa*Ex*cellenci*a demissaõ do Emprego; propor | nho ao Cidadaõ Francisco Florencio d' Ama | ral para o mesmo Emprego por possuir | todos os requisitos pricizos para o dezempe | nho d' um tal Emprego | D*eu*s g*uard*e a V*ossa* Ex*cellenci*a V*ill*a da Const*ituiçam* 16 | de Jan*eiro* de 1838 | Ill*ustrissi*mo e Ex*cellentissi*mo S*enh*or Presidente da Prov*inci*a | Manoel de Soledo Silva | Preffeito (documento nº 22)

> Ill*ustrissi*mo e Ex*cellentissi*mo S*enh*or | A 13 de Agosto proximo passado communi | quei a V*ossa*Ex*cellenci*a que a 10 do mesmo mês | prestei juramento, tomei posse e entrei em | exercicio do cargo de Juis Municipal e de Or | phaõs d'este Termo da Constituiçaõ, para | o qual fui reconhecido por decreto de 27 | de Junho ultimo, havendo na mesma data | assumido a jurisdicçaõ de Juis de Direito da | Camara, na qualidade de 1º substituto,(...)
> (Documento 43)

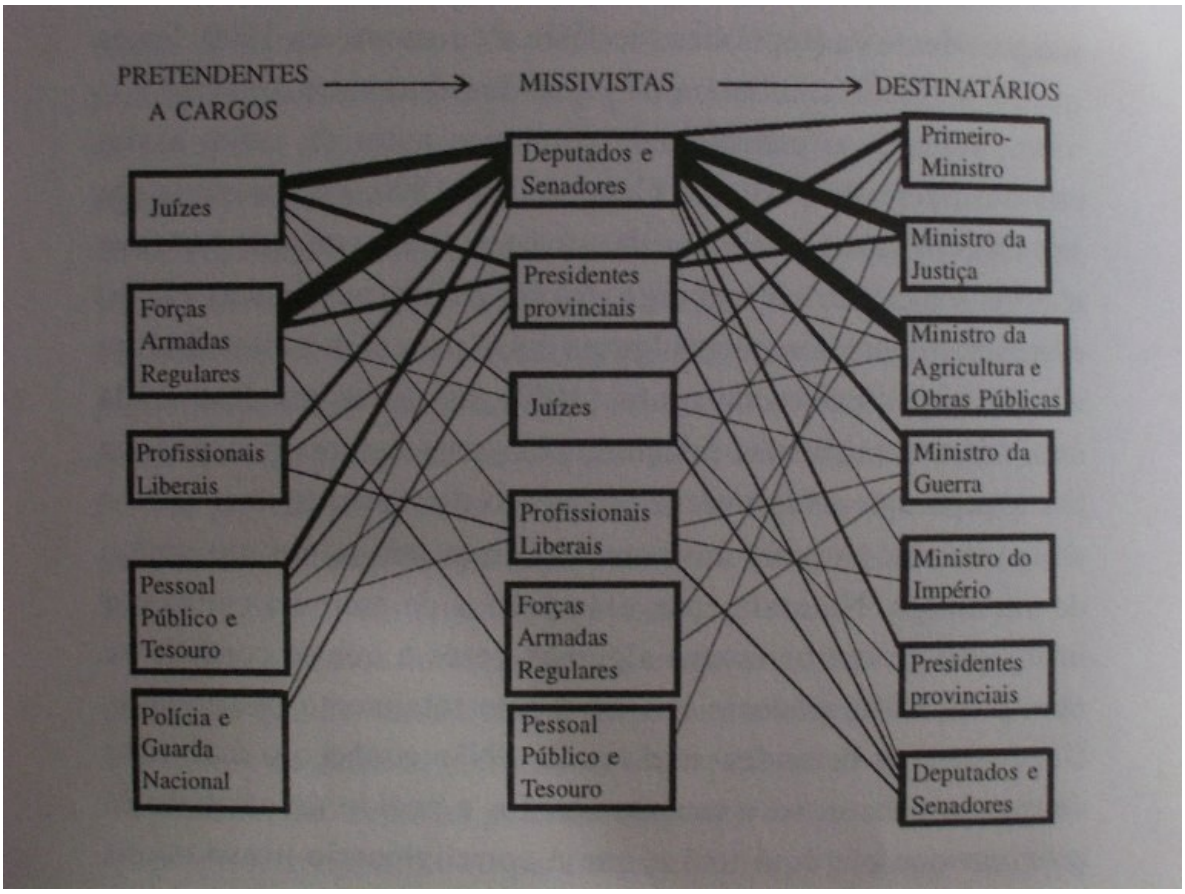
Eram também freqüentes os pedidos feitos por senadores e deputados enviados a membros do Gabinete em favor de terceiros. Estas relações era estabelecidas por laços de amizade, ligações familiares e lealdade pessoal. Poder atender a um pedido deste tipo fazia automaticamente de alguém um protetor e facilitava a este a formação de um grupo de seguidores. Do mesmo modo, o poder de demitir acompanhava o de nomear, sendo a demissão uma forma de punir aqueles que não demonstravam lealdade. De acordo com Costa (1985, p.210):

> Dentro desse regime [clientelismo], os critérios de competência perdiam o sentido. A multiplicação dos empregos públicos, muitos deles desnecessários, faz parte do mesmo quadro. Para reforçar os laços de fidelidade que ligam o eleitorado ao homem público, essenciais à manutenção do poder político e do prestígio do chefe, é preciso que este satisfaça a sua clientela, multiplicando os empregos e as pensões mesmo quando aqueles não se fazem necessários ao bom funcionamento do Estado e venham, pelo contrário, sobrecarregar as despesas e entravar a máquina administrativa.

Segundo Graham (1997, p.278-79), era grande o número de cartas, no século XIX, contendo pedido de emprego ou outros favores a certas autoridades. O mais curioso é que grande parte dos missivistas [59]não escreviam pedindo algo para si mesmos. Em sua maioria

[59] Segundo Houaiss (2000) missivista é "autor ou portador de uma missiva".

pediam algo para pessoas que conheciam pouco ou mal conheciam, tais como para o amigo de um parente, um parente de um amigo ou um amigo de um amigo. Isso revelava uma outra camada de relações em que muitas vezes um candidato desconhecido era também inadequado. O quadro abaixo demonstra como eram estas relações:



(Apud Graham. *O Clientelismo no Brasil do século XIX*, 1997, p.280)

Segundo Graham (1997, p.285-86), em consulta a fontes primárias, informa que também se manifestavam muitos pedidos à procura de vagas para os cargos de partidor e funcionários dos correios, sendo que este último cargo tinha grande importância para a política de algumas regiões, uma vez que, em épocas eleitorais, os agentes poderiam dificultar as comunicações dos adversários, retardando a entrega de suas cartas. Talvez, seja por este motivo ou até mesmo as péssimas condições das estradas de Piracicaba que o

---

Missiva é colocado como “carta ou bilhete que se escreve a alguém”

documento nº 42 aponta o não comparecimento de Prudente de Morais à junta eleitora, culpando um certo atraso dos correios na entrega das correspondências:

> Ill*ustrissi*mo e Ex*cellentissi*mo Sen*hor* | Só pelo correio aqui chegado hontem foi que recebi o of | ficio de 16 de Abril do corrente anno – em que o anteces | sor de V*ossa* Ex*cellenci*a communicava me haver me nomeado | n aquella data para fazer parte da commissaõ censi | taria da Parochia d'esta cidade – ordenando que a | commissaõ se reunisse com urgencia afim de cum | prir disposto nos §§ 1º 2º e 4º do art*igo* 9 do decr*eto* n*umer*o | 4856 de 30 de Dezembro de 1871 – cumprindo sem obser | var que o referido officio só foi registrado na a | gencia do correio da capital no dia 23 de Agosto | proximo findo. [espaço] Á vista d'isso vê V*ossa* Ex*cellenci*a que | ainda quando houvesse de minha parte desejos de | acceitar a nomeaçaõ e prestar serviços como membro | da commissaõ censitaria d'esta Parochia – seria isso | impossivel por que a noticia da minha nomeacaõ | só chegou-me ás maõs exactamente um mez de | pois do dia em que devia ter lugar o primeiro | recenciamento da populaçaõ,(...)

Nessa trama de relações pessoais, o clientelismo alimentava o sistema de padrinho-afilhado que, por sua vez, fortalecia o próprio clientelismo baseado na troca de gratidão por favor. Deste modo, todo o território brasileiro estava unido por ligações entre protetores e protegidos, criando vínculos onde os interesses particulares estavam acima do poder público.

2.4) As relações familiares no Brasil do século XIX

Além do clientelismo e da forte hierarquia social que caracterizavam o cenário político do século XIX, a instituição familiar funcionava como uma unidade básica de ordem política, sendo protegida pelo Estado e permitindo que o pai exercesse autoridade legal sobre todos os membros da família.

Como as famílias representavam importante fonte de capital político, a união de seus membros tornava-se fundamental para o aumento de propriedades, acúmulo de bens e criação de vínculos que levassem os homens a certos cargos oficiais e domínio local. Portanto, a quebra dessa união, por qualquer motivo que fosse, tornava-se um interesse público. De acordo com Graham (1997, p.35):

> Os funcionários públicos levavam muito a sério sua responsabilidade em relação às famílias particulares. Diplomatas e policiais consideravam seu dever informar a um padeiro que sua filha casada abandonara o marido por outro homem; sua desobediência ao marido tornava-se responsabilidade do pai e um assunto de interesse oficial

Por esta razão, era freqüente em documentos oficiais a declaração e até mesmo a punição de escândalos envolvendo questões familiares, como bem demonstra o documento nº 08 em que narra a prisão de um homem que largou sua mulher para viver com outra. É interessante notar a expressão "vive concobinado para escândalo público", demonstrando que realmente esses escândalos envolvendo questões familiares ultrapassava a esfera particular para tornar-se uma questão de interesse público:

> Ill*ustrissi*mo Sarg*ento* Mor Comm*andan*te Manuel Joze Vás Ba*lthaza*r | Remeto prezo emferros, e escoltado pelo | Cabo Vicente Gomes a Joaquim Soares por estar | emtudo comforme aord*e*m do Ill*ustrissi*mo eEx*cellentissi*mo S*enho*r Gene*ra*l | pois he inteiram*ent*e vadio, tribulento, evive concobi | binado com escandalo publico, largando a suam*ulh*er | aodesamparo.

2.5) A imigração européia e a Lei de Terras de 1850

A expansão e comercialização do café deviam o seu sucesso à escravidão. No entanto, desde José Bonifácio, os liberais de São Paulo eram contrários a ela e viram na experiência do senador Nicolau do Campos Vergueiro uma saída para substituir a mão-de-obra escrava pela européia sem maiores transtornos.

Nicolau do Campos Vergueiro foi o pioneiro na introdução de imigrantes no Brasil. Desde 1840, o senador Vergueiro procurou atrair imigrantes portugueses, sob o sistema de parceria, para a sua fazenda de café, a fazenda Ibicaba, na região de Limeira, distrito de Piracicaba.[60] Mais tarde, com a ajuda do governo, Vergueiro volta-se para os imigrantes suíços e alemães. Segundo Costa (1985: 170), em 1846, fizeram acordo com 364 famílias,

[60] O documento nº 23 demonstra que a região de Limeira, por volta de 1840, ainda era distrito de Piracicaba: (...)Compreme partecipar aV*ossa*Ex*cellenci*a que meacho | rezidindo na Freguezia da Limeira, dis | tricto daVilla de Piracicaba, aonde per | tendo me estabelecer.(...)

na sua maioria prussianos, bávaros e camponeses do Holstein que trabalhariam na fazenda Ibicaba ao lado dos escravos que, durante este período, eram em número de duzentos e quinze escravos.[61]

Já na metade do século XIX, mais especificamente após ter cessado o tráfico negreiro (1850-1854), em Vila Nova da Constituição (Piracicaba) já se iniciava um sistema de trabalho que incluía o imigrante europeu, ficando a firma Vergueiro & Cia do senador Vergueiro encarregada de contratar os imigrantes e trazê-los da Europa.Os primeiros imigrantes em Vila Nova da Constituição foram os alemães e suíços, depois os norte-americanos, os quais deixaram suas marcas na educação e na religiosidade e, por fim, os imigrantes italianos.

Não foi fácil a permanência lado a lado do trabalhador livre e do escravo. Difícil foi para o colono europeu se adaptar às péssimas condições a que ficavam submetidos quando aqui chegavam e por esse motivo, muitos europeus desistiram de vir para o Brasil.

Se por um lado a imigração era vista como uma solução para o trabalho na grande propriedade, por outro lado, os fazendeiros estavam cada vez mais preocupados com o fácil acesso a terra pelos imigrantes e também pelo pequeno lavrador. Pensando nisso, grandes proprietários de terras propuseram uma legislação a fim de impedir que os imigrantes, assim como os pequenos lavradores e escravos forros obtivessem terras, forçando-os ao trabalho remunerado nas fazendas. Com esse intuito foi criada a Lei de Terras, em 1850, que restringia o acesso a terra, reforçando o poder dos grandes latifundiários.

[61] Segundo Furtado (2000, p.131): "(...) Em 1852 um grande plantador de café, o senador Vergueiro, se decidiu a contratar diretamente trabalhadores na Europa. Conseguindo do governo o financiamento do transporte, transferiu oitenta famílias de camponeses alemães para a sua fazenda em Limeira. A iniciativa despertou interesse e mais de duas mil pessoas foram transferidas, principalmente de Estados alemães e da suíça até 1857."

Foto de escravos encontrada num álbum de Vergueiro, tirada entre 1865 e 1885

(Apud *Jornal de Piracicaba*, 15.07.2007. Movimento, C.1)

Segundo Costa (1985:78), a política de terras já havia sido preconizada por José Bonifácio, ministro do Império e braço direito de D.Pedro. José Bonifácio, nas instruções do Governo Provisório de São Paulo aos deputados da Província e às Cortes portuguesas em 1821, havia incluído um artigo referente à política de terras, no qual sugeria que todas as terras dadas em sesmarias e que não se achassem cultivadas deveriam ser reintegradas aos bens nacionais, deixando aos donos destas terras somente meia légua quadrada sob a condição de começarem a cultiva-la imediatamente. Essa medida impediria a concentração de imensas glebas improdutivas nas mãos de poucos. O documento nº 10 mostra muito bem a necessidade de cultivarem terras herdadas por sesmarias com o perigo de perdê-las:

> (...)| promptam*ent*e passei á promover todos os meios | q*ue* mepareceraõ justos p*ar*a obaõ exito desta taõ | importanticima diligencia; officiando a | todos os proprietarios, q*ue* tem terras em d*it*a Estra | da, e ao Cap*ita*m

> dam*es*ma p*ar*a q*ue* mandaõ oPovo | daquela Freg*uesi*a beneficiar aparte devoluta oq*ue* | logo sepor emexecuçaõ ficando aq*ue*la p*art*e m*ui*to bem | beneficiada, eosproprietarios huns já tem feito | outros estao fazendo ap*art*e q*ue* lhes pertencê, ehu | destes pediu-me prazo p*ar*a concluir sua sa | fra, elogo q*ue* finde comprir com seu dever, epa | recendo-me justo lhe concêda; porem Ex*cellentissi*mos | Sen*ho*res hâ nesta Estrada hum sesmeiro || 1v. Sismeiro denome Joaquim Ant*oni*o deCarv*alh*o | q*ue* possuê em d*it*a Estrada grande porçaõ deste | mas a 6,, annos mais oumenos enuca fes | sua testada, enem tem poces p*ar*a áfazer p*or* | ser hum mero papelista, q*ue* vive deV*ill*a em | V*ill*a Sem rezidencia certa, enaõ possuê hum | só escravo, eobtendo esta sesmaria só com o | sinistro projeto denegociar com ellas o q*ua*l | fazendo-lhe eu hum officio nem resposta | deu, epaçousse desta p*ar*a aV*ill*a de Itu onde | seacha cos uso deremedios sem dar pro | videncia alguma ataõ n*umeros*o servisso,(...)

Obviamente, tal medida não foi bem recebida pelos grandes proprietários de terras que, além de constituírem a parcela mais importante da sociedade, tinham interesses ligados ao grande latifúndio, ainda que improdutivo.

Durante o período da Independência, a doação de lotes de terras, que era feita como forma de recompensar algumas pessoas pelos serviços prestados à Coroa ou mesmo como meio de atrair povoadores para a colônia, foi suspensa e até 1850 a ocupação ilegal tornou-se o único recurso possível para quem quisesse obter a posse da terra, com exceção da posse obtida por compra ou herança. Normalmente, esta ocupação ilegal era feita por colonos ou caipiras que, por não possuírem poder econômico e status social, invadiam áreas desocupadas e ali passavam a viver da agricultura de subsistência.

O número incontrolável de ocupações de grandes extensões de terras impeliu alguns setores da elite brasileira a repensar a questão da política de terras, criando em 1850 a Lei de Terras. Essa lei atendia aos interesses desses setores elitistas e regularizava a posse da propriedade rural, resolvendo, além disso, o problema da força de trabalho nas fazendas, uma vez que, sem a posse da terra, o trabalhador livre seria obrigado a trabalhar nessas fazendas. Sendo assim, segundo Costa (1985, p. 146):

> (...) toda terra que não estivesse apropriadamente utilizada ou ocupada deveria voltar ao Estado como terras públicas. Essas terras seriam vendidas por um preço suficientemente alto para dificultar a compra de terras pelos recém-chegados. Com o dinheiro acumulado pela venda das terras, o governo poderia subsidiar a imigração, trazendo europeus para o Brasil para substituir os escravos nas fazendas. Assim, o problema da força de trabalho seria resolvido. (...)

Aqueles que defendiam o projeto de Lei de Terras argumentavam que esta medida eliminaria a disparidade existente entre o excesso de terra e a escassez de trabalho. Por outro lado, a venda do terreno por um preço alto forneceria fundos para que o governo pudesse incentivar a colonização, além de tornar mais desejável o uso produtivo do solo, dando um fim ao latifúndio improdutivo e legitimando a propriedade. No entanto, esta política da Lei de Terras favoreceu apenas uma camada mais rica da sociedade que tinha condições de comprar as terras por preços altos. Enquanto isso, a maioria da população, formada por imigrantes, negros forros, mestiços, índios e caipiras, estando totalmente desprovida de recursos, só caberia oferecer seus serviços de mão-de-obra para os proprietários, não participando de nenhum direito sobre a terra.

2.6) O desenvolvimento urbano de Piracicaba no século XIX

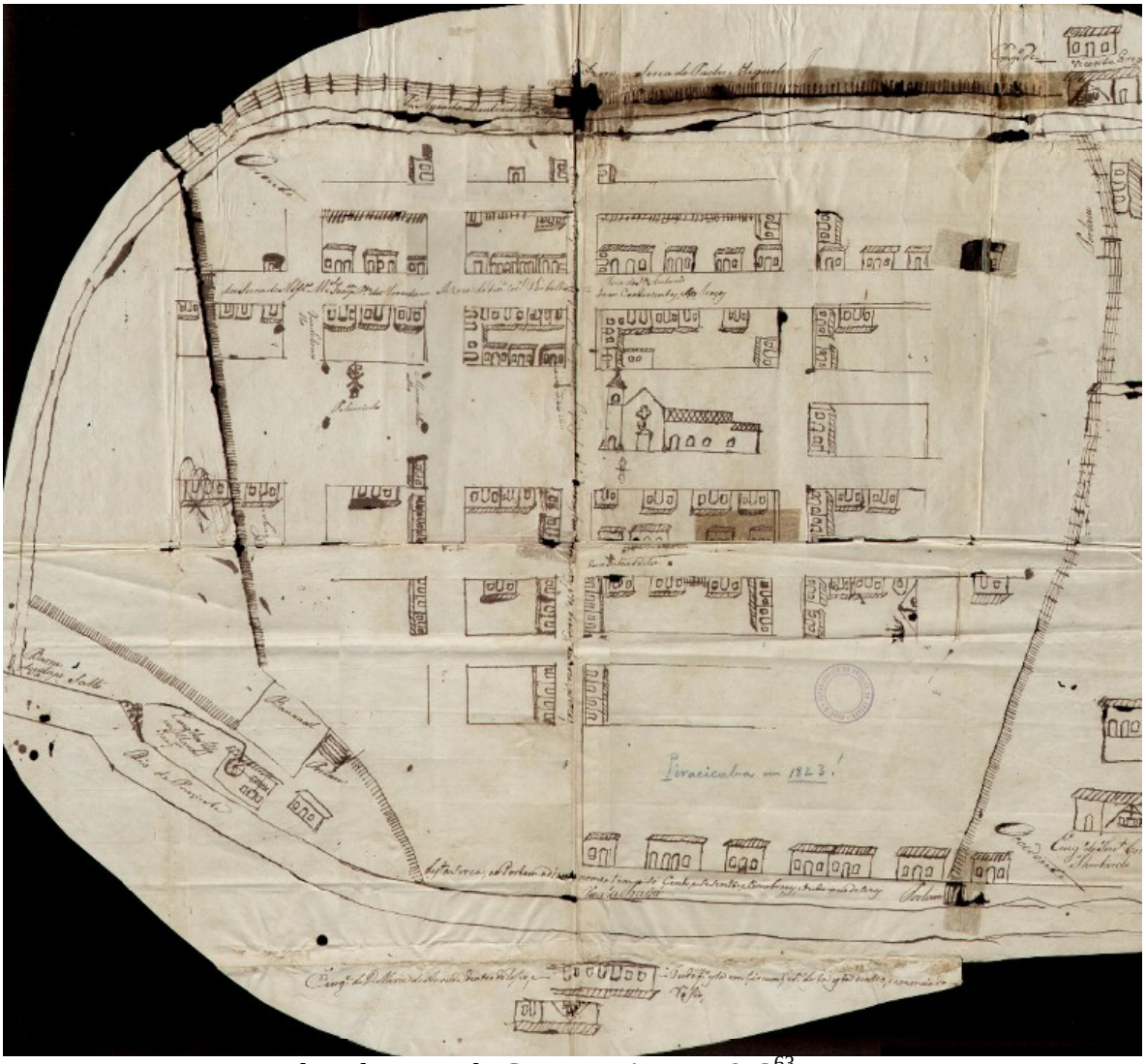
O processo de urbanização do Brasil no século XIX seguiu-se de uma maneira muito peculiar. No início deste século, a população era essencialmente rural, estando os núcleos urbanos de maior importância localizados ao longo da costa. Com a Independência, em 1822, o Brasil passou a integrar as correntes internacionais do comércio sem precisar da mediação portuguesa e as funções comerciais dos núcleos urbanos ganharam novo incentivo. Apesar de todas as condições favoráveis ao processo de urbanização, no Brasil, a exportação de produtos agrários continuou a base da economia, assim como a manutenção do latifúndio e a permanência do trabalho escravo. Esse tipo de estrutura tradicional de produção inibia o desenvolvimento das manufaturas, dificultando o desenvolvimento urbano e deixando os núcleos urbanos do interior como meras extensões das zonas rurais.

No caso de Piracicaba não foi diferente. Elevada à condição de vila em 1822, sob o nome de Vila Nova da Constituição em homenagem à constituição portuguesa[62], manteve durante muito tempo o seu aspecto rural, dominada em termos quase que absolutos por uma

[62] Assim relatou Saint-Hilaire (1940, p.63): "(...) o povo não compreendia bem o significado da palavra constituição, que andava em todas as bocas; era lhe explicado que por tal expressão se entendia a reforma dos abusos de que tinha queixas desde muito tempo, e o povo jurou fidelidade à constituição, antes mesmo de ela estar elaborada(...)"

oligarquia rural cujo domínio se estendia para além da grande propriedade, abrangendo o poder político, a administração e a vida pública.

Ao ser elevada à condição de vila, foi delimitado o perímetro urbano da Vila Nova Constituição, ou seja, marcaram-se os limites do rossio e, a partir, daí foram determinados os lugares para as repartições públicas, cadeia, residências de autoridades e donos de terra. Ao redor, com uma certa distância, ficavam o comércio e alguns terrenos vagos que mais tarde dariam origem a chácaras e bairros rurais como Rio das Pedras, Rio Acima, Rio Abaixo, Corumbataí, Toledo, Taquaral, Morro Azul etc. De acordo com Costa (1985, p.202), nas cidades do interior do Brasil, no século XIX, não havia edifícios significativos, com exceção das igrejas, conventos, edifícios da câmara e cadeia. A configuração da Vila neste período pode ser observada no mapa de 1823 logo abaixo:



Mapa de Vila Nova da Constituição em 1823[63]

Quando Piracicaba foi elevada à condição de vila, houve um crescimento paralelo na formação das estradas, criando-se uma relação de dependência e reciprocidade entre uma e outra, ou seja, as estradas foram criadas em função da nova vila e esta dependia das estradas para sua sobrevivência em nível sócio-econômico. O estado geral em que se encontravam estas estradas e pontes foi motivo de preocupação constante em Piracicaba ao longo do século XIX, pois elas eram importantes não apenas como vias de comunicação para abastecimento e comércio, sendo vitais para a economia de Vila Nova da Constituição, como também para todo tipo de comunicação em geral entre uma região e outra.

[63] Fonte: Acervo do Arquivo Público do Estado de São Paulo.

A despeito da grande importância dessas estradas e pontes para a economia local, as primeiras quase sempre estavam intransitáveis, cheias de mato e atoleiros e as pontes estavam se desmanchando, prejudicando grandemente o comércio da região e a vida dos moradores em geral. Segundo Torres (2003, p.66):

> Como as principais estradas eram as que ligavam a Vila à Capital passando por Campinas e Jundiaí, a Câmara estava sempre a pedir auxílio para refazer pontes, ora sobre o rio Alambari, ora no Tijuco Preto, ora na estrada de Campinas. Tais estradas eram continuação de uma outra, que, além do rio Piracicaba e do Corumbataí, atravessava a Vila passando pelas pontes do rio Piracicaba e do rio Itapeva. Eram pontes que sofriam os efeitos das enchentes anuais e precisavam de constantes reparos, o que levava a Câmara a pedir reiteradamente o auxílio dos cofres provinciais.

Por estes motivos, a Câmara não descuidava do assunto e isso pode ser verificado no trecho do documento Nº 32:

> He de absoluta necessidade fazer-se huma | ponte no Ribeiraõ do Tijuco preto na estra | da que desta Villa se diriji a Santa Barba | ra, Campinas, Jundiahy e Saõ Paulo na es | trada numero 1º por que com a mudança | da estrada disviando na direçaõ della do lugar || 2r.onde em d*it*o Ribeiraõ umaponte, etendo | hum proprietario di Citio feito um tanque no | dito Ribeiraõ este impedio a passagem que da | va o dito Ribeiraõ, e o represo de d*it*o Ribeiraõ | tornou di absoluta necessid*ad*e huma ponti –(...)

Às Câmaras Municipais eram atribuídas funções meramente administrativas e estavam sujeitas à vigilância da administração da Província. Deste modo, a Câmara Municipal de Piracicaba gozava de pouca autonomia, sendo obrigada a enviar relatórios mensais sobre o estado em que se encontrava a vila de um modo geral, incluindo, desde o estado geral das estradas, hospitais, materiais recebidos pelo Batalhão da Guarda Nacional, até fatos corriqueiros como brigas e reconciliações. De certa forma, estes fatos demonstram o provincianismo em que se encontra a Vila Nova da Constituição no século XIX , como nos mostra o trecho do documento Nº 16:

> Em consequencia às circulares de V*oss*a Ex*cellenci*a que me foraõ trans | meti das pella Camera Municipal desta Villa em que sou | obrigado todos os mezes a enviar huma relaçaõ das cauzas | e reconciliaçoens que

> ouveraõ neste Juizo de Paz o que | Juncto remeto. [espaço] E Junctamente huma parte circunstanciada | de todo e qualquer a contecimento o que faço Ninhuma | nuvidade tem ávido que me conste, antes parece todo osuce | go eobediencia ás Leis é o que posso dizer.

A Câmara Municipal de Piracicaba, por estar sujeita à Província, não podia criar impostos sem autorização do presidente da Província. Porém, questões locais como saneamento, saúde[64], educação etc., também faziam parte das atribuições administrativas da Câmara que carecia cada vez mais de recursos para a concretização das obras. Conseqüentemente, não podendo cobrar impostos e dependendo das dotações orçamentárias dos poderes superiores, a vila não tinha condições de realizar melhorias, tampouco de investir no desenvolvimento urbano. Com as condições precárias em que se apresentava a maioria das principais estradas e pontes que ligavam Vila Nova da Constituição à capital da Província e Porto de Santos, tornava-se cada vez mais difícil transportar o açúcar produzido para ser comercializado, deixando a Vila praticamente sem comunicação. O trecho do documento Nº 09, datado de 20 de julho de 1823, mostra muito bem a situação em que se encontrava a Vila no início do século XIX:

> (...)Aproveito esta occasiaõ de reprezentar aV*ossas*Ex*celenci*as a Estra | da, que daqui segue p*ar*a Freg*uesi*a deAraraquara se acha inteiram*en*te intranzi | tavel e sendo altos ofes Comercio m*ui*to vantajozo aestaV*ill*a, que pela maior parte | trabalha noFabrico do Assucar, edaquellaFreg*uesi*a vem Boyadas, q*ue* aqui se | Compprañ p*ar*a otrabalho dos Emg*enheir*os, alem deoutros generos, q*ue* aqui se conçome | como queijos, algodoins, que de lá vem comtanta abund*anci*a, q*ue* ainda daqui se | exportaõ p*ar*a as outras V*ill*as vizinhas.

Mesmo na segunda metade do século XIX, a zona urbana de Piracicaba conservava ainda o aspecto rural. Segundo Costa (1985, p.202), a maioria dos núcleos urbanos do interior apresentavam um aspecto descuidado com vacas, cabras e cavalos pastando nas ruas sem asfalto da cidade, além disso, boa parte da população vivia em chácaras, cujos

[64] Conforme nos mostra o trecho do documento nº 50, o Hospital da Santa Casa de Misericórdia, fundado em 1883, passava por grandes dificuldades tendo que recorrer ao Governo da Província: "(...)A vista do exposto verá V*ossa*Ex*cellen*cia que com tão | minguados recursos não poderá esta insti | tuição permanecer em um grao compativel | com o grande augmento da população d'es | ta Cidade, pelo que peço a intervençaõ | de V*ossa*Ex*cellen*cia perante o Ex*cellentissi*mo Governo da Pro | vincia e o Corpo Legislativo, solicitar | d'este na sua proxima reunião da extracção | de algumas loterias em beneficio de seu | patrimonio.(...)"

limites chegavam à cidade. O trecho do documento Nº 40 relata como eram os caminhos que ligavam Piracicaba a outras Comarcas. Em geral, o trânsito só era possível a cavalo, devido à precariedade das estradas:

> Os caminhos são em geral máos | O meio de tra[ns]porte é a cavallo. | O cavallo aluga-se por 2$000 reis diarios e o Camarada p*ar*a acompanhar | o passageiro paga-se a 2$000 diarios e dando-se-lhe o sustento. | [espaço] = Dispendio das viagens = [espaço] | Uma pessôa o menos que por dia gasta nos pousos q*uand*o caminho é tres | mil reis a cinco, p*oi*s há logares em q*ue* tres mil reis é pouco como | Campinas por exemplo

Aspecto de Piracicaba no século XIX. A rua não era asfaltada e a condução era à tração animal.[65]

Como já foi mencionado, na metade do século XIX, em Piracicaba, ainda havia a permanência da policultura, ou agricultura de subsistência para consumo interno, junto da lavoura canavieira que continuamente ia crescendo. Inclusive, nos sítios que não dispunham de fábricas de açúcar, por serem pequenos e sem recursos, levavam os sitiantes a cultivar apenas o mantimento para o consumo.[66] Na primeira metade do século XIX, a estrutura econômica de Piracicaba era de base agrícola com uso de trabalho servil e

[65] Fonte: Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba

[66] Segundo Torres (1975, p.48), durante o século XIX, Piracicaba era considerada um centro de Policultura sendo cultivados o milho, feijão, mandioca, entre outros gêneros.

ausência de industrias importantes. Neste período, não havia a exploração de açúcar em grande escala, tal qual caracteriza a grande lavoura ou mesmo como é nos dias de hoje. Segundo Torres (2003, p.108):

> Na realidade, a Vila, em meados do século XIX, não diferia muito em seu aspecto da Freguesia dos anos anteriores, faltando-lhe ainda a vivacidade própria de um comércio intenso. Não apenas o comércio, mais dois outros fatores para a urbanização: o desenvolvimento da indústria ainda incipiente e os aspectos culturais.

Em 24 de abril de 1856, a Vila Nova da Constituição foi elevada à categoria de cidade. Mais tarde, em sessão extraordinária da câmara municipal, de 11 de março de 1877, foi aceita a indicação do então vereador Prudente de Moraes para que fosse restituído oficialmente a esta cidade o seu antigo nome pela qual era popularmente conhecida: Piracicaba.

Nesta segunda metade do século XIX, houve um crescimento no processo de urbanização da cidade e um modesto crescimento no seu comércio, embora a base da economia piracicabana permanecesse na produção agrícola. Apesar disso, em seu estudo sobre a situação de Piracicaba no século XIX, Torres (2003, p.133) afirma: “Não foi rápida a urbanização de Constituição, que manteve, por muito tempo, aspecto rural, com suas chácaras e quarteirões sem casas, muitas vezes, até sem cercas, casa ao nível da calçada, sem jardim.” Isto pode ser observado no trecho do documento N° 32, datado de 1854, em que a Câmara Municipal solicita melhorias básicas na região e expõe as dificuldades pelas quais vem passando:

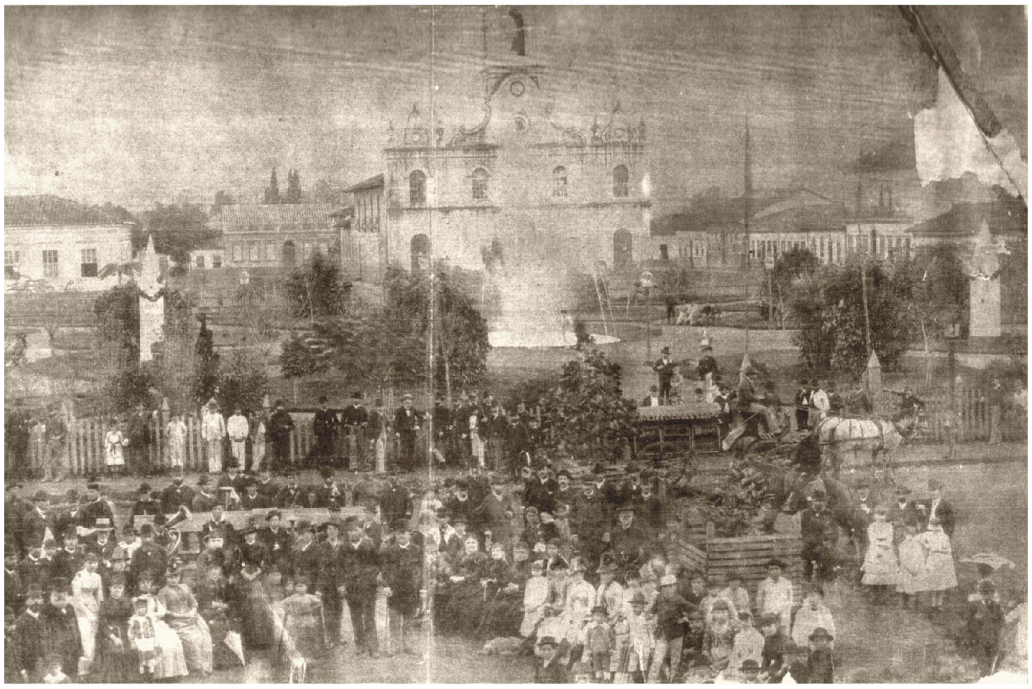
> Esta Camara se | Compras em esperar que V*ossa*E*xcellenci*a compenetrado | das necessidades aqui apontadas as indi | cara a Assemblea Prov*inci*al pois que ellas saõ | indispensaveis, e esta Camara com taõ li | mitados rendimentos nada mais pode | fazer do que expor estas necessidades. | Muitas outras necessidades tem este Mu | nicipio, hum ranxo nas marjens do Re | gato Itapeva para o abrigo das tropas, re | paro de hum ranxo que tem no Ribeirao || 4r. Piracicamerim que está avir ao chaõ coisas | estas que com 400 a 500 mil reis se conseguem, | Hum Chafaris para o que ha taõ boa a | goa e taõ facil de se conseguir – Humaca | za de Caridade para abrigo da indigencia | Huma calçada senaõ emtodas as ruas que | dessem da V*ill*a ao Rio Piracicaba, ao menos na | principal dellas – Alguma coiza que garan | ta a rua Chamada Praia das enxentes que | desmorona o barranco do Rio, e que vai es | treitando

> m*ui*to a d*it*a Rua em alguns lugares | Huma Capella no Cemiterio p*ar*a recomen | daçaõ dos Cadaveres, e abrigo dos devotos [ilegivel] | e assim m*ui*tas outras necessidades que esta Ca | mara não e numera por naõ ser exigida | por V*ossa*Ex*cellenc*ia(...)

A vinda das ferrovias, o transporte fluvial e outros melhoramentos que vieram a partir da segunda metade do século XIX deram impulso à cultura de exportação. Porém, a falta de dinheiro e a conseqüente falta de melhoria de pontes e estradas eram vistos como um entrave ao "progresso" de Piracicaba, deixando-a em condição de cidade morta.

Somente no final do século XIX é que Piracicaba começa a apresentar um certo desenvolvimento econômico. Fatores como iluminação pública, máquinas a vapor, a chegada da Estrada de Ferro Ituana e a construção da Fábrica de Tecidos Luiz de Queiroz ajudaram a modificar sua estrutura econômica através do fluxo de capital. A isso somam-se os acontecimentos políticos com a simpatia dos piracicabanos para com o movimento republicano, levando-os a uma grande adesão ao Manifesto Republicano.[67]

[67] Segundo Torres (2003, p.182): "A Estrada de Ferro Ituana, a Navegação a vapor, os descaroçadores de algodão, as novas técnicas no fabrico do açúcar, dando nova vida aos antigos Engenhos, a Fábrica de Tecidos de Luiz Vicente de Souza Queiroz, o Engenho Central do Barão de Rezende, a iluminação pública, eram sinais do desenvolvimento econômico e da nova mentalidade capitalista, favorecendo, portanto, um surto cultural, com o aparecimento dos primeiros jornais de certa importância."



Pça Central, 1887. Os Piracicabanos se reúnem para participar da inauguração da rede de distribuição de água encanada.[68]

Os republicanos tiveram influência na implementação de obras públicas de modo que a cidade de Piracicaba adquirisse uma infra-estrutura necessária ao desenvolvimento urbano. Assim, a execução dos serviços públicos passou a ser alvo dos empreendimentos privados. A Câmara Municipal, sem recursos, passou a ser integrada pelos republicanos e as concessões à iniciativa privada. Muitas obras foram viabilizadas pelo capital privado: o fornecimento de água e a iluminação pública foram as primeiras. Desta forma, com o surgimento de avanços tecnológicos, crescimento do comércio e uma maior concentração de pessoas na zona urbana, Piracicaba vai perdendo pouco a pouco o seu aspecto rural.

Com o desenvolvimento do comércio surgem as indústrias e dos engenhos a vapor surgem as usinas. Os valores fundamentais da cultura capitalista se expandem, causando sempre um grande impacto nas relações sociais. Se houve um maior crescimento da cidade acarretando novas perspectivas de trabalho, por outro lado o desenvolvimento capitalista gerou um abismo entre pobres e ricos, principalmente no campo onde a agricultura de

[68] Fonte: Acervo do Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba.

subsistência e o modo de vida caipira são incompatíveis com o modo de produção capitalista.

2.7) A linguagem utilizada nos manuscritos de Piracicaba no século XIX

Como já foi observado anteriormente, no Brasil do século XIX e ainda hoje, devido à própria estrutura da sociedade e das relações de clientelismo em vários níveis, os membros da elite ocupavam posições privilegiadas de poder e mando, ficando o povo excluído de toda e qualquer decisão e participação política. O aparelho de Estado rigidamente hierarquizado e a serviço de uma determinada classe normalmente utilizava a autoridade e o exercício da justiça (de caráter violentamente classista) contra a população pobre e destituída de propriedade.

Deste modo, demonstrando todo desprezo e desrespeito pela população de negros, pardos, índios e mestiços é natural que a língua também utilizada como instrumento de poder servisse a uma classe de dirigentes, não se espelhando de forma alguma no povo que, em sua maioria, era analfabeto.

Em São Paulo, no início do século XIX, as condições de ensino eram bastante precárias e no interior paulista o sistema educacional era ainda pior. Durante o Império, a Província de São Paulo contava com um número muito reduzido de crianças que freqüentavam. De acordo com Patrocínio (2003, p.7): “(...) apenas 13,52% das crianças freqüentavam alguma escola.”, demonstrando a precariedade do ensino na Província.

Em Piracicaba, a primeira escola foi criada em 13 de fevereiro de 1826, quatro anos depois de Piracicaba ter sido elevada à condição de vila, e, mesmo depois de construída a escola em Piracicaba, a maioria da população que se concentrava nas áreas rurais não tinha acesso a ela, ficando sua variedade lingüística livre da imposição da norma culta. Com poucos recursos e quase esquecida pela capital da Província, Piracicaba mantinha precariamente seu ensino de Primeiras Letras, deixando sua população imersa em um grande “atraso cultural” e fortemente marcada pela tradição oral.

Era baixo o padrão de ensino em Piracicaba durante esse período, os professores não possuíam formação, não estavam preparados para as escolas primárias, além da falta de recursos para a criação e manutenção das escolas. De acordo com uma ata de 2 de julho de

1861, havia na cidade três escolas, sendo uma de latim e duas de instrução primária. Somente em 1872 foi criada uma terceira escola primária, a Escola Mista da Rua do Porto e para ela foi nomeada a professora Francisca Elisa da Silva, mais conhecida por Francisca de Castro, tendo trabalhado lá durante 27 anos.

Dentre os documentos relacionados nesta pesquisa, transcreve-se abaixo o trecho de um documento nº 45 assinado pela própria professora Francisca Elisa da Silva, no qual ela afirma que a escola onde dava aulas funcionava numa casa cedida por alguém. É importante lembrar que, devido à falta de recursos na Câmara Municipal de Piracicaba, muitas vezes as escolas funcionavam com a ajuda de outras pessoas para ceder casas e/ ou ajudar na reforma das mesmas:

> (...)A minha escóla funciona em uma espaçoza | e bem arejada sala de 45 palmos com 30 gratui | tam*en*te cedido pelo proprietario o Sen*h*or Anto*nio* | Theodoro de Moraes, parte p*o*r affeição pessoal, | parte em attenção ao fim, a q*ue* se presta(...)

Em 1882, em Piracicaba havia cinco escolas públicas de ambos os sexos com 286 alunos matriculados. Porém, segundo Torres (2003, p.183) citando os estudos feitos pelo professor e historiador Guilherme Vitti, em 1883, Piracicaba contava com uma população de 15.738 habitantes, dos quais 5.339 eram escravos. Portanto, o número de pessoas que teriam acesso às escolas era muito reduzido em comparação com o grande número de analfabetos.

Em agosto de 1884, era nomeada para a escola da Rua do Porto a professora Teresa Cristina dos Reis Teixeira, que abriu uma escola na rua Direita por alegar que no local onde estavam, Rua do Porto, não havia casa própria para funcionar uma escola. Na verdade, essa escola, assim como todas as outras, estava mal instalada, além de possuir um agravante: estava à beira do rio, sujeita a enchentes, lama, mosquitos e diversas doenças, como ela própria atesta no documento Nº 49:

> A supp*lent*e porem querendo ir de acordo com a le | tra expressa, chegando a esta cidade, dirigio-se | á rua do Porto, em procura de uma casa p*ar*a abrir | aula. [espaço] Depois de muito traba | lho poude conseguir um pardieiro, porque na | citada rua não existe uma só casa com capa | cidade p*ar*a semelhante mister. | Quando tencionara estabelecer-se ali, foi acon | selhada por diversas pessoas gradas do lugar,

> q*ue* | não fosse para a rua do Porto, por ser lugar | pestifero e sezonatico, a menos que quizesse com | prometter a saude e vida de seus quatro filhos | menores, e igualmente ter seus discipulos;(...)

Mal instalados, em prédios impróprios, as escolas funcionavam em péssimas condições. A situação educacional em Piracicaba só veio a melhorar em fins do século XIX e, mesmo assim, neste período, como afirma Torres (2003, p.191): "(...) havia em Piracicaba 14 mil habitantes com 1337 crianças em idade escolar, e só havia nove escolas públicas." Na zona rural, o setor educacional só começou suas atividades em 1898 com o funcionamento de uma Escola na Fazenda Pau d'Alho, regida pelo professor Antonio de Oliveiro, ano em que também uma nova sociedade denominada Sociedade Egualitária, fundada por negros, inaugurou uma escola na zona rural.

Levando em conta que o acesso à escola fosse privilégio de poucos, compreendemos que a variedade lingüística utilizada em documentos públicos fosse a norma padrão culta da época.

O status de norma padrão culta está intimamente ligado à emergência política e econômica de um determinado grupo na sociedade. A variedade lingüística utilizada por este grupo que ascendeu política e economicamente em uma região passa a ser associada, de modo estável, com a escrita e assim ganha legitimidade perante toda uma sociedade. As conseqüências disto podem ser sentidas tanto no campo lingüístico como no político, conforme afirma Gnerre (1991, p.9):

> Assim como o Estado e o poder são apresentados como entidades superiores e "neutras", também o código aceito "oficialmente" pelo poder é apontado como neutro e superior, e todos os cidadãos têm que produzi-lo e entendê-lo nas relações com o poder (...).

Por outro lado, Fonseca (2005, p.73-76), em sua pesquisa sobre documentos paraibanos dos séculos XVIII e XIX, afirma que, dentre os cargos públicos, apenas os de nível mais alto eram reservados aos letrados, ficando os pequenos cargos, como tabeliães e escrivães, na mão de pessoas que muitas vezes não possuíam qualquer experiência ou bom desempenho com a escrita. Eram pessoas que mal sabiam ler e escrever, mas dadas às circunstâncias históricas, passaram a ocupar certos cargos. Deste modo, ela afirma que,

pelo menos naqueles documentos, possa ter havido algum tipo de influência da língua oral sobre os textos escritos durante o período estudado. Seria um tipo de "Competência escrita de cunho oral"[69], como a própria pesquisadora classifica.

No mesmo sentido, Dias (2001, p. 98), em seu estudo sobre a formação das elites em Mogi das Cruzes no século XVII, afirma que alguns camaristas na Vila de Mogi neste período estudado não sabiam sequer assinar seus nomes, enquanto outros apenas escreviam seus nomes e nada mais. Mesmo tendo afirmado isso, Dias (2001, p.93) observa que as câmaras municipais no Brasil colonial funcionavam como uma continuidade entre o reino e seus domínios, uma vez que tinham como objetivo controlar o povo, cobrar impostos e combater o localismo de modo a conter os súditos do rei em obediência. Deste modo, os chamados "Homens bons", ou seja, a elite política local impedia as camadas mais baixas da população de ter qualquer acesso ao poder ou ao menos abalar a ordem estabelecida.

Em relação à Piracicaba, alguns documentos relacionados nesta pesquisa apresentam traços de oralidade, como por exemplo os documentos nº14, nº 10 e nº 32 que contêm a palavra "bão"[70]. Sem negar a possibilidade de algumas pessoas com pouca escolaridade ocuparem cargos públicos em virtude do próprio clientelismo, entendemos que, de acordo com que a história nos apresentou, era a elite letrada quem se servia dos cargos privilegiados desde os tempos coloniais. Além disso, como poucas pessoas no Brasil do século XIX tinham acesso à escola e, conseqüentemente, à norma padrão escrita da época, a linguagem também passou a ser utilizada como um instrumento para impedir a comunicação de informações para a maior parte da população, excluindo-a do acesso ao poder. Para completar, segundo observa Gnerre (1991, p.22):

---

[69] Expressão utilizada por Fonseca (2005, p.67) baseada em Oesterreicher (1994). "*El espanol em textos escritos por semicultos. Competência escrita de impronta oral em la historiografia indiana*." Segundo Fonseca a "Competência escrita de cunho oral" é uma tradução do espanhol que significa uma competência escrita concepcionalmente marcada pela linguagem do imediato.

[70] Documento nº 14: "(...) Esta Impreza consiste no baõ Xefe no qual concorra | toda as sircuntancias(...)", documento 10: "(...)| promptam*ent*e passei á promover todos os meios | q*ue* mepareceraõ justos p*ar*a obaõ exito desta taõ | importanticima diligencia(...)" e documento 32: "(...)As Pontes que interessaõ este Municipio saõ as | seg*uin*tes – Huma no Ribeiraõ do Tolledo quasi den | tro da Freguesia de S*an*ta Barbara e esta embaõ | estado(...)"

> (...) A começar do nível mais elementar de relações com o poder, a linguagem constitui o arame farpado mais poderoso para bloquear o acesso ao poder. Para redigir um documento qualquer de algum valor jurídico é realmente necessário não somente conhecer a língua e saber redigir frases inteligíveis, mas conhecer também toda uma fraseologia complexa e arcaizante que é de praxe. Se não é necessário redigir, é necessário pelo menos entender tal fraseologia por trás do complexo sistema de clichês e frases feitas.

Enquanto isso, na zona rural, o contato com a escola era curto: geralmente quatro anos e, após esse período, os alunos perdem o elo com a civilização moderna e se voltam ao cotidiano da civilização caipira, mantendo quase que intacta a sua variedade lingüística que, devido à falta de continuidade escolar, não se ajustaram à norma culta padrão atual. Do mesmo modo, a influência de instituições tradicionais como família e religião agem no sentido contrário ao da escola, uma vez que favorecem a imersão da criança no cotidiano familiar, cercada por pessoas que também usam uma variedade lingüística livre das regras da norma padrão, durante um tempo muito maior que o período escolar.

Como durante muito tempo não houve uma economia voltada para a comercialização de produtos, mas baseada na subsistência, essa civilização caipira em Piracicaba manteve-se muito tempo afastada de ambientes em que a variedade lingüística padrão era utilizada com mais freqüência, mantendo assim intactas formas mais arcaicas, antigas expressões em uso desde o descobrimento, petrificadas em seu dialeto, sendo mesmo consideradas formas erradas pelos habitantes das cidades. Sobre esse isolamento que sofreu a população rural, Marroquim (1934, p.45) afirma:

> O dialeto matuto, da mesma maneira, bloqueado no interior pela falta de comunicação, longe do contato disciplinador da escola, do freio da instrução, isolado assim pelo duplo fator geográfico e social, entregue a si mesmo, fez seu caminho à parte.

CAPÍTULO 3

Descrição do *corpus* escrito

Neste capítulo procuramos tratar apenas da descrição dos documentos aqui arrolados. Portanto, fez-se necessária a descrição dos aspectos gerais dos documentos, o número e o local de onde eles foram coletados e que tipo de documentos foram utilizados. Após isto, comentamos brevemente sobre a Paleografia e a Diplomática que, por serem ciências auxiliares da Filologia, auxiliariam na leitura dos documentos, comprovando também a autenticidade dos mesmos.

Da mesma forma, buscamos, através de fatos históricos e fotos de algumas marcas d'água encontradas nos manuscritos, trazer informações que nos levassem a pistas de onde poderiam ter vindo os papéis utilizados nos documentos, além de apresentar algumas informações sobre letras, abreviaturas e uma tentativa de classificação dos reclames encontrados.

Para finalizar, foi realizada uma edição semidiplomática cujas normas utilizadas foram baseadas nas normas eleitas para o projeto "Para a História do Português Brasileiro", apresentadas durante o 2º seminário em Campos de Jordão em 1998 e no trabalho de Santiago-Almeida (2000)

3.1) Aspectos gerais

O *corpus* utilizado para este trabalho é constituído de 50 documentos apógrafos[71], de caráter administrativo, escritos em Piracicaba por autores diversos e destinados a autoridades locais ou ao presidente da Província de São Paulo. Esses documentos fazem parte de um *corpus* diacrônico de material coletado no Arquivo Público do Estado de São Paulo. A seleção dos documentos obedeceu a alguns critérios: os documentos deveriam ser datados de Piracicaba (século XIX), retratando, na medida do possível, a realidade lingüística e sócio-cultural da época, a fim de poder ser utilizado como testemunho que

[71] Segundo Spaggiari (2004, p.19): "A primeira cópia derivada do original chama-se apógrafo, mas o termo passou a indicar em geral qualquer cópia tirada de outro exemplar."

corrobora ou esclarece fatos ainda obscuros da história social do município e da cultura caipira que ali se formou.

As pessoas que escreveram os documentos, devido ao próprio critério de seleção para a ocupação de cargos públicos, pertenciam às classes sociais mais abastadas e estavam relacionadas com a administração da vila, sendo, por este motivo, natural que procurassem redigir seus documentos seguindo o modelo da metrópole, conduzindo o texto a uma modalidade conservadora da escrita. No entanto, podemos perceber em alguns poucos documentos uma ruptura da norma padrão em favor de manifestações individuais do falar, como nos documentos de nºs 10, 14 e 34 em que podemos observar o registro da palavra "bão". De qualquer forma, é importante observar que tanto a norma culta padrão da época, quanto certas características classificadas como vícios de linguagem ou mesmo desvios da norma culta do século XIX, ainda hoje podem ser encontrados no chamado dialeto caipira na região de Piracicaba.

Nesta pesquisa, no que diz respeito à aparência externa, alguns documentos apresentam dificuldades de leitura por estarem danificados, com manchas ou pequenas partes rasgadas; outros, pelo contrário, se encontram bem conservados. Com o propósito de apresentar essas e outras características, tais como localidade, data, reclames, filigranas, abreviaturas, entre outros, foram feitos alguns apontamentos codicológicos e paleográficos. Porém, é fundamental esclarecer que este trabalho não tem a pretensão de fazer uma análise codicológica e paleográfica, embora tenha se utilizado tanto da Paleografia quanto da Diplomática para comprovar a autenticidade dos documentos.

3.2) A Paleografia e a Diplomática

Quando o pesquisador se depara com um documento de uma época anterior à sua, defronta-se com muitas dificuldades, dentre elas: forma gráfica diversa da atual, uso de muitas abreviaturas, sistema monetário desconhecido, palavras e expressões desconhecidas, eventuais erros do copista e sem contar as manchas, corrosões, borrões causados pela ação das tintas, do tempo e, talvez, até mesmo pelo descuido no manuseio. Por isso há duas

ciências fundamentais para quem tem o documento como fonte de pesquisa, são elas: A Paleografia[72] e a Diplomática.[73]

A Paleografia tornou-se uma ciência fundamental para quem lida com documentos manuscritos. Nesta pesquisa, esta ciência foi utilizada com um propósito: servir de instrumento de leitura para o leitor que esteja pouco familiarizado com a escrita do século XIX, evitando assim uma leitura deturpada devido ao desconhecimento das letras e abreviaturas que o documento possa apresentar. Além disso, a Paleografia faz um estudo combinado de outros elementos ou informações, tais como: as formas, o ângulo de escrita, o ducto, o módulo e peso para poder descrever graficamente uma letra.[74] Segundo Higounet (2003, p.19), o material que serve para escrever, ou seja, o suporte da escrita sempre influenciou na variação das formas gráficas, chegando-se mesmo a pensar que alguns materiais como o papiro, pergaminho e o papel possam ter desempenhado um papel importante na evolução da letra.É através do tipo de letra que o filólogo comprovará em que período foi escrito o documento, comprovando assim a autenticidade de sua datação.

De acordo com Acioli (1994, p.6), cabe também ao paleógrafo anotar os erros involuntários dos copistas, assim como qualquer adulteração que o documento possa apresentar. Sendo assim, os erros involuntários dos copistas serão remetidos para as notas de rodapé a fim de que possam, no futuro, fornecer subsídios a ciências que tenham a escrita como fonte de conhecimento.

Quanto à ciência Diplomática, embora seu campo seja mais amplo do que a Paleografia, nesta pesquisa foram feitos apenas alguns comentários codicológicos os documentos , tais como dimensões, selos, entre outros.

---

[72] segundo Spina (1977, p.18), a Paleografia: "é o estudo dos antigos escritos e evolução dos tipos caligráficos em documentos, isto é, em material perecível (papiro, pergaminho, papel)"

[73] Conforme Spina (1977, p.20): "A Diplomática consiste no estudo de todos os caracteres externos do documento – a matéria escriptória, os instrumentos gráficos, as tintas, os selos, as bulas, os timbres, inclusive a letra, a linguagem, as fórmulas -, isto é, numa crítica formal dos documentos, visando com isso a determinar o grau de autenticidade dos mesmos."

[74] Sobre isso, assim coloca Higounet (2003, p.21-22): "O aspecto exterior da letra são as formas. Em uma mesma escrita, a mesma letra pode tomar ou pode ter formas diferentes. O ângulo de escrita é a posição em que estava posto o instrumento do escriba em relação à direção da linha. Ele pode ser agudo ou, ao contrário, quase reto, e a densidade dos traços variar até a quase inversão. O ducto é a ordem em que os traços foram executados e o sentido em que cada um deles foi feito. Deve-se estabelecer como regra geral que essa ordem permanece imutável, mesmo que um traço venha a desaparecer, visto que o movimento da mão é sempre semelhante a si mesmo. O módulo indica as dimensões das formas, largura e altura, ordem de grandeza por vezes simplesmente relativa. O peso depende do instrumento. Um instrumento leve faz o forte e o fraco se contrastarem, resultando numa escrita que se pode chamar pesada; um instrumento duro não marca quase nenhuma diferença entre os cheios e os soltos e tem como resultado uma escrita suave."

3.3) O papel e as marcas d' água

Todo tipo de escrita é traçada sobre um suporte material com o auxílio de um instrumento que pode variar de acordo com a época e o local. Deste modo, vários materiais serviram de suporte à escrita: desde matérias duras como a pedra, vidro, bronze até o uso de materiais menos duros e perecíveis como, por exemplo, o papiro, o pergaminho e o papel. De acordo com Higounet (2003, p.17):

> O papiro, o pergaminho e o papel são os registros materiais subjetivos da escrita mais comuns desde o princípio de nossa era. O papiro foi utilizado sobretudo na Antiguidade, o pergaminho na Idade Média, o papel, de origem chinesa, foi introduzido no Ocidente através do mundo árabe, a partir do século XI.

O papiro, por ser um material pouco resistente, foi abandonado no século XI, sendo, posteriormente, substituído pelo pergaminho. Este, por sua vez, era feito a partir da pele de cordeiro, bode ou veado novo e, por se tratar de um suporte bem mais resistente que o papiro, até o século XIII foi o material exclusivo para livros.

A idéia de fabricar papel veio da China, mas o material foi introduzido na Europa pelos árabes. Emboa a invenção e o uso do papel já fossem conhecidos há muito tempo, segundo Dias (2006, p.6): "A utilização do papel deu-se pela dispersão, no século XV, de fábricas pela Europa."De acordo com Higounet (2003, p.18), a Espanha foi o primeiro país do Ocidente a ter fábricas de papel.

Conforme coloca Ataíde e Melo (1926, p.18), devido ao número reduzido de fabricantes de papel, não havia necessidade de que os objetos adotados por eles como "marcas" indicassem necessariamente os seus proprietários, mas, à medida que esta indústria de papel se desenvolve e a concorrência aumenta, cresce a preocupação em fazer dessas "marcas" algo mais pessoal e mais fácil de se identificar com o proprietário[75]. De acordo com Bueno (1963, p.124):

[75] Segundo Ataíde e Melo (1926, p.61): "(...) [a] família Polleri, cuja marca é muito frequente encontrar nos papéis portugueses desde o meio do século XVIII, deve ser a mesma família que desde a mesma época exerceu o seu compércio em Lisboa. Esra de origem napolitana. (...)"

> Do século XIII em diante, as fábricas começaram a colocar em seus produtos a sua “marca registrada” como dizemos hoje. Modernamente ouvimos falar em “linha d’água” nos papéis importados, o que corresponde às filigranas dos antigos fabricantes medievais. Além destas filigranas costumavam também colocar figuras de animais, letras, flores, frutos, armas ou figuras heráldicas. Por estas marcas de fábrica podemos determinar a época do papel, a proveniência do mesmo, o que pode ajudar na classificação dos manuscritos.

Com a invenção da imprensa por Gutenberg no século XV, acreditamos que a procura por papel tenha aumentado bastante. De acordo com Dias (2006, p.19), doze anos após a morte de Gutenberg (por volta de 1480), a produção de livros impressos havia aumentado. Cento e vinte e duas cidades da Europa Ocidental imprimiam livros, sendo que metade desse número se concentrava na Itália.

Conforme estudo de Dias (2006, p.22), no Brasil, os primeiros livros chegaram com os jesuítas que vieram com Tomé de Sousa. No entanto, estes livros deveriam ser copiados a mão para que os alunos pudessem estudar. Até o final do século XVIII e início do XIX, apenas algumas pessoas tinham o privilégio de ter bibliotecas particulares em suas casas.

Segundo Martins (2002, p.124) no Brasil, a primeira fábrica de papel foi fundada em 1808-1810 por Henrique Nunes Cardoso e Joaquim José da Silva no RJ, sendo mais tarde, em 1837 fundada a fábrica de André Gaillard e, em 1841, a de Zeferino Ferrez. Talvez, a baixa demanda por livros e a falta de indústria de papéis no Brasil fizessem com que os papéis em circulação tivessem que ser importados, como demonstra algumas das marcas d’água abaixo encontradas nos documentos:

J. HONIG
&
ZOONEN

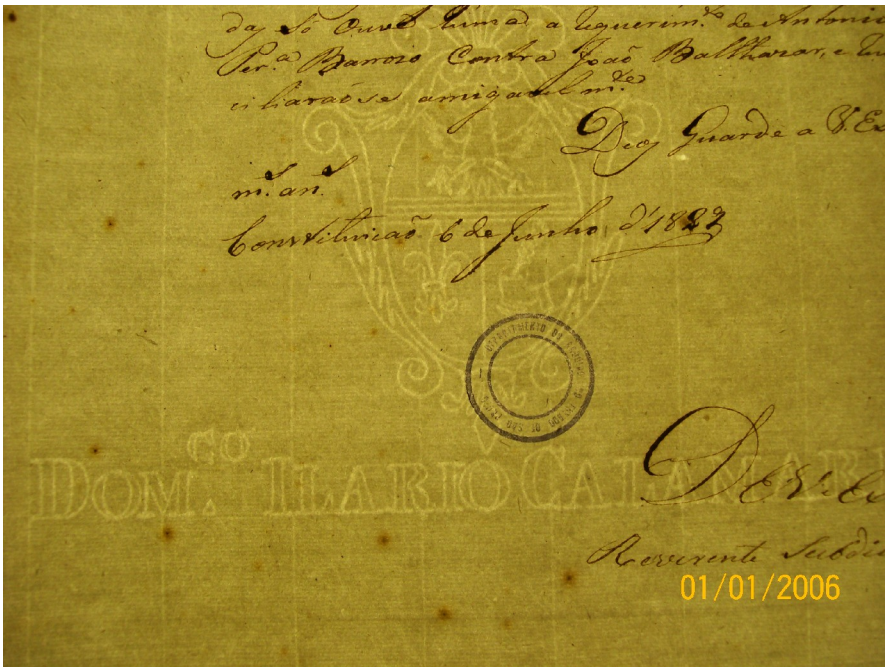
ALGEMEEN
MAANDBLAD

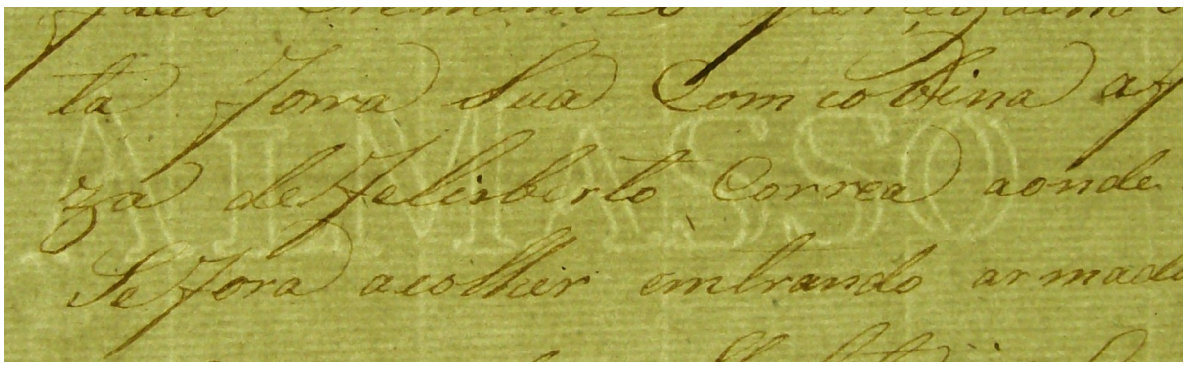
I HW
1827

J W WHATMAN

C MAGNAY & SONS
LONDON
1829

SMITH & MEYNIER
FIUME


DOM. HARIO CA
01/01/2006



GIOR MAGNANI

3.4) A evolução da escrita e as abreviaturas

A escrita latina desde sua origem vem passando por um processo de evolução gráfica até chegar à forma atual. Na Idade Média houve cinco tipos principais de escrita latina e todos tiveram origem da escrita carolíngia, são eles: a escrita corrente gótica, a letra de fôrma, caligrafia de luxo e escolástica, a bastarda e, por fim, a humanística. O que importa saber é que, conforme aponta Higounet (2003, p.145): “Foi entre esses tipos de escrita que os primeiros fundidores de tipos gráficos escolheram seus modelos e deles provêm nossas escritas atuais.”

A invenção da imprensa trouxe a grafia mecânica, fazendo com que as letras passassem a ser reproduzidas de maneira idêntica. Esta fixação da escrita pela tipografia substituiu as caligrafias góticas e humanistas, diminuindo a atividade da escrita dos escribas e notários no fim da Idade Média. Apesar da propagação da tipografia, a moda da escrita italiana, que se expandiu na Europa no final do século XVI, pretendia manter uma escrita regular e legível para uma leitura mais fácil dos documentos. Segundo Higounet (2003, p.167), no século XVIII até o final do XIX era possível distinguir três escritas de uso: a redonda ou francesa, a bastarda ou italiana e a corrida ou de permissão.

O uso de certos materiais de escrita como penas, estilógrafos interferiram na grafia do escrevente, transformando sua escrita por vezes corrente, ângulo variável e com formas irregulares, tornando muito difícil qualquer tipo de classificação. Dada essa variabilidade de formas e ângulos, preferimos dar o nome de “Letra Nacional Cursiva Contemporânea” para o tipo de letra utilizada nos documentos que fazem parte dessa pesquisa.

Dentro deste processo de caracterização dos tipos de escrita, é necessário fazer menção ao uso difundido das abreviaturas como forma de ganhar tempo na escrita, devido a uma maior rapidez no registro de uma palavra, e economizar material, uma vez que ocupa menos espaço.

Desde a Antiguidade greco-romana já encontramos registros do uso de abreviaturas, porém o grande período de uso de abreviaturas foi o das escritas carolíngia e gótica do século IX ao XV. Segundo Spina (1977, p.45), há 4 tipos de abreviaturas, dentre elas abreviatura por siglas, apócope, síncope, letras sobrepostas, signos especiais e letras numerais. No entanto, optamos pela classificação de Acioli (1994) e concluímos, de acordo

com esta classificação, que nos documentos selecionados para esta pesquisa só há dois tipos de abreviaturas: as abreviaturas por apócope e por síncope que se encontram devidamente classificadas nas caixas de texto que contêm as informações relativas aos documentos editados, localizadas antes do fac-símile.

3.5) Os reclames

Segundo Acioli (1994, p.9), o uso do “reclame” ou “chamadeira” já era utilizado em pergaminho, escrevendo-se a última palavra da página no início da página seguinte. Já Fonseca (2005, p.158) acrescenta: “Esta técnica, *chamadeira* ou *reclamo* , tinha a função de sinalizar a continuação do texto, evitando interpolações, fraudes e extravios do fólio.”

Conforme Dias (2006, p.1) observou em seu estudo sobre o reclame em documentos dos séculos XVI ao XIX, “o uso do reclame apresenta variedade quanto a sua estrutura, com predominância de alguns tipos e demonstra certa regularidade na freqüência de seu uso no decorrer do tempo.”

Mesmo havendo uma grande variedade no uso de reclames, observamos a ocorrência de apenas alguns reclames nos documentos de Piracicaba selecionados para essa pesquisa. Talvez, a presença de tão poucos reclames nesses documentos talvez seja pelo fato de serem documentos recentes, pois, como bem observa Dias (2003:3), quanto mais recente a obra (o manuscrito), menor será a ocorrência do número de reclames. Dentre esses poucos reclames, percebemos a preferência em utilizar aqueles que eram formados por repetição da palavra inteira ou apenas uma sílaba.

Diante do que foi colocado e baseados na proposta de classificação dos tipos de reclames em documentos impressos e manuscritos dos séculos XVI ao XIX feita por Dias (2006, p.40-7), procuramos fazer uma lista, adaptada ao propósito desse estudo, com os reclames encontrados nos documentos de Piracicaba contidos nesta pesquisa:

Quadro com os tipos de reclame e a respectiva definição conforme a classificação de Dias (2006)	
Tipo	**Definição**
Palavra	Quando no reclame aparece a palavra inteira sem nenhum tipo de interrupção ou separação silábica.
Sílaba	O reclame é composto por uma sílaba
Segmento de palavra	O reclame pode ser composto por uma unidade maior ou menor do que uma sílaba. Ex.: sendo a palavra “despedida”, um segmento poderia ser “de”- unidade menor que uma sílaba-ou “despe”-unidade maior que uma sílaba.
Abreviatura	O reclame é composto por uma palavra abreviada.
Sem fronteira	Ocorre quando o reclame é composto por duas ou mais palavras ou segmento de duas ou mais palavras aparecem sem fronteiras.
Mais de uma palavra	O reclame é composto por duas ou mais palavras separadas.
Palavra + sílaba	O reclame é composto por uma palavra e uma sílaba.
Abreviatura + numeral	Trata-se de reclame composto por uma palavra abreviada e um número em arábico.
Sílaba + palavra	O reclame é composto por uma sílaba e outra palavra.
Palavra + segmento de palavra	O reclame é composto por uma palavra e um segmento de palavra.
Abreviatura + palavra + palavra	O reclame é composto por uma palavra abreviada e mais duas palavras completas.
Letra	O reclame compõe-se de uma letra.
Numeral + abreviatura	O reclame compõe-se de um numeral e de uma palavra abreviada.
Palavra + abreviatura	O reclame é composto por uma palavra desenvolvida e outra abreviada
Sílaba + palavra sem fronteira	O reclame é composto por uma sílaba ou segmento de palavra e duas outras sem fronteira.

Quadro adaptado do modelo de Dias (2006:66) com os tipos de reclames encontrados nos documentos de Piracicaba do século XIX					
Nº do documento	Reclame	Fólio	Início do fólio seguinte	Fólio	Reclame formado por...
4	tempo	1r	Tempo	1v	palavra
5	doagrado	1r	Doagrado	1v	Sem fronteira
10	Sismeiro	1r	Sismeiro	1v	palavra
10	proprietario	1v	proprietario	2r	palavra
10	D*eu*s g*uard*e aV*oss*as Ex*celenci*as	2r	D*eu*s g*uard*e aV*oss*as Ex*celenci*as	2v	abreviatura
11	De fis	1r	De fiserlo	1v	[1r] palavra + segmento de palavra/ [1v] palavra + sem fronteira
12	os çiente	1r	os iente	1v	Mais de uma palavra
14	de seos	1r	Deseos	1v	[1r]Mais de uma palavra/ [1v]sem fronteira
32	Pontes	1r	As Pontes	1v	[1r]Palavra /[1v] mais de uma palavra
49	P*ede*	1v	P*ede*	2r	abreviatura

3.6) Normas de transcrição e edição utilizadas:

Após o levantamento de certos aspectos codicológicos e paleográficos, a partir da edição fac-similar[76] dos documentos, realizou-se a edição semi-diplomática. Para realizar esta edição semi-diplomática utilizamos das normas eleitas para o projeto "Para a História do Português Brasileiro", apresentadas durante o 2º seminário em Campos de Jordão em 1998 e no trabalho de Santiago-Almeida (2000), fazendo algumas adaptações de acordo com a característica dos documentos aqui relacionados. Deste modo, nestes documentos, decidimos pela edição justalinear, semidiplomática ou diplomático-interpretativa que, segundo Spaggiari (2004, p.25), consiste em uma reprodução do manuscrito com o mínimo de intervenções por parte do editor, cujas normas de transcrição e edição obedeceram aos seguintes critérios:

(1) As abreviaturas serão desenvolvidas (exceto:interferências de terceiros), marcando-se, em itálico, as letras omitidas nas abreviaturas pelo escriba ou copista, obedecendo aos seguintes critérios: a) respeito, sempre que possível, à grafia do manuscrito, ainda que manifeste idiossincrasias ortográficas de quem escreveu, como no caso da ocorrência *munto*, que leva a abreviatura m.^{to} a ser transcrita *munto* ; e b) no caso de variação no próprio manuscrito ou em coletâneos, a opção é pela forma atual ou mais próxima da atual, como no caso de ocorrências *Deos* e *Deus*, que levam a abreviatura D^{s} a ser transcrita D*eu*s.

(2) As fronteiras de palavras que vêm escritas juntas não são estabelecidas, nem se introduz hífen simples (-) ou duplo (=), apóstrofo ou qualquer outro sinal gráfico onde não há. Exemplos: devarios; henotorio; quem ofaça melhor; Nada mais meresta; Emobservancia doSempre respeitavel. Paralelamente, é mantida a grafia dos manuscritos quando, ao contrário, uma palavra é grafada separadamente. Isso freqüentemente ocorre com

[76] Cambraia (2005, p.91) define a edição fac-similar como sendo a reprodução da imagem de um testemunho através de meios mecânicos, tendo por isso um grau zero de intervenção.

os elementos constitutivos de determinadas palavras. Exemplos: tão bem; sô mente.

(3) A pontuação original é rigorosamente mantida. No caso de espaço maior intervalar, deixado pelo escriba ou copista, é marcado [espaço] .

(4) O emprego de maiúsculas e minúsculas também é rigorosamente respeitado, como se apresenta no original. Exemplos: doSempre respeitável; Orequerimento; porem Como Reconheço q*ue* V*ossa*Ex*celenci*a Sempre estima.

(5) Os eventuais erros do escriba ou copista são mantidos, porém, remetidos para nota de rodapé, onde se deixa registrada a lição por sua respectiva correção. Exemplos: nota 1. *acavaba* por *acabava.*

(6) As supressões feitas pelo escriba ou pelo copista no original são tachadas. No caso de repetição que o escriba ou copista não suprimir, passa a ser suprimida pelo editor que a coloca entre colchetes duplos. Exemplo: *sua maligna conducta ofaz [[ofaz]] publico.*

(7) As intervenções de terceiros no documento original aparecem no final de cada transcrição, informando-se a localização em nota de rodapé.

(8) As intervenções do editor hão de ser raríssimas, permitindo-se apenas em caso de extrema necessidade, desde que elucidativas a ponto de não deixarem margem a dúvida, como no caso em que uma palavra esteja ilegível, por deterioração do documento, e a outra parte estiver legível e, portanto, for possível reconstituir, sem probabilidade de erro, as letras que faltam. Estas intervenções devem vir entre colchetes. Exemplos: *dest[ino]; Torre[s]; Tie[té].*

(9) As letras ou palavras não legíveis por deterioração justificam intervenção do editor na forma do item anterior, com a indicação entre colchetes: [ilegível]. No caso de leituras duvidosas, de uma ou mais palavras, ou mesmo de uma sentença, são assinaladas, na seqüência, pelo sinal de interrogação entre parênteses: (?).

(10) As linhas, na edição, são numeradas continuamente de cinco em cinco, a partir da quinta, à margem direita da mancha, ou à esquerda do leitor.

(11) As assinaturas simples ou as rubricas do punho de quem assina são sublinhadas. Exemplo: Carlos B*artolo*meu de Arruda

(12) Antes de cada fac-símile, haverá uma caixa de texto com algumas informações sobre os documentos. A saber: numeração (obedecendo a uma ordem cronológica), assunto, local em que foi escrito, data e localização (local onde se encontra atualmente).

Como há algumas divergências por parte de determinados autores no critério de classificação das abreviaturas, por motivos de simplicidade e clareza, optamos pelo critério de classificação dado por Acioli (1994, p.46-47). Sendo assim, as abreviaturas usadas nos documentos desta pesquisa seguiram o critério de desdobramento dado por Flechor(1991) e de classificação dado por Acioli (1994) que consiste em :

a) Suspensão ou apócope – Supressão do final da palavra, que fica inacabada. Este sistema deriva-se das siglas; as abreviaturas não têm terminação. Exemplos: V.A = Vossa Alteza; E.R.M = Espera Receber Mercê.
b) Contração ou síncope – supressão de letras intermediárias de uma palavra, permanecendo a terminação. Derivam-se das notas tironianas. Exemplos: alg^{a} = alguma; juram^{o}s = juramentos; a^{o}s = anos.
c) Sinais especiais – abreviaturas com características particulares. Neste caso, de acordo com a própria Acioli (1994), as abreviaturas classificam-se por letras sobrepostas, exclusivamente vogais, que têm valores fixos em relação às letras que servem de expoentes. As vogais *a, e, i, o*, por exemplo, têm valor de *ar, er, ir, or* ou *ra, re, ri, ro*, sobre as letras *c, g, p* e *t* . Derivam-se das *notae júris*. Exemplo: out^{a} = outra; p^{o}pria = própria; quat^{o} = quatro

EDIÇÃO FAC-SIMILAR E SEMIDIPLOMÁTICA

Ill.mo e Ex.mo S.or Antonio Jozê da França e Horta

1804. Piracicaba

17 Abril 1804

04-54
P. 1
Doc. 17

Partissipo a V. Ex.a q' já depois de ter escrito ao Cor.el Secretario, ter recebido a Ordem de V. Ex.a e dado a providencia q' me pareceo percisa acho o incontro de q' mandando eu xamar a trez moradores do R.o de Curumbatahy p.a delles Certificar-me, Sé hera verdadeira a not.a que tive de q' em huma das boca dos ditos tinhão Sahido os negros fugidos e lonbado muito milho: alem disto vera V. Ex.a da Carta junta o q' o Cap.m Mor de Porto Feliz me pede a beneficio da expedição q' esta apromptando, e mandando eu Saber onde estão os Povos p.a lhe poder comonicar impedio o Cap.m destas tropas queria q' pessoa alguma me obedecesse Sem q' eu lhe pedisse auxilio ou sem pessoal apresentar-lhe a hordem q' tive de V. Ex.a passando ordem ao Sarg.to Antonio Jozé Coelho, p.r q.m tinha mandado chamar algumas pessoas p.a poder comprir a deligencia, que de me não obedecesse e impedisse aos outros, e q' Sem eu mandasse prender quem assim obedecessem, e Se levantassem q' elle responderia por tudo ainda q' fosse ordem de V. Ex.a

Vermos em q' me dispuz a partissipar a V. Ex.a este passo, não Sei q' deixe de Saber o q' devera hobrar neste Cazo, porem Como reconheço q' V. Ex.a Só estima a pâz e Socego dos Seus povos, e não atraza a delig.a p.a Sustar a promptando os mantimentos emquanto espero os trilhadores que pedi fora, Suplico a V. Ex.a queira determinar-me o q' devo hobrar.

Deos g.e a V. Ex.a felizmente m.s ann.s p.a nosso amparo Freg.a de Pirasicaba 17 de Abril de 1804

De V. Ex.a

O mais humilde Subdito

Carlos B.o [illegible] de [illegible] [illegible]

Departamento do Arquivo do Estado - S. Paulo
Acervo do Arquivo do Estado de São Paulo
Departamento do Arquivo do Estado - S. Paulo

Documento nº 01	
Assunto: Resumo do assunto: Denúncia de alguns fatos ou ocorrências, tais como roubo de milho por alguns negros fugidos e reclamação sobre o comportamento do capitão-mor de Porto Feliz.	
Local: Pirasicaba	
Data: 17 de Abril de 1804	
Localização Acervo do Arquivo Público do Estado de São Paulo, caixa 54, doc 17	
Reclame: : Não consta	
Filigrana: Consta um desenho no centro da folha	
Abreviaturas:	Síncope: ann^{s,} B^{meu,} Cap^{m,} Cor^{el,} delig^{ca,} Ex^{a,} Ex^{mo,} freg^{a,} g^{e,} Ill^{mo,} m^{s,} not^{a,} nº, p^{a,} p^{r,} q^{m,} Rõ, Sarg^{to,} S^{e,} S^{or}
	Apócope: q', V.

Ill*ustrissi*mo eEx*cellentissi*mo Senhor Antonio Iosê daFranca eHorta
Participo a V*ossa*Ex*cellenci*a q*ue* já depois deter escrito ao Cor*on*el Se
cretario, ter recebido aordem de V*ossa*Ex*celenci*a edado aprovidencia que
meparece preciza acho oincontro deque mandando eû xamar
a tres moradores do R*ibeira*õ de Curumbâtâhy p*ar*a delles Certificar
me, sehera verdadeyra anot*ici*a quetive deq*ue* emhua das roças des
ty tinhaõ sahido os negros fugidos e roubado muito milho: a Res
peito vera V*ossa*Ex*cellenci*a da Carta junta oq*ue* o Cap*ita*m Mor de Porto Felis
mepede abeneficio daexpediçaõ que esta aprontando emandando acâ
Saber on*umer*o dos Porcos p*ar*a lhe poder comonicar impedio o Cap*ita*m desta Fre
guezia q*ue* peçoa algua meobedecesse semq*ue* eu lhe pedisse auxilio ocu
pou (?) peçoal apresentar-lhe-lhe a hordem que tive de V*ossa*Ex*cellenci*a passando
ordem aoSarg*en*to Antonio Iose Coelho, por quem tinha mandado
chamar algumas peçoas p*ar*a poder comprir as deligencias queme
naô obedecesse eimpedisse aos outros e q*ue* seeu osmandasse prender que
nem asim obedecessem, eq*ue* selevantassem q*ue* ellê responderia por todos
inda q*ue* foi a ordem de V*ossa*Ex*cellenci*a. retermos em que me dispuz
aparticipar aV*ossa*Ex*cellenci*a este passo, naõ p*or* q*ue* deixe de Saber oq*ue* devera
hobrar neste Cazo, porem Como reconheço q*ue* V*ossa*Ex*cellenci*a Sempre estima
â pa'z eo sossego dos seos povos, e naõ atrasa a delig*enci*a p*or* seestar â
promptando osmantimentos emquanto espero os trilhadores que
pedi fora, suplico a V*ossa*Ex*cellenci*a queira determinarme oq*ue* devo hobrar
Deôs g*uard*e a V*ossa*Ex*cellenci*a felizmente
m*uito*s a*nno*s p*ar*a nosso amparo freguesia de Pirasicaba 17 deAbril de
1804DeV*ossa*Ex*celenci*a
Omaiz humildeSubdito
CarlosB*artolo*meu de Arruda

{1804 [espaço] Piracicaba}[77]
{Cx=54 /P=1/ Doc 17}[78]
{17-Abril1804}[79]

[77] Interferência localizada entre a 1ª e 2ª linha do fac-símile, no centro e escrita a lápis.
[78] Interferência localizada entre a 1ª e 2ª linha do fac-símile, à esquerda do documento e escrita a lápis
[79] Interferência localizada entre a 1ª e 2ª linha do fac-símile, à direita do documento.

Ill.mo e Ex.mo S.or Antonio Joze da Franca e Horta

54-1-17

Na certeza de q V. Ex.a procura felicitar aos Povos da
sua Cap.na, procurando remediar todas as dezordeins que tem
havido, vou reprezentar a V. Ex.a, huã que prez.mente expre-
mentamos nesta Povoação com a fugida de varios Escr.vos que em
hua noute se ajuntarão armados, e paramentados p.a hirem ter
a hum Quilombo q sedis estar nas Cabeceiras do Rio Curum-
batahy p.a as partes de Araraquara, em distancia de hum bom
dia de viagem, e com a fuga desta gente esta este Povo no maior
detrimento, p.r precizar andarem as mulheres q dependem se
ir fora de Caza de baixo de guarda temendo a elles, e como a vera
hũ mez, e não tem avido providencia alguã p.a q se possa extin-
guir e destroçar este ajuntamento de negros, sosegar o temor
em q atualm.te estamos, p.r ser o maior experiessio de lhes de
pois de se apanharem juntos, matar, roubar, forçar, e faze-
rem os maiores insultos que Custumão, como he notorio, e p.a
esta providencia não haja V. Ex.a melhor que o Cap.m Mor
da V.a de Itu pelos exemplos q tem mostrado em quilombos
de mais de trezentos negros q tem mandado destroçar q infesta-
vão não so esta Cap.na, Como a da Jeraes, que a thu mulheres
brancas se acharão neles, fardos agalvados, e outros trastes
das mortes, e roubos q tinhão feito.

Portanto vou Suplicar a V. Ex.a
a providencia que achar de just.a Deos q.e a V. Ex.a feliz m.e
m.s annos para nosso amparo. Piracicaba 5.o de M.co de 1804

De V. Ex.a

O mais humilde Subdito

Carlos B.mud de Arruda

ACERVO DO ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Documento nº 02	
Assunto: Denúncia da fuga de escravos para o quilombo que se encontra nas cabeceiras do rio Curumbatahy.	
Local: Pirasicaba	
Data: 05 de Março de 1804	
Localização Acervo do Arquivo Público do Estado de São Paulo, 54-1-17	
Reclame: : Não consta	
Filigrana: Consta um desenho no centro da folha	
Abreviaturas:	Síncope: atualm^{e,} B^{meu,} Cap^{m,} Cap^{na,} Ex^{a,} Escr^{os,} Ex^{mo,} felizm^{e,} g^{e,} Ill^{mo,} just^{a,} m^{ço,} m^{s,} p^{a,} p^{r,} prez^{e}mente, S^{or,} V^{a}
	Apócope: q', V.

Ill*ustrissi*mo eEx*cellentissi*mo S*enh*or Antonio Iozê da Franca e Horta
Nacerteza deq*ue* V*ossa*Ex*cellenci*a procura felicitar aos Povos da
Sua Cap*itani*a, procurando remediar todas as dezordeins quetem
havido, vou reprezentar a V*ossa*Ex*cellenci*a, huã que prez*ente*mente expre
mentamos nesta Povoaçaõ com afugida devarios Escr*av*os que em
hua noite seajuntaraõ armados, eparamentados p*ar*a hirem ter
a hum Quilombo q*ue* sedis estar nas Cabeceiras do Rio Curum
batâhy p*ar*a as partes deAraraquara, emdistancia dehum bom
dia deviagem, ecomafuga desta gente esta este Povo nomaior
detrimento, p*o*r precizar andarem os milhares q*ue* dependem se
ir fora de Caza debaixo deguarda temendo aelles, ecomo avera
hu mes, enaõ tem âvido providencia algua p*ar*a q*ue* sepoça extin
guir edestroçar este ajuntamento denegros, sougar otemor
emais q*ue* atualm*ent*e estamos, p*o*r ser omaior exercissio dellez de
pois de seapanharem juntos, matar, roubar, forçar, e faze
rem os maiores insultos que Custumaõ, como henotorio ep*ar*a
estaprovidencia naõ haxaV*ossa*Ex*cellenci*a melhor que o Cap*ita*m Mor
daV*il*a deIttû pelos exemplos q*ue* tem mostrado em quilombos
demais detrezentos negros q*ue* tem mandado destroçar q*ue* infesta
no naõ so esta Cap*itani*a, Como adas Gerais, que athe mulheres
brancas seacharaõ neles, fardas agaloadas[80], eoutros trastez
das mortes, e roubos q*ue* tinhaõ feito.
Portanto vou Suplicar a V*ossa*Ex*cellenci*a
aprovidencia qui achar dejust*iç*a. Deôs g*uard*e a V*ossa*Ex*cellenci*a felizm*ent*e
m*uito*s annos paranosso amparo. Pirasicaba 5 deM*ar*ço de <u>1804</u>
DeV*ossa*Ex*celenci*a
Omaiz humildeSubdito
Carlos B*artolo*meu deArruda

{54-1-17}[81]

[80] Segundo Houaiss (2001): Agaloado (adjetivo) - guarnecido ou bordado com [1]galão ou galões.
Galão (substantivo masculino) :1) tira dourada aplicada em uniformes, como distintivo de determinadas patentes militares.
[81] Interferência localizada entre a 1ª e a 2ª linha do fac-símile, ao lado esquerdo do documento.

54-1-21

Aos dous dias do mes de dezembro de 1806 nesta freguezia de
Santo Antonio de Piraçicaba em o Quartel de mim Francisco
Franco da Rocha Capitam mand.e da mesma por Maria =
Flor de Morais me foi aprezentada Eua Sua peticam e no ros
to della o Respeitadal Despacho do Ill.mo e Ex.mo Senhor An-
tonio Joze da Franca e Horta Fidalgo da Caza de S. A. R.l
Gouernador e Capitam General desta Capitania no qual
me ordenaua fezeçe eu Laurar hum termo com as condiçoi
ns. porem que a Sup.e naõ com sintirá em sua Caza o Sarg.to
Mor Carlos Berm.eu de Arruda e nem Ella em caza delle des
uiando-se de ter encontros e nem a menor communiçaõ e p.a
assim poder existir nesta Freguezia a cujos preceitos se
a sogueteu a observar e que se proceder o contrario ser expul-
çada como dantes e sendo lhe Lido este termo prometeu en
teira satisfaçam a todas as condiçoins. e por naõ saber ler
nem escreuer pedio a Eufrazio de Arruda e Sá que por ella
assignaçe Piraçicaba em dito dia mes e anno supra

Assigno a Rogo de Maria Flor de Morais

Eufrazio d'Arruda e Sá

Como testemunha que este fiz Sebastiaõ Leme da Costa

ACERVO DO ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DEPARTAMENTO DO ARQ.IV. DO ESTADO S. PAULO - GRAVAZ

Documento nº 03	
Assunto: Documento em que relata as condições para que Maria Flor de Morais continue morando na Freguesia de Piracicaba.	
Local: Freguesia de Santo Antonio de Piracicaba	
Data: 02 de Dezembro de 1806	
Localização: Acervo do Arquivo Público do Estado de São Paulo, 54-1-21	
Reclame: Não consta	
Filigrana: Não consta	
Abreviaturas:	Síncope: Berm^{eu,} Ex^{mo,} Ill^{mo,} Mand^{e,} p^{a,} Sarg^{to,} Sup^{a}
	Apócope: A., R., S.

Aos dous dias domes dedezembro de1806, nestafreguezia de
Santo Antonio dePiracicaba em o Quartel demim Francisco
Franco daRocha Capitam mand*ant*e damesma por Maria
Flor deMorais mefoi aprezentada hua Sua petiçam e noros
to della o respeitavel Despacho do Ill*ustrissi*mo e Ex*cellentissi*mo Senhor An
tonio Iozê daFranca eHorta Fidalgo daCaza de S*ua* A*lteza* Re*a*l
eGovernador e Capitam general desta Capitania noqual
meordenava fizese eu Lavrar hum termo com as comdiçoi
ns, porem que asup*licad*a naô comsintirá emSua Caza oSargento
Mor Carlos Ber*tolo*meu deArruda enem ella em Caza delle des
xando(?) çe deles encontros enem amenor communicaçaõ ep*ar*a
asim poder existir nesta Freguezia acujos preçeitos se
asogestou observar eque seproceder o contrario ser expul
çada como dantes eSendo lhe Lido este termo prometeu en
teira satisfaçâm atodas as ComdiÇoins epornaô saber Ler
nem escrever pedio aEufrazio deArruda eSa que por ela
asignaçe. Piracicaba emdito dia mês eanno supra
Asigno a rogo deMaria Flor de Morais
Eufrazio deArruda eSá
Como testemunha queeste fiz Sebastiaô Leme daCosta

{54-1-21}[82]

[82] Interferência localizada antes da 1ª linha do fac-símile, à esquerda do documento.

ex. 54
P. 1
Doc. 20

1807 Mmo e Exmo Snr

Piracicaba

Meu Snr Exmo nesta occazião remeto a Lista, e Mappas Geraes do meu Commando ao Coronel Secretario, e de alguma imperfeição della Supplico a V. Exa. haja de desfalsar em attenção o não haver neste Certam quem a faça melhor.

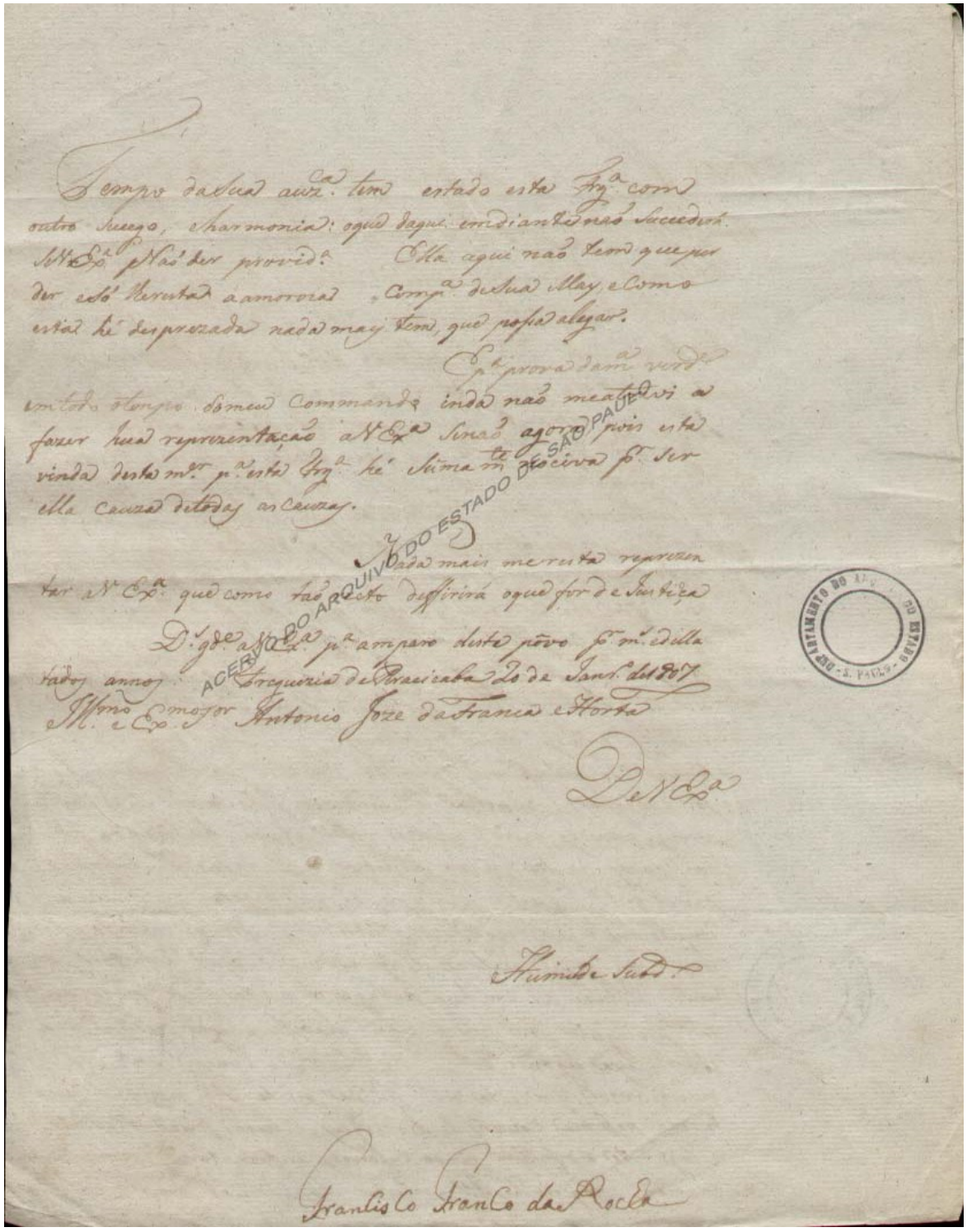
Exmo Snr, Maria Flor de Moraes aprezentou-me o Resp.el Desp.o de V. Exa. defferido em hum requerimento com que se dirigio a prez.ca de V. Exa. ao qual sem embg.o de ter dado já cumprimento a elle com tudo se me offerece contradizer ao d.o requerimento ex vido a falta de verd.e em certos pontos, primr.a m.te que dizendo ella tinha cessado a Cauza; porq foi exterminada, não tem dado provas disso, pois não he obstante a separação de sette Legoas de deixar de haver comunicação inda mais estando ella na parage Capivarij que não differe da Estrada q vai p.a as V.as de Itú e Porto Felizp.a onde está o Complice actualm.te passando (nem meyo quarto de legoa mayor m.to p.r me constar, q vd.o nas suas passagens faz a sua apouzentadoria em hum Ranxo dist.e da Caza della duzentos passos mais ou menos. Tam bem diz, que tiverão tido gravissimos prejuizos Cauzado da exterminação cujos eu ignoro expecial m.te em dizer, que deixou sua Caza e mais moveis, pois a Caza onde estava habitando foi Rua das Cauzas da separação p.r estar plantada nas terras do Complice dist.e daquelle vinte passos em rigor. Junta m.te implorou a sua recolhida p.a esta Frg.a com o pretexto de vir viver em Comp.a de sua May, e Irman, o que já faltou porq anter Cituou se em hua parage remota onde pode facil m.te proceguir no seu antigo habito lugar dist.e a Caza do d.o meya legoa. Sobre tudo meu Snr Exmo não convem, que esta m.er rezida nesta Frg.a por ser de natureza pessima Cauza de discordias, e inimisades, atrevida, e a rogante no fallar pondo Calunias infamatorias no meu Commando, e no que resp.ta ao Pastor Espiritual, e neste tempo

ACERVO DO ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DEPARTAMENTO DO ARQUIVO DO ESTADO S. PAULO

Documento nº 04	
Assunto: Opinião expressa do capitão Francisco Franco da Rocha a respeito da conduta de Maria Flor de Morais e de seu requerimento para que possa retornar à Freguesia de Piracicaba.	
Local: Freguesia de Piracicaba	
Data: 20 de Janeiro de 1807	
Localização: Acervo do Arquivo Público do Estado de São Paulo, caixa 54, doc 20	
Reclame: Existe apenas 1 reclame que é "tempo" e se encontra no final do [1r]	
Filigrana: Consta um desenho no centro da folha, porém quase não é possível enxergá-lo.	
Abreviaturas:	Síncope: atualm^{e,} auz^{ca,} Comp^{a,} Desp^{o,} dist^{e,} d^{a,} d^{o,} D^{s,} embg^{o,} Ex^{a,} Ex^{mo,} expecialm^{te,} fasilm^{te,} Freg^{a,} g^{de,} Ill^{mo,} Jan^{ro,} Juntam^{te,} m^{a,} m^{er,} m^{s,} m^{to,} p^{a,} p^{r,} prez^{ca,} primr^{a}m^{te,} provid^{a,} q^{do,} Resp^{el,} Resp^{ta,} Snr, S^{or,} Subd^{o,} Sumam^{te,} V^{as,} Verd^{e}
	Apócope: porq', q', V.

Ill*ustrissi*mo eEx*cellentissi*mo S*enh*or
Meu S*enh*or Ex*cellentissi*mo nesta occaziaõ remeto aLista, e
Mappas Gerais do meu commando ao Coronel Secretario, edeal
guma imperfeiçaõ della supplicar a V*ossa* Ex*cellenci*a haja dedisfalsar em
attençaõ onaõ havêr neste Certam quem ofaça melhor.
Ex*cecellentissi*mo S*enh*or, Maria Flor de Morais aprezentou me
o resp*onsav*el Desp*ach*o deV*ossa* Ex*cellenci*a defferido em hum requerimento com
que sedirigio a prez*en*ça de V*ossa* Ex*celenci*a ao qual sem emb*ar*go deter dado
já Cumprimento aelle com tudo seme offerece contra
dizer aod*it*o requerimento exercido afalta deverd*a*de em Certos pon
tos, prim*ei*ram*en*te que dizendo ella tinha calado a Cauza, porq*ue*
foi exterminada, naõ tem dado provas disso, pois naõ hé obs
tante aSeparaçaõ de sette Legoas p*ar*a deixar dehaver comuni
caçaõ inda mais estando ella na parage Capivary que
naõ différe da Estrada q*ue* vai p*ar*a as V*ill*as de Itú e Porto felizp*ar*a
onde está o Complice actualm*en*te passando nem meyo quarto
delegoa mayor m*ui*to p*o*r me constar, q*ua*ndo nas suas passages faz
a sua apouzenttadoria em hum ranxo deste daCaza della
duzentos jafoy mais ou menos. Uam bem diz, que
tivera tido gravissimos prejuizos cauzado da exterminaçaõ cu
jos eu ignoro expecialm*en*te emdizer, que deixou sua caza
emais moveis, pois a Caza onde estava habitando foi hua
das Cauzas da separação por estar plantada nas terras do com
plice dist*ant*e daquelle vinte passos em rigor. Iuntam*en*te
implorou a sua recolhida p*ar*a esta Freg*uesi*a com o pretexto devir
viver em Comp*anhi*a desua May, eIrman, oque já faltou porq*ue*
antes Cituou-se em hua parage remota onde pode fasil
m*en*te proceguir no seu antigo habito lugar dist*an*te a Caza
do dito meya legoa. Sobretudo meu S*enh*or Ex*celentissi*mo
naõ convem, que esta m*ulh*er rezida nesta Freg*uesi*a por ser dena
tureza pessima cauza de discordias, einimizades, atrevida e
a rogante nofallar pondo Calunias infamatorias nomeu Com
mando, enoque Resp*ei*ta aoPastor Espiritual, e neste tempo



Tempo da sua auz.ca tem estado esta Frg.a com
outro sucego, e harmonia: o que daqui em diante não succederá
se V. Ex.a p.a não der provid.a Ella aqui não tem que per
der e só Resta a amorosa Comp.a de sua May, e como
esta hé desprezada nada mais tem, que possa alegar.

E p.a prova da m.a verd.e
em todo o tempo do meu Commando inda não me atrevi a
fazer hua reprezentação a V. Ex.a senão agora pois esta
vinda desta m.er p.a esta Frg.a hé sumam.te nociva p.r ser
ella causa de todas as causas.

Nada mais me resta reprezen
tar a V. Ex.a que como tão recto deffirirá o que for de Justiça

D.s g.de a V. Ex.a p.a amparo deste pôvo p.r m.s e dilla
tados annos. Freguezia de Piracicaba 20 de Jan.o de 1807
Ill.mo e Ex.mo Sr. Antonio Joze da Franca e Horta

De V. Ex.a

Humilde Subd.o

Francisco Franco da Rocha

ACERVO DO ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DEPARTAMENTO DO ARQUIVO DO ESTADO - S. PAULO -

Tempo daSua auz*enci*a tem estado esta Freg*uesi*a com
outro sucego, eharmonia : oque daqui emdiante naõ sucederá.
seV*ossa*Ex*cellenci*a Naõ der provid*enci*a. Ella aqui naõ tem que per
der eSó lheresta a amoroza Comp*anhi*a deSua May, eComo
esta hé desprezada nada mais tem, que possa alegar.
Epor prova daminha ver*da*de
emtodo tempo domeu commando inda naõ meatrevi a
fazer hua reprezentaçaõ aV*ossa*Ex*cellenci*a Senaõ agora pois esta
vinda desta m*ulh*er p*ar*a esta Freg*uesi*a hé sumam*en*te nociva por ser
ella cauza detodas as couzas.
Nada mais meresta reprezen
tar aV*ossa* Ex*cellenci*a que como taõ recto deffirirá oque for de Justiça
D*eu*s g*uard*e aV*ossa* Ex*cellenci*a p*ar*a amparo deste pôvo p*o*r m*uito*s edella
todos annos. Freguesia dePiracicaba 20 de Jan*ei*ro de1807
Ill*ustrissi*mo e Ex*cellentissi*mo S*enh*or Antonio Joze daFranca eHorta
DeV*ossa* Ex*cellenci*a
Humilde Subd*it*o
Francisco Franco da Rocha.

{1807}[83]
{cx=54/ P=1/ doc 20} e {20-Janeiro-1807}[84]
{Piracicaba}[85]

[83] Interferência localizada na altura da 1ª linha do fac-símile, antes de "Illmo eEx^{mo} S^{or}", à direita do documento.
[84] Interferências localizadas entre a 1ª e 2ª linha do fac-símile, à direita do documento, ambas escritas a lápis.
[85] Interferência localizada entre a 1ª e 2ª linha do fac-símile, no centro e escrita a lápis.

1807

Illmo e Exmo Senhor

Tiracicaba

3 - Abril - 1807

54-1-21

Meu Snr Exmo nao ecaziam em que remetti a lista, e Mappas do meu Commando tão bem fiz Eua reprezentação em q fazia ver a V Exa os inconvenientes, q rezultavão a habitação de Maria Flores neste Contin.e da qual não tive Sollução, e vendo o excesso com q transgredia o termo que assignou (o qual in eluza remeto) tomei o acordo fazella expedir em Conceq.cia do Resp.el Desp.o de V Exca de 8 de 9bro proxime preterito, pois alem da continuação no Laberinto da Culpa inda passa a Constrangir a m.er do Complice, e assim tão bem a fam.a e sem embg.o destas por suas gravid.es o não manifestarem Ma p.r sua maligna conducta o faz o faz publico. Esta expedição foi feita a 12 do mez passado por Cauza de me achar grave m.te enfermo já não dei a p.te com a devida promptidão e por ver, que a demora tem sido gr.e e a m.a molestia penso se prolongará determino dar já a d.a p.te fazendo, que assigne por mim o meu actual escrevente Eufrazio d'Arruda e Sá, pois me vejo privado de o poder fazer pelo meo proprio punho; por Cujo motivo Supplico a V Exca me Conceda Licença p.a transferir o Comm.do em pessoa de meu Conceito athe que eu fique prompto p.a o poder continuar, pois na m.a ordenança não tenho off.al immediato ao meu posto senão que os Infer.es e Como a Freg.a vai em augmento achava a Certado, q V Exca Creasse aqui a hum Ajud.e e hum Alf.es p.a que em Cazos taes, ou em m.a auzencia Commandem a Freg.a o que penso será do agrado

ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO
DEPARTAMENTO DO ARQUIVO DO ESTADO - S. PAULO

Documento nº 05	
Assunto: O capitão Francisco Franco da Rocha denuncia a má conduta de Maria Flores e se queixa da falta de solução para o problema.	
Local: Piracicaba	
Data: 03 de Abril de 1807	
Localização: Acervo do Arquivo Público do Estado de São Paulo, 54-1-21	
Reclame: Existe apenas um reclame que é “doagrado” e se encontra no final do [1r]	
Filigrana: Consta um desenho no centro da folha com as siglas “A P”.	
Abreviaturas:	Síncope: Abr^{o,} ajud^{e,} Alf^{es,} Cap^{m,} Comm^{o,} conceq^{cia,} contin^{e,} d^{a,} Desp^{o,} embg^{o,} Ex^{a,} Ex^{ca,} Ex^{mo,} fam^{a,} Freg^{a,} gravem^{te,} gr^{e,} Ill^{mo,} Inter^{os,} M^{a,} m^{er,} 9bro, obd^{te,} off^{al,} p^{a,} p^{r,} provid^{as,} p^{te,} resp^{el,} Sn’r, S^{or}
	Apócope :Comm, q’, V

Ill*ustrissi*mo e Ex*cellentissi*moSenhor
Meu S*enho*r Ex*cellentissi*mo nao ccaziam em que remetti aLis
ta eMappas do meu commando taõ bem fiz hua re
prezentação emq*ue* fazia ver aV*ossa* Ex*celenci*a os inconvenientes, que
rezultavaõ ahabitaçaõ de Maria Flores neste contin*ent*e
daqual naõ tive sollução, evendo oexcesso com que trans
gredia otermo que assinou / o qual inclusa remeto / tomei
oacordo fazella expedir em conceq*uenci*a do resp*eitav*el Desp*ach*o deV*ossa* Ex*celenci*a
de 8 de Nove*m*bro proximo preterito, pois alem da continua
çaõ do Labirinto da culpa inda passa a Constrangir
a m*ulh*er do Complice, eassim taõ bem afam*ili*a esem emb*ar*go
destas por suas gravid*ad*es onaõ manifestarem Mas p*o*r
sua maligna conducta ofaz [[ofaz]] publico.
Esta
expediçaõ foi feita do 19 domez passado por Cauza de
me achar gravem*ent*e emfermo já naõ dei ap*ar*te com ade
vida promptidão epor ver, que ademora tem sido gr*and*e
com a molestia penso se prolongará determino dar já
ad*it*a p*ar*te fazendo, que assigne por mim o meu actual escre
vente Eufrazio d’Arruda e Sá, pois me vejo priva
do deopoder fazer pelo meo proprio punho; por cujo
motivo supplico aV*ossa* Ex*celenci*a me conceda Licença p*ar*a trans
ferir o Comm*an*do em pessoa de meu Conceito athe que
eu fique prompto p*ar*a opoder continuar, pois nam*inh*a
ordenança não tenho off*ici*al immediato ao meu posto
Senaõ que os Inter*in*os eComo aFreg*uesi*a vai em augmento
achava a Certado, q*ue* V*ossa* Ex*celenci*a creasse aqui ahum Ajud*ant*e
hum Alf*er*es p*ar*a que em cazos tais, ou em m*inh*a auzencia
Commandem aFreg*uesi*a oque penso será doagrado

Do agrado de V. Ex.ca que tanto empenha
a favor do bem publico Poraeicaba 3 de Abril
de 1807.

Ill.mo e Ex.mo S.r Antonio Joze da Franca e Horta

De V. Ex.ca

Humilde e obd.e Subd.o

ACERVO DO ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DEPARTAMENTO DO ARQUIVO DO ESTADO - S. PAULO -

Assigno pelo impedimento do Cap.m Comm.e Fran-
cisco Franco da Rocha

Eufrazio d'Arruda e Sá

Doagrado deV*ossa* Ex*celenci*a que tanto em penha
afavor dobem publico Piracicaba 3 de Abril
de 1807./
Ill*ustrissi*mo e Ex*celentissi*mo S*enh*or Antonio Ioze daFranca eHorta
DeV*ossa* Ex*celenci*a
Humilde eob*edien*te Subd*ito*
Assigno pelo impedimento doCap*ita*m Comm*andante* Fran
cisco Franco da Rocha
Eufrazio d'Arruda eSá

{1807}[86]
{Piracicaba} e {54-1-21}[87]
{3-Abril-1807}[88]

[86] Interferência localizada na 1ª linha do fac-símile, ao lado direito, antes de "Illmo e Exmo Senhor".
[87] Interferências localizadas logo abaixo de "Illmo e Exmo Senhor", no centro e escritas a lápis.
[88] Interferência localizada entre a 1ª e 2ª linha do fac-símile, à direita do documento e escrita a lápis.

Piracicaba, 10-3-1817

Ill.mos Senhores do Senado.

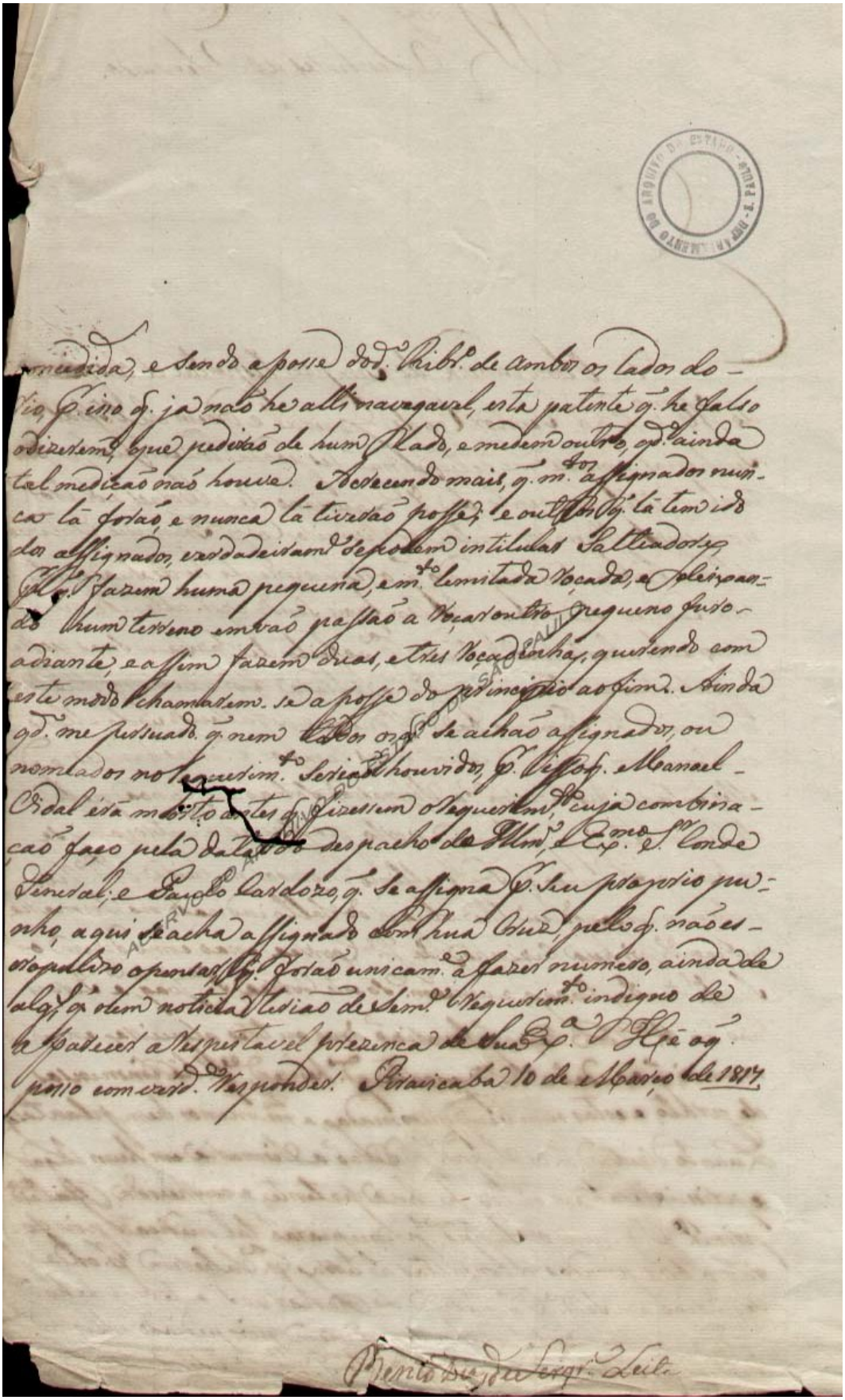
55-3-49
ord. 291
C-54
P-2
D-1
O-291

Em Observancia do Sempre Respeitavel despacho do Ill.mo e Ex.mo Senhor Conde General, e ordem de Vossas Senhorias, em que me determinão Responda individual, e pontualm.te o Requerimento de J.e Lauriano de Moraes, e outros nomesmo assignados contra os Sismeiros Cap.m Francisco Galvão de Franca, e outros; Respondo, q. o Requerimento he de sua natureza caduco, sediciozo, e falso; pois sendo o p.r allegado dizerem terem elles aberto hua estrada p.a o efeito de fazerem suas posses se patentea a pr.a mentira, q.do esta estrada foi aberta a quatro p.a sinco a. p.r Jeronimo da S.a Bueno, e o fallecido Jozé Manoel Vergueiros a fim de verem hum campos p.a essas bandas; e q.do elles entrarão posteriorm.te a Sismaria sobião em Canoa pelo Rio de Curimbatais, q. pelo meu porto passavão, e outros a hij se imbarcavão, por isso q. sou o ultimo morador na beira do d.o Rio, pelo q.l navegando eu the o lugar do Salto indicado na Sismaria, unicam.te vi hua Cazinha de J.e Correa, e não como dizem os Supp.es tantas Cazas, e unicam.te só este Correa, J.e Joaq.m e Jeronimo da S.a tem Roças, q. levarião dous, ou tres alqueires, e nenhua mais vi, q. excedão a hua quarta, q.do he verd.e q. he immensas de prato, e estas nem bem queimadas, e m.to menos bem plantadas. Quanto dizerem, q. os Supp.dos pedirão a Sismaria em hum lugar, e principiarão em outro he hua patente, e conhecida falcid.e primr.o p.r q. nem os Supp.dos principiarão tal medição, pois forão abrir picadas a consultar as terras p.a saberem p.r onde seguirião, em segd.o p.r q. podem de marcar as suas terras de hum lado, ou outro, ou de ambos seguirem, pois pedindo elles a d.a Sismaria sobre a posse de Bento J.e Ribr.o e sendo [illegible]

ACERVO DO ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO
ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO
DEPARTAMENTO DO ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Documento nº 06	
Assunto: Resposta ao requerimento de Joze Lauriano de Moraes e outros contra alguns sesmeiros com a descrição pormenorizada dos fatos que comprovam a falsidade de tal requerimento	
Local: Piracicaba	
Data: 10 de Março de 1817	
Localização: Acervo do Arquivo Público do Estado de São Paulo, 55-3-49, ordem 291, caixa 54	
Reclame: provavelmente existe, porém não pode ser lido devido à corrosão da folha	
Filigrana: Quase não se vê o desenho no centro da folha.	
Abreviaturas:	Síncope: algˢ, Capᵐ, dª, dº, emᵗº, Exª, Exᵐº, falcidᵉ, Illᵐº, Illᵐᵒˢ, Jᵉ, Joaqᵐ, mᵗº, mᵗᵒˢ, pª, pontualmᵉ, posteriormᵉ, pʳ, prª, primrº, prº, qdº, requerimᵗº, Ribrº, Sª, segdº, Semᵉ, Serqrª, Sʳ, Suppᵉˢ, suppdᵒˢ, unicamᵉ, verdᵉ, verdadeiramᵉ
	Apócope: Pq', q'

Ill*ustrissi*mos Senhores doSenado
Emobservancia doSempre respeitavel despacho
do Ill*ustrissi*mo eEx*celentissi*mo Senhor CondeGeneral, e ordem deVossas
Senhorias, em que me determinaõ responda individual, epon
tualm*ent*e Orequerimento de J*oz*e Lauriano de Moraes, e outros
nomesmo assignados contra os Sismeiros Cap*ita*m Mor Francisco Galvão
deFranco, eoutros; respondo que orequerimento he deSua natu
reza caduco, sediciozo e falso; pois sendo opr*opri*o allegado [ilegível]
terem elles aberto hua estrada p*ar*a o efeito de fazerem suas posses
se patentea apr*opri*a mentira, q*uan*do esta estrada foi aberta a quatro
p*ar*a sinco a*nnos* por Jeronimo daS*ilv*a Bueno eofallecido Joaõ Mano
el Vergueiros afim deverem hums Campos p*ar*a essas bandas; e q*uan*do
elles entravaõ posteriorm*ent*e aSismaria Sobiaõ con Canoa pelo rio
deCurumbatay, q*ue* pelo meu porto passavaõ, e outros ahy se
im barcavaõ, por isso q*ue* Iose oultimo morador nabeira dod*it*o rio,
peloq*ua*l navegando eu the olugar doSalto indicado na Sismaria,
Unicam*ent*e vi hua cazinha de J*os*e Correa,enaõ como dizem os
Supp*lent*es tantas cazas, e unicam*ent*e só esteCorrea, J*osé* Joaq*ui*m, e Jeroni
mo da S*ilv*a tem roças, q*ue* levariaõ dous ou tres alqueires, enemhua
mais vi, q*ue* excedaõ a hua quarta, q*uan*do he ver*da*de, q*ue* há immensos
deprato, e estas nem bem queimadas, e m*ui*to menos bem plantadas
Quanto dizerem, q*ue* osSupp*lica*dos pediraõ aSismaria em hum logar,
eprincipiaraõ em outro hehua patente, e conhecida falci*da*de,
primeiro por que nem os Suppl*ica*dos principiaraõ tal mediçaõ, pois fo
raõ abrir picadas a consultar as terras para Saberem p*ar*a onde
seguiraõ, em seg*un*do p*o*r q*ue* podem de marcar as suas terras de hum
lado, ou outro, ou de ambos seguiarem, pois pedindoelles ad*it*a
Sismaria sobre a ponte de Bento J*os*e Rib*ei*ro eSendo [ilegível]



ARQUIVO DO ESTADO DE S. PAULO - DEPARTAMENTO DO ARQUIVO DO ESTADO

concedida, e sendo a posse do d.º Ribr.º de ambos os lados do
rio, p.r isso q. ja não he alli navegavel, esta patente q. he falso
o dizerem, que pedirão de hum lado, e medem outro, q.do ainda
tal medição não houve. Acrecendo mais, q. m.tos assignados nun-
ca lá forão, e nunca lá tiverão posse; e outros q. lá tem ido
dos assignados, verdadeiram.te se podem intitular Salteadores
p.r q. fazem huma pequena, e m.to limitada roçada, e deixan-
do hum terreno em vão passão a roçar outro pequeno furo
adiante, e assim fazem duas, e tres roçadinhas, querendo com
este modo chamarem-se a posse do principio ao fim. Ainda
q.do me persuado q. nem todos os q.e se achão assignados, ou
nomeados no requerim.to serião houvidos, p.r isso q. Manoel
Vidal era morto antes q. fizessem o requerim.to cuja combina-
ção faço pela data do despacho de Illm.º e Ex.mo S.r Conde
General, e Paulo Cardozo, q. se assigna p.r seu proprio pu-
nho, aqui se acha assignado com hua Cruz, pelo q. não es-
cropulizo o pensar q. forão unicam.te a fazer numero, ainda de
alg.s q. nem noticia terião de sem.e requerim.to indigno de
aparecer a respeitavel prezença de Sua Ex.a He o q.
posso com verd.e responder. Piracicaba 10 de Março de 1817.

Bento Diz de Sergr.º Leite

concedida, eSendo aposse dod*it*o Rib*ei*ro de ambos os lados do
rio, p*o*r isso q*ue* ja naõ he alli navegavel, esta patente q*ue* he falso
odizerem, que pediraõ de hum Lado, emedem outro, op*rimeiro* ainda
tal mediçaõ naõ houve. Acrecendo mais, que muitos assignados nen
ca lá foraõ, e nunca lá tiveraõ posse, e outros que lá tem ido
dos assignados, verdadeiram*ent*e sepodem intitular Salteadores
p*o*r q*ue* fazem huma pequena, emq*uan*to limitada roçada, e deixan
do hum terreno emvaõ passaõ a roçar outro pequeno furo
adiante, eassim fazem dias, etres roçadinhas, querendo com
este modo chamarem-se se aposse doprincipio aofim. Ainda
q*uan*do mepersuado q*ue* nem todos osq*ue* se achaõ assignados, ou
nomeados norequerim*en*to seriaõ houvidos, por issoque Manoel
Vidal éra morto antes q*ue* fizessem orequerim*en*to, cuja combina
çaõ faço pela data do1despacho doIll*ustrissi*mo, eEx*celentissi*moS*enho*r Conde
General; ePaulo Cardozo, q*ue* se assigna p*o*r seuproprio pu
nho, aqui se acha assignado com hua cruz, pelo q*ue* naõ es
cropuliso apensar, P*orque* foraõ unicam*ent*e afazer numero, ainda de
alg*un*s, que sem noticia teriaõ deSem*elhant*e requerim*en*to indigno de
aparecer arespeitavel prezença deSuaEx*celenci*a Hé oq*ue*
posso com ver*da*de responder. Piracicaba 10 de Março de 1817
Bento Dias deCerq*uei*ra Leite

{55-3-49/ Ord. 291}[89]
{C-54/ P-2/ D-1/ O- 291}[90]
{Piracicaba, 10-3-1817}[91]

[89] Interferência localizada entre a 1ª e 2ª linha do fac-símile.
[90] Interferência localizada entre a 1ª e 2ª linha do fac-símile, à esquerda do documento.
[91] Interferência localizada entre a 1ª e 2ª linha do fac-símile, à direita do documento.

Ill.mo Ex.mo Senhor

Piracicaba
1819

ex = 54
P = 1
Doc. 94

16 - Abril - 1819

As molestias q̃ padeço há sinco annos, e a distancia em q̃ estou me priva do gosto de poder hir já bejar a mão de V. Ex.a

Só V. Ex.a hera capáz de vir suspender o nosso justo pranto, e estancar as nossas lagrimas pela saudosa ausencia do Ex.mo Sor Conde de Palma, e a mim mesmo dou o parabem de se ter verificado os meus desejos, pela felicid.e q̃ vai ter esta Provincia com hũ tão digno Chefe

Hé incomparavel o meu sentim.to pela noticia de vir V. Ex.a incomodado na saude, mas espero em D.s o total restabelecim.to della, pelo ar benigno desta Provincia.

Queira V. Ex.a p.r sua benignidade desculpar a m.a falta e reconhecer a m.a submissa obediencia.

D.s prolongue a preciosa vida de V. Ex.a p.a gosto, e felicid.e do q.m tem a honra de ser

Ill.mo Ex.mo Senhor João Carlos
Augusto de Meinhausen Wiltemberg.

De V. Ex.a

O mais obediente subdito, e servo

Eng.o da boa vista em Piracicaba
16 de Abril de 1819

Theobaldo da Fonseca e Souza

ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Documento nº 07	
Assunto: Theobaldo da Fonseca e Souza queixa-se de sua saúde, justificando o seu não comparecimento à presença da autoridade.	
Local: Piracicaba	
Data: 16 de Abril de 1819	
Localização: Acervo do Arquivo Público do Estado de São Paulo, caixa 54, doc 94	
Reclame: Não consta	
Filigrana: Consta um desenho no centro da folha	
Abreviaturas:	Síncope: D^{s,} Eng^{o,} Ex^{a,} Ex^{mo,} Felecid^{e,} Ill^{mo,} m^{a,} p^{a,} p^{r,} q^{m,} Restabelecim^{to,} sentim^{to,} Cor^{el}
	Apócope: q', Ten, V.

Ill*ustrissi*mo eEx*celentissi*mo Senhor
As molestias q*ue* padeço há sinco annos, eadistancia em q*ue* estou
mepriva dogosto depoder hir já bejar amão de V*ossa* Ex*celenci*a.
Só V*ossa* Ex*celenci*a hera capás devir suspender onosso justo pranto, ees
tancar as nossas lagrimas pela saudozaausencia do Ex*celentissi*mo S*enh*or Con
de dePalma, e amim mesmo dou oparabem de seter verefica
do os meus desejos, pela felecid*ad*e q*ue* vai ter esta Provincia com
tú taô digno cheffe
Hé incomparavel omeu sentim*en*to pela noticia devir V*ossa*
Ex*celenci*a incomodalo naSaude, mas espero em D*eu*s o total resta
belecim*en*to della pelo ar benigno desta Provincia.
Queira V*ossa* Ex*celenci*a por sua benignidade desculpar a minha falta
reconhecer am*inh*a submissa obediencia
D*eu*s prolongue aprecioza vida deV*ossa* Ex*celenci*a para gosto, efelecid*ad*e
doq*ue*m tem ahonra deSer.
Ill*ustrissi*mo eEx*celentissi*mo Senhor Ioaõ Carlos
Augusto de Oeinhausen Wiltemberg DeV*ossa* Ex*celenci*a
Omais obediente subdito, eServo
Eng*enh*o da boavista em Piracicaba
16 de Abril de1819
Theobaldo daFonseca eSouza

{Piracicaba/ 1819}[92]
{Cx=54/ P=1/ Doc 94}[93]
{16-Abril-1819}[94]
{Ten. Cor^{el}}[95]

[92] Interferência localizada entre a 1ª e 2ª linha do fac-símile.
[93] Interferência localizada entre a 1ª e 2ª linha do fac-símile, à esquerda do documento.
[94] Interferência localizada entre a 1ª e 3ª linha do fac-símile, à direita do documento.
[95] Interferência localizada entre a penúltima linha do fac-símile e a assinatura, à direita do documento.

Ill.mo S.r Sarg.to Mor Comm.te Manuel José Vaz Bot.o

54-1-102

Remeto preso em ferros, e escoltado pelo Cabo Vicente Gomes a Joaquim Soares por estar em tudo conforme a ord.m do Ill.mo e Ex.mo Snr Gen.al pois he inteiram.te vadio, tribulento, e vive concobinado com escandalo publico, largando a Suam.er a o desamparo. Freg.a de Piraiscaba 13 de 7br.o de 1812

Domingos Soares de Barroz
Cap.am da 1.a Comp.a

Manuel Joaquim Pinto de Arruda
Alf.s da 2.a Comp.a

Manoel de Barroz Serrão

ACERVO DO ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DEPARTAMENTO DO ARQUIVO DO ESTADO - S. PAULO

Documento nº 08	
Assunto: É relatada a prisão de Joaquim Soares em razão de sua má conduta.	
Local: Freguesia de Piracicaba	
Data: : 13 de Setembro de 1819	
Localização: Acervo do Arquivo Público do Estado de São Paulo, 54-1-102	
Reclame: Não consta	
Filigrana: Consta um desenho no centro da folha.	
Abreviaturas:	Síncope: Alf^{es,} Bat^{r,} Cap^{am,} Comp^{a,} Comm^{te,} Ex^{mo,} Freg^{a,} G^{a,} Gen^{al,} Ill^{mo,} Inteiram^{e,} m^{er,} ord^{m,} Sarg^{to,} 7bro, S^{r}
	Apócope:

Ill*ustrissi*moS*enho*r Sarg*ento* Mor Comm*andan*te Manuel Ioze Vás Ba*lthaza*r
Remeto prezo emferros, e escoltado pelo
Cabo Vicente Gomes a Joaquim Soares por estar
emtudo comforme aord*e*m do Ill*ustrissi*mo eEx*celentissi*mo S*enho*r Gen*e*ral
pois he inteiram*ent*e vadio, tribulento, evive concobi
nado com escandalo publico, largando a suam*ulh*er
aodesamparo. Freg*uesi*a dePiracicaba 13,, de setembro
de 1819.
Domingos Soares deBarros
Cap*it*am da P*rimei*ra Comp*anhi*a
Manuel Joaquim Pinto deArruda
Alf*eres* da *Segunda* Comp*anhi*a
Manoel deBarros Ferrás

{54-1-102}[96]

[96] Interferência localizada entre a 1ª e 2ª linha do fac-símile, à direita do documento.

Ill.mos Ex.mos Snr. do Governo

DEPARTAMENTO DO ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO
ACERVO DO ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Encarregado por hũa Portaria de V. Ex.as de 4 do mes passado, Recebida por mim a 21 do m.mo sobre a factura da Estrada, que desta Segue p.a a V.a de S. Carlos, e a abertura de outra q' do Morro Azul Siga p.a a d.a Fr.a; passei immediatam.te a hir assistir a d.a abertura, dez do q' a V. Ex.as q' se acha aberta a d.a Estrada athé o Rio Jaguary, transitavel á excepção de hũa Ponte no Ribeirão denominado = Tatú =, Thomaz Cavas, q' hum.o, e q' tudo ja se vai fazer com toda a brevid.e; e igoalm.te particípo, q' por não prejudicar muito as Lavouras do T.e Antonio Joaq.m de Campos determinei, que o m.mo deviasse as d.as Lavouras, ficando servindo o Caminho Com.mo em q.to elle não apromptar o dito desvio.

Aproveito esta occasião de reprezentar a V. Ex.as, que a Estrada, que daqui Segue p.a a Freg.a de Araraquara se acha inteiram.te intransitavel, e sendo aquella o seu Commercio m.to vantajozo a esta V.a, q' pela maior p.e trabalha no Fabrico do assucar, e daquella Freg.a vem Boiadas, q' aqui se Comprão p.a o trabalho dos Eng.os, além de outros generos, q' aqui se consomem Como queijos, algodoins, q' de lá vem com tanta abund.a, q' ainda daqui se exportão p.a as outras Villas vezinhas.

A camara desta V.a já tem dado Ord.s sobre a factura desta Estrada, e o Inspetor nomeado por ella Carlos Jozé Bott.o he muito Sofficiente, e com conhecim.to daquelle terreno; mas acontece, q' por falta de Ord.ns activas esta a d.a Estrada no mizeravel estado em q' se acha; e como V. Ex.as tanto sempre se interessão a favor do bem publico, levo a Respeitavel prez.a de V. Ex.as a p.a q' achando justo ajão de Authorizar hum Inspetor para o d.o beneficio. Deos g.e a V. Ex.as p.r m.s an.s V.a nova da Constituição 11 de Julho de 1823.

De V. Ex.as

Obediente Subdito

M.el Joaq.m Pinto de Arruda
Inspetor interino

Documento nº 09	
Assunto: Relato pormenorizado sobre a obra de abertura da estrada que de Morro Azul segue para a Vila de São Carlos e apresentação das obras de uma estrada que de Piracicaba segue para a Freguesia de Araraquara.	
Local: Vila Nova da Constituição	
Data: : 20 de Julho de 1823	
Localização: Acervo do Arquivo Público do Estado de São Paulo, caixa 371, doc 20	
Reclame: Não consta	
Filigrana: Consta um desenho no centro da folha.	
Abreviaturas:	Síncope: abund^{a,} ann^{s,} brevid^{e,} Bott^{o,} Conhecim^{to,} d^{a,} d^{as,} d^{o,} Emg^{os,} Emq^{to,} Ex^{as,} Ex^{mos,} Freg^{a,} Furq^{m,} g^{e,} igoalm^{e,} Ill^{mos,} imediatam^{e,} inteiram^{e,} Joaq^{m,} m^{al,} m^{mo,} m^{to,} nr^{o,} Ord^{m,} p^{a,} p^{e,} p^{r,} prez^{a,} p^{te,} Snr^{os,} V^{a}
	Apócope: q', V.

Ill*ustrissi*mos eEx*cellentissi*mos S*enhore*s do Governo
Encarregado por hua Portaria deV*ossas* Ex*celenci*as de 4 domes passado
recebida por mim a 21 dom*es*mo sobre a factura daEstrada, que desta segue
p*ar*a aV*ill*a deSao Carlos, ea abertura deoutra q*ue* doMorro aZul siga p*ar*a ad*i*ta V*ill*a;
passei immediatam*ent*e ahir assistir ad*it*a abertura deq*ue* douparte aV*ossas*Ex*celenci*as, que se
acha aberta ad*it*a Estrada athe o Rio Jaguary, tranzitavel á excepçaõ de
huâ Ponte no Ribeiraõ denominado =a saber=, huãs Cavas (?), q*ue* hé n*ecessari*o, oque tudo ja
sevai fazer comtoda abrev*ida*de; e igoalm*en*te participo, q*ue* por naõ prejudicar muito
as lavoiras doS*uplicant*e Antonio Furq*ui*m de Campos determinei, que om*es*mo desviasse
asd*it*as lavoiras, ficando servindo o Caminho dom*es*mo emq*uan*to elle naõ aprompta odito desvio
Aproveito esta occasiaõ de reprezentar aV*ossas*Ex*celenci*as, que a Estra
da, que daqui segue p*ar*a a Freg*uesi*a deAraraquara se acha inteiram*en*te intranzi
tavel e sendo altos ofes Comercio m*ui*to vantajozo aestaV*ill*a, que pela maior parte
trabalha noFabrico do Assucar, edaquellaFreg*uesi*a vem Boyadas, q*ue* aqui se
Compprão p*ar*a otrabalho dos Emg*enheir*os, alem deoutros generos, q*ue* aqui se conçome
Como queijos, algodoins, que de lá vem comtanta abund*anci*a, q*ue* ainda daqui se
exportaõ p*ar*a as outras V*ill*as vizinhas.
A Camara destaV*ill*a já tem da
do Ord*e*m sobre afactura destaEstrada, eo Inspector nomeado por ella Carlos Joze Bot*elh*o
he muito soficiente, com conhecim*en*to daquele
terreno; mas acontese, q*ue* por falta deord*e*m activa esta ad*it*a Estrada
no mizero estado emque seacha; ecomo V*ossas*Ex*celenci*as tanto seempre
gaõ afavor dobem publico, levo arespeitavel prez*enç*a deV*ossas*Ex*celenci*as
p*ar*a q*ue* achando justa ajaõ de Authorizar hum Inspector para
od*it*o beneficio. Deós g*uard*e aV*ossas*Ex*celenci*as por m*uito*s anno*s*. V*ill*a nova daCons
tituiçaõ 20, de julho de 1823
[espaço] DeV*ossas*Ex*celenci*as
Obediente Subdito
<u>M*arech*al Ioaq*ui*m Pinto deArruda</u>
Inspector interino

acervo do arquivo público do estado de são paulo

Ill.mos Ex.mos Senr.es do Governo

D=28
P=1
CX=371

DEPARTAMENTO DO ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Sendo-me entregue a Portaria expedida pr. V.as Ex.as em data de 5 de Agosto proximo passado, e ja pr. segunda via tendo-se desencaminhado a primeira, em aq.l me determinão V.as Ex.as o beneficio e inspeção da Estrada q. segue desta a Freg.a de Araraquara; promptam.te passei a promover todos os meios, q. me parecerão justos p.a o bão exito desta tão importantissima diligencia; officiando a todos os proprietarios q. tem terras em d.a Estrada, e ao Cap.m da m.ma p.a q. mandaõ o Povo daquella Freg.a beneficiar a p.e devoluto o q. logo se pos em execução ficando a q.la p.e m.to bem beneficiada e os proprietarios huns ja tem feito, outros estão fazendo a p.e q. lhes pertence, e hũ destes pediu-me prazo p.a concluir sua safra, e logo q. findi comprir com seu dever, e parecendo-me justo lhe concedi; porem Ex.mos Senr.es hã nesta Estrada hum Sesmeiro

Documento nº 10	
Assunto: Descrição detalhada dos acontecimentos ocorridos durante a inspecção da estrada que de Piracicaba segue para a Freguesia de Araraquara.	
Local: Vila da Constituição	
Data: 13 de Dezembro de 1823	
Localização: Acervo do Arquivo Público do Estado de São Paulo, caixa 371, ordem 1166, Doc 28	
Reclame: : Existem três reclames: o 1º se encontra no final do [1r]: “sismeiro”; o 2º se encontra no final do [1v]: “proprietario”; e o 3º no final do [2r]: “D*eu*s g*uard*e aV*oss*as Ex*celenci*as”	
Filigrana: “Gior Magnani”	
Abreviaturas:	Síncope: Ant^{o,} Aq^{la,} Cap^{m,} Carv^{o,} d^{a,} D^{or,} D^{s,} Dzbr^{o,} Ex^{as,} Ex^{mos,} felism^{e,} Freg^{a,} g^{e,} Il^{mos,} maiorm^{tes,} m^{ma,} m^{mo,} m^{mos,} m^{ter,} m^{to,} m^{tos,} nr^{o,} p^{a,} p^{ar,} p^{e,} Per^{a,} pessoalm^{e,} p^{r,} Prez^{e,} q^{l,} q^{r,} Respond^{o,} Senr^{es,} V^{a,} V^{as}
	Apócope: q’, S.

Ill*ustrissi*mos Ex*celentissi*mos Sen*ho*res doGoverno
Sendo-me emtregue aPortaria expedida po*r*
V*oss*as Ex*celenci*as em data de 5 deAgosto proximo pa
ssado, eja p*o*r segunda via tendo a desemca
minhado aprimeira, em aq*ua*l me determi
naõ V*oss*as Ex*celenci*as obeneficio einspecçaõ daEstra
da, q*ue* segue desta a freg*uesi*a deAraraquara;
promptam*ent*e passei á promover todos os meios
q*ue* mepareceraõ justos p*ar*a obaõ exito desta taõ
importanticima diligencia; officiando a
todos os proprietarios, q*ue* tem terras em d*it*a Estra
da, e ao Cap*ita*m dam*es*ma p*ar*a q*ue* mandaõ oPovo
daquela Freg*uesi*a beneficiar ap*art*e devoluta oq*ue*
logo sepor emexecuçaõ ficando aq*ue*la p*art*e m*ui*to bem
beneficiada, eosproprietarios huns já tem feito
outros estao fazendo ap*art*e q*ue* lhes pertencê, ehu
destes pediu-me prazo p*ar*a concluir sua sa
fra, elogo q*ue* finde comprir[97] com seu dever, epa
recendo-me justo lhe concêda; porem Ex*celentissi*mos
Sen*ho*res hâ nesta Estrada hum sismeiro

[97] Ms: comprir, linha 18 do fac-símile por cumprir.

acervo do arquivo público do estado de são paulo

Sesmeiro de nome Joaquim Ant.º de Carv.º
q̃ possuẽ em d.ª Estrada grande porçaõ de te-
rras a 6,, annos mais ou menos, e nunca fes
sua testada, e nem tem poces p.ª a fazer p.r
ser hum mero papelista, q̃ vive de V.ª em
V.ª sem rezidencia certa, e naõ possuẽ hum
só escravo, e obtendo esta sesmaria só com o
sinistro projecto de negociar com ellas o q.l
fazendo-lhe eu hum officio nem resposta
deu, e pacouse desta p.ª a V.ª de Itu onde
se acha em uzo de remedios sem dar pro-
videncia alguma a taõ nr.º serviço, o que
sempre a sim tem praticado em todas
occazioens em q̃ se lhe determina o benefi-
cio de sua testada, ja em tempo q̃ o D.or
Nicolaõ Per.ª de Campos Vergr.º foi Inspec-
tor destas Estradas o m.mo praticou, e o anno
proximo passado fazendo-lhe eu dous offici-
os p.r ordem da Camara desta V.ª a conteceu
o m.mo; taõ bem se acha hum proprietario

Sismeiro denome Ioaquim Ant*oni*o deCarv*alh*o
q*ue* possuê em d*it*a Estrada grande porçaõ deste
mas a 6,, annos mais oumenos enuca fes
sua testada,[98] enem tem poces p*ar*a áfazer por
ser hum mero papelista, q*ue* vive deV*ill*a em
V*ill*a Sem rezidencia certa, enaõ possuê hum
só escravo, eobtendo esta sesmaria só com o
sinistro projeto denegociar com ellas o q*ua*l
fazendo-lhe eu hum officio nem resposta
deu, epaçousse desta p*ar*a aV*il*a de Itu onde
seacha cos uso(?) deremedios sem dar pro
videncia alguma ataõ n*umeros*o servisso, o que
Sempre a sim tem praticado em todas
occazioins em q*ue* selhe determina obenefi
cio desua testada, já emtempo, q*ue* o D*out*or
Nicolaõ Per*eir*a deCampos Verg*ueir*o foi Inspec
tor destas Estradas om*es*mo praticou, eo anno
proximo passado fazendo-lhe eu dous offici
os p*o*r Ordem daCamara desta V*ill*a aconteceu
om*es*mo; taõ bem seacha hum proprietario

[98] Segundo Houaiss (2001), “testada”: (substantivo feminino):1) porção de via pública (estrada, rua, passeio) que fica à frente de um prédio; testeira. / 2) parte anterior do imóvel confinante com essa via. / 3) **r**egionalismo (Brasil):linha que separa uma propriedade privada de um logradouro público.

acervo do arquivo público do estado de são paulo

DEPARTAMENTO DO ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO

propietario nesta m.ma Estrada de nome
Rafael da Silveira Vieira, q̃ tendo hum
limitada testada não q.r beneficiar, pois sen
do avizado p.r mim pessoalm.te, e depois p.r
hum officio tem o prez.e não tem dado provi-
dencia alguma, o q.l reside no destrito da
Freg.a de S. Roque. O Povo da mencionada
Freg.a de Araraquara Ex.mos Senr.es da mão
aq̃ aqueles rebeldes cumprão com seus de
veres conforme o foral de suas Sesmarias,
maior m.tes tendo elles comprompti dão com
corrido, e achar-se ap.e da quelles intranzi-
tavel cauzando aos m.mos gravicimos prejui-
zo nos transportes de seus generos.
Razoins estas q̃ me parece dignas de por na
respeitavel prez.a de V.as Ex.as, ficando eu
esperando pelas sabias determinaçoins
de V.as Ex.as p.a mau governo.

D.s g.e a V.as Ex.as

proprietario nesta m*es*ma Estrada denome
Rafael daSilveira Vieira, q*ue* tendo huma
limitada testada naõ q*ue*r beneficiar, pois sem
do avizado po*r* mim pessoalm*en*te, edepois po*r*
hum officio the oprez*ent*e naõ tem dado provi
dencia alguma, oq*ue* rezide no distrito da
freg*uesi*a deS*aõ* Roque. Opovo damencionada
freg*uesi*a deAraraquara Ex*celentissi*mos Sen*ho*res clamaõ
aq*ue* aqueles rebeldes cumpraõ com seus de
veres comforme oforal deSuas Sesmarias,
maior m*i*ster tendo elles compromptidaõ com
corrido, ea achar-se ap*art*e daquelles intranzi
tavel cauzando aos m*es*mos gravicimos prejui
zo nos transportes de seus generos
Razoins estas q*ue* meparece dignas depor na
respeitavel prez*enç*a deV*ossas*Ex*celenci*as, ficando eu
esperando pelas sabias determinaçoins
deV*oss*as Ex*celenci*as p*ar*a mais governo.
D*eu*s G*uard*e aV*oss*as Ex*celenci*as

acervo do arquivo público do estado de são paulo

Respond.º a 19 de Dezbr.º

D.s g.e a V.as Ex.as felis m.e m.tos annos,
V.a da Constituição 13 de Dzbr.º de 1823

D. V.as Ex.as

Obediente Subdito

Carlos Jose Botelho
Inspector p.ar

D*eu*s G*uard*e a V*oss*as Ex*celenci*as felis m*uitos*, e m*ui*tos annos
V*il*a daconstituiçaõ 13 deD*ezem*bro de 1823
DeV*oss*as Ex*celenci*as
Obediente Subdito
Carlos IoseBotelho
Inspector p*articul*ar

{D=28/ P=1/ Cx= 371}[99]
{Respond[o] a 13 de Dezbr[o]}[100]

[99] Interferência localizada entre a 1ª e 2ª linha do fac-símile, à esquerda do documento.
[100] Interferência localizada em [2v], na lateral, à esquerda.

acervo do arquivo público do estado de são paulo

D=46=
P=1
CX=371

DEPARTAMENTO DO ARQUIVO DO ESTADO - S. PAULO

Illmo Exmo Senr.

Naõ poço deixar de incomodar a V.a Ex.a dando-lhe parte do seguimento das dezordes desta Villa, que vaõ crescendo, e principiaõ a tomar o caratel de huma especia de guerra civil. No dia 13 do corrente Mez de Julho, ao entrar a noite foi atacado Joze Maria de Alhaide por Antonio Gonsalves Carpintr.o no Patio da Matriz perto da sua casa para orde se recolhia o qual com huma espada lhe fez 15 golpes na cabeça, e nos braços quando com elles se defendia por naõ ter outra Arma, e só o largou quando a vidio gente e lhe quebrou a espada. o Agresor e homem avalentado, brigador, e de má conduta naõ tinha o apassinado razaõ alguma de desavença antes se tratavaõ sensivelmente, tanto assim, que o ferido acavaba de cortejalo, quando foi atacado por elle; o que fas crer que foi mandado, e pago para cometer este Delicto, e avis constante que fora mandado pello Alferes Manoel Joaquim Pinto d'Arruda de quem talvez V.a Ex.a ja esteja no conhecimento que é quem principalmente traz esta Villa em barulho por causa das pertençoens que tem de impedir o Rocio da Villa, senhoriar a maior parte das terras da propried.e da Mesma V.a anterior a sua criaçaõ; occupar os postos da Governaça para o que naõ pouco fes hir a presença de V.a Ex.a hum Assinado, de que V.a Ex.a terá conhecido a malicia e occupar igualmente os cargos da Governança, em que está servindo apezar da opposiçaõ da Camera por uma ordem despotica do Ouvidor Joaõ de Alm.da Prado. Naõ tenho conhecim.to de provas, que convensaõ ser o d.o Alferes autor daquelle Delicto, e provavelmente naõ sahirá pronunciado na Devassa, a q. se deve proceder, naõ só pela de fi-

14 + 24

Documento nº 11	
Assunto: Descrição detalhada do ataque a facadas que sofreu Joze Maria de Athaide e a indicação de um mandante do crime.	
Local: Vila da Constituiçam	
Data: 14 de Julho de 1824	
Localização: Acervo do Arquivo Público do Estado de São Paulo, caixa 371, doc 46	
Reclame: Existe apenas um reclame: "de fis" , este se encontra no final do [1r]	
Filigrana: "Gior Magnani"	
Abreviaturas:	Síncope: Alfer^{es,} Alm^{da,} Carpintr^{o,} Conhecim^{to,} Const^{m,} d^{o,} Ex^{a,} Ex^{mo,} Ill^{mo,} propried^{e,} S^{a,} Senr, Sobred^{o,} V^{a} (Villa), V^{a} (Vossa)
	Apócope: Cap, q', S., V.

Ill*ustrissi*mo Ex*cellentissi*mo Sen*h*or
Naõ poço deixar de incomodar a V*ossa*Ex*celenci*a da
do-lhe parte do seguimento das dezordes desta Villa,
que vaõ crescendo, eprincipiaõ atomar ocaratel de huma espeçie
deguera civil. Nodia 13 do corrente Mês de Iulho, ao en
trar anoite foi atacado Joze Maria de Athaide, por Anto
nio Gonsalves Carpint*ei*ro no Pateo da Matris perto da sua caza
para onde serecolhia oqual com huma espada lhe fes 15 golpes
na acabeça, enos braços quando com elles se defendia por naõ ter
outra Arma, esó olargou quando acudiogente e lhe quebrou
a espada. o Agresor é homem avalenta do, brigador, ede má con
duta naõ tenha o apassivado razaõ alguma de dezavença antes
se tratavaõ sensivelmente, tanto assim, que oferido acavaba
de cortejalo, quando foi atacado por elle; o que fazcrer quefoi
Mandado, epago para cometer este Delicto eavós constante que
fora mandado pello Alferes Manoel Joaquim Pinto d' Ar
ruda dequem talves V*ossa* Ex*cellenci*a já esteija em conhecimento que
é quem principalmente tras esta Villa embaralho por cauza
das pertençoins que tem de impedir o roçio daVilla, senhoriar
amaior parte das terras da propri*edad*e da MesmaV*ill*a anterior
asua criaçaõ; o ccupar os postos da Governança para oque no
pouco fis hir aprezença deV*ossa*Ex*celenci*a hum Assinado, de que
V*ossa*Ex*cellenci*a tem conheçido a malicia eoccupar igualmente os cargos
da Governança, emque está servindo apezar da oppoziçaõ da
Camera por uma ordem despotica do Ouvidor José deAlm*ei*da
Prado. Naõ tenho conhecim*en*to deprovas, que convensaõ ser od*it*o
Alferes autor daquelle Delicto, eprovavelmente naõ sahirá
pronunçiado na Devassa aq*ue* sedeva proçeder naõ só pela de fis

acervo do arquivo público do estado de são paulo

De Juizl.de que há de provar o Mandato como pelas Vela-
çoens que o d.o Alfer.es tem, e meios de eludir as indagaçoe-
ens; mas paço affirmar a V.a Ex.a que de todas as peçoas que
tenho ouvido a este respeito nenhuma duvida, que Joze elle
o que mandou comêtter o delicto, e tambem voz constante que
o projecto d'assassio comprende mais algumas pessoas; e porisso
já tenho ouvido alguns dos que o d.o Alfer.es tras mais em vista, que
percizaõ armar-se, e reçeiaõ a cada instante o attaque, ou pelo
Mesmo Assassino, que se ocultou ou por outro assalariado.
Esta começaõ e grande e pode crescer, porque alguns dos que se
achaõ ligados ao d.o Alfer.es saõ suspeitos deterem de algum mo-
do concorrido para o dito assassinio, o que forma uma devizaõ
nesta Villa, que pode ser muinto consequente. Eu fico com
o maior sobresalto a este respeito, e espero que V.a Ex.a dê as pro-
videncias que achar mais ajustadas — Devo declarar a V.a
Ex.a que o sobred.o Antonio Gonsalves é da V.a de S. Carlos
onde é Meliciano sem dar obdeençia aos seus superiores
a mais de dois Annos tem residido no Morro azul, e devizaõ
desta V.a com a de Mogemerim principalmente no Engenho
do Capitam Joaquim Joze d'Andr.e da V.a de Itu; e naõ me
pareçe posivel ser prezo pelas ordenanças desta V.a que pela ma-
ior parte tem consebido medo dele. Deus guarde a V.a Ex.a
por muintos Annos. V.a da Const.m 14 de Julho de 1824

De V.a Ex.a

Reverente Subdito

João Jozé da S.a
Cap.nor

De fiserlo e, que há deprovar o Mandato como pelas rela
çoens que od*it*o Alferes tem, e meios de iludir as indagaço
ens; mas poço affirmar aV*oss*aEx*cellenci*a; que detodas as peçoas que
tenho ouvido aeste respeito nenhuma duvida, que foçe elle
oque mandou comêtter odelicto, etambém voz constante que
oprojecto dássassio compreende mais algumas pessoas; eporiço
já tenho ouvido alguns dos que od*it*o Alferes tras mais emvista, que
percizaõ armar-se, e recuzaõ acada instante o attaque, oupelo
Mesmo Assassino, que se ocultou ou por outro assalariado.
Esta comiçaõ é grande e pode cresçer porque alguns dos que se
achaõ ligados aod*it*o Alferes saõ suspeitos deterem de algum mo
do concorrido para odito assassinio, oque forma úma devizaõ
nesta Villa, que pode ser muinto consequente. Eu fico con
omaior sobresalto aeste respeito, e espero que V*oss*aEx*cellenci*a de as pro
videncias que achar mais ajustadas – Devo declarar aV*oss*a
Ex*celenci*a que osobred*it*o Antonio Gonsalves é da V*ill*a de S*aõ* Carlos
onde é meliçiano, em dar obediençia aos seus superiores
amais de dois Annos tem rendido no Morro azul, e devizas
destaV*ill*a com ade Mogemirim principalmente no Engenho
doCapitam Joaquim Joze d' An*dra*de daV*ill*a de Itú, enaõ me
pareçe posivel ser prezo pelas ordenansas desta V*ill*a que pelama
ior parte tem cometido medo dele. Deus guarde aV*oss*aEx*cellenci*a
por muitos Annos. V*ill*a daConst*ituiç*am 14 de Julho de 1824
DeV*oss*aEx*cellenci*a
Reverente Subdito
Ioaõ Iozé da<u>S*ilv*a</u>
Cap*itaõ* Mor

{D=46/ P=1/ Cx=371}[101]

[101] Interferência localizada entre a 1ª e 2ª linha do fac-símile.

Illmo Exmo Senhor

DEPARTAMENTO DO ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO
C=371
P=1
D=80

Hé demeo dever participar a V. Exa. q. no dia 3 do corrente mes na Freguezia de Santa Barbora, destrito desta vila o Escravo do Sr. Coronel Teobaldo da Fonçeca e Souza de nome Fran.co hum filho deste Forro Dizideriо e Manoel Pires tam Forro digo taõ bem Forro Sobrinho do mesmo Fran.co perpetraraõ o seg.te Facto Creminozo perçeguindo huma Mulata Forra Sua Com cobina a foraõ tirar de caza de Felisberto Correa aonde a dita Mulata Se Fora acolher emtrando armados de Espadas e naõ querendo a Mulata ir Com eles aespancaraõ aq. acudindo o dono da caza Felisberto Correa aespancaraõ e ferirao na cabeça acudiraõ vizinhos e quizeraõ prender mas eles Com siguiraõ emtaõ e vaderem-se mas foraõ nesta vila prezos no dia 6 naõ sem Custo porq. o Escravo Fran.co puxou huma Faca p.a a E. Colta aq. lhe descarregou huma Paulada q. Sivem.te o ferio, mas q. Com ela se comçiguio a Prezaõ do do Linquente, eu proçedia a prizaõ destes Criminozos por partecipaçaõ do Rd.o Parocho daquela Freguezia o qual prezençiou todo o facto de cuja partecipaçaõ fis Remeça bem Como dos mais docum.tos a Juis Ordinario desta V.a p.a q. proçedeçe na forma da Lei e ordem e a sua Ordem pus os ditos prezos fazendo os çiente

25

acervo do arquivo público do estado de são paulo

Documento nº12	
Assunto: Descrição detalhada do crime cometido na Freguesia de Santa Barbara pelo escravo do coronel Theobaldo da Fonseca e Souza.	
Local: Vila da Constituiçam	
Data: 08 de Agosto de 1825	
Localização: Acervo do Arquivo Público do Estado de São Paulo, caixa 371, doc 80	
Reclame: Existe apenas 1: "os çiente" que se encontra no final de [1r]	
Filigrana: "Almasso" na folha principal e "Gior magnani" na folha ao lado.	
Abreviaturas:	Síncope: Ag^{to,} a^{s,} Cap^{m,} Cid^{e,} Com^{te,} Const^{am,} documt^{os,} D^{s,} Ex^{a,} Ex^{mo,} Fran^{co,} G^{e,} Ill^{mo,} levem^{te,} m^{tos,} p^{a,} Rd^{o,} Seg^{te,} Sn^{e,} V^{a} (Vila), V^{a} (Vossa)
	Apócope: porq', q', V.

Ill*ustrissi*mo Ex*celentissi*mo Senhor
Hé demeo dever parteçipar a V*ossa* Ex*celenci*a q*ue*
no dia 3 docorrente mes na freguezia de San
ta Barbara destrito desta vila o Escravo do Sen*hor*
Coronel Teobaldo da Fonçeca eSouza denome
Fran*cis*co hum filho deste Forro Diziderio Ma
noel Pires tam[102] Forro digo taõ bem Forro so
brinho domesmo Fran*cis*co perpetraraõ oseg*uin*te
facto Creminozo[103] perçeguindo huma Mula
ta Forra Sua Com cobina aForaõ tirar deca
za de Felisberto Correa aonde adita Mulata
SeFora acolher emtrando armados de Espadas e
naõ querendo a Mulata ir Com eles aespanca
raõ aque acudindo odono dacaza Felizberto Correa oes
pancaraõ eFeriraõ nacabeça acudiraõ vizinhos equi
zeraõ prender mas eles Comsiguiraõ emtaõ eva
derem-se mas Foraõ nesta vila prezos nodia 6
naõ sem Custo porq*ue* oEscravo Fran*cis*co puxou huma
Faca p*ar*a a Es colta aq*ue* lhe descarregou huma Pau
lada q*ue* levem*en*te o Ferio, mas q*ue* com ela secomçi
guio a Prizaõ do doLinquente, eu proçedia a
prizaõ: destes Criminozos por participaçaõ do R*everen*do
Parocho daquela Frequezia oqual prezençiou
todo oFacto de cuja participaçaõ ? Fis Remeçahum
Como dos mais docum*en*tos a Iuiz Ordinario desta Vila
p*ar*a q*ue* proçedeçe naForma daLei eordem easua
Ordem pus os ditos prezos Fazendo os çiente

[102] Ms: *tam*, linha 7 do fac-símile foi corrigido pelo próprio copista na mesma linha 7 para *taõ.*
[103] Ms: *creminozo*, linha 9 do fac-símile por *criminoso*. Na linha 22 do mesmo documento está escrito *criminozos.*

acervo do arquivo público do estado de são paulo

osiente de q. tudo isto participava a V. Ex.ª

D.s a V. Ex.ª m.tos a.s

Vila da const.am 8 de Ag.to de 1827

Manoel de Toledo Silva
Cap.m Com.te interino

os ciente de q*ue* tudo isto parteçipava aV*oss*a Ex*celenci*a
D*eu*s a V*oss*a Ex*celenci*a m*ui*tos a*nno*s
Vila daconst*ituiç*am 8,, de Ag*os*to de 1825
Manoel deSoledo Silva
Cap*ita*m Com*andan*te intirino

{q' fica sciente do q' participo, devendo Taes/ delinquentes depois deformado aculpa [ilegível] /
remettidos como elle da cadea [ilegível] Cid[e]}[104]
{C=371/ P=1/ D=80}[105]

[104] Interferência localizada na altura da 1ª linha do fac-símile, ao lado direito do documento, antes de "Illmo Exmo Senhor".
[105] Interferência localizada entre a 1ª e a 2ª linha do fac-símile, à esquerda do documento.

Exmo Sor Presidente

DEPARTAMENTO DO ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Cx = 371
P = 1
D = 97

Em virtude das Ordens de V. Exca remeto o recruta Constantino Joze Cazado, pm perturbador, tanto que no dia 24 do Corrte foi prezo por ter fugado com a mulher de Manuel Pr, com quem vivia concubinado, e muito vadio: isto me certifica, o Commandante do Districto na parte que me deu por escripto. Deos gde a V. Exca muitos annos Villa da Constituição. 27 de Fevereiro de 1826.

De V. Exca

Subdito obediente

Estevão Cardozo de Negros
Sargtmor Commr.

ACERVO DO ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Documento nº 13	
Assunto: Envio do recruta Constatino Joze Cazado e relato de sua má conduta.	
Local: Villa da Constituiçaõ	
Data: 27 de Fevereiro de 1826	
Localização: Acervo do Arquivo Público do Estado de São Paulo, caixa 371, doc 97	
Reclame: Não consta	
Filigrana : "G.M."	
Abreviaturas:	Síncope: Comm^{e,} Corr^{e,} Ex^{ca,} Ex^{mo,} Fr^{a,} g^{e,} Negr^{os,} p^{m,} S^{or}
	Apócope: Sarg, V.

Ex*celentissi*moS*enh*or Prezidente
Emvirtude das Ordens deV*ossa*Ex*celenci*a reme
to orecruta Constantino Ioze Cazado, p*oré*m
perturbador, tanto que no dia 24 doCorr*ent*e
foi prezo por ter fugido comamulher
deManuel Ferr*eir*a , comquem vivia com
cubinado, e muito vadio: triste me cer
tifica, oCommandante do Districto na
parte quemedeupor escripto. Deos g*uard*e
aV*ossa* Ex*celenci*a muitos annos Villa daConstitui
çaõ 27 de Fevereiro de 1826 /:
De V*ossa Excelencia*
Subdito obediente
Estevaõ Cardozo deNegr*eir*os
Sarg*ento* Mor Comm*andant*e

{Cx 371/ P=1/ D=97}[106]

[106] Interferência localizada entre a 1ª e a 2ª linha do fac-símile, à esquerda do documento.

Ill.mo Snr Doutor Ouvidor Geral e Corregedor

Piracicaba

cx=371
P=2
D=5

acervo do arquivo público do estado de são paulo

Em Observancia do Aviso Regio de 3 de Julho do corrente anno, e Remetido por V.a S.a em 11 de Agosto Econforme os Artigos do dito.

Informamos sobre os Indios do Paraná que o seo custume he matar, e Roubar e com sagacidade, e não a demitem pás e nem obediencia, e nem sudutores. Estes para serem sugeitos ou extinctos, hé nesecario forca de Armada, indo alguns Indios do Rio grande que são mancos e Trilhadores, e dandose em seos Alojamentos prezionarem-se os pequenos, e os que resistirem matarse, e os que fugirem serem perseguidos indo acompanhado no alcance os ditos Indios mancos, e trilhadores, e estes Alojamentos que forem ficando de zertos irse povoando com muinta parte de Povo pobre e mulheres Escandalozas, mesmo servindo de Degredo para os facinerozos. Os prizioneiros serão recolhidos e repartidos pellas Villas e Freguizias unidas a Capital da Provincia, a que nunca haja união entre elles, Ou em alguã Ilha grande da qual não possão Regrecar á antiga Idolatria.

Esta Impreza consiste no bão xefe no qual concorra toda as Sircuntancias, e que possa desidir hua Impreza tão dezejada pellos Povos que ovem a sustado de seos

26. 8. 26

Documento nº 14	
Assunto: Narração pormenorizada da ação dos chamados índios mancos do Paraná e pedido de auxílio para o extermínio dos ditos índios.	
Local: Villa da Constituiçaõ	
Data: 26 de Agosto de 1826	
Localização: Acervo do Arquivo Público do Estado de São Paulo, caixa 371, doc 5	
Reclame: Existe apenas1: “de seos” e se encontra no final do [1r]	
Filigrana: No 1º fólio consta um desenho de um animal e no 2º fólio “Polleri”.	
Abreviaturas:	Síncope: **:** D^{s,} G^{e,} Ill^{mo,} Joaq^{m,} ordn^{ro,} q^{m,} S^{a} (Senhoria), S^{a} (Silva), Serqr^{a,} Snr, V^{a}
	Apócope: Ann., An^{to,} m.,

Ill*ustrissi*mo S*enho*r Doutor Ouvidor Geral e Corregedor
Com observancia do Avizo Regio de 3 de Julho
do Corrente anno, e Remetido por V*ossa* S*enhori*a em 11 deAgosto
Econforme os Artigos do dito
Informamos sobre os Indios
do Paraná que oseo custume he matar, e Roubar e com
sagacidade, enaõ a demitem pás enem obediencia, enem
Sudutores. Eles para serem sugeitos ou extinctos, hé
nesecario forca de Armada (?), indo alguns Indios do Rio
grande que saõ mancos e Trilhadores, e dandose em seos
Alojamentos prezionarem-se os pequenos, eos que rexisti
rem matarce, eos que fugirem descem perseguidos indo a
companhado no alcance os ditos Indios mancos, etri
lhadores, e estes Alojamentos que forem ficando dezerttos
ir se povoando com muinta parte de Povo pobre meu
lheres Escandalozas, mesmo servindo de Degredo para
os facinerozos. Eosprizioneiros seraõ recolhidos e reparti
dos pellas Villas e Freguizias unidas a Capital da Provin
cia a que nunca haja uniaõ entre elles, Ou algua
Ilha grande da qual naõ posaõ Regacear á antiga Ido
latria.
Esta Impreza consiste no baõ xefe no qual concorra
toda as sircuntancias, e que para desidir hua Impreza
taõ dezejada pellos Povos que vivem assustado de seos

acervo do arquivo público do estado de são paulo

Deseos Asacinios. Extincto este, aumentarseá o Brasil na Agricultura e Comercio por diferentes pontos.

He oque podemos Informar a V.ª S.ª emesmo Supplicamos que Auxillie e augmente hum fervor extremo para huma Impreza tão util, muito principal sobre hum alojamento de Indios ou negros que se axa aque em da Serra de Arraraquara distante desta Sinco Leguas mais ao menos, que breve mente esprementará esta Villa ou seos habitantes algum insulto de ller. He oque podemos Informar a V.ª S.ª aq.m D.s G.e m.s a.s Villa da Constituicão em Camera de 26 de Agosto de 1826

De V.ª S.ª

Reverentes Suditos

Joaq.m Leite de Serq.ra C.

Juiz ordin.o

Joaq.m Ant.o da S.a Vereador

Joaq.m Carlos da Cunha e Abreu

Vereador

Deseos Asacinios. Extincto este, aumentar se á o Bra
zil via Agricultura e Comercio por diferentes pontos
He o que
podemos Imformar a V*oss*a S*enhori*a emesmo Supplicamos
que Auxillie e augmente hum fervor extremo para
huma Impreza taõ util muito principal sobre
hum alojamento de Indios ou negros que seaxa aque
m da Serra de Araraquara distante desta sinco
Leguas mais ao menos, que brevemente exprementará
esta Villa ou seos habitantes algum insulto delles He
oque podemos Imformar a V*oss*a S*enhori*a aq*ue*m D*eu*s G*uard*e m*uitos* ann*os*
Villa da Constituicaõ em Camera de 26 de Aggosto de
1826
De V*oss*a S*enhori*a
Reverentes Subditos
Ioaq*ui*m Leite de Cerq*uei*ra
Iuis ordin*a*rio
Ioaq*ui*m Anto*nio* daS*ilv*a escrivaõ
Ioaõ Carlos da Cunha e Abreu
Vereador

{Cx=371/ P=2/ D=5}[107]
{Piracicaba}[108]

[107] Interferência localizada entre a 1ª e a 2ª linha do fac-símile.
[108] Interferência localizada entre a 1ª e a 2ª linha do fac-símile, à direita do documento.

Ill. Ex. Snr.

Cx = 371
P = 2
D = 51

DEPARTAMENTO DO ARQUIVO DO ESTADO - S. PAULO

Remeto cuatro recrutas em cumprimento as Ordens que tive constante da relação junta, e vão com guarda dobrada na forma da Circular de 10 de Maio de 1824; e p.r não haver cadeia segura nesta Villa vou remetendo os q. aparesem, e fico na mesma deligençia, Fallando ao Admenistrador dos Dizimos Bento Manoel de Moraes para acistir com dinr.o p.a a remesa dos recrutas na conformidade das Ordens, respondeu me que não dava, e que nem huma Ordem teve p.a isso q. tendo já concorrido em outro tempo, a Junta Nacional duvidou receber en conta do Dizimeiro Cap.m Joze Manoel da Silva. D.e G.e a V. Ex.a p.r m.s ann.s Villa da Constituição 25 de Maio de 1827

ACERVO DO ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO

De V. Ex.a

Obd.e Subd.o

João José da S.a
Cap.mor

Documento nº 15	
Assunto: O capitão-mor João José da Silva envia quatro recrutas em cumprimento às ordens recebidas	
Local: Villa da Constituiçaõ	
Data: 25 de Maio de 1827	
Localização: Acervo do Arquivo Público do Estado de São Paulo, caixa 371, doc 51	
Reclame: Não consta	
Filigrana: “Gior Magnani” e “Almasso”	
Abreviaturas:	Síncope: **:** Cap^{m,} Dinr^{o,} D^{s,} Ex^{a,} G^{e,} obd^{e,} p^{a,} p^{r,} S^{a,} Snr, Subd^{o}
	Apócope: ann., Cap., Ex., Ill., m, q’, V.

Ill*ustrissimo* E*xcelentissimo* S*enho*r
Remeto cuatro recrutas em cumprimento
as Ordens que tive, constante darelaçaõ junta, evaõ com
guarda dobrada naforma daCircular de 10 deMaio de
1824; ep*o*r naõ haver cadéa segura nesta Villa vou reme
tendo os q*ue* aparesem, efico namesma deligençia, fa
llando ao Admenistrador dos Dizimos Bento Manoel de
Moraes para asistir com din*hei*ro p*ar*a aremesa dos recrutas na com
formidade das Ordens, respondeume que naõ dava, eque
nem huma Ordem teve p*ar*a isso, q*ue* tendo já concorrido
em outro tempo, aIunta Nacional duvidou receber
enconta doDizimeiro Cap*ita*m Ioze Manoel daSilva. D*eu*s
G*uard*e a V*ossa* Ex*celenci*a p*o*r m*uito*s ann*o*s. Villa daConstituiçaõ 25 de
Maio de 1827
De V*ossa* Ex*celenci*a
ob*ed**ient*e subd*it*o
Ioaõ Iozé da*Silv*a
Cap*itaõ* Mor

{Cx=371/ P=2/ D=51}[109]

[109] Interferência localizada entre a 1ª e a 2ª linha do fac-símile.

Illmo e Exmo Senr Presidente

CX=371
P=3
D=9

Em consequencia às circulares de V. Exa que me forão transmetidas pella Camera Municipal desta Villa em que sou obrigado todos os meses a enviar huma relação das causas e reconciliações que ouverão neste Juizo de Paz o que Junto remeto. E Sinceramente huma Parte circunstanciada de tudo e qualquer acontecimento a que faço Ninhuma novidade tem ávido que me conste, antes parece todo o seu cargo e obediencia às Leis é o que posso dizer.

Deos Guarde a Nossa Excelencia Constituição 1º de Abril de 1829.

De V. Exa

Reverente subdito

Manoel de Toledo Silva
Juiz de Paz

acervo do arquivo público do estado de são paulo

Documento nº:16	
Assunto: Notícias sobre os acontecimentos relacionados à obediência às leis que foram solicitadas pela Câmara Minucipal ao juiz de paz Manoel de Soledo Silva.	
Local: Constituição	
Data: 1º de Abril de 1829	
Localização: Acervo do Arquivo Público do Estado de São Paulo, caixa 371, doc 9	
Reclame: Não consta	
Filigrana: "I. H.W. 1827"	
Abreviaturas:	Síncope: Ex^{a,} Ex^{mo,} Ill^{mo,} senr, V^{a}
	Apócope:

ll*ustrissi*mo e Ex*celentissi*mo Sen*h*or Prezidente
Em consequencia às circulares de V*oss*a Ex*celenci*a que me foraõ trans
meti das pella Camera Municipal desta Villa em que sou
obrigado todos os mezes a enviar huma relaçaõ das cauzas
e reconceliaçoens que ouveraõ neste Iuizo de Paz[110]o que
Iuncto remeto. E Iunctamente huma parte circunstanciada
de todo e qualquer a contecimento o que faço [espaço] Ninhuma
nuvidade tem ávido que me conste, antes parece todo osuce
go eobediencia ás Leis é o que posso dizer
Deus Guarde aVosa Excelencia Constituição 1º
de Abril de 1829
DeV*oss*a Ex*celenci*a
Reverente subdito
Manoel deSoledoSilva
Juis dePas

{Cx=371/ P=3/ D=9}[111]

[110] Enquanto no texto está escrito Paz (com z), embaixo da assinatura está Pas (com s).
[111] Interferência localizada entre a 1ª e a 2ª linha do fac-símile.

Ill.mo e Ex.mo Senhor

CX=371
P=3
D=20

Participo a V. Ex.ca que neste Mes de Maio d'1829 não Ouve a Conhecim.to algum notavel, antes Sufego. Reconciliaçoens Realizadas Só Ouve Tumo a Requerim.to de Antonio Per.a Barroso Contra João Balthazar, e Reconciliarão-se amigavelm.te

Deos Guarde a V. Ex.ca m.s an.s

Constituição 6 de Junho d'1829

ACERVO DO ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DEPARTAMENTO DO ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO

De V. Ex.ca

Reverente Subdito

Manoel de Toledo Silva
Juiz de Paz

Documento nº: 17	
Assunto: Notícias sobre os acontecimentos na Vila da Constituição a pedido da Câmara Municipal ao juiz de paz.	
Local: Constituiçaõ	
Data: 06 de Junho d' 1829	
Localização: Acervo do Arquivo Público do Estado de São Paulo, caixa 371, doc 20	
Reclame: Não consta	
Filigrana: : "Dom^{co} Ilario Calamari"	
Abreviaturas:	Síncope: acontecim^{to,} amigavelm^{te,} an^{s,} Ex^{ca,} Ex^{mo,} Ill^{mo,} m^{s,} Per^{a,} requerim^{to}
	Apócope: d., V

Ill*ustrissi*mo e Ex*celentissi*mo Senhor
Participo a V*ossa* Ex*celenci*a que neste Mes d*e*Maio
de 1829 naõ Ouve acontecimento algum nota
vel, antes susego. Reconciliaçoens realiza
das só Ouve huma a requerim*en*to deAntonio
Per*eir*a Barroso Contra Joaõ Balthazar, e recon
ciliaraõ se amigavelm*en*te.
Deos Guarde a V*ossa* Ex*celenci*a
m*uito*s an*no*s
Constituicaõ 6 de Junho d' 1829
DeV*ossa Excelencia*
Reverente Subdito
Manoel deSoledoSilva
Iuis dePas

{Cx=371/ P=3/ D=20}[112]

[112] Interferência localizada entre a 1ª e a 2ª linha do fac-símile, à esquerda do documento.

Ill.mo e Ex.mo Snr.

CX=371
P=3
V: 21

Não podendo dezimpenhar como he de meu dever as obrigaçoins de meu imprego, pella Confuzaõ em q̃ se axaõ feitas as nomeaçoins de Officiais de Quartieroins neste Destrito; cujas nomeaçoins foraõ feitas pella Camera Municipal desta Villa; e julgando eu de meu dever levar ao Conhecimento de V. Ex.a este negocio, p.a essa razaõ vou pedir a V. Ex.a instruçoins sobre este particular se deverei eu estar pellas nomeaçoins feitas pella Camera, ou se me Compete fazellas, como penço, e p.a evitar Collizoins entre mim, e a Camera por isso que levo isto ao Conhecimento de V. Ex.a p.a Com acerto V. Ex.a me determinar o que devo obrar.

D.s g.e a V. Ex.a p.r m.tos annos V.a da Constituiçaõ 7 de Junho de 1829.

ACERVO DO ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Ill.mo e Ex.mo Snr. Vice Presidente desta Provincia.

Departamento de Arquivo do Estado de São Paulo

Manoel de Toledo Silva
Juiz de Paz

Documento nº: 18	
Assunto: O juiz de paz Manoel de Soledo Silva pede instruções a respeito da nomeação de oficiais de quarteirões para melhor poder desempenhar suas funções..	
Local: Villa da Constituiçaõ	
Data: 07 de Junho de 1829	
Localização: Acervo do Arquivo Público do Estado de São Paulo,caixa 371, doc 21	
Reclame: Não consta	
Filigrana :"Gior Magnani"	
Abreviaturas:	Síncope: $D^{s,}$ $Ex^{a,}$ $Ex^{ca,}$ $Ex^{mo,}$ $g^{e,}$ $Ill^{mo,}$ $m^{tos,}$ $p^{a,}$ $p^{r,}$ Snr, V^{a} (Villa)
	Apócope: q', V. (Vossa)

Ill*ustrissi*mo e Ex*celentissi*mo S*enho*r
Naõ podendo dezimpenhar como hê de meu dever as obrigaçoins
demeu imprego, pella Confuzaõ emq*ue* seaxaõ feitas as nomeaçoins
deofficiais de Quarteiroins neste Destricto; cujas nomeaçoins foraõ
feitas pella Camera Municipal desta Villa: ejulgando eu de
meu dever levar aoConhecimento deV*ossa*Ex*celenci*a este negocio; poressa
razaõ vou pedir aV*ossa*Ex*celenci*a instruçoins Sobre este particular
Sedeverei eu estar pellas nomeaçoins feitas pella Camera, ou
Seme Compete fasellas, como penço, epara evitar Collisoins entre
mim, eaCamera por isso que levo isto aoConhecimento deV*ossa*Ex*celenci*a
p*ar*a Com acerto V*ossa*Ex*celenci*a medeterminar oque devo obrar.
D*eu*s g*uard*e aV*ossa*Ex*celenci*a p*o*r m*ui*tos annos. V*ill*a daConstituiçaõ 7 de
Iunho de 1829.
Ill*ustrissi*mo e Ex*celentissi*mo S*enho*r e Vice Prezidente desta Provincia.
Manoel deSoledoSilva
Iuis de Pas

{Cx=371/ P=3/ D=21}[113]

[113] Interferência localizada entre a 1ª e a 2ª linha do fac-símile.

Illmo. e Exmo. Senhor Presidente

CX=372
P=1
D=5

Participo a V. Exa. que no meu Distrito houverão alguns acontecimentos, que resultarão huma morte, e algumas facadas em duas pessoas, de que se perdeu auto de corpo de delito, e o criminoso seguro; assim mais neste meo houverão algumas que se reconciliarão.

Ds. g.e a V. Exa. p.r n.s a Villa da Constituição 31 de Janeiro de 1838.

ACERVO DO ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Manoel de Toledo Silva
Juiz de Paz

Documento nº:19	
Assunto: Notícias de acontecimentos na Vila da Constituição incluindo uma morte e algumas facadas, atendendo à solicitação feita pela Câmara Municipal.	
Local: Villa da Constituiçaõ	
Data: 31 deJaneiro de 1831	
Localização: Acervo do Arquivo Público do Estado de São Paulo, caixa 372, doc 5	
Reclame: Não consta	
Filigrana: Desenho pequeno e cortado pela metade, localizado no alto, ao lado direito da mancha . Dentro do desenho está escrito: “Superfine” e “BATH”.No centro do documento está escrito “J.W. Hatman”.	
Abreviaturas:	Síncope: $a^{s,}$ $D^{s,}$ $Ex^{a,}$ $Ex^{mo,}$ $g^{e,}$ $Ill^{mo,}$ $m^{s,}$ p^{r}
	Apócope: V.

Ill*ustrissi*mo e Ex*celentissi*mo Senhor Prezidente
Participo aV*ossa* Ex*celenci*a que nomeu Districto houveraõ alguns a
contecimentos, que rezultaraõ huma morte e algumas facadas em duas
pessoas, de que se proadus auto de corpo de delito, e o criminoso seguro;
assim mais neste meo houveraõ algumas que se reconciliaraõ
D*eu*s g*uard*e aV*ossa* Ex*celenci*a por m*uito*s a*nno*s Villa da Constituiçaõ 31 de
Janeiro de 1831
Manoel deSoledoSilva
Iuis diPaz

{Cx=372/ P=1/ D=5}[114]

[114] Interferência localizada entre a 1ª e a 2ª linha do fac-símile, à esquerda do documento.

Ill.mo e Ex.mo Senr.

CX = 372
P = 1
N = 22

Em observancia ao Officio de V. Ex.cia de 22 de Junho pp remeto as relaçoens, sendo huma dos que podem ser Eleitores, e outra dos homens escolhidos, que nesta ultima entrão muitos, que não servem para Eleitores por não terem huma renda suficiente, como determina a Ley; porem merecem todo o conceito, e capazes de defenderem á Patria, e por ho dignos de toda attenção.

Deos guarde a V. Ex.cia por muitos annos.

Villa da Constituição 25 de Julho de 1831.

ACERVO DO ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DEPARTAMENTO DO ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Documento nº: 20	
Assunto: Envio da relação de eleitores e não eleitores com a opinião expressa sobre os não eleitores.	
Local: Villa da Constituiçaõ	
Data: 25 de Julho de 1831	
Localização: Acervo do Arquivo Público do Estado de São Paulo, caixa 372, doc 22	
Reclame: Não consta	
Filigrana: “Almasso” no fólio principal e “Gior Magnani” no fólio ao lado.	
Abreviaturas:	Síncope: Ex^{cia,} Ex^{mo,} Ill^{mo,} Senr
	Apócope: pp, V.

Ill*ustrissi*mo e Ex*cellentissi*mo Sen*h*or
Em observancia áo Officio deVossa Excelencia de 22 de
Iunho p*roximopassado* remeto as relaçoens, sendo huma dos
que podem ser Eleitores, contra dos homens esco
lhidos, que nesta ultima entraõ muitos, que naõ
Servem para Eleitores por naõ terem huma ren
da Suficiente, como determna a Ley; porem me
receno todo o conceito, ecapazes de defenderem á
Patria, eporisso dignos detoda attençaõ
Deos guarde aV*ossa* Ex*celen*cia por muitos annos
Villa da Constituiçaõ 25 de Iulho de 1831 %

{Cx=372/ P=1/ D=22}[115]

[115] Interferência localizada entre a 1ª e a 2ª linha do fac-símile.

Ilm.º e Em.ª Sr

Cx=373
P=1
D=13

ACERVO DO ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Cumprindo os despachos de V.E. com data de 31 de Mar-
so, e de 5 de Abril do corrente ano, proferidos em requerim.tos
de Domiciano Pereira, me parece q. devo referir-me a o-
bservação q. fiz a V.E. a respeito do Recruta Joaquim
na occasião da sua remessa p.ª essa Cidade onde eu mesmo
conferei q. ele era vindouro neste Municipio, e
q. isso tal vez seja mesmo passageiro como ele afir-
ma em seu requerimento, e é p.ª q. V.E. pudesse deci-
dir com mais conhecimento de causa q. eu fiz
uma semilhante declaração deixando ao Arbi-
trio de V.E. a aceitação, ou regeição do mesmo Re-
cruta; segundo q. julgase, ou não procedente um
tal motivo. Quanto porem a sua edade
eu ignoro, e na minha observação a V.E. já dice
q. o Recruta dizia ter 16 a.s de idade, mas q. a apa-
rencia indicava ter mais, e se é filho unico fui
silencioso, e ainda agora o sou por não ter uma
cabal verdadeira certeza do numero de filhos
do d.º Domiciano. É q.to tenho a responder
e informar a V.E. q. decidira o q. for justo.
D.s G.e a V.E. p.r m.s a.s Const.ão 19 de Abril 1837

Ilm.º e Em.ª Sr Presidente da Prov.ª

O Prefeito Francisco José Machado

Documento nº: 21	
Assunto: Observações a respeito do recruta Joaquim, filho de Domeciano Pereiras, e de seu envio para a cidade.	
Local: Constituiçaõ	
Data: 19 de Abril de 1837	
Localização: Acervo do Arquivo Público do Estado de São Paulo, caixa 373, doc 13	
Reclame: Não consta	
Filigrana: Desenho pequeno e quase imperceptível localizado no alto, ao lado direito da mancha, próximo à linha 1.	
Abreviaturas:	Síncope: a^{s,} Const^{ao,} d^{o,} D^{s,} Em^{o,} G^{e,} Ilm^{o,} m^{mo,} m^{s,} p^{a,} p^{r,} Prov^{a,} q^{to,} requerim^{tos,} Sr
	Apócope: E., q', V.

Il*ustrissi*mo eE*xcellentissi*mo S*enho*r
Cumprindo os despaxos de V*ossa*E*xcellencia* com data de 31 deMar
so, e de 5 deAbril do corrente ãno, proferidos em requerim*en*tos
deDomeciano Pereiras, meparese q*ue* devo referir-me a o
bservasão q*ue* fis a V*ossa* E*xcellencia* arespeito do Recruta Ioaquim
n aocaziaõ dasua remesa p*ar*a esa Cidade onde eu m*es*mo
conferi q*ue* ele era vindouro[116] neste Municipio, e
p*o*r iso talves seja mesmo pasageiro como ele afir
ma emseu requerimento, eé p*ar*a q*ue* V*ossa* Ex*cellencia* pudese deci
dir com mais conhecimento decausa q*ue* eu fis
uma semilhante declarasaõ deixando ao Arbi
trio deV*ossa*E*xcellencia* a aceitasaõ, ou regeição domesmo Re
cruta ; segundo q*ue* julgase, ounaõ procedente um
tal motivo. Quanto porem asua idade
eu ignoro e naminha observasão aV*ossa*E*xcellencia* já dice
q*ue* o Recruta dizia ter 16 a*nnos* deidade, mas que a apa
rencia indicava ter mais, ese é filho único tem
cilenciozo, e ainda agora osou por naõ ter uma
cabal everdadeira certesa do numero defilhos
do dito Domeciano. É quanto tenho aresponder
einformar a V*ossa*E*xcelencia* q*ue* decidira oque for justo
D*eu*s G*uard*e a V*ossa*E*xcellencia* p*o*r m*uito*s a*nno*s. Const*ituiç*aõ 19 deAbril 1837
Il*ustrissi*mo eE*xcellentissi*mo S*enho*r Presidente da Prov*inci*a
O Prefeito Francisco JoseMaxado

{Cx=373/ P=1/ D=13}[117]

[116] Segundo Houaiss (2001) vindouro- substantivo masculino
Regionalismo: São Paulo. Uso: informal.
2.pessoa que veio de outro lugar ou cidade
Ex.: o rapaz era um v. na cidade

[117] Interferência localizada entre a 1ª e a 2ª linha do fac-símile.

Ill.mo e Ex.mo S.or

Ex=373
P=1
D=35

Havendo o Sub-Prefeito desta Villa obtido de V. Ex.a demissão do Emprego, proponho ao Cidadão Francisco Florencio d'Amaral para o mesmo Emprego por possuir todos os requeritos precisos para o desempenho d'um tal Emprego.

D.s g.e a V. Ex.a N.a da Const.m 16 de Jan.o de 1836.

ACERVO DO ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Ill.mo e Ex.mo S.or Presidente da Prov.a

DEPARTAMENTO DO ARQUIVO DO ESTADO - S. PAULO -

Manoel de Toledo Silva

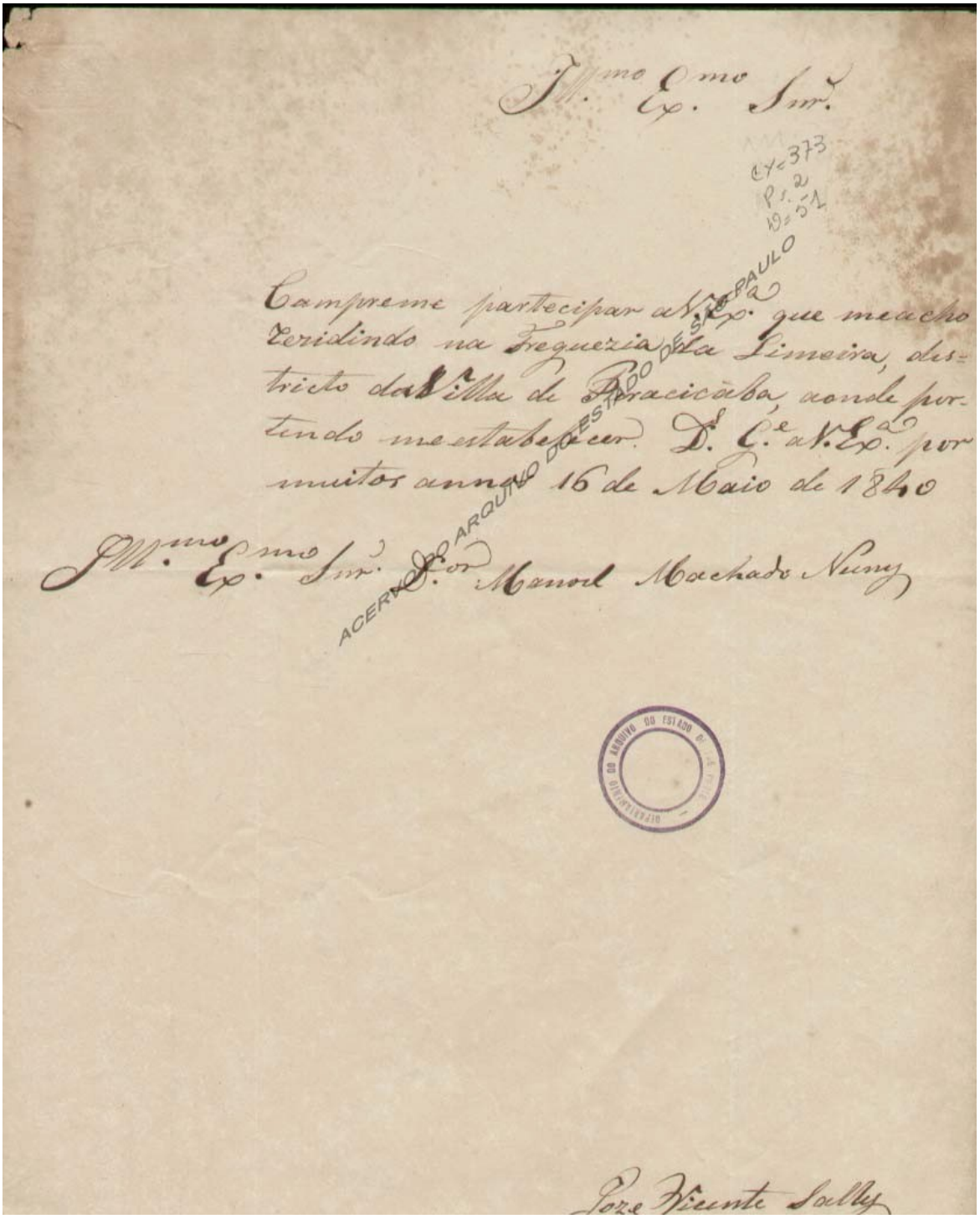
Preffeito

Documento nº: 22	
Assunto: Proposta para a nomeação de Francisco Florencio d'Amaral para o cargo de sub-prefeito da Vila.	
Local: Villa da Constituiçam	
Data: 16 de Janeiro de 1838	
Localização: Acervo do Arquivo Público do Estado de São Paulo, caixa 373, doc 35	
Reclame: Não consta	
Filigrana: Não consta	
Abreviaturas:	Síncope: Const^{m,} D^{s,} Ex^{a,} Ex^{mo,} g^{e,} Ill^{mo,} Janr, Prov^{a,} resp^{ta,} S^{or,} V^{a} (Vila)
	Apócope: App, V.

Ill*ustrissi*mo e Ex*cellentisi*mo S*enh*or
Havendo o Sub-Prefeito desta Villa
obtido de V*ossa*Ex*celenci*a demissaõ do Emprego; propo
nho ao Cidadaõ Francisco Florencio d' Ama
ral para o mesmo Emprego por possuir
todos os requisitos pricizos para o dezempe
nho d' um tal Emprego
D*eu*s g*uard*e aV*ossa* Ex*celenci*a V*ill*a da Const*ituiça*m 16
de Jan*eir*o de 1838
Ill*ustrissi*mo e Ex*cellentissi*mo S*enh*or Presidente da Prov*inci*a
Manoel de Soledo Silva
Preffeito

{App / Sem resp^{ta}}[118]
{Cx=373/ P=1/ D=35}[119]

[118] Interferência localizada na altura da 1ª linha do fac-símile, à direita do documento.
[119] Interferência localizada entre a 1ª e a 2ª linha do fac-símile, à esquerda do documento.



Ill.mo e Ex.mo Snr.

CX-373
P. 2
D-51

Cumpreme participar a V. Ex.a que me acho residindo na Freguezia da Limeira, districto da Villa de Piracicaba, aonde pretendo me estabelecer. D. G.e a V. Ex.a por muitos annos 16 de Maio de 1840

ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO
ACERVO DO

Ill.mo e Ex.mo Snr. Dr. Manoel Machado Nunes

ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO

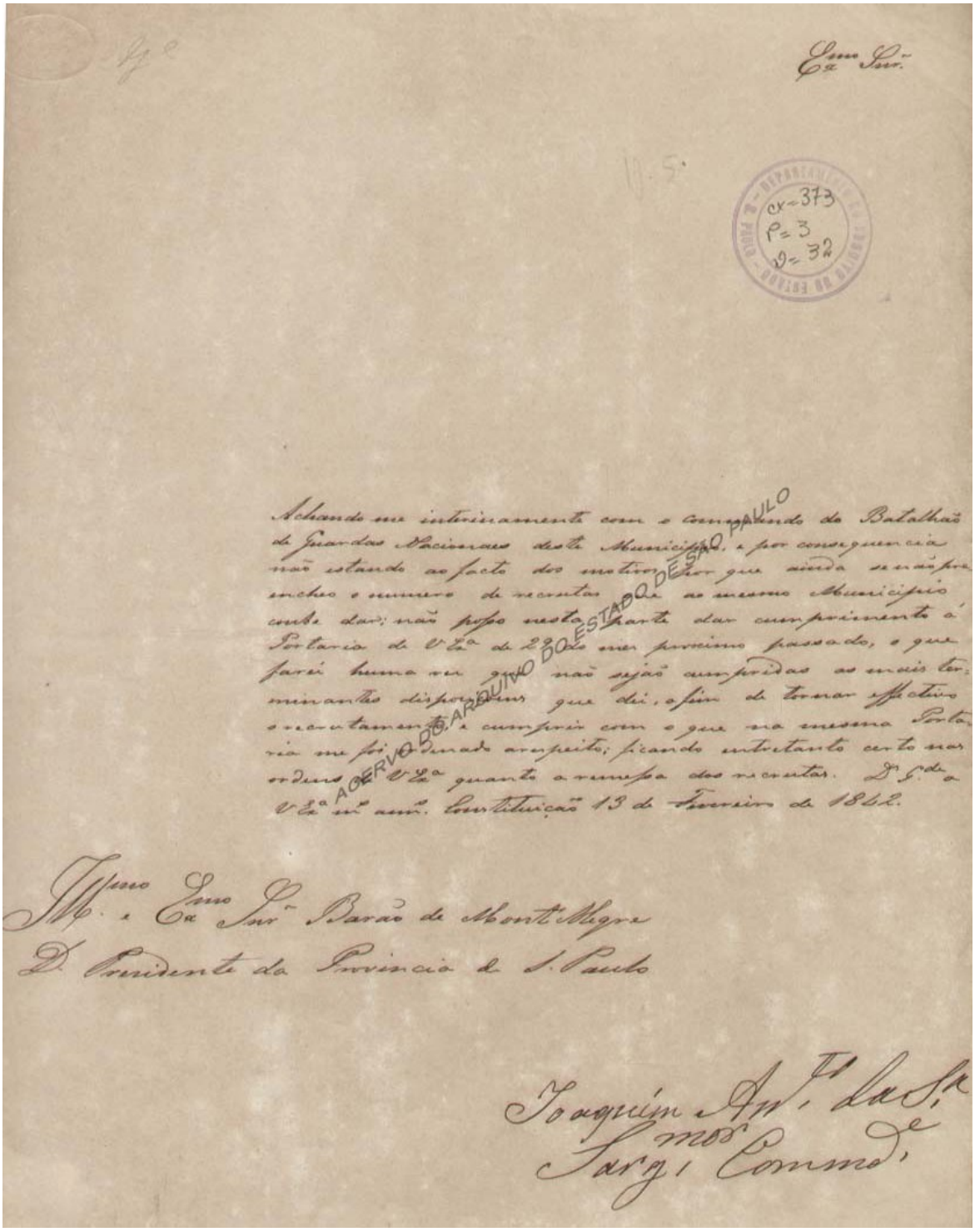
José Vicente Sallez

Documento nº:23	
Assunto: Comunicado feito por Joze Vicente Sallez, referente à sua residência na Frequesia de Limeira	
Local: Freguezia da Limeira (districto da Villa de Piracicaba)	
Data: 16 de Maio de 1840	
Localização: Acervo do Arquivo Público do Estado de São Paulo, caixa 373, doc 51	
Reclame: Não consta	
Filigrana: Não consta	
Abreviaturas:	Síncope: Comd^{te,} Cor^{el,} D^{s,} Ex^{a,} Ex^{mo,} G^{de,} Ill^{mo,} p^{r,} Snr, Ten^{te}
	Apócope: q', V.

Ill*ustrissi*mo Ex*cellentissi*mo S*enho*r
Compreme partecipar aV*ossa*Ex*cellenci*a que meacho
rezidindo na Freguezia da Limeira, dis
tricto daVilla de Piracicaba, aonde per
tendo me estabelecer. D*eu*s G*uard*e aV*ossa*Ex*cellenci*a por
muitos annos 16 de Maio de 1840
Ill*ustrissi*mo Ex*cellentissi*mo S*enho*r D*out*or Manoel Machado Nunez
Ioze Vicente Sallez

{Cx=375/ P=2/ D=51}[120]

[120] Interferência localizada entre a 1ª e a 2ª linha, à esquerda do documento.



Exmo Snr.

DEPARTAMENTO DO ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO
cx-373
P=3
D=32

Achando-me interinamente com o commando do Batalhão de Guardas Nacionaes deste Municipio, e por consequencia não estando ao facto dos motivos por que ainda se não preencheo o numero de recrutas que ao mesmo Municipio coube dar; não posso nesta parte dar cumprimento á Portaria de V. Exa de 29 do mez proximo passado, o que farei huma vez que não sejão cumpridas as mais terminantes disposições que dei, afim de tornar effectivo o recrutamento, e cumprir com o que na mesma Portaria me foi ordenado a respeito; ficando entretanto certo nas ordens de V. Exa quanto a remessa dos recrutas. Dos G.de a V. Exa m.s a.s Constituição 13 de Fevereiro de 1842.

ACERVO DO ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Ill.mo e Exmo Snr. Barão de Monte Alegre
D. Presidente da Provincia de S. Paulo

Joaquim Ant.o da S.a
Sarg.mor Commd.e

Documento nº:24

Assunto: O sargento-mor comandante informa não estar a par dos motivos do não preencimento do número de recrutas no seu batalhão e afirma que por isso não pode dar cumprimento à portaria de Sua Excelência.	
Local: Constituiçaõ	
Data: 13 de Fevereiro de 1842	
Localização: Acervo do Arquivo Público do Estado de São Paulo, caixa 373, doc 32	
Reclame: Não consta	
Filigrana: Desenho pequeno localizado no alto, ao lado direito da mancha. Dentro do desenho está escrito "CANSON"	
Abreviaturas:	Síncope: ann^{s,} Commd^{e,} D^{s,} Ex^{a,} Ex^{mo,} G^{de,} Ill^{mo,} m^{s,} S^{a,} Snr,
	Apócope: An^{to,} D., Sarg., S., V.

Ex*cellentissi*mo S*enho*r
Achando me interinamente com o Commando do Batalhaõ
de Guardas Nacionaes deste Municipio, e por consequencia
naõ estando ao facto dos motivos por que ainda se naõ pre
encheo o numero de recrutas que ao mesmo Municipio
coube dar; naõ posso nesta parte dar cumprimento á
Portaria de V*ossa* Ex*cellenci*a de 29 do mês proximo passado, o que
farei huma ves que naõ sejaõ cumpridas as mais ter
minanttes dispoziçoens que dei, a fim de tornar effectivo
o recrutamento, e cumprir com o que na mesma Porta
ria me foi ordenado arespeito; ficando entretanto certo nas
ordens de V*ossa* Ex*cellenci*a quanto a remessa dos recrutas. D*eu*s G*uar*de a
V*ossa* Ex*cellenci*a m*uito*s ann*o*s. Constituiçaõ 13 de Fevereiro de 1842.
Ill*ustrissi*mo e Ex*cellentissi*mo S*enho*r Baraõ de Mont' Alegre
Di*gno* Prezidente da Provincia de Saõ Paulo
Ioaquim Anto*nio* daS*ilv*a
Sarg*ento* Mor Comm*an*d*ant*e

{Ge}[121]
{Cx=373/ P=3/ D=32}[122]

[121] Interferência localizada na altura da 1ª linha do fac-símile, ao lado da filigrana.
[122] Interferência localizada entre a 1ª e a 2ª linha do fac-símile, dentro do carimbo do "Departamento do Arquivo do Estado – S. Paulo".

Respdo em 14 de Julho 1843.

Exmo Senhor

DEPARTAMENTO DO ARQUIVO DO ESTADO
Cx=375
P=4
D=19

Tendome participado o Exmo Antecessor de V. Exa em
data de 29 de Dezembro do anno passado que na
presente sessão da Assemblea Provincial se desce-
diria o negocio com Joze da Costa Lima, e Januario
Garcia Leal, da Factura da Estrada desta Vil-
la ao barranco do Rio Grande, e sendo necessario
eu mandar hum proprio aqueles com a decisão
do Exmo Governo, como Procurador delles, por isso
que faço lembrar a V. Exa a decisão do contracto
afim de haver tempo de mandarlhe o aviso, pa
poderem entrar na factura do caminho no mes
de Maio ou Junho, tempo em que elles custu-
mão derigirse para esta em Canoas fazerem
seo negocio, e caso aja demora ja não podem en-
trar este anno na factura do caminho, V. Exa
determinará como achar milhor. Ds. Gde a V.
Exa ms. as. Constituição 15 de Fevereiro de 1843

Domingos Jé da Sa Braga

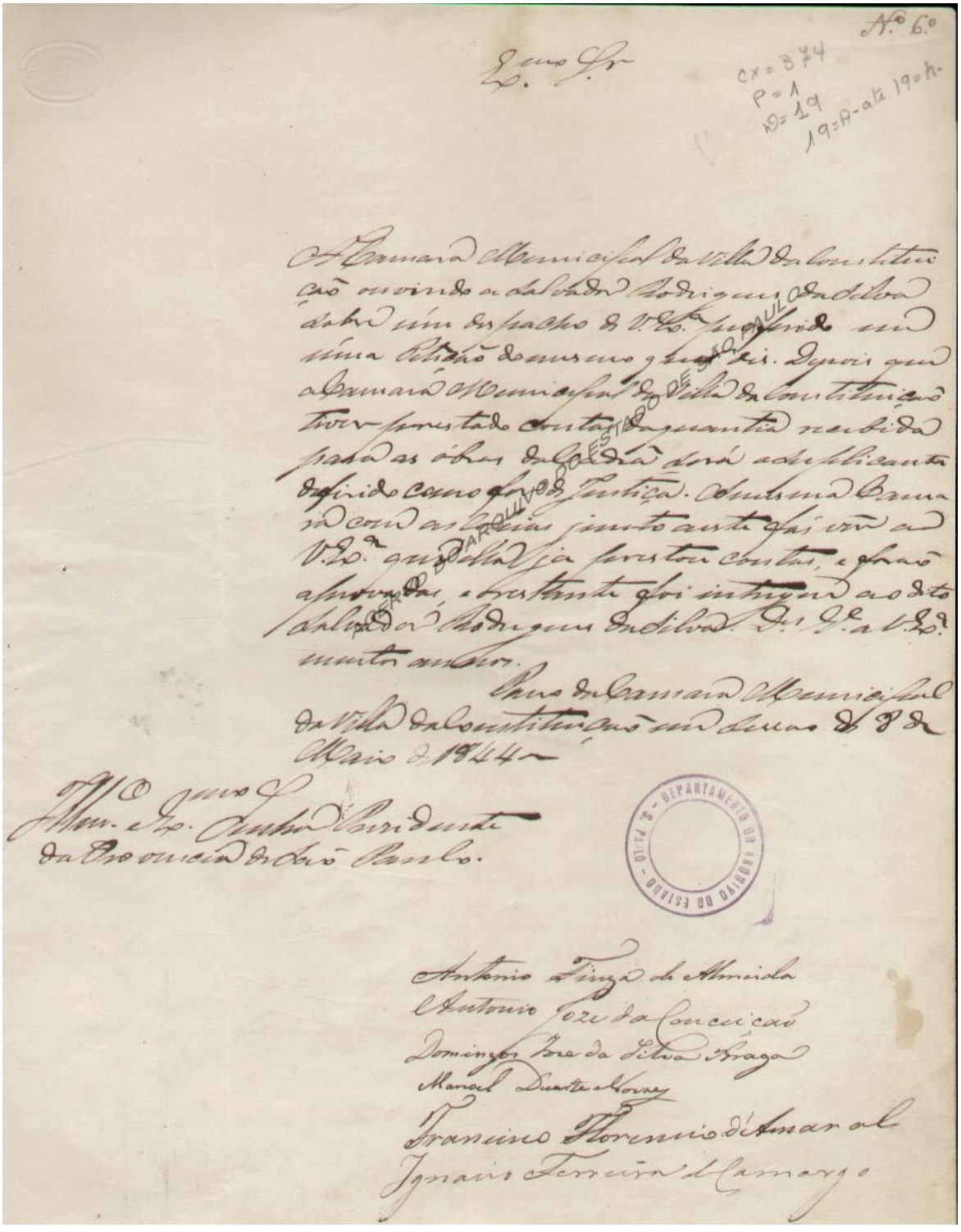
ACERVO DO ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Documento nº: 25	
Assunto: Opinião e sugestão a respeito do negócio de Jozé da Costa Lima e Januário Garcia Leal e a fatura da estrada de Vila Constituição ao barranco do Rio Grande.	
Local: Constituiçaõ	
Data: 15 de Fevereiro de 1843	
Localização: Acervo do Arquivo Público do Estado de São Paulo, caixa 373, doc 19	
Reclame: Não consta	
Filigrana: Desenho pequeno, quase imperceptível, localizado no alto, ao lado direito da mancha.	
Abreviaturas:	Síncope: a^{s,} D^{s,} Ex^{a,} Ex^{mo,} G^{de,} J^{e,} m^{s,} p^{a,} Resp^{do,} S^{a,}
	Apócope: V.

Ex*cellentissi*mo Senhor
Tendome partecipado o Ex*celentissi*mo Antesseçor deV*ossa* Ex*cellenci*a em
dacta de 29 de Desembro do anno passado que na
presente sessaõ da Assemblea Provincial se desce
diria onegocio com Ioze daCosta Lima e Ianuario
Garcia Leal, da Factura da Estrada desta Vil
la ao barranco do Rio Grande esendo nesseçario
eu mandar hum proprio aquele com a decizaõ
do Ex*cellentissi*mo Governo, como Procurador delles, por isso
que faço lembrar aV*ossa* Ex*cellenci*a adecizaõ do contracto
afim de haver tempo demandar lhe o avizo p*ar*a
poderem entrar na factura do caminho no mês
de Maio ou Iunho, tempo em que elles custu
maõ derigirce para esta em canoas faserem
seo negocio, ecaso aja demora já naõ poder en
trar este anno na factura do caminho, V*ossa* Ex*cellenci*a
determinará como achar milhor. D*eu*s G*uar*de aV*ossa*
Ex*cellenci*a m*uito*s a*nno*s Constituiçaõ 15 de Fevereiro de 1843.
Domingos I*ose* da S*ilv*a Fraga

{Resp^{do} em 14 de Julho de 1843}[123]
{Cx=373/ P=4/ D=19}[124]

[123] Interferência localizada entre a 1ª e a 2ª linha do fac-símile, à direita do documento e abaixo da filigrana.
[124] Interferência localizada entre a 1ª e a 2ª linha do fac-símile, à esquerda do documento, dentro do carimbo do "Departamento do Arquivo do Estado".



N.º 6.º

Ex.mo Sr.

CX = 374
P = 1
D = 19
19 = A - até 19 = h.

A Camara Municipal da Villa da Constituição ouvindo a Salvador Rodrigues da Silva sobre um despacho de V. Ex.ª proferido em uma Petição do mesmo que [illegible] dis. Depois que a Camara Municipal da Villa da Constituição tiver prestado contas da quantia recebida para as obras da Cadeia será a supplicante deferido como for de Justiça. A mesma Camara com as Copias junto a este fás ver a V. Ex.ª que della já prestou contas, e forão aprovadas, e o restante foi intregue ao dito Salvador Rodrigues da Silva. D.s G.e a V. Ex.ª muitos annos.

Paço da Camara Municipal da Villa da Constituição em Sessão de 8 de Maio de 1844.

O Ex.mo Sr.
Illm. e Ex. Senhor Presidente
da Provincia de São Paulo.

ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO
S. PAULO - DEPARTAMENTO DO ARQUIVO DO ESTADO

Antonio Finza de Almeida
Antonio Joze da Conceição
Domingos Joze da Silva Braga
Manoel Duarte Novaes
Francisco Florencio d'Amaral
Ignacio Ferreira de Camargo

Documento nº: 26	
Assunto: Declaração da Câmara Municipal de Constituição sobre uma petição feita por Salvador Rodrigues da Silva.	
Local: Villa da Constituiçaõ	
Data: 08 de Maio de 1844	
Localização: Acervo do Arquivo Público do Estado de São Paulo, caixa 374, doc 19	
Reclame: Não consta	
Filigrana: Desenho pequeno, quase imperceptível, localizado no alto, ao lado direito da mancha.	
Abreviaturas:	Síncope: D^{s,} Ex^{a,} Ex^{mo,} G^{e,} Ill^{mo,} N^{o}, S^{r}
	Apócope: V.

N*úmer*o 6º
Ex*cellentissi*mo S*enho*r
A Camara Municipal daVilla da Constitui
çaõ ouvindo a Salvador Rodrigues da Silva
sobre úm despacho de V*ossa*Ex*cellenci*a proferido em
úma Petiçaõ domesmo qual dis. Depois que
aCamara Municipal daVilla da Constituiçaõ
tiver prestado conta daquantia recebida
para as óbras daCadea dará aSuplicante
defirido como for de Justiça. Amesma Cama
ra com as Cadeias junto aeste fás vir a
V*ossa*Ex*cellenci*a quedella já prestou contas, e foraõ
Aprovadas, e orestante foi intregue ao dito
Salvador Rodrigues daSilva. D*eu*s G*uard*e a V*ossa*Ex*celenci*a
muitos annos
Passo daCamara Municipal
daVilla daConstituiçaõ em Sessao de 8 de
Maio de 1844
Ill*ustrissi*mo eEx*cellentissi*mo Senhor Prezidente
da Pro vincia de Saõ Paulo
Antonio Finza de Almeida
Antonio Joze daConceiçaõ
Domingos Ioze da Silva Fraga
Manoel Duarte eNovaez
Francisco Florencio d' Amaral
Ignacio Ferreira deCamargo

{Cx=374/ P=1/ D=19/ 19=A ate 19=h}[125]

[125] Interferência localizada entre a 2ª e a 3ª linha do fac-símile, à esquerda do documento.

N. 2

Exmo. Senhor

DEPARTAMENTO DO ARQUIVO DO ESTADO - S. PAULO
CX=374
P=1
O=79

Sendo merecido a honra de ser por V. Exa. nomeado terceiro suplente da Delegacia desta Villa, com bastante pesar me vejo na necessidade de recorrer á V. Exa., pedindo demissão d'um tal cargo, em razão de que os cargos de que m'acho incumbido, como de Juiz de Paz, Collector das Rendas e Administrador do Correio, me inhibem de poder exercer mais este, quando he certo que existem nesta mesma Villa pessôas que o possão mais devidamente desempenha-lo. Espero que V. Exa. se dignará attender ao que levo exposto. Dos Gde. á V. Exa. por muitos annos. Constituição 24 de Janeiro de 1845

ACERVO DO ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Illmo. e Exmo. Snr. Presidente da Provincia

Luis Teixeira de Barros

Documento nº: 27	
Assunto: Pedido de demissão do cargo de 3º suplente da delegacia em virtude do acúmulo de cargos por parte do requerente.	
Local: Constituiçaõ	
Data: 24 de Janeiro de 1845	
Localização: Acervo do Arquivo Público do Estado de São Paulo, cx 374, P 1,doc 79	
Reclame: Não consta	
Filigrana: Desenho pequeno, localizado no alto, ao lado direito da mancha. Dentro do desenho estão desenhadas 8 estrelas e embaixo está escrito “CANSON”.	
Abreviaturas:	Síncope: D^{s,} Ex^{a,} Ex^{mo,} G^{e,} Ill^{mo,} Snr.
	Apócope**:** V.

Ex*cellentissi*mo Senhor
Tendo merecido a honra de ser por V*ossa* Ex*cellenci*a nomeado terceiro
Suplente da Delegacia desta Villa, com bastante pesar
me vejo na necessidade de recorrer á V*ossa* Ex*cellenci*a, pedindo
demissaõ d’um tal cargo, em razaõ de que os cargos
de que m’acho incumbido, como de Juis de Pas e Collector
das Rendas e Administrador do Correio, me inhibem
de poder exercer mais este, quando he certo que existem nes
ta mesma Villa pessôas que o possaõ mais devidamen
te dezempenha-lo. Espero que V*ossa* Ex*cellenci*a se dignará atten
der ao que levo exposto. D*eu*s G*uar*de á V*ossa* Ex*cellenci*a por muitos
annos. Constituiçaõ 24 de Janeiro de 1845
Ill*ustrissi*mo e Ex*cellentissi*mo S*enho*r Presidente da Provincia
Luis [ilegível] de Barros

{D 2}[126]
{Cx=374/ P=1/ D=79}[127]

[126] Interferência localizada na altura da 1ª linha do fac-símile.
[127] Interferência localizada entre a 1ª e a 2ª linha do fac-símile, dentro do carimbo do “Departamento do Arquivo do Estado-S. Paulo”

Ill.mo e Ex.mo Senr.

P=2
D=79
Ac=374

Tendo-se dado diversas interpretaçoens ao § 9º do artigo 8º da Lei de 25 de Outubro de 1832, sobe a dispensa do servisso da Guarda Nacional dos Cidadoens que são Adeministradores de Fabricas de assucares, ou Fazendas Vecrais; rogo á V. Ex.a de esclarecer-me a este respeito, qual o verdadeiro sentido da lei; se estes Adeministradores que sam exentos do servisso sam todos em geral, ou somente a quelles, em cujas Fazendas os seus donos não morarem, e se este beneficio da Lei, é só para os Adeministradores, ou tambem comprehendeu os Feitores das mesmas Fabricas, e se estando os Proprietarios em suas Fabricas não tendo Adeministradores, se estes gozam do mesmo previlegio, ou seus feitores; se para gozar d'este Previlegio é preciso que os Engenhos tenhão para cima de sincoenta Escravos ou se esta disposição esta alterada o mesmo esclarecimento; peço a V. Ex.a sobre os casos que exentam os Tropeiros do servisso da Guarda: o que tudo rogo á V. Ex.a me esclarêssa expecificando os casos da disposiçam da Lei para serviz-me de Governo no Comando da minha Companhia. Tomo á liberdade de tornar á pedir á V. Ex.a, da falta de engajamento do clarim para á companhia Deus guarde a V. Ex.a 7 m.s annos. Constituição 7 de Julho de 1848

Ill.mo e Ex.mo S.or D.or Demiciano Leite Ribeiro
Presidente desta Provincia

Francisco de Camargo Ponteado
Capitão Commandante da Companhia de Cavallaria

Respond.o a 18 de Julho de 1848.

CERVO DO ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO
CIÊNCIAS - DEPARTAMENTO DO ARQUIVO DO ESTADO

Documento nº: 28	
Assunto: Solicitação de esclarecimentos sobre a lei de 25 de outubro de 1832 no tocante à dispensa de alguns cidadãos do serviço da Guarda Nacional.	
Local: Constituição	
Data: 07 de Julho de 1848	
Localização: Acervo do Arquivo Público do Estado de São Paulo, caixa 374, P 2, documento 79	
Reclame: Não consta	
Filigrana: Desenho pequeno de um barco a vela, localizado no alto, ao lado direito da mancha. Embaixo do desenho está escrito "PONTO".	
Abreviaturas:	Síncope: D^{or,} Ex^{a,} Ex^{mo,} Ill^{mo,} m^{s,} p^{r,} Respond^{o,} S^{or}
	Apócope: Art., q', V.

Ill*ustrissi*mo e Ex*cellentissi*mo S*enho*r
Tendo-se dado divérsas interpretaçoens do § 9º do artigo
8º da Lei de 25 de Outubro de 1832, sobre a dispensa do
servisso da Guarda Nacional dos Cidadoens que são
Ademinstradores de Fabricas de Assucares, ou Fazendas
rurais; rogo á V*ossa* Ex*cellenci*a de esclarecer-me a este respeito,
qual o verdadeiro sentido da lei; se estes Adeministrado
res que sam entao do servisso sam todos em geral, ou
somente a quelles, em cujas Fazendas os seus donos não
morarem, e se este beneficio da Lei, é só para os Ademi
nistradores, ou tambem comprehendeu os Feitores das
mesmas Fábricas, e se estando os Proprietarios em suas
Fabricas não tendo Ademistradores, se estes gozam do
mesmo previlegio, ou seus feitores; se para gozar d'este
Previlegio é preciso que os Engenhos tenhão para cima
de Sincoenta Escravos ou se esta dispozicão esta alterada
o mesmo esclarecimento; peço a V*ossa* Ex*cellenci*a sobre os casos que ex en
tam os Tropeiros do servisso da Guarda : oque tudo rogo á
V*ossa*Ex*cellenci*a me esclarêssa expecificando os cazos da disposiçam
da Lei para servir=me de Governo no Comando da minha
Companhia. Tomo á liberadade de tornar á pedir á V*ossa* Ex*cellenci*a,
da falta de engajamento do clarim[128] para á companhia
Deus Guarde a V*ossa* Ex*cellenci*a p*o*r m*uito*s annos. Constituição 7 de Julho
de 1848
Ill*ustrissi*mo e Ex*cellentissi*mo S*enho*r D*out*or Demiciano Leite Ribeiro
Presidente desta Provincia /
Francisco deCamargo Penteado
Capitao Commandante daCompanhia
e deCavallaria.

{R espon*di*do a 18 deJulho de1848}[129]

[128] Segundo Houaiss (2001), "clarim"(substantivo masculino):1) instrumento de bocal, com tubo mais estreito que o da corneta, us. nos sinais de ordenança de cavalaria e artilharia [O clarim us. em bandas militares, orquestras, fanfarras etc. é dotado de pistões.]. / 2) sinal de fama ou nomeada, quando estampado na faixa do escudo.

[129] Interferência localizada no final do manuscrito, ao lado direito da mancha.

Ex.mo Senr.

CX=374
P=3
D=26

Tendo obtido a honra de ser nomeado por V. Ex.ca para o Posto de Capitaõ Comandante da Companhia de Cavalaria da Guarda Nacional desta Villa, isto em Portaria de 16 de Fevereiro do corrente anno, e achando-me em exercicio do referido Posto, julguei partecipar a V. Ex.ca isto mesmo, assegurando a V. Ex.ca que no desempenho das obrigaçoens do refferido Posto procurarei corresponder a confiança que V. Ex.ca em mim depositou, a qual bastantemente me penhora. Deos Guarde a V. Ex.ca por muitos annos. Villa da Constituiçaõ 16 de Abril de 1849.

Ill.mo e Ex.mo Senr. Prezidente desta Provincia de São Paulo

ACERVO DO ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DEPARTAMENTO DO ARQUIVO DO ESTADO - S. PAULO

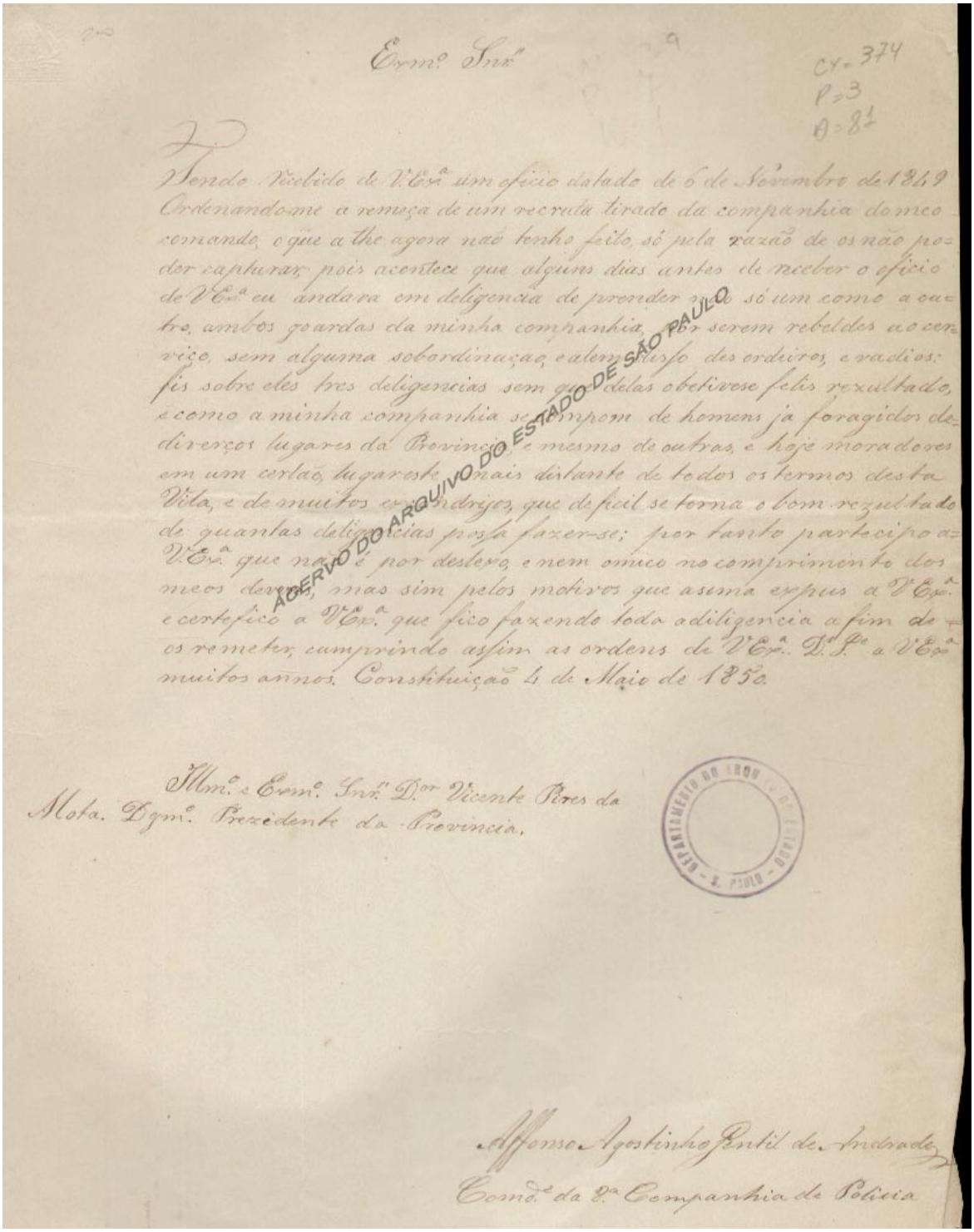
Manoel da Roza Garcia
Cap.m Com.te da Comp.a de Cavalaria

Documento nº: 29	
Assunto: Comunicado de aceitação do cargo de capitão comandante da companhia de cavalaria da Guarda Nacional da Vila da Constituição.	
Local: Villa da Constituiçaõ	
Data: 16 de Abril de 1849	
Localização: Acervo do Arquivo Público do Estado de São Paulo, caixa 374, P 3, documento 26	
Reclame: Não consta	
Filigrana: Desenho pequeno, localizado no alto, ao lado direito da mancha. Dentro do desenho está escrito "BATH".	
Abreviaturas:	Síncope: Cap^{m,} Comp^{a,} Com^{te,} Ex^{ca,} Ex^{mo,} Ill^{mo,} Senr, Snr
	Apócope: V.

Ex*cellentissi*mo Sen*ho*r
Tendo obtido ahonra deser nomeado por V*ossa*Ex*cellen*cia
para o Posto deCapitaõ Cómandante daCompanhia
de Cavalaria daGuarda Nacional desta Villa, isto em
Portaria de 16 de Fevereiro do corrente anno; eachan
do-me em exercicio do referido Posto, julguei par
ticipar aV*ossa* Ex*cellenci*a isto mesmo, assegurando aV*ossa* Ex*cellenci*a
que no desempenho das obrigaçoens do refforido[130] Posto
pro curarei corresponder a confiança que V*ossa*Ex*celenci*a
em mim depozitou, a qual bastantemente mepe
nhora. Deos Guarde aVossaExcelencia por muitos an
nos. Villa daConstituiçaõ 16 de Abril de 1849.
Ill*ustrissi*mo e Ex*cellentissi*mo S*enho*r Prezidente desta Provincia deSaõ Paulo
Manoel daRoxaGarcia
Cap*ita*m Com*andan*te da Comp*anhi*a de Cavalaria

{Cx=374/P=3/D=26}[131]

[130] Ms: *refforido*, na linha 8 do fac-símile por *referido*, tal como na linha 6 do mesmo fac-símile.
[131] Interferência localizada entre a 1ª e a 2ª linha do fac-símile, à esquerda do documento.



Exmº Snr.

CX-374
P=3
D=81

Tendo recebido de V.Exª um oficio datado de 6 de Novembro de 1849 Ordenando-me a remeça de um recruta tirado da companhia do meo comando, o que a the agora não tenho feito, só pela razão de os não poder capturar, pois acontece que alguns dias antes de receber o oficio de V.Exª eu andava em deligencia de prender não só um como a outro, ambos guardas da minha companhia, por serem rebeldes ao cerviço, sem alguma sobordinação, e alem disso desordeiros, e vadios: fis sobre eles tres deligencias sem que delas obetivese felis rezultado, e como a minha companhia se compom de homens ja foragidos de diverços lugares da Provincia, e mesmo de outras, e hoje moradores em um certão, lugar este mais distante de todos os termos desta Vila, e de muitos expendrijos, que de ficil se torna o bom rezultado de quantas deligencias possa fazer-se; por tanto partecipo a V.Exª que não é por deslexo, e nem omico no comprimento dos meos deveres, mas sim pelos motivos que asima expus a V.Exª e certefico a V.Exª que fico fazendo toda a diligencia a fim de os remeter, cumprindo assim as ordens de V.Exª. D.S.e a V.Exª muitos annos. Constituição 4 de Maio de 1850.

Illmº e Exmº Snr. Dor Vicente Pires da Mota. Dgmº Prezidente da Provincia.

ACERVO DO ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DEPARTAMENTO DO ARQUIVO DO ESTADO - S. PAULO

Affonso Agostinho Gentil de Andrade
Comdte da 8ª Companhia de Policia

Documento nº: 30

Assunto: O comandante da 8ª companhia de polícia expõe a má conduta e fuga de dois recrutas como motivo de não tê-los enviado ao presidente da Província conforme fora solicitado.	
Local: Constituiçaõ	
Data: 04 de Maio de 1850	
Localização: Acervo do Arquivo Público do Estado de São Paulo, caixa 374, P 3, documento 81	
Reclame: Não consta	
Filigrana: Desenho pequeno, quase imperceptível, localizado no alto, ao lado direito da mancha.	
Abreviaturas:	Síncope: Comd^{e,} Dgm^{o,} D^{or,} D^{s,} Ex^{a,} Ex^{mo,} G^{e,} Ill^{mo,} Snr
	Apócope: V

Ex*cellentissi*mo Se*nhor*
Tendo recebido de V*ossa* Ex*cellenci*a um oficio datado de 6 de Novembro de 1849
Ordenando-me a remeça de um recruta tirado da companhia do meo
comando, o que a the agora naõ tenho feito, só pela razaõ de os não po
der capturar, pois acontece que alguns dias antes de receber o oficio
de V*ossa* Ex*cellenci*a eu andava em deligencia de prender naõ só um como a ou
tro, ambos goardas da minha companhia, por serem rebeldes ao cer
viço, sem alguma sobordinaçao, e alem disso des ordeiros, e vadios:
fis sobre eles tres deligencias sem que delas obetivese feliz rexultado,
e como a minha companhia se compom de homens ja foragidos de
diverços lugares da Provincia, e mesmo de outras, e hoje moradores
em um certaõ, lugar este mais distante de todos os termos desta
Vila, e de muitos escondrijos, que deficil se torna o bom rezultado
de quantas deligencias possa fazer-se; por tanto partecipo a
V*ossa* Ex*cellenci*a que não é por deslexo, e nem omico no comprimento dos
meos deveres, mas sim pelos motivos que asima expus a V*ossa* Ex*cellenci*a
e certifico a V*ossa* Ex*cellenci*a que fico fazendo toda a diligencia[132] a fim de
os remeter, cumprindo assim as ordens de V*ossa* Ex*cellenci*a. D*eu*s G*uard*e a V*ossa* Ex*cellenci*a
muitos annos. Constituiçaõ 4 de Maio de 1850
Ill*ustrissi*mo e Ex*cellentissi*mo S*enhor* D*out*or Vicente Pires da
Mota. D*ignissi*mo Prezidente da Provincia
Affonso Agostinho Gentil de Andrade
Com*and*a*nte* da 8ª Companhia de Policia

{Cx=374/ P=3/ O=81}[133]

[132] Ms: *diligencia*, linha 17 do fac-símile. Nas demais linhas é grafado *deligencia.*
[133] Interferência localizada entre a 1ª e a 2ª linha do fac-símile, à esquerda do documento.

Ill.mo Ex.mo Snr.

CX=374
P=4
D=47

Acuso a Recepção da Portaria de V. Ex.ª dactada de 20 do corrente exigindo huma Villação do armamento e correame deste Battalhão com declaração do anno que forão recebidos, e quaes seos comandantes, o q. me não hé pucivel dar com exactidão a V. Ex.ª sem que chegue o Ten.te Coronel Comandante que não de mora a chegar de huma viajem que fez, o q. sim posso remeter hé a villação das armas q. existem, sobre o correame tenho a participar a V. Ex.ª q. não existe nem hum, e se me informa q. nunca foi dado ao Battalhão Deus G.e a V. Ex.ª por m.tos annos Quartel na Villa da Constituição 26 de Junho de 1851

Ill.mo Ex.mo Snr.r D.or Vicente Pires da Mota

Dignissimo Presidente desta Provincia

Melchior de Mello Castanho
Major Comd.e Intr.o

ACERVO DO ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DEPARTAMENTO DO ARQUIVO DO ESTADO - S. PAULO

Documento nº: 31	
Assunto: O major comandante alega não poder apresentar a relação de armamento e correame do presente batalhão com o ano que foram recebidos devido à ausência do tenente coronel comandante.	
Local: Villa da Constituiçaõ	
Data: 28 de Junho de 1851	
Localização: Acervo do Arquivo Público do Estado de São Paulo, caixa 374, P 4, documento 47	
Reclame: Não consta	
Filigrana: Desenho pequeno, quase imperceptível, localizado no alto, ao lado direito da mancha.	
Abreviaturas:	Síncope: Comd^{e,} D^{or,} Ex^{a,} Ex^{mo,} G^{e,} Ill^{mo,} Intr^{o,} m^{tos,} Snr, Ten^{te}
	Apócope**:** q', V.

Ill*ustrissi*mo Ex*cellentissi*mo S*enho*r
Acuso areaçaõ da Portaria de V*ossa* Ex*cellenci*a dactada de
20 do corrente exigindo huma rellaçaõ do armamemto e
correame[134] deste Battalhaõ com declarasaõ do anno que
foraõ recebidos, e quaes seos comandantes, o q*ue* me naõ
hé pucivel dar com exactidaõ aV*ossa*Ex*cellenci*a sem que
chegue o Ten*en*te Coronel Comandante que naõ de mora
a chegar de huma viajem que fes, o q*ue* sim posso reme
ter hé a rellaçaõ das armas que existem, sobre ocorreame
tenho aparticipar aV*ossa* Ex*cellenci*a q*ue* naõ existe nem hum, ese
me imforma que nunca foi dado ao Battalhaõ Deus
G*uard*e a V*ossa* Ex*cellenci*a por m*ui*tos annos Quartel naVilla da Constitui
çaõ 28 de Junho de1851
Ill*ustrissi*mo Ex*cellentissi*mo S*enho*r D*out*or Vicente Pires da Mota
Dignicimo Presidente desta Provincia
Melxior de MelloCastanho
Major Com*and*a*nt*e Int*eri*o

{Cx=374/ P=4/ D=47}[135]
{G}[136]

[134] Segundo Houaiss (2001), "correame" (substantivo masculino): 1) reunião de correias; correagem; 2) série de correias ('tiras'), esp. as que se encontram no uniforme militar; correagem.
[135] Interferência localizada entre a 1ª e a 2ª linha do fac-símile, à esquerda do documento.
[136] Interferência localizada Na altura da 1ª linha do fac-símile, à esquerda da filigrana.

Estradas da Constituição

Illmo e Exmo Snr.

N.º 28

Montro

A Camara Municipal da Villa da Constituição em cumprimento a Portaria Circular de V. Exª dactada de 17 de Dezembro proximo passado, em que lhe determina que informe sobre o estado das pontes, e estradas deste Municipio &c tem a informar o seguinte — Existem seis estradas q. interessão este Municipio, e são as seguintes — Primeira a estrada geral q. vem da Capital da Provincia passando por Jundiahy, Campinas, pelo meio desta Villa dirije-se ao Paranan e dela ao Cuiaba — Segunda a Estrada que vem de Itu passa por Capivary e remata nesta Villa, recebendo em si a de Porto Feliz — Terceira a estrada que vem de Jundiahy, passa pela Freguezia de Agoa Choca, e remata nesta Villa — Quarta a estrada que segue desta Villa para a de Curuçá, ou Pirapora, e dahy pª o Sul da Provincia — Quinta a estrada q. segue desta Vª pª a da Limrª, ramificando-se tão bem, não só no meio della, como tão bem no fim (Villa da Limrª) pª a Villa do Rio Claro — Sexta a estrada q. desta Villa segue pª a do Rio Claro, e dahy pª a de Araraquara.

Pontes

ACERVO DO ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Documento nº: 32	
Assunto: Informações sobre o estado das pontes e estradas do município de Piracicaba, dando cumprimento à portaria circular.	
Local: Villa da Constituiçaõ	
Data: 25 de Janeiro de 1854	
Localização: Acervo do Arquivo Público do Estado de São Paulo, caixa 375, P 1, documento 49, ordem 1170	
Reclame: Existe apenas 1 reclame : "Pontes" que se encontra no final do [1r]	
Filigrana: Desenho pequeno, localizado no alto, ao lado direito da mancha em [1r], [2r], [3r] e [4r]. Dentro de cada desenho está escrito "BATH".	
Abreviaturas:	Síncope: a^{s,} d^{a,} dinr^{o,} d^{o,} D^{s,} Ex^{a,} Ex^{mo,} finalm^{e,} Freg^{a,} G^{e,} Ill^{mo,} Limr^{a,} localid^{es,} M^{al,} m^{mo,} m^{mos,} m^{s} (mas), m^{s} (mais), m^{s} (muitos), m^{ta,} m^{tas,} m^{to,} m^{tos,} necessid^{e,} novam^{e,} N^{o}, p^{a,} pensam^{to,} principalm^{te,} Prov^{al,} qdo, Seg^{da,} Seg^{do,} Seg^{tes,} Snr, S^{ta,} V^{a} (Villa)
	Apócope: q', V. (Vossa)

Ill*ustrissi*mo eEx*cellentissi*mo S*enho*r
N*umer*o 28
ACamara Municipal da Villa da Constitui
çaõ em cumprimento a Portaria Circular
de V*ossa*Ex*cellenci*a dactada de 17 de Desembro proximo
passado, em que lhe determina que imforme
sobre o estado das pontes, e estradas deste Mu
nicipio etcetera tem a Imformar o seguinte – Exis
tem seis estradas q*ue* interessaõ este Municipio, e
saõ as seguintes – Primeira a estrada geral
q*ue* vem da Capital da Provincia passando por
Iundiahy, Campinas, pelo meio desta Villa diri
je-se ao Paranan e della ao Cuiaba – segunda
a Estrada que vem de Itu passa por Capivary
e remata nesta Villa, recebendo em si a de
Porto Felis – Terceira a estrada que vem de Iun
diahy passa pela Freguesia de Agoa Choca, e
remata nesta Villa – Quarta a estrada que
segue desta Villa para a de Curuçá, ou Pirapo
ra, e dahy p*ar*a o Sul da Provincia – Quinta a es
trada q*ue* segue desta V*ill*a p*ar*a a da Lim*ei*ra, ramifi
cando-se tao bem naõ só no meio della, como
taõ bem no fim (Villa da Lim*ei*ra) p*ar*a a Villa do
Rio Claro – Sexta a estrada q*ue* desta Villa se
gue p*ar*a a do Rio Claro, e dahy para ade Araraquara.
Pontes

As Pontes que interessão este Municipio são as
seg.tes — Huma no Rebeirão do Tolledo quasi den
tro da Freguez.a de S.ta Barbara e esta embão
estado — Huma no Tanque de Antonio José
Vieira Barbosa por onde passa a estrada
q. de Campinas se dirige a esta V.a que hia
de N.o 1.o e esta embão estado — Huma no
Rebeirão do Piracicamerim a pouco mais de
quarto desta V.a, a qual esta embão estado —
Huma dentro desta Villa no Pegato Itapeva
que está em bão estado — Huma no Rio Piraci
caba no fim de huma das Ruas desta V.a a
qual está embão estado — Huma no Rebeirão
Guamium a meia legua m.s ou menos desta V.a
que tão bem esta em bão estado — Huma fi
nalm.e no Rio Corumbatahy a huma legoa
mais ou menos desta Villa, e na estrada do
Paranan a qual tão bem esta em bão estado —
He de absoluta necessidade fazer-se huma
ponte no Rebeirão do Tijuco preto na estra
da que desta Villa se dirije a Santa Barba
ra, Campinas, Jundiahy e São Paulo na es
trada numero 1.o, por que com a mudança
da estrada desviando a direção della do lugar

ACERVO DO ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO

As Pontes que interessaõ este Municipio saõ as
seg*uin*tes – Huma no Ribeiraõ do Tolledo quasi den
tro da Freguesia de S*an*ta Barbara e esta embaõ
estado – Huma no Tanque de Antonio Joze
Vieira Barboza por onde passa a estrada
q*ue* de Campinas se derigi a esta V*ill*a que hia
de V*ill*a 1º e esta embaõ estado – Huma no
Ribeiraõ do Piracicamerim apouco mais de
quarto desta V*ill*a, a qual esta embaõ estado -
Huma dentro desta Villa no regato Itapeva
que está em baõ estado – Huma no Rio Piraci
caba no fim de huma das Ruas desta V*ill*a a
qual está embaõ estado. Huma no Ribeiraõ -
Guamium a meia Legua m*ai*s oumenos desta V*ill*a
que taõ bem esta em baõ estado – Huma fi
nalm*en*te no Rio Corumbatahy a huma legoa
mais ou menos desta Villa, e na estrada a do
Paranan a qual taõ bem esta em baõ estado
He de absoluta necessidade fazer-se huma
ponte no Ribeiraõ do Tijuco preto na estra
da que desta Villa se diriji a Santa Barba
ra, Campinas, Iundiahy e Saõ Paulo na es
trada numero 1º por que com a mudança
da estrada disviando na direçaõ della do lugar

O-1170
CX-375
P-1
D-49-A

onde em d.º Rebeirão, existia uma ponte, e tendo
hum proprietario de Citio feito um tanque em
dito Rebeirão este impedio a passagem que da-
va o dito Rebeirão, e o vipreio de d.º Rebeirão
tornou de absoluta necessid.e huma ponte —
He verdade que o proprietario dá passagem por
seo terreiro, m.s isto obriga a grande volta, e he
ella dificultosa, e perigosa — He tão bem neces-
sario huma ponte no Rebeirão ou Rio Arara-
quaramerim na estrada do Paranan, he Rebei-
rão, ou antes Rio q. nas enxentes não permite
passar-se por Caudaloso — Não menciona
esta Camara outras pontes empequenas, e in-
significantes Corregos, m.mo por serem ellas pe-
quenas, e em significantes — Das estradas men-
cionadas a 1.ª principal dellas necessita m.to
complitar-se o pensam.to da Assemblea Provinci-
al quando em 1850 — 51, e 52 concignou cotas
p.a se fazer huma nova estrada de Campinas
a esta Villa passando pela Freg.ª de S.ta Barbara
— explorarão-se as diverças localid.es — tirarão-se
diverças picadas, as Camaras, os Inspectores ex-
plorarão, informarão, Arçarão, os Engenhei-
ros examinarão as differentes picadas, escolhe-

ACERVO DO ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO

onde em d*it*o Ribeiraõ existia umaponte, etendo
hum proprietario di Citio feito um tanque no
dito Ribeiraõ este impedio a passagem que da
va o dito Ribeiraõ, e o represo(?) de d*it*o Ribeiraõ
tornou de absoluta necessid*ad*e huma ponti -
He verdade que o proprietario dá passagem por
seo terreiro, m*a*s isto obriga a grandi volta, e he
ella dificultoza, eperigoza – Hé taõ bem neces
sario huma ponti no Ribeiraõ, ou Rio Arara
quaramerim na estrada do Paranan, he Ribei
raõ, ou antes Rio q*ue* nas emxentes naõ permite
passar-se por caudalozo – Naõ menciono
esta Camara outras pontes empequenas, e in
significantes corregos, m*es*mo por serem ellas pe
quenas, e in significantes – Das estradas men
cionadas a 1ª eprincipal dellas necessita m*ui*to
completar-ce o pensam*en*to da Assemblea Provinci
al quando em 1850-51, e 52 concignou cotas
p*ar*a se fazer huma nova estrada de Campinas
a esta Villa passando pela Freg*ues*ia de S*an*ta Barbara
exploraraõ-ce as diverças localid*ad*es – tiraraõ-se
diverças picadas, as Camaras, os Inspectores ex
ploraraõ, imformaraõ, Orçaraõ, os Emgenhei
ros examinaraõ as differentes picadas, escolheu

se a vereda a seguir, deo-se principio a abertura, mais tudo isso acha-se parado, o serviço feito perdido, perdido o dinheiro, e tudo sem se saber por que.^s a verda, digo a vereda he boa a inda existe cota, e entretanto esta tudo parado — De Campinas a Sta Barbara hum Inspector abrio apicada, rossou, derrubou, e queimou, e foi demetido, outro Substituio — nada fes, perdeo-se aquillo que estava feito — De Sta Barbara a esta V.a, e com a insignificancia de 4 legoas e pouco m.s, tinha 2 Inspectores, hum da Freg.a ao lugar chamado Morro grande, outro da hy a esta V.a — alguma coisa o 1.º fes, m.s isso ja esta se perdendo, e hé necessario huma ponte no Rebeirão Tijuco preto; outro quasi nada fes, está quasi perdida apicada, fallecio esse Inspector em principios de Agosto, e athé o presente não tem quem o substitua, e por consequencia nada, ou quasi nada se fes e nem se fas nessa parte de estrada, e entretanto ella hé de absoluta necessidade — hé hum clamor geral — ha dinr.º e quasi nada esta feito — Esta mesma 3.a estrada dirige-se a Brotas, essa parte da Estrada athé Brotas se

ACERVO DO ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO

se a vereda a seguir, deo-ce principio a aber
tura, mais tudo isso acha-se parado, o Servisso
feito perdido, perdido o dinheiro, etudo sem se
saber por que a verda[137], digo a vereda he boa
a inda existe cotas e entretanto esta tudo para
do – De Campinas a S*an*ta Barbara hum Ins
pector abrio a picada, rossou, derrubou, e queimou,
efoi demetido, outro subestituio – nada fes, per
deo-ce aquillo que estava feito – De S*an*ta Barba
ra a esta V*ill*a, e com a insignificancia de 4 le
goas epouco m*ai*s, tinha 2 Inspectores, hum da
Freg*uesi*a ao lugar chamado Morro grande, outro
da hy a esta V*ill*a – algua coiza o 1º fes, m*ai*s
isso já esta se perdendo, e hé necessario hu
ma ponti no Ribeiraõ Tijuco preto; outro qua
si nada fes, está quasi perdida apicada,
falleceo esse Inspector em principios de Agos
to, e athé opresente naõ tem quem o substitua,
epor consequencia nada, ou quasi nada se
fes e nem sefaz nessa parte de estrada, e en
tretanto ella hé de absoluta necessidade – he
hum clamor geral – há din*hei*ro e quasi nada es
ta feito – Esta mesma1ª estrada dirige-se a
Brotas, essa parte da Estrada athe Brotas se

[137] Ms: *verda*, na linha 78 [2v] do fac-símile. Logo em seguida, na mesma linha, o copista se corrige e coloca *vereda.*

0-1170
Cx=375
P=1
49=B

ACERVO DO ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO

aos quasi intransitavel por m.to coberta de
matto, obstruida de madeira, e escavada com
as agoas das Chuvas, principalm.te nos morros,
alem de huma ponte m.to necessaria que fal-
ta, seg.do no lugar competente vai notado —
De Brotas ao Paranan como apouco V. Ex.a foi
informado do estado della por isso esta Ca-
mara se abestem de novam.te o fazer — A seg.da
estrada he soffrivel em sua direção, e local de-
pende porem de alguns pequenos concertos, e esses
m.mos so emtempo das agoas — A Terceira necessi-
ta de concertos visto ter m.tas pontes insignifi-
cantissimas alguns, porem emtempos das agoas
tornam-se pessima, e suposto va desta Villa em
direitura a Tundiahy passando por Agoa Cho-
ca com tudo, a fazer-se outra a 1.a tornarse-ha
esta de nenhua utilidade — A quarta estrada
he de m.ta frequencia, e de m.ta importancia
p.a este Municipio, porem não esta feita por
onde deveria ser, e menos por onde foi deter-
minado, da ella huma grande volta, e podendo
ficar distando esta V.a da de Curuça 5 legoas e
meia, ora se acha comperto de 8 — tal foi a
direção q. alguns proprietarios derão a estrada

axa quasi intransitavel por m*ui*to coberta de
matto, obstruida de madeira, e escavada com
as agoas das Chuvas, principalmente nos morros,
alem de huma ponte m*ui*to necessaria que fal
ta, seg*uin*do no lugar competente vai no lado -
De Brotas ao Paranan como apouco V*ossa*Ex*cellenci*a foi
imformado do estado della por isso esta Ca
mara se abestem de novam*ent*e o fazer – A Seg*un*da
estrada he soffrivel em sua direçaõ, e lo cal de
pende porem de alguns pequenos concertos, e esses
m*es*mos so emtempo das agoas – A Terceira necessi
ta de concertos visto ter m*ui*tas pontes insignifi
cantissimas alguas, porem emtempos das agoas
torna-ce pessima, e suporta ra (?) desta Villa em
direitura a Iundiahy passando por Agoa Cho
ca com tudo, a fazer-se outra a 1ª, tornar-se ha
esta de nemhua utilidade – A quarta estrada
hé de m*ui*ta frequencia, e de m*ui*ta importancia
p*ar*a este Municipio, porem naõ esta feita por
onde deveria ser, e menor por onde foi deter
minado, da ella uma grande volta, epodendo
ficar distando esta V*ill*a da de Curuça 5 legoas e
meia, ora se acha com perto de 9 – tal foi a
direçaõ q*ue* alguns proprietarios deraõ a estrada

para seus fins — A quinta estrada tão bem
não tem boa direção pela disproportada
volta que da — pela actualidade esta Villa
dista da Limeira 6 legoas, esta Camara es-
ta informada que pode isso ficar re-
duzido a 4, ou m.to pouco mais — A sex-
ta tão bem he pessima em sua dire-
ção, pessima em seo local da tão bem
m.ta volta, he de m.ta frequencia, e utili-
dade a esta Villa etendo 7 legoas pode isso
ficar reduzido a 4 ou 4 e meia q.do m.to, e por
m.to melhor terreno, sem allagadiço, sem
dependencia de pontes, de alterros &c pois ha
terreno firme para isso — Esta Camara se
compras em esperar que V.Ex.a compenetrado
das necessidades aqui apontadas as indi-
cara a Assemblea Prov.al pois que ellas são
indispençaveis, e esta Camara com tão li-
mitados rendimentos nada mais pode
fazer do que expor estas necessidades.
Muintas outras necessidades tem este Mu-
nicipio, hum ranxo nas marjens do Re-
gato Itapeva para abrigo das tropas, re-
paro de hum ranxo q. tem no Reibeirão

ACERVO DO ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO

para seus fins – A quinta estrada taõ bem
naõ tem boa direçaõ pela dispropositada
volta que da – pela actualidade esta Villa
dista da Limeira 6 legoas, esta Camara es
ta imformada que pode isso ficar re
duzido a 4, ou m*ui*to pouco mais – A Sex
ta taõ bem he pessima em sua dire
çaõ, pessima em seo local dá taõ bem
m*ui*ta volta, hé de m*ui*ta frequencia, e utili
dade a esta Villa etendo 7 legoas pode isso
ficar reduzido a 4 ou 4 e meia q*uan*do m*ui*to, epor
muito melhor terreno, sem allagadiço, sem
dependencia de pontes, de atterros etcetera pois ha
terreno firme para isso – Esta Camara se
compras em esperar que V*ossa*Ex*celenci*a compenetrado
das necessidades aqui apontadas as indi
cara a Assemblea Prov*inci*al pois que ellas saõ
indispençaveis, e esta Camara com taõ li
mitados rendimentos nada mais pode
fazer do que expor estas necessidades.
Muitas outras necessidades tem este Mu
nicipio, hum ranxo nas marjens do Re
gato Itapeva para o abrigo das tropas, re
paro de hum ranxo que tem no Ribeirao

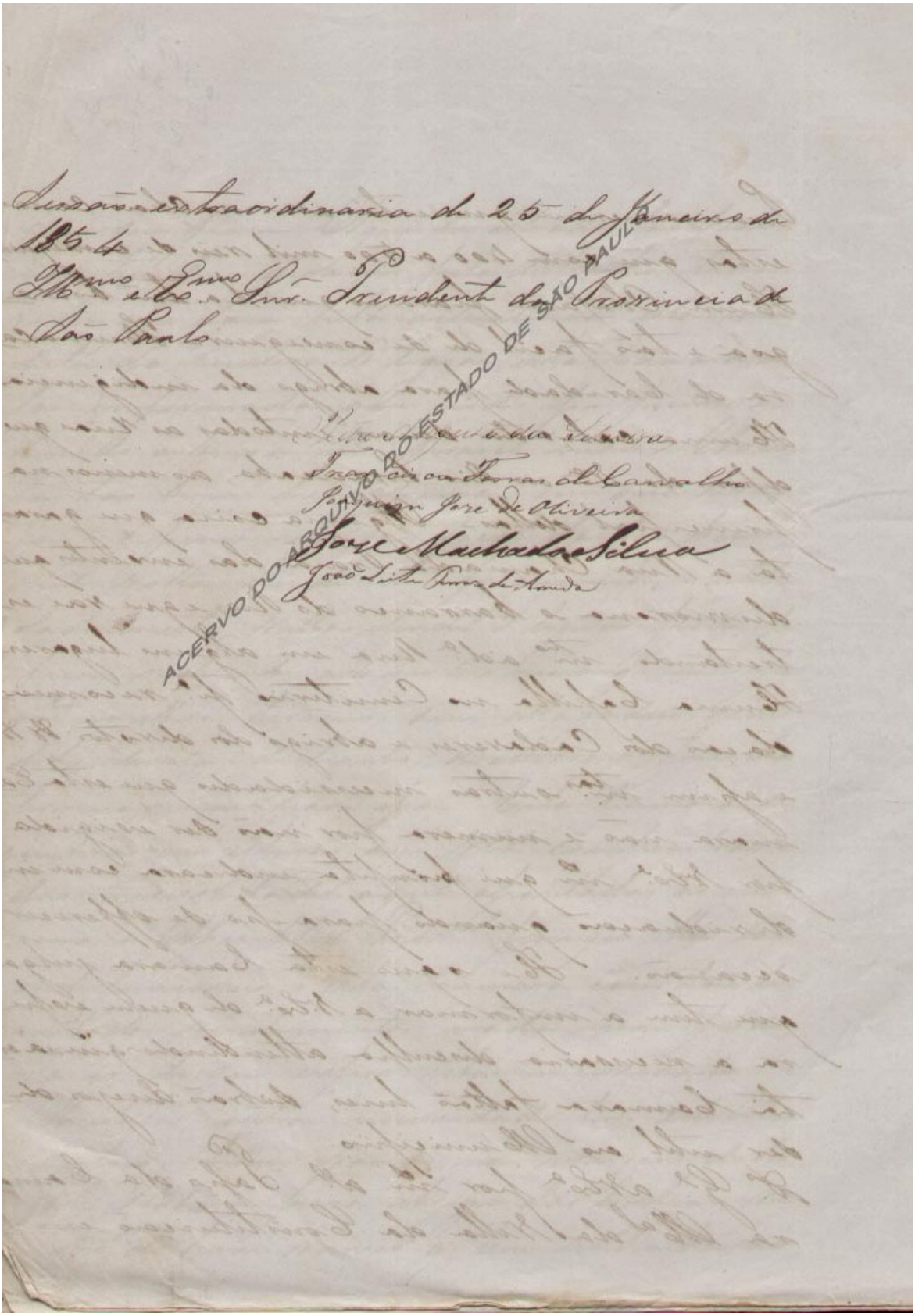
0-1170
CX=375
P=1
D=49=C

Piracicamerim que está a vir ao Chão coisas estas que com 400 a 500 mil reis se conseguem, Hum Chafarez para o que ha tão boa agoa e tão facil de se conseguir — Huma casa de Caridade para abrigo da indigencia — Huma calçada senão em todas as ruas que dessem da V.ª ao Rio Piracicaba, ao menos na principal dellas — Alguma coisa que garanta a Rua Chamada Praia das enxentes que desmorona o barranco do Rio, e que vae estreitando m.to a d.ª Rua em alguns lugares — Huma Capella no Cemiterio p.ª recomendação dos Cadaveres, e abrigo dos devotos &c &c e assim m.tas outras necessidades que esta Camara não e numera por não ser exigida por V.Ex.ª m.s que pompta indicára com individuação quando para isso se offerecer occasião. He o que esta Camara julga que tem a informar a V.Ex.ª de quem espera a necessaria disculpa attendendo que a esta Camara faltão luzes, sobrão desejos de ser util ao Municipio.

D.s G.e a V.Ex.ª por m.s a.s Passo da Camara M.al da Villa da Constituição em

ACERVO DO ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Piracicamerim que está avir ao chaõ coisas
estas que com 400 a 500 mil reis se conseguem,
Hum Chafaris para o que ha taõ boa a
goa e taõ facil de se conseguir – Humaca
za de Caridade para abrigo da indigencia
Huma calçada senaõ emtodas as ruas que
dessem da V*ill*a ao Rio Piracicaba, ao menos na
principal dellas – Alguma coiza que garan
ta a rua Chamada Praia das enxentes que
desmorona o barranco do Rio, e que vai es
treitando m*ui*to a d*it*a Rua em alguns lugares
Huma Capella no Cemiterio p*ar*a recomen
daçaõ dos Cadaveres, e abrigo dos devotos etcetera etcetera
e assim m*ui*tas outras necessidades que esta Ca
mara não e numera por naõ ser exigida
por V*ossa*Ex*cellenc*ia m*a*s que prompta indicara com in
dividuaçaõ quando para isso se offerecer
occasião. Hé o que esta Camara julga
que tem a imformar a V*ossa*Ex*cellenci*a de quem expe
ra a necessaria disculpa attendendo que sea es
ta Camara faltaõ luzes, sobraõ de zejos de
ser util ao Municipio
D*eu*s G*uard*e aV*ossa*Ex*cellenci*a por m*uito*s a*nno*s Passo da Cama
ra M*unicip*al da Villa da Constituiçaõ em



Sessão extraordinaria de 25 de Janeiro de 1854

Illmo e Exmo Snr. Presidente da Provincia de São Paulo

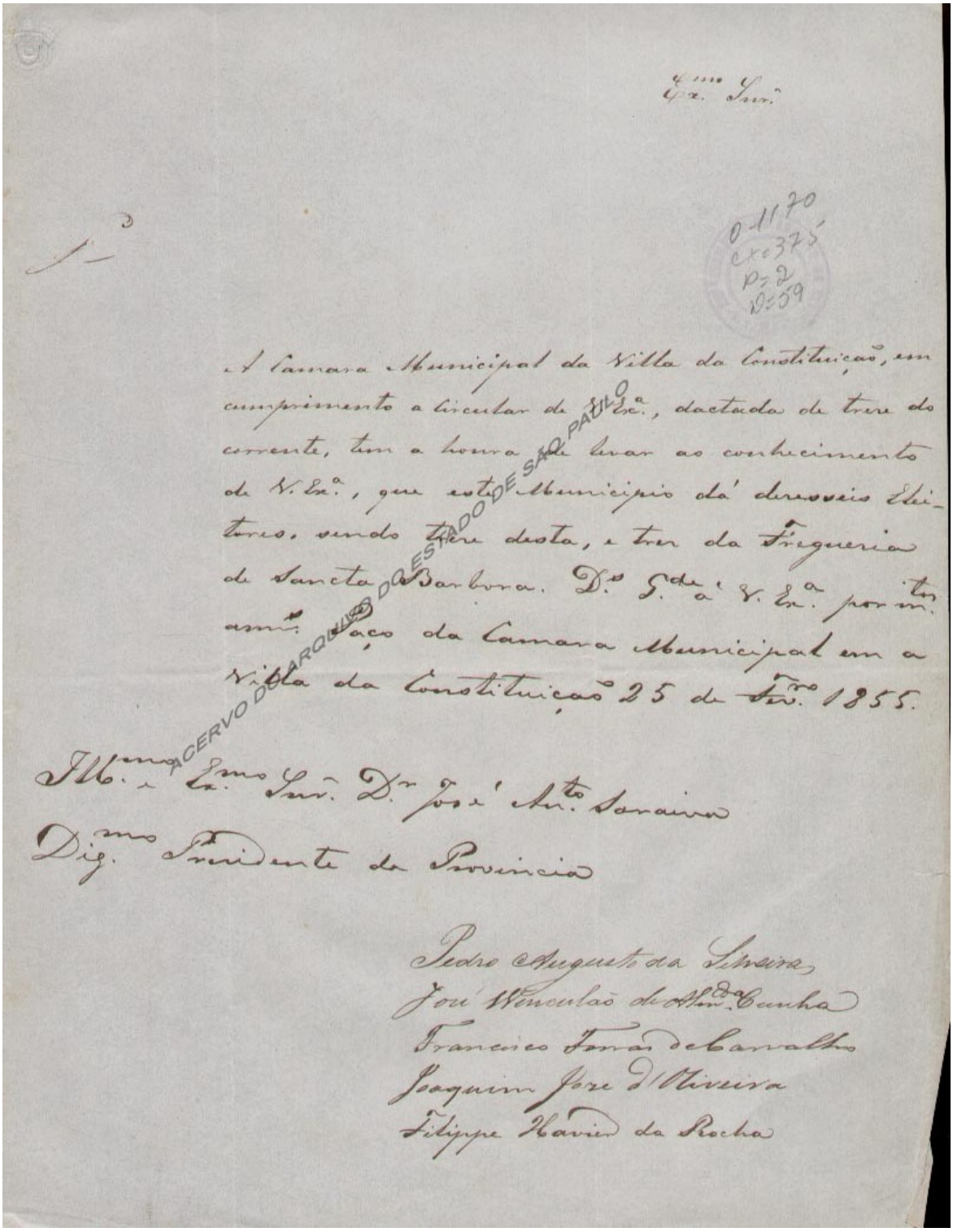
Pedro [illegible] da Silveira
Francisco Ferraz de Carvalho
Joaquim Jose de Oliveira
Jose Machado Silva
João Leite Ferraz de Almeida

ACERVO DO ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Sessaõ extraordinaria de 25 de Janeiro de 1854
Ill*ustrissi*mo e Ex*cellentissi*mo S*enhor* Presidente da Provincia de
Saõ Paulo
Pedro Augusto da Silveira
Francisco Ferras deCarvalho
Joaquim Joze de Oliveira
JozeMachado Silva
Joaõ Leite Ferras de Arruda

{Estradas da Constituição}[138]
{O=1170/ Cx=375/ P=1/ D=49/ 49=A ate 49/ C}[139]
{Montr^{o} (?)}[140] / {54}[141] / {25-1-54}[142] / {O=1170/ Cx=375/ P=1/ D=49=A}[143]
{O=1170/ Cx=375/ P=1/ 49=B}[144]
{O=1170/ Cx=375/ P=1/ D=49=C}[145]

[138] Interferência localizada na altura da 1ª linha do fac-símile, à direita do documento, no 1º fólio [1r].
[139] Interferência localizada entre a 1ª e a 3ª linha do fac-símile, à esquerda do documento, no 1º fólio [1r].
[140] Interferência localizada entre a 2ª e a 3ª linha do fac-símile, à direita do documento, no 1º fólio [1r].
[141] Interferência localizada entre a 4ª e a 5ª linha do fac-símile, à direita do documento, no 1º fólio [1r].
[142] Interferência localizada entre a 24ª e a 25ª linha do fac-símile, à direita do documento, no 1º fólio [1r].
[143] Interferência localizada no alto do fac-símile, à esquerda do documento, no 3º fólio [2r].
[144] Interferência localizada no alto do fac-símile, à esquerda do documento, no 5º fólio [3r].
[145] Interferência localizada no alto do fac-símile, à esquerda do documento, no 7º fólio [4r].



Ex.mo Snr.

1.º

O-1170
Cx=375
P=2
D=59

A Camara Municipal da Villa da Constituição, em cumprimento a circular de V. Ex.ª, dactada de trese do corrente, tem a honra de levar ao conhecimento de V. Ex.ª, que este Municipio dá dezesseis Eleitores, sendo tres desta, e tres da Freguezia de Sancta Barbora. D.s G.de á V. Ex.ª por m.tos am.s Paço da Camara Municipal em a Villa da Constituição 25 de Fev.ro 1855.

ACERVO DO ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Ill.mo e Ex.mo Snr. D.r José Ant.o Saraiva
Dig.mo Presidente da Provincia

Pedro Augusto da Silveira
José Wenceslão de Alm.da Cunha
Francisco Torres de Carvalho
Joaquim Joze d'Oliveira
Filippe Xavier da Rocha

Documento nº: 33

Assunto: : Dando cumprimento a uma circular, o documento faz saber o número de eleitores existentes no município.	
Local: Villa da Constituiçaõ	
Data: 25 de Fevereiro de 1855	
Localização: Acervo do Arquivo Público do Estado de São Paulo, caixa 375, P 2, documento 59, ordem 1170	
Reclame: Não consta	
Filigrana: Desenho pequeno, quase imperceptível, localizado no alto, ao lado direito da mancha.	
Abreviaturas:	Síncope: Alm^{da,} ann^{s,} Dig^{mo,} D^{r,} D^{s,} Ex^{a,} Ex^{mo,} G^{de,} Ill^{mo,} mt^{os,} Snr
	Apócope: An^{to,} V.

Ex*cellentissi*mo S*enho*r
A Camara Municipal da Villa da Constituiçaõ, em
cumprimento a circular de V*ossa* Ex*celenci*a, dactada de treze do
corrente, tem a honra de levar ao conhecimento
de V*ossa* Ex*celenci*a, que este Municipio dá dezesseis Elei
tores, sendo treze desta, e trez da Freguesia
de Sancta Barbara. D*eu*s G*uar*de á V*ossa* Ex*cellenci*a por m*ui*tos
ann*o*s. Paço da Camara Municipal em a
Villa da Constituiçaõ 25 de Fev*erei*ro de 1855.
Ill*ustrissi*mo e Ex*cellentissi*mo S*enho*r D*outo*r Jozé Anto*nio* Saraiva
Dignissimo Presidente da Provincia
Pedro Augusto da Silveira
Jozé Wenceslaõ de AlmeidaCunha
Francisco Tomas deCarvalho
Joaquim Joze d'Oliveira
Filippe Xavier da Rocha

{O=1170/ Cx=375/ P=2/ D=59}[146]
{F (?)}[147]

[146] Interferência localizada entre a 1ª e a 2ª linha do fac-símile, à esquerda do documento.
[147] Interferência localizada entre a 1ª e a 2ª linha do fac-símile, à direita do documento.

Ill.mo e Ex.mo Snr.

cx= 376
p= 3
19:1

Só agora de volta da viagem que fiz pelos differentes Termos desta Comarca, nas quaes como Promotor publico assistio á reunião de Jurados, é que recebi o Officio de V. Ex.ª de 9 do mez proximo findo, em que, sobre proposta do Snr. Dr. Inspector Geral da Instrucção Publica, V. Ex.ª me nomêa Inspector da Instrucção Publica deste Districto, em consequencia tenho a honra de responder a V. Ex.ª que o acceito, ainda que me faltarem habilitações para dignamente occupar tal cargo, e espero bem corresponder a confiança em mim depositada.

Deos guarde a V. Ex.ª

Constituição 6 de Dezembro de 1857.

Ill.mo e Ex.mo Snr. Conselheiro José Joaquim Fernandes Torres
Dig.mo Presidente da Provincia de S. Paulo

ACERVO DO ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Documento nº: 34

Assunto: O promotor cujo nome não é mencionado aceita um cargo proposto pelo inspetor geral da instrução pública do distrito da Constituição.	
Local: Constituiçaõ	
Data: 06 de Dezembro de 1859	
Localização: Acervo do Arquivo Público do Estado de São Paulo, caixa 376, P 3, documento 1.	
Reclame: Não consta	
Filigrana: Não consta	
Abreviaturas:	Síncope: Dig^{mo,} D^{or,} D^{s,} Ex^{a,} Ex^{mo,} Ill^{mo,} Snr.
	Apócope: S., V

Ill*ustrissi*mo e Ex*cellentissi*mo S*enho*r
Só agora de volta da viagem que fis pelos diffe
rentes Termos désta Comarca, nas quais como Promo
tor fui assistir á revisaõ de Jurados é que recebi o
officio de V*ossa* Ex*cellenci*a de 9 do mês proximo findo, em que,
sobre proposta do S*enho*r D*outo*r Inspector Geral da Ins
truçaõ Publica V*ossa* Ex*cellenci*a me nomêa Inspector da
Instrucçaõ Publica déste Districto; em consequen
cia tenho a honra de responder a Vossa Ex*cellenci*a que o acei
to, apesar de me faltarem habilitaçõens para bem
occupar um tal cargo, e p*ar*a bem corresponder a
confiança em mim depositada
D*eu*s guarde a V*ossa* Ex*cellenci*a
Constituiçaõ 6 de Desembro de 1859
Ill*ustrissi*mo e Ex*cellentissi*mo S*enho*r Conselheiro José Joaquim Fernandes Torre[s]
Dignissimo Presidente da Provincia de S*aõ* Paulo

{[ilegível]}[148]
{Cx=376/ P=3/ D=1}[149]

[148] Interferência localizada entre a 1ª e a 2ª linha do fac-símile.
[149] Interferência localizada entre a 1ª e a 2ª linha do fac-símile, à esquerda do documento.

Illmo. Exmo. Snr.

Cx = 376
P = 4
N = 85

Levo ao conhecimento de V. Excia. que na estrada a meu cargo, que segue desta cidade p.a Villa de Brotas com a direcção a Provincia de Mattogrosso, e Collonias do Avanhandava e Itapura, A enchente do Rio Curimbatay com a m.ta chuva, chegou a sahir fora de seus limites, que carregou com a Ponte q. hera de uma Sucieidade, a qual tinha offerecido ao Exmo. governo p.lo m.mo dinheiro p.a que comprarão. E como a enchente carregou a Ponte, Ho. de extrema necessidade a Exmo. governo mandar construir outra Ponte sobre o Rio Curimbatay, no m.mo lugar em que estava outra ponte. Visto ser de uma estrada geral que segue p.a diversos pontos, assim como a Provincia de Mattogosso, e Collonias vezinhas.

É a que me cumpre a participar a V. Excia. Deos G.e Por muitos annos. Constituição 14 de Fevereiro de 1861.

ACERVO DO ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Illmo. Exmo. Snr. Presidente da Provincia de S. Paulo

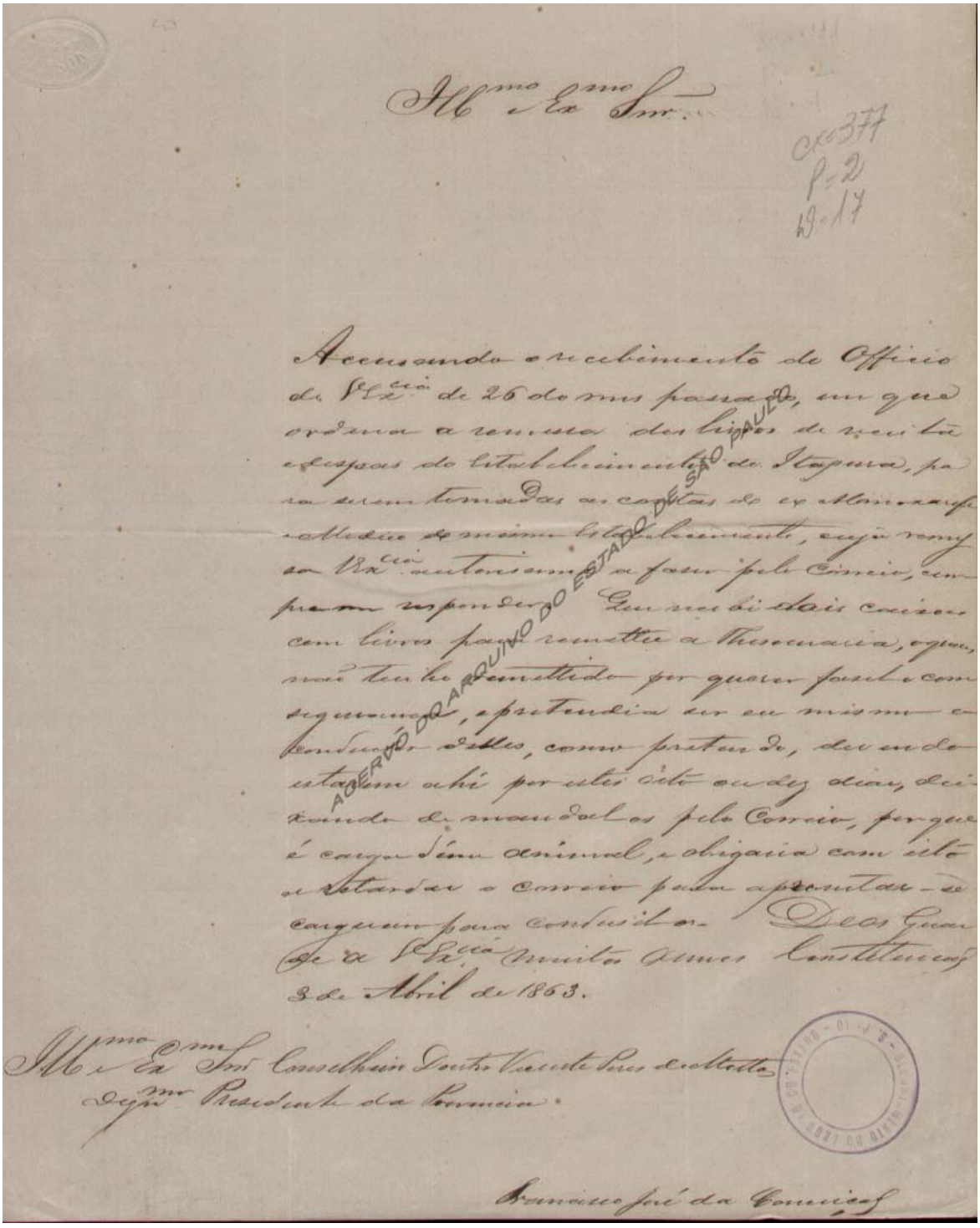
Domingos Joze Lopes Roiz
1861
Inspetor da Estrada da Constn. te Brotas

Documento nº: 35	
Assunto: Pedido feito por Domingos Jose Lopes Reiz solicitando a construção de uma ponte sobre o rio Curumbatay, alegando a importância da dita ponte como importante acesso a diversos pontos.	
Local: Constituiçaõ	
Data: 14 de Fevereiro de 1861	
Localização: Acervo do Arquivo Público do Estado de São Paulo, caixa 376, P 4, documento 85	
Reclame: Não consta	
Filigrana: Desenho pequeno de uma coroa localizado no alto, ao lado direito da mancha. Embaixo do desenho está escrito “BATH”.	
Abreviaturas:	Síncope: Const^{m,} Ex^{cia,} Ex^{mo,} G^{e,} Ill^{mo,} m^{mo,} m^{ta,} p^{a,} p^{lo,} p^{r,} Snr.
	Apócope: q’, S., V.

Ill*ustrissi*mo e Ex*cellentissi*mo S*enho*r
Levo ao conhecimento de V*ossa*Ex*cellen*cia que na estra
da a meu cargo, que segue désta cidade
p*ar*a a Villa de Brotas com a dirécção a Provincia
de Matto grosso, e collonias do Avanhandava
e Itapura, [espaço] A enchente do Rio Curimbatay
com a m*ui*ta chuva, chegou a sahir fora de
seus limites, que carregou com a Ponte q*ue*
héra de uma Succiedade, a qual tinha
offerecido ao Ex*cellentissi*mo governo p*e*lo m*es*mo dinheiro
p*o*r que comprarão. E como a enchente carre
gou a Ponte, He de extrema nessecidade
o Ex*cellentissi*mo governo mandar construir outra
Ponte sobre o Rio Curimbatay, no m*es*mo lugar
em que estava outra ponte. Visto ser de
uma estrada geral que segue p*ar*a diverços
pontos, assim como a Provincia de Matto
grosso e Collonias vizinhas.
É o que me cumpre a parti
cipar a V*ossa* Ex*cellen*cia. Deos G*uard*e Por muitos
annos. Constituição 14 de Fevereiro de 1861.
Ill*ustrissi*mo Ex*cellentissi*mo S*enho*r Prezidente
da Provincia de S*ão* Paulo
Domingos Joze Lopes Reiz
1861
Inspector da Estrada da Const*ituiçam*
te Brotas

{Cx=376/ P=4/ D=85}[150]

[150] Interferência localizada entre a 1ª e a 2ª linha do fac-símile, à esquerda do documento.



Illmo e Exmo Snr.

Accusando o recebimento do Officio de V. Excia de 26 do mez passado, em que ordena a remessa dos livros de receita e despezas do Estabelecimento de Itapura, para serem tomadas as contas do ex Almoxarife e Medico do mesmo Estabelecimento, cuja remessa V. Excia autorisamos a fazer pelo Correio, cumpre-me responder. Que recebi dois caixões com livros para remettê a Thesouraria, o que não tenho remettido por querer fazel-o com segurança, e pretendia ser eu mesmo o conductor delles, como pretendo, devendo estarem ahi por estes dito ou dez dias, deixando de mandal-os pelo Correio, porque é carga d'um animal, e obrigaria com isto a retardar o correio para aprontar-se carguem para conduzil-os. Deos Guarde a V. Excia muitos annos Constituição 3 de Abril de 1863.

Illmo e Exmo Snr Conselheiro Doutor Vicente Pires de Motta Dignmo Presidente da Provincia.

Francisco José da Conceição

ACERVO DO ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO

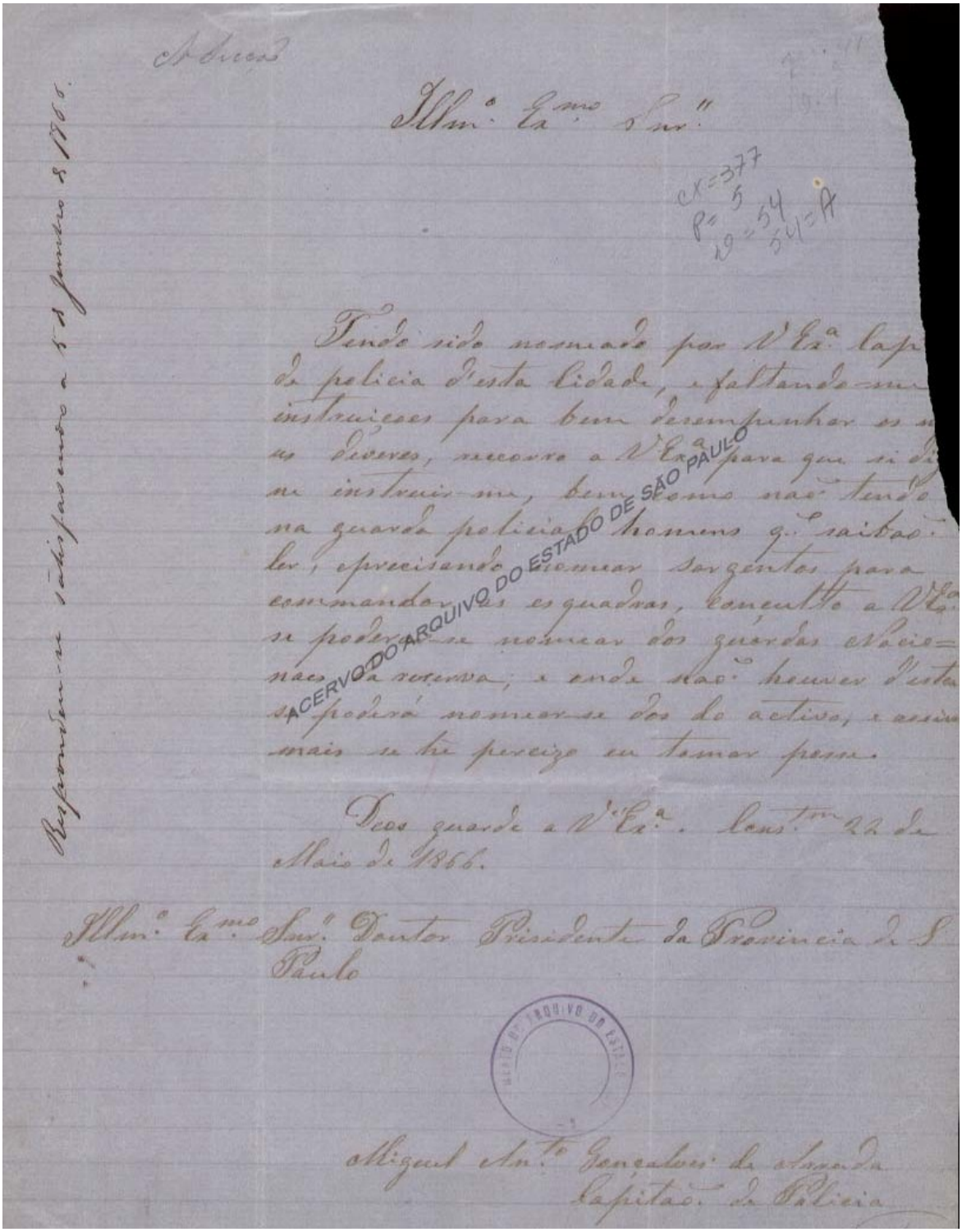
Documento nº: 36
Assunto: Justificativa apresentada por Francisco J. da Conceição por não ter enviado pelo

correio dois caixões com livros de receitas e despesas do estabelecimento de Itapura com destino à Tesouraria.	
Local: Constituição	
Data: 03 de Abril de 1863	
Localização: Acervo do Arquivo Público do Estado de São Paulo, caixa 377, P 2, documento 17	
Reclame: Não consta	
Filigrana: Desenho pequeno localizado no alto, ao lado direito da mancha. Dentro do desenho está escrito “CANSON”.	
Abreviaturas:	Síncope: dign^{mo,} Ex^{cia,} Ex^{mo,} Ill^{mo,} Snr
	Apócope: V.

Ill*ustrissi*mo e Ex*cellentissi*mo S*enhor*
Accusando o recebimento do Officio
de V*ossa*Ex*cellen*cia de 26 do mes passado, em que
ordena a remessa dos livros de receitas
edespas[151] do estabelecimento de Itapura, pa
ra serem tomadas as contas do ex Almoxarife
e medico do mesmo Estabelecimento, cuja remes
sa V*ossa*Ex*cellen*cia autorisam a fazer pelo Correio, cum
pram responder. Eu recebi dois caixoes
com livros para remetter a thesouraria, osquais,
naõ tenho remettido por querer fasel-o com
segurança, e pretendia ser eu mismo a
consuctár delles como pretendo, devendo
estarem ahí por estes oito ou dez dias, dei
xando de mandalos pelo Correio, por que
é carga sém animal, e obrigaria com isto
a retardar o correio para apromptar-se
cargueiro para condusil os Deos Guar
de a V*ossa*Ex*cellen*cia muitos annos. Constituiçaõ
3 de Abril de 1863
Ill*ustrissi*mo e E*xcellentissi*mo S*enhor* Conselheiro Doutor Vicente Pires da Motta
Dig*nissi*mo Presidente da Provincia
Francisco Jozé da Conceiçaõ

{Cx=377/ P=2/ D=17}[152]

[151] Ms: *despas*, linha 5 do fac-símile por *despesas*.
[152] Interferência localizada entre a 1ª e a 2ª linha do fac-símile, à esquerda do documento.



Abreção

Illmo. Exmo. Snr.

cx=377
p=5
v=54
54=A

Respondeu-se satisfazendo a 5 de Janeiro de 1866.

Tendo sido nomeado por V. Exa. Capitão de policia d'esta Cidade, e faltando-me instruições para bem desempenhar os meus deveres, recorro a V. Exa. para que si digne instruir-me, bem como não tendo na guarda policial homens q. saibão ler, e precisando nomear sargentos para commandar as esquadras, conçulto a V. Exa. se poderão-se nomear dos guardas Nacionaes da reserva; e onde não houver d'estas se poderá nomear-se dos do activo, e assim mais se he percizo eu tomar posse.

Deos guarde a V. Exa. Constm. 22 de Maio de 1866.

Illmo. Exmo. Snr. Doutor Presidente da Provincia de S. Paulo

Miguel Anto. Gonçalves de Arruda
Capitão de Policia

ACERVO DO ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Documento nº: 37

Assunto: : O capitão de polícia pede intruções ao Presidente da Província de São Paulo para desempenhar seus deveres na guarda policial.	
Local: Constituiçam	
Data: 22 de Maio de 1866	
Localização: Acervo do Arquivo Público do Estado de São Paulo, caica 377, P 5, documento 54.	
Reclame: Não consta	
Filigrana: Não consta	
Abreviaturas:	Síncope: Cons^{tm,} Ex^{a,} Ex^{mo,} Illm^{o,} Snr
	Apócope**:** An^{to,} q', S., V.

Ill*ustrissi*mo Ex*cellentissi*mo S*enhor*
Tendo sido nomeado por V*ossa* Ex*cellenci*a Cap[itaõ]
de policia d'esta Cidade, e faltando me
instruiçoes para bem desempenhar os m[e]
us deveres, recorro a V*ossa* Ex*cellenci*a para que si di[g]
ne instruir-me, bem como naõ tendo
na guarda policial homens q*ue* saibaõ
ler, eprecisando nomear sargentos para
commandar as esquadras, conçulto a V*ossa*Ex*cellenci*a
se podera se nomear dos guardas Nacio
naes da reserva; e onde naõ houver d'estes
se poderá nomear-se dos do activo, e assim
mais se hé percizo eu tomar posse.
Deos guarde a V*ossa* Ex*cellenci*a. Constituiçam 22 de
Maio de 1866
Ill*ustrissi*mo e Ex*cellentissi*mo S*enhor* Doutor Prisidente da Provincia de S*ão*
[espaço] Paulo
Miguel Anto*nio* Gonçalves de Arruda
Capitaõ de Policia

{A Secçaõ}[153]
{Cx=377/ P=5/ D=54/ 54=A}[154]
{Respondeu-se satisfasendo a 5 de Junho de 1866}[155]

[153] Interferência localizada acima da 1ª linha do fac-símile, à direita do documento.
[154] Interferência localizada entre a 1ª e a 2ª linha do fac-símile, à esquerda do documento.
[155] Interferência localizada na lateral do fac-símile, à direita do documento, escrita em uma tinta mais escura.

Illm.o e Ex.mo Senhor.

Cx. 377
P. 6
D. 20

Communico á V. Ex.a que o processo eleitoral na Parochia desta Cidade se correu regularmente, não havendo perturbação alguma da ordem publica. Principiou no dia 3 do corrente, e terminou no dia 5 do mesmo.

Deos Gd.e a V. Ex.a muitos annos.

Conceição, 16 de Fevereiro de 1867.

Illm.o e Ex.mo Sn.r Dr. José Tavares Bastos,
Dig.mo Presidente da Provincia.

José Custodio Soares de Barros.
Juiz de Paz mais votado.

ACERVO DO ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Documento nº: 38	
Assunto: Relato sobre o processo eleitoral na Parochia da Cidade da Constituição	
Local: Constituiçaõ	
Data: 16 de Fevereiro de 1867	
Localização: Acervo do Arquivo Público do Estado de São Paulo, caixa 377, P 6, documento 20.	
Reclame: Não consta	
Filigrana: Não consta	
Abreviaturas:	Síncope: Dig^{mo,} D^{or,} D^{s,} Ex^{a,} Ex^{mo,} G^{de,} Ill^{mo,} m^{tos,} Snr
	Apócope: V.

Ill*ustrissi*mo e Ex*cellentissi*mo Senhor
Communico á V*ossa* Ex*cellenci*a que o processo eleitoral
na Parochia désta Cidade correu regularmente,
naõ havendo perturbacaõ alguma da ordem pu
blica. Principiou no dia 3 do corrente, e termi
nou no dia 6.
D*eu*s G*uar*de a V*ossa* Ex*cellenci*a m*ui*tos annos.
Constituiçaõ, 16 de Fevereiro de 1867
Ill*ustrissi*mo e Ex*cellentissi*mo S*enh*or D*out*or Jozé Tavares Bastos
Dig*nissi*mo Presidente da Provincia
Jose Custodio Soares de Barros
Juiz de Paz mais votado

{Cx=377/ P=6/ D=20}[156]

[156] Interferência localizada entre a 1ª e a 2ª linha do fac-símile, à esquerda do documento.

Pa. S. Exa. resolver

Illmo. Exmo. Snr.

qx=377
P=16
D=81
81=A

Joaquim da Silveira Mello, 3º Suplente do Delegado de Policia desta Cidade, não lhe convindo p. forma alguma continuar exercendo dicto cargo, pede a V. Exa. o desonere. Ds. Ge. a V. Exa. p. muitos annos, Cidade da Constituição 22 d'Agosto d'1868

Illmo. Exmo. Snr. Presidente da Provincia de S. Paulo

3º Suplente exercº

Joaqm. da Silvra. Mello

Exonerado, á bem do serv.o pub., á 17 de 7bro. de 1868.

ACERVO DO ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Documento nº: 39	
Assunto: Joaquim da Silveira Mello pede à autoridade competente que o desonere do cargo de 3º suplente do delegado de polícia desta cidade.	
Local: Cidade da Constituiçaõ	
Data: : 22 d'Agosto d'1868	
Localização: Acervo do Arquivo Público do Estado de São Paulo, caixa 377, P 6, documento 81.	
Reclame: Não consta	
Filigrana: Desenho pequeno de uma coroa localizado no alto, ao lado direito da mancha. Embaixo do desenho está escrito "BATH".	
Abreviaturas:	Síncope: D^{s,} Ex^{a,} Ex^{mo,} G^{e,} Illm^{o,} Joaq^{m,} p^{a,} p^{r,} serv^{ço,} 7br^{o,} Silvr^{a,} Snr
	Apócope: Pub., S. (São), S. (Sua), V.

Ill*ustrissi*mo Ex*cellentissi*mo S*enho*r
Joaquim da Silveira Mello, 3º Suplen
te do Delegado de Pulicia desta Cida
de, não lhe convindo por forma alguma
continuar exercendo dicto cargo, pe
de a V*ossa* Ex*celenci*a o desonere. D*eu*s G*uard*e, a V*ossa*
Ex*cellenci*a por muitos annos, Cidade da
Constituiçaõ, 22 d'Agosto d'1868.
Ill*ustrissi*mo Ex*cellentissi*mo S*enho*r Prezidente da Provincia
de S*ão* Paulo
T*erceir*o Suplente emserv*iç*o
Joaq*uim* da Silv*eir*a Mello

{p^{a} S. Exª receber}[157]
{Cx=377/ P=6/ D=81/ 81=A}[158]
{Procurado, á bem do serv^{ço} pub., á 17 de 7br^{o} de1868}[159]

[157] Interferência localizada acima da 1ª linha do fac-símile, à direita do documento.
[158] Interferência localizada entre a 1ª e a 2ª linha do fac-símile, à esquerda do documento.
[159] Interferência localizada na lateral do fac-símile, à direita do documento, escrita em uma tinta mais escura.

Juiso de Direito da Comarca
da Constituição.
P.º cumprim.to do Aviso da Justiça de...

Ill.mo e Ex.mo Snr.

ex-378
P. 1
N. 5
5-A

Em resposta ao officio de V. Ex.a de 24 de Novembro ultimo, tenho a informar q.to ao 1.º ponto, que, as distancias entre a séde d'esta Comarca e as das que com ellas são limitrophes, tendo em vista o caminho mais curto, achão-se no incluso Mappa, por onde verá V. Ex.a que, a Comarca do Rio Claro é a mais proxima d'esta distando 6 leguas; a de Campinas 12; a de Itu 12; Itapetininga 20; Botucatú 18; Araraquara 22 leguas.

Quanto ao 2.º ponto e 3.º tenho a informar a V. Ex.a que, os caminhos, da séde d'esta Comarca, para as das outras são em geral máos, mas consentem o transito, que se faz a cavallo. O cavallo aluga-se por 2$000 reis diarios; e, assim tambem paga-se 2$000 reis pelo camarada que acompanha o passageiro, dando-se-lhe ainda a comida.

Quanto ás despesas de viagem, uma pessôa, o menos que paga por

7 março 64

ACERVO DO ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Documento nº: 40	
Assunto: O juiz de direito de Constituição, em resposta ao ofício recebido em 24 de novembro, informa o estado geral das estradas e a distância de Piracicaba em relação a algumas comarcas através de um mapa incluso.	
Local: Constituição	
Data: 07 de Março de 1869	
Localização: Acervo do Arquivo Público do Estado de São Paulo, caixa 378, P 1, documento 5	
Reclame: Não consta	
Filigrana: Não consta	
Abreviaturas:	Síncope: cumprim^{to,} Ex^{a,} Ex^{mo,} Ill^{mo,} p^{a,} Prezid^{e,} p^{s,} q^{do,} q^{to,} Sr
	Apócope: D., M., q', V.

Juiso de Direito da Comarca
da Constituição
P*ar*a cumprim*en*to do Aviso (?) da Justiça de ...
Ill*ustrissi*mo e Ex*cellentissi*mo S*enhor*
Em resposta ao officio de V*ossa*Ex*cellenci*a de 24
de Novembro ultimo, tenho a infor
mar q*uan*to ao 1º ponto, que, as distancias
entre a séde d'esta Comarca e as das que
com ellas são limitrophes, tendo em
vista o caminho mais curto, achão-se
no incluso mappa, por onde verá V*ossa*Ex*cellenci*a,
que, a Comarca do Rio Claro é a mais
proxima d'esta distando 6 leguas; a
de Campinas 12; a de Itu 12; Itape
tininga 20; Botucatú 18; Araraqua
ra 22 leguas
Quanto ao 2º ponto e 3º,,
tenho a informar a V*ossa*Ex*cellenci*a, que, os cami
nhos, da séde désta Comarca, para as das
outras são em geral máos, mas con
sentem o transito, que se faz a caval
lo. O cavallo aluga-se por 2$000
reis diarios; e, assim tambem paga-se
2$000 reis pelo camarada que acom
panha o passageiro, dando-se-lhe ainda
a comida.
Quanto ás despesas de viagem,
uma pessôa, o menos que paga por

dia nos pousos pelo caminho é tres a cinco mil reis, pois ha logares, como Campinas, por exemplo, em que tres mil reis é quantia diminuta. Estas quantias, porem, em relação a um Juiz de Direito entendo, devem ser elevadas, attendendo-se a ser elle um alto Empregado da Magistratura, que, nos logares onde parar em sua viagem deve occupar o melhor aposento e ter outro tratamento.

São estas as informações que submetto á consideração de V. Exª.

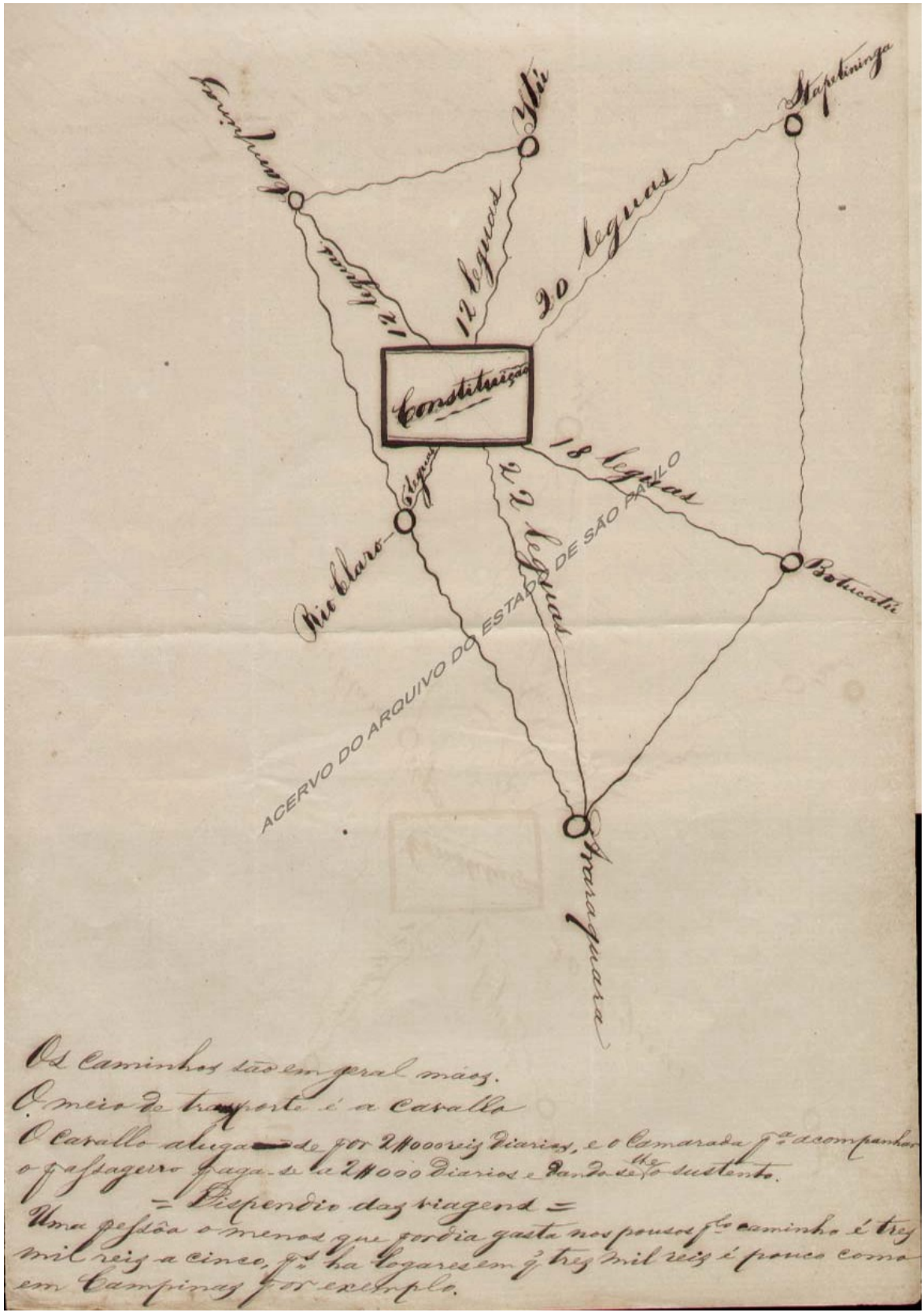
Deus Guarde a V. Exª Constituição
7 de Março de 1869

Illmo e Exmo Snr Senador Barão d'Itauna, M. D. Prezidte desta Provincia

O Juiz de Direito interino
Raymundo da Motta d'Azevedo Corrêa

ACERVO DO ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO

dia nos pousos pelo caminho é tres
a cinco mil reis, pois ha logares,
como Campinas, por exemplo, em
que tres mil reis é quantia diminu
ta. Estas quantias, porem em
relação a um Juiz de Direito entendo,
devem ser elevadas, attendendo-se a
ser elle um alto empregado da Ma
gistratura, que, nos logares onde
parar em sua viagem deve occupar
o melhor aposento e ter outro tra
tamento.
São estas as informações que
submetto á consideração de V*ossa*Ex*cellenci*a
Deus Guarde a V*ossa*Ex*cellenci*a Constituição
7 de Março de1869
Ill*ustrissi*mo e Ex*cellentissi*mo S*enhor* Senador Barão
D'Ytaúna, M*ui* D*igno* Prezid*ent*e d'esta Provincia
O Juiz de Direito interino
Raymundo da Motta d'Azevedo Corrêa



ACERVO DO ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Os caminhos são em geral máos.
O meio de transporte é a cavallo
O cavallo alluga-se por 2$000 reis diarios, e o Camarada que o acompanha
o passageiro paga-se a 2$000 diarios e dando-se-lhe sustento.
= Dispendio das viagens =
Uma pessôa o menos que gordia gasta nos pousos do caminho é trez
mil reis a cinco, que ha logares em que trez mil reis é pouco como
em Campinas por exemplo.

Os caminhos são em geral máos
O meio de tra[ns]porte é a cavallo.
O cavallo aluga-se por 2$000 reis diarios e o Camarada p*ar*a acompanhar o passageiro paga-se a 2$000 diarios e dando-se-lhe o sustento.
[espaço] = Dispendio das viagens = [espaço]
Uma pessôa o menos que por dia gasta nos pousos q*uand*o caminho é tres mil reis a cinco, p*oi*s ha logares em q*ue* tres mil reis é pouco como em Campinas por exemplo.

{Cx=378/ P=1/ D=5=/ 5=A}[160]

[160] Interferência localizada entre a 4ª e a 5ª linha do fac-símile, à esquerda do documento.

4ª S. Ag. ho.

Secretaria da Camara Municipal da Cidade da Constituição aos 11 de Outubro de 1870.

Illmo. Exmo. Snr.

cx=378
p=1
w=66

Tendo V. Exª ordenado a factura da estrada que d'esta cidade vai a Freguesia de S. Pedro d'este mesmo Municipio, e tendo o respectivo Inspector feito parte d'essa estrada, occorre, que por accuzações que lhe forão feitas concernentes a esses serviços parou com o andamento da estrada, ignorando esta Camara se isso provem de ordens d'esse Exmo. Governo. E como seja urgente a continuação dos serviços da mencionada estrada não só por que a parte ainda não feita está intranzitavel, como por que o abandono da parte já feita se estragará inutilmente, a Camara solicita de V. Exª ordens tendentes a remediar semelhantes males. Esta Camara vê-se na impossibilidade de providenciar a respeito, por isso que os moradores de toda a extenção da estrada, se recuzão actualmente a fazel-a de mão commum, allegando que essa estrada tem para sua factura dinheiro do

ACERVO DO ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO

ARQUIVO DO ESTADO - S. PAULO

I.130.

Documento nº:41	
Assunto: Queixa da Câmara Municipal enviada ao presidente da Província pedindo providências a respeito da interrupção de obras da estrada de Piracicaba à Freguesia de São Pedro.	
Local: Cidade da Constituiçaõ	
Data: 11 de Outubro de 1870	
Localização: Acervo do Arquivo Público do Estado de São Paulo, caixa 378, P 1, documento 66	
Reclame: Não consta	
Filigrana: Não consta	
Abreviaturas:	Síncope: Am^{al,} D^{r,} D^{s,} Ex^{a,} Ex^{mo,} Fran^{co,} G^{e,} Ill^{mo,} Snr
	Apócope: D., M., V. S.

Secretaria da Camara
Municipal da Cidade [espaço] Ill*ustrissi*mo Ex*cellentissi*mo S*enho*r
da Constituiçaõ aos
11 de Outubro de 1870.

Tendo a V*ossa* Ex*cellenci*a ordenado a factura da
estrada que d'esta cidade vai a Fre
guesia de S*aõ* Pedro d'este mesmo mu
nicipio, e tendo o respectivo Inspector
feito parte d'esta estrada, occorre,
que por accuzações que lhe foraõ
feitas concernentes a esses serviços
parou com o andamento da estrada,
ignorando esta Camara se isso
provem de ordens d'esse Ex*cellentissi*mo Go
verno. E como seja urgente a con
tinuaçaõ dos serviços da menciona
da estrada naõ só por que a par
te ainda naõ feita está intran
zitavel, como por que o a bandono
da parte já feita se estragará
inutilmente, a Camara solicita
de V*ossa* Ex*cellenci*a ordens tendentes a reme
diar semelhantes males. Esta Ca
mara vê se na impossibilidade de
providenciar a respeito, por isso
que os moradores de toda a exten
çaõ da estrada, se recuzaõ actu
almente a fasel-a de maõ com mum,
allegando que essa estrada tem
para sua factura dinheiro do

Governo, tanto que uma boa parte d'ella ja se fizera, sem que á elles fosse pesada. Assim, pois, esta Camara espera do reconhecido Zelo de V. Exª pelo bem publico que providenciará como entender que e justo.

Dº G.º a V. Exª

Illmo Exmo Snr Dr Antonio Candido da Rocha M. D. Presidente d'esta Provincia.

ACERVO DO ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Antonio Morato de Carvalho
Alvaro Leite de Cant.
Antonio Bonifacio de Almeida
Luiz Gonzaga da Silveira
Franco Manoel de Oliveira
Augusto Cesar d'Oliveira
Bento Barreto de Amª Guerra

Governo, tanto que uma boa parte
d'ella já se fisera, sem que á elles
fosse pesada. Assim, pois, esta Cama
ra espera do reconhecido zelo de
V*ossa* Ex*cellenci*a pelo bem publico que pro
videnciará como entender que e
justo.
D*eu*s G*uard*e a V*ossa* Ex*cellenci*a
Ill*ustrissi*mo Ex*cellentissi*mo S*enh*or D*outo*r Antonio Candido
da Rocha M*ui* D*igno* Presidente
d'esta Provincia.
Antonio Morato de Carvalho
Albano Leite do Canto
Antonio Bonifacio de Almeida
Luis Gonzaga da Silveira
Fran*cis*co Manoel d'Oliveira
Augusto Cezar d'Oliveira
Bento Barreto doAm*ar*al Gurgel

4ª Lei

Illmo. e Exmo. Snr.

cx 378
p 2
D 39

Só pelo correio aqui chegado hontem foi que recebi o officio de 16 de Abril do corrente anno em que o antecessor de V. Exca. communicava-me haver-me nomeado n'aquella data para fazer parte da commissão Censitaria da Parochia d'esta cidade ordenando que a commissão se reunisse com urgencia afim de cumprir o disposto nos §§. 1º 2º e 4º do art. 9 do Decr. nº 4856 de 30 Dezembro de 1871; cumprindo-me observar que o referido officio só foi registrado na agencia do Correio da Capital no dia 23 de Agosto proximo findo. A vista d'isso n. V. Exca. que ainda quando houvesse de minha parte desejos de acceitar a nomeação e prestar serviços como membro da commissão Censitaria d'esta Parochia seria isso impossivel porque a noticia da minha nomeação só chegou-me ás mãos exactamente um mez depois do dia em que devia ter lugar o primeiro recenseamento da população, isto é, 1º de Agosto de 1872 como determinou o art. 1º do Decr. citado.

Dº G. V. Exca.

Constituição, 2 de Setembro de 1872.

Illmo. e Exmo. Snr. Conselheiro Presidente da Provincia.

ACERVO DO ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Prudente José de Moraes Barros.

Documento nº: 42	
Assunto: Prudente de Moraes apresenta uma justificativa por não ter feito parte da comissão censitária da parochia da Cidade da Constituição conforme havia sido nomeado.	
Local: Constituiçaõ	
Data: 2 de setembro de 1872	
Localização: Acervo do Arquivo Público do Estado de São Paulo, caixa 378, P 2, documento 39	
Reclame: Não consta	
Filigrana: Não consta	
Abreviaturas:	Síncope: D^{s,} Exc^{a,} Exm^{o,} G^{e,} Ill^{mo,} Nº, Senr, Snr
	Apócope: art., Decr., V.

Ill*ustrissi*mo e Ex*cellentissi*mo Sen*hor*
Só pelo correio aqui chegado hontem foi que recebi o of
ficio de 16 de Abril do corrente anno – em que o anteces
sor de V*ossa* Exc*ellenci*a communicava me haver me nomeado
n aquella data para fazer parte da commissaõ censi
taria da Parochia d'esta cidade – ordenando que a
commissaõ se reunisse com urgencia afim de cum
prir disposto nos parágrafos 1º 2º e 4º do art*igo* 9 do decr*eto* n*umer*o
4856 de 30 de Dezembro de 1871 – cumprindo sem obser
var que o referido officio só foi registrado na a
gencia do correio da capital no dia 23 de Agosto
proximo findo. Á vista d'isso vê V*ossa* Exc*ellenci*a que
ainda quando houvesse de minha parte desejos de
acceitar a nomeaçaõ e prestar serviços como membro
da commissaõ censitaria d'esta Parochia – seria isso
impossivel por que a noticia da minha nomeacaõ
só chegou-me ás maõs exactamente um mez de
pois do dia em que devia ter lugar o primeiro
recenciamento da populaçaõ, isto é, 1º de Agosto de 1872
como determinou o artigo 1º do Decreto citado.-
D*eu*s G*uard*e V*ossa* Exc*ellenci*a
Constituiçaõ, 2 de Setembro de 1872.
Ill*ustrissi*mo e Ex*cellentissi*mo Senhor Conselheiro Prezidente da Provincia
Prudente José de Moraes Barros

{4ª Sec (?)}[161]
{Cx=378/ P=2/ D=39}[162]

[161] Interferência localizada acima da 1ª linha do fac-símile, à direita do documento.
[162] Interferência localizada entre a 1ª e a 2ª linha do fac-símile, à esquerda do documento.

Para os juiz. ... A Thesaurª ... para ser conhecimento

Respondido em 30 de Setembro de 1873.

Illmo. Exmo. Snr.

CX=378
P=2
D=81

DEPART. ... S. PAULO - DOVIS

A 13 de Agosto proximo passado communiquei a V. Exª. que a 10 do mesmo mez prestei juramento, tomei posse e entrei em exercicio do cargo de Juiz Municipal e de Orphãos d'este Termo da Constituição, para o qual fui reconduzido por Decreto de 27 de Junho ultimo, havendo na mesma data assumido a jurisdicção de Juiz de Direito da Comarca, na qualidade de 1º substituto, em vista da ausencia do Juiz proprietario.

Mas como das publicações do Diario d'essa Capital sobre o expediente d'essa Presidencia não tenha ainda constado que tivesse eu feito a V. Exª. tal communicação, mas só a Camara Municipal d'esta Cidade quanto ao meu exercicio do cargo de Juiz Municipal e de Orphãos, quando pelo officio que dirigi a V. Exª. na data citada não só fiz aquella communicação como ainda enviei certidões do exercicio, e sendo portanto provavel que tal officio se tivesse extraviado no correio, para o conhecimento de V. Exª., e a bem da regularidade do assentamento do meu exercicio na Thesouraria de Fazenda,

ACERVO DO ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO

23-9-73

Documento nº: 43	
Assunto: Antônio José Lopes Rodrigues relaciona todas as atividades em que atuou e informa o Presidente da Província sobre o seu desempenho no cargo de juiz de direito.	
Local: Constituiçaõ	
Data: 23 de Setembro de 1873	
Localização: Acervo do Arquivo Público do Estado de São Paulo, caixa 378, P 2, documento 81	
Reclame: Não consta	
Filigrana: Não consta	
Abreviaturas:	Síncope: Ex^{a,} Ex^{mo,} Ill^{mo,} Snr
	Apócope**:** V.

Ill*ustrissi*mo e Ex*cellentissi*mo S*enhor*
A 13 de Agosto proximo passado communi
quei a V*ossa*Ex*cellenci*a que a 10 do mesmo mês
prestei juramento, tomei posse e entrei em
exercicio do cargo de Juis Municipal e de Or
phaõs d'este Termo da Constituiçaõ, para
o qual fui reconhecido por decreto de 27
de Junho ultimo, havendo na mesma data
assumido a jurisdicçaõ de Juis de Direito da
Comarca, na qualidade de 1º substituto, em
vista da declaraçaõ (?) do Juis proprietario
Mas, como das publicações do Diario
d'essa Capital Sobre o expediente d'essa Pr[e]
zidencia naõ tenho ainda constado que
tivessem feito a V*ossa*Ex*cellenci*a tal communicaçaõ,
mas só a Camara Municipal d'esta Ci
dade quanto ao meu exercicio do cargo de
Juis Municipal e de Orphaõs, quando
pelo officio que dirigi a V*ossa*Ex*cellenci*a na data
citada naõ só fui aquella communicaçaõ
como ainda enviei certidões do exercicio,
e sendo portanto provavel que tal officio
se tivesse extraviado no correio, para
o conhecimento de V*ossa*Ex*cellenci*a, a bem da re
gularidade do assentamento do meu
exercicio na Thesouraria da Fazenda,

enviá certidão de minha entrada em
exercicio do cargo de Juiz de Direito
da Comarca, na qualidade de 1º Subs-
tituto, a 10 do dito mez de Agosto.

Deos Guarde a V. Exª

Constituição, 23 de Setembro de 1873.

Illmo. e Exmo. Sr. Doutor João Theodoro
Xavier, Dignissimo Presidente d'es-
ta Provincia

O Juiz Municipal

Antonio José Lopes Rodrigues

ACERVO DO ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO

envio certidaõ de minha entrada em
exercicio do cargo de Juis de Direito
da Comarca, na qualidade de 1º subs
tituto, a 10 do dito mês de Agosto
Deos Guarde a V*ossa*Ex*cellenci*a
Constituiçaõ, 23 de Setembro de 1873
Ill*ustrissi*mo e Ex*cellentissi*mo S*enhor* Doutor Joaõ Theodoro
Xavier, Dignissimo Presidente d'es
ta Provincia
O Juis Municipal
Antonio Jozé Lopes Rodrigues

{Para ler junt[e] (?) aV.Ex[a] [ilegível] / pede conhecimento}[163]
{Cx=378/ P=2/ D=81}[164]
{Respondido em 30 de Setembro de 1873}[165]
{23-9-73}[166]

[163] Interferência acima da 1ª linha do fac-símile, escrita a lápis.
[164] Interferência localizada entre a 1ª e a 2ª linha do fac-símile.
[165] Interferência localizada na lateral do fac-símile, escrita a tinta, à direita do documento.
[166] Interferência localizada na 26ª linha do fac-símile, à direita do documento.

O mesmo respeito

N 4

Diz-se a Acção

Illmo e Exmo Snr.

~~[illegible]~~

D. 1
P. 3
CV. 378

So hoje é que recebi o Officio de V. Exa. datado de 26 de Março proximo passado; e portanto nem hum cumprimento posso dar, a respeito a reunião da Junta de Qualificação de votantes desta Parochia, sem que V. Exa. novamente designe outro dia, para essa reunião.

A razões, que tenho a exibir por não ter reunido na 3a. Dominga de Janro. ultimo a Junta de Qualificação de votantes é a seguinte: = Ordenei em tempo ao respectivo Escrivão o afixamento do respectivo Edital (o qual assignei) e assim tão bem a convocação dos Eleitores e Supplentes; porem nada disto foi executado, tanto que quando na 3a. Dominga vim ter com o mesmo Escrivão para dar commesso aos trabalhos, por elle fui informado, que nada tinha executado a respeito, visto que, sendo tão bem Secretario da Camara Municipal, tinha pedido demissão da Escrivania de Paz; e como moro no sitio, de nada tive sciencia, senão quando vim tratar de dita reunião.

Deos Guarde a V. Exa.

Constituição 26 de Maio de 1874.

Illmo e Exmo Snr. Dr. João Theodoro Xavier
M. D. Presidte. da Provincia.

O Juiz de Paz mais votado
Joaquim Floriano Leite

ACERVO DO ARQUIVO DO ESTADO DO ESTADO

Documento nº:44	
Assunto: Justificativa apresentada por Joaquim Floriano Leite esclarecendo o porquê de não ter dado cumprimento aos seus deveres no que se refere à junta de qualificação de votantes.	
Local: Constituiçaõ	
Data: 26 de Maio de 1876	
Localização: Acervo do Arquivo Público do Estado de São Paulo, caixa 378, P 3, documento 1	
Reclame: Não consta	
Filigrana: Não consta	
Abreviaturas:	Síncope: D^{or,} Ex^{a,} Ex^{mo,} Ill^{mo,} Janr^{o,} Prezid^{e,} Snr
	Apócope: D., M., V.

Ill*ustrissi*mo e Ex*cellentissi*mo S*enhor*
So hoje é que recebi o Officio de V*ossa* Ex*cellenci*a datado de 26
de Março proximo passado; portanto nem
hum cumprimento posso dar, arespeito a emi
ssaõ da Junta de Qualificaçaõ de votantes des
ta Parochia, semque V*ossa* Ex*cellenci*a novamente dirig[i]
sse outro dia para essa reuniaõ.
[As] razões, que tenho a exibir por
naõ ter reunido no 3º Domingo de Jan*ei*ro ulti
mo a Junta de Qualificaçaõ de votantes é a se
guinte: = Ordenei em tempo ao respectivo Escri
vaõ o afixamento do respectivo Edital (oqual as
signei) e assim tão bem a convocaçaõ dos
Eleitores e Supplentes; porem nada disto foi ex
ecutado, tanto quequando no 3º Domingo vim
ter com omesmo Escrivaõ paradór[167] eommisso aos
trabalhos, porelle fui imformado, que nada tinha
executado arespeito, visto que, sendo tão bem Se
cretario da Camara Municipal, tinha pedido
demissaõ da Escrivania de Páz; e como moro
no Sitio, denada tive a ciencia, senaõ quando
vim tratar de dita reuniaõ
Deos Guarde a V*ossa* Ex*celenci*a
Constituiçaõ 26 de Maio de 1876
Ill*ustrissi*mo e Ex*cellentissi*mo S*enhor* D*outor* Joaõ Theodoro Xavier
M*ui* D*igno* Prezid*en*te da Provincia
O Juiz de Pas mais votado
Joaquim Floriano Leite
{O [ilegível] aVEx^{a}}[168]
{[ilegível]}[169] {[ilegível]}[170]/ {D=1/ P=3/ Cx=378}[171]

[167] Segundo Houaiss (2001), "Parador": (adjetivo e substantivo masculino): 1) que ou o que pára (muitas vezes, com freqüência).
[168] Interferência localizada acima da 1ª linha do fac-símile, à direita do documento, escrita a lápis.
[169] Interferência localizada na altura da 1ª linha do fac-símile, à direita do documento, escrita a lápis.
[170] Interferência localizada entre a 1ª e a 2ª linha do fac-símile, à direita do documento, escrita a lápis.
[171] Interferência localizada entre a 1ª e a 2ª linha do fac-símile.

Ill.mo e Ex.mo Senr.

Em 30-5-77

A 20 [illegible]

CX-378
P-3
D-67
67-A-B.

Estando V. E.a autorizado pela lei de 12 de Abril ultimo a reduzir á duas para cada sexo as escolas existentes nas Cidades da Provincia, e tendo ja em virtude d'essa autorisação suppremida algumas d'essas escolas, entendi dever prestar directamente a V. Ex.e algumas informações sobre a Cadeira do Bairro alto d'esta Cidade a meu cargo sem prejuizo das enformações semestraes, q̃ presto ao Digm.mo S.r D.r Inspector Geral da Instrucção Publica. Neste intuito offereço a illustrada consideração de V. Ex.a o mappa junto, p.r onde se vê estarem matriculadas na minha aula 54 alumnas, das quaes podem se considerar effectivamente frequentes 30 a 35 e isto é reconhecido n'esta Cidade, como aprova o artigo publicado no pequeno Jornal, q̃ a este a Companha. A minha escóla funcciona em uma espaçoza e bem arejada sala de 45 palmos com 30 gratuitam.te cedida pelo proprectario o Senr. An.to Theodoro de Moraes, parte p.r affeição pessoal, parte em attenção as fim, a q̃ se presta.

Quanto ao approveitamento de minhas alumnas, sento-me p.r de mais suspeita p.a informar a V. Ex.e, sendo q̃ muito estimaria q̃ o Inspector do districto ou qualquer outra pessoa viesse verificalo.

vise

ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO

I. J.205 n.o 805

28-5-77

Documento nº: 45	
Assunto: A professora Francisca Eliza da Silva presta informações sobre a cadeira do Bairro Alto de Piracicaba informando o número de alunos matriculados por sala e o tamanho da escola.	
Local: Piracicaba	
Data: 28 de Maio de 1877	
Localização: Acervo do Arquivo Público do Estado de São Paulo, caixa 378, P 3, documento 67	
Reclame: Não consta	
Filigrana: Não consta	
Abreviaturas:	Síncope: Dign^{mo,} D^{or,} D^{r,} D^{s,} Ex^{a,} Ex^{mo,} G^{e,} gratuitamt^{e,} Ill^{mo,} N^{o}, p^{a,} p^{r,} Senr, S^{r}
	Apócope: An^{to,} D., M., q', V.

Ill*ustrissi*mo e Ex*cellentissi*mo Sen*hor*
Estando Vossa Ex*cellenci*a autorisado pela lei de 12 de Abril
ultimo a reduzir á duas para cada sexo as escolas
existentes nas Cidades da Provincia, e tendo já esa
virtude d'essa autorisação suppremida algumas d'
essas escolas, entendi dever prestar directamente
a V*ossa* Ex*cellenci*a algumas informações sobre a Cadeira do
Bairro alto d'esta Cidade ameu cargo sem
prejuizo das enformações semestraes, que presto ao
Digniss*i*mo S*enho*r D*outo*r Inspector Geral da Instrucção
Publica. Neste intuito offereço a illustrada con
sideração de V*ossa* Ex*cellenci*a omappa junto, por onde sevé
estarém matriculadas na minha aula 54 alun
nas, das quaes podem-se considerar effectiva
mente frequentes 30 a 35 e isto é reconhecido
n'esta Cidade, como aprova o artigo publica
do no pequeno Jornal, que a este a Companha
A minha escóla funciona em uma espaçoza
e bem arejada sala de 45 palmos com 30 gratui
tam*en*te cedida pelo proprietario o Sen*h*or Anto*nio*
Theodoro de Moraes, parte p*o*r affeição pessoal,
parte em attenção ao fim, aq*ue* sepresta
Quanto ao approveitamento de minhas álun
nas, sinto-me por de mais suspeita p*ar*a infor
mar a V*ossa* Ex*cellenci*a, sendo q*ue* muito estimaria q*ue*
o inspector do districto ou qualquer outra
pessoa viesse verificado. [espaço] vire

Ds G.e a V. Ex.ª p.r muitos annos
Piracicaba 28 de Maio de 1872.

Ill.mo e Ex.mo Snr. Dr. Sebastião José Pereira
M. D. Presidente da Provincia.
A Pessoa do Bairro alto em Piracicaba
Francisca Eliza da Silva.

ACERVO DO ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

D*eu*s G*uard*e a V*ossa* E*xcelenci*a por muitos annos
Piracicaba 28 de Maio de 1877
Ill*ustrissi*mo e E*xcellentissi*mo Sen*hor* D*out*or Sebastião Jóse Pereira
M*ui* D*igno* Presidente da Provincia
A Professora do Bairro alto em Piracicaba
Francisca Eliza da Silva

{Em 30-5-77 / A 2ª Secção}[172]
{Cx=378/ P=3/ D=67/ 67=A=B}[173]
{[ilegível] 265 nº 805}[174]
{28-5-77}[175]

[172] Interferência localizada entre a 1ª e a 2ª linha do fac-símile, à direita do documento, escrita a lápis.
[173] Interferência localizada entre a 1ª e a 2ª linha do fac-símile, à esquerda do documento, escrita a lápis.
[174] Interferência localizada abaixo da última linha do 1º fólio [1r] do fac-símile, à direita do documento, escrita a tinta.
[175] Interferência localizada abaixo da última linha do 1º fólio [1r] do fac-símile, escrita a lápis.

Piracicaba — A' Sem.

Illm.º Ex.mo Snr.º

D=48
P=4
CV=378

R 26-11-79. —
A 30 —

Comunico a V. Ex.ª que no dia e hora aprazada, tendo-se reunido a Junta Parochial do alistamento Militar, no lugar competente, sendo apenas apresentadas pelo Subdelegado sete listas parciaes de Inspectores de Quarteirões, comprehendendo a quinta parte dos Quarteirões existentes na Parochia, e sendo por isso muito incompleto o numero das mesmas, a mesa resolveu fazer lugar ao conhecimento de V. Ex.ª para que determine o que fôr de direito. Deos G.e V. Ex.ª

Respondido em 26 de Dez.º de 1879 —

Illm.º Ex.mo Snr.º Dr. Laurindo Abelardo de Brito
M. D. Presidente desta Provincia de S. Paulo.

Piracicaba, 30 de Outubro de 1879.

O Juiz de Paz Presidente da Junta
Joaquim Floriano Leite

Sub-f.º 125 N.º 3815.

ACERVO DO ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Documento nº: 46	
Assunto: O juiz de paz e presidente da junta paroquial informa ao presidente da Província de São Paulo o resultado da reunião da junta paroquial de alistamento militar.	
Local: Piracicaba	
Data: 30 de Outubro de 1879	
Localização: Acervo do Arquivo Público do Estado de São Paulo, caixa 378, P 4, documento 48	
Reclame: Não consta	
Filigrana: Não consta	
Abreviaturas:	Síncope: D^{r,} Ex^{a,} Ex^{mo,} f ^{s,} G^{e,} Illm^{o,} 9bro, Senr, Snr
	Apócope: D., Ind., M., S., V.

Ill*ustrissi*mo Ex*cellentissi*mo S*enho*r
Communico a V*ossa* Excelencia que no dia e hora
aprasada, tendo-se reunido a Junta
Parochial do alistamento militar, no
lugar competente, sendo apenas apre
sentadas pelo Sub delegado sete listas
parciaes de Inspectores de Quarteirões.
comprehendendo a quinta parte dos
Quarteirões existentes na Parochia, e
sendo por isso muito incompleto o
numero das mesmas a mesa resolveu
faser chegar ao conhecimento de V*ossa* Ex*celenci*a
para que determine o que fôr de
direito. Deos G*uard*e V*ossa* Ex*celenci*a
Ill*ustrissi*mo e Ex*cellentissi*mo Sen*ho*r D*outo*r Laurindo Abelardo de Brito
M*ui* D*igno* Presidente desta Provincia de S*ão* Paulo
Piracicaba, 30 de Outubro de 1879.
O Juiz de Paz Presidente da Junta
Joaquim Floriano Leite

{A Secção}[176] / {Piracicaba}[177] / {D=48/ P=4/ Cx=378}[178]
{[ilegível] 26-11-79 / A [ilegível]}[179]
{Respondido em 26 de 9bro de / 1879-}[180]
{L}[181]/{Ind.Fs125Nº3815}[182]

[176] Interferência localizada acima da 1ª linha do fac-símile.
[177] Interferência localizada acima da 1ª linha do fac-símile, à direita do documento.
[178] Interferência localizada entre a 1ª e a 2ª linha do fac-símile, à esquerda do documento.
[179] Interferência localizada entre a 1ª e a 2ª linha do fac-símile, à direita do documento.
[180] Interferência localizada na lateral do fac-símile, à direita do documento, escrita a tinta.
[181] Interferência localizada na altura da 17ª linha do fac-símile, à direita do documento.
[182] Interferência localizada entre a 18ª e a 19ª linha do fac-símile, à direita do documento, escrita a tinta.

CX 378
P 4
D 60 A

Attesto que o Snr. Joaquim Borges da Cunha tem todos os requisitos de capacidade moral e intellectual p.a bem desempenhar o cargo de Tabellião do publico, judicial e Notas; e que affirmo pelo conhecim.to proprio que tenho dos serviços que o mesmo Snr. tem feito em substituição interina de Serventuario vitalicio do 2.º Tabellionato desta Terra: acrescendo que o Snr. Borges já serviu o cargo de Escrivão de Paz, e é actualm.te Escrivão do Juizo, cumprindo sempre no desempenho destes cargos satisfactoria capacidade.

ACERVO DO ARQUIVO PUBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Ferraz aos 30 de Agosto de 1880.

O Juiz Municipal
Cacunt. José Saraiva.

Ferraz aos 30 de Agosto de 1880.

Joaquim Borges da Cunha

Documento nº: 47	
Assunto: Comunicado feito pelo juiz municipal em que afirma que Joaquim Borges da Cunha está apto para desempenhar o cargo de tabelião.	
Local: Piracicaba	
Data: 30 de Agosto de 1880	
Localização: Acervo do Arquivo Público do Estado de São Paulo, caixa 378, P 4. documento 60=A	
Reclame: Não consta	
Filigrana: Há um desenho no centro do folho e embaixo do desenho está escrito “AL Masso”. No fólio ao lado está escrito “Smith Meynier Fiume”.	
Abreviaturas:	Síncope: actualm^{te,} conhecim^{to,} Joaq^{m,} m^{mo,} p^{a,} Snr
	Apócope:

Attesto que o S*enho*r Joaq*ui*m Borges da Cunha, tem
todos os requisitos de capacidade moral e intellectual
p*ar*a bem desempenhar o cargo de Tabelliaõ do publico, judi
cial e notas : o que affirmo pelo conhecim*en*to proprio que
tenho dos serviços que o m*es*mo S*enho*r tem feito em subs
tituiçaõ interina do serventuario vitalicio do 2º Tabel
lionato deste Termo: acasu sendo (?) que o S*enho*r Borges
já serviu o cargo de Escrivaõ de Paz, e é actual
m*en*te Escrivaõ do Jury, revellando sempre no desempenho
desses cargos satisfatoria capacidade.
Piracicaba, 30 de Agosto de 1880
O Juis Municipal
Canuto José Saraiva
Piracicaba, 30 de Agosto
de 1880
Joaquim Borges da Cunha

{Cx=378/P=4/D=60=A}[183]

[183] Interferência localizada acima da 1ª linha do fac-símile, à esquerda do documento.

Piracicaba

Illmo mo Ex. Sr.

E 16-8-82
A 2a

Esta Municipalidade em cumprimento do que determina V. Exa em circular de 28 de Julho proximo findo, tem a honra de informar que a data da creação e instalação deste municipio é de 1821, sua população existente calcula-se de quinze a vinte mil almas; sua receita no quinquennio ultimo foi de 120:883.773 reis; despezas com pagamento de empregados foram de 27:663.092 reis; com obras publicas e outros serviços á cargo das Camaras municipaes pela lei de 1º de Outubro de 1828, foram de 93:230.681 reis. E' o que de prompto esta Camara póde informar a V. Exa á quem Deus Guarde.

Paço da Camara Municipal de Piracicaba, 14 de Agosto de 1882.

Illmo Exmo Sr. Conselheiro Francisco de Carvalho Soares Brandão.
M. D. Presidente desta Provincia.

Fernando Ferraz de Arruda
Mel. Ferrás d'Arruda Campos
Joaqm da Silva Mello

Documento nº:48	
Assunto: Relatório apresentado pela Câmara Municipal a respeito da população, receitas e despesas em Piracicaba naquele ano.	
Local: Piracicaba	
Data: 14 de Agosto de 1882	
Localização: Acervo do Arquivo Público do Estado de São Paulo, caixa 378, P 4, documento 79	
Reclame: Não consta	
Filigrana: Não consta	
Abreviaturas:	Síncope: Arrd^{a,} Ex^{a,} E^{mo,} Ill^{mo,} Joaq^{m,} M^{el,} Silvr^{a,} Sr
	Apócope: An^{to,} D., G., M., V.

Ill*ustrissi*mo Ex*cellentissi*mo S*enho*r
Esta Municipalidade em cum
primento do que determina V*ossa* Ex*cellenci*a
em circular de 28 de Julho proxi
mo findo, tem a honra de im[for]
mar que a data da creação e
instalação deste Municipio é
de 1821, sua população existente
calcula-se de quinze a vinte mil
almas; sua receita no quinquennio
ultimo foi de 120:893.773 reis; des
peza com pagamento de emprega
dos foram de 27:663.092 reis; com
obras publicas e outros serviços á car
go das camaras municipaes pela lei
de 1º de Outubro de 1828, foram de
93:250.651 reis. É o que de prompto
esta Camara póde imformar a V*ossa* Ex*cellenci*a
á quem Deus Guarde
Paço da Camara Municipal de
Piracicaba, 14 de Agosto de 1882
Ill*ustrissi*mo Ex*cellentissi*mo S*enho*r Conselheiro Francisco de Carvalho Soares Brandão
M*ui* D*igno* Presidente desta Provincia
Fernando Ferráz de Arruda
M*ano*el Ferrás d'Arr*u*da Campos
Joaq*ui*m da Silv*ei*ra Mello

2

Ilmo. e Exmo. Snr.

Atecc

Theresa Christina dos Reis Teixeira, professora publica da cadeira mixta, creada para a rua do Porto desta cidade, vem com todo o respeito ante V. Exa. expor o seguinte:

Tendo sido creada a dita cadeira, a Assembléa provincial entendeu denominal-a — da Rua do Porto —; mas certamente não precisa grande sciencia juridica, nem demasiado tino interpretativo, para comprehender-se, que não se crea uma cadeira qualquer, determinadamente para esta ou aquella rua, mas para uma circumscripção, cuja base ou ponto de partida é este ou aquelle sitio.

A suppe. porem querendo ir de accordo com a letra expressa, chegando a esta cidade, dirigio-se á rua do Porto, em procura de uma casa pa. abrir aula. Depois de muito trabalho poude conseguir um pardieiro, porque na citada rua não existe uma só casa com capacidade pr. semelhante mister.

Quando tencionava estabelecer-se ali, foi aconselhada por diversas pessoas gradas do lugar, q. não fosse para a rua do Porto, por ser lugar pestifero e sezonatico, a menos que quizesse comprometter a saude e vida de seus quatro filhos menores, e igualmente de seus discipulos;

— Que aquella rua, nos tempos da enchente do

16-3-85

ACERVO DO ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Documento nº: 49	
Assunto: A professora Thereza Christina dos Reis Teixeira solicita que a cadeira mencionada por ela seja denominada como pertencente da circunscrição da rua do Porto, como a Assembléia Provincial resolveu denominá-la. Relata ainda os principais inconvenientes de ter uma escola na dita rua do Porto.	
Local: Piracicaba	
Data: 16 de Março de 1885	
Localização: Acervo do Arquivo Público do Estado de São Paulo, caixa 378, P 5, documento 12	
Reclame: Existe apenas um reclame: "P*ede*" que se encontra no final do [1v]	
Filigrana: No centro do 1º fólio está escrito "AL Masso" e no centro do último fólio, há um desenho e embaixo deste desenho está escrito "Gior Magnani F. D."	
Abreviaturas:	Síncope: Ex^{a,} Exm^{a,} Exm^{o,} Illm^{o,} M^{ce,} p^{a,} Senr^{a,} Senr, supp^{e}
	Apócope: E., P., R., q', V

Il*ustrissi*mo e Ex*celentissi*mo Sen*h*or
Theresa[184] Christina dos Reis Teixeira, profes
sora publica da cadeira mixta, creada para
a rua do Porto desta cidade, vem com todo o res
peito ante V*ossa*Ex*celenci*a expôr o seguinte: [espaço]
Tendo sido creada a dita cadeira, a Assemblea
provincial entendeu denominal-a – da Rua do
Porto - ; mas certamente não precisa grande cien
cia juridica, nem demasiado tino interpretativo,
para comprehender Lo, que não se crea uma cadei
ra qualquer, determinadamente para esta ou aquel
la rua, mas para uma circumscripção, cuja ba
se ou ponto de partida é este ou aquelle sitio
A supp*lent*e porem querendo ir de acordo com a le
tra expressa, chegando a esta cidade, dirigio-se
á rua do Porto, em procura de uma casa p*ar*a abrir
aula. Depois de muito traba
lho poude conseguir um pardieiro, porque na
citada rua não existe uma só casa com capa
cidade p*ar*a semelhante mister.
Quando tencionara estabelecer-se ali, foi acon
selhada por diversas pessoas gradas do lugar, q*ue*
não fosse para a rua do Porto, por ser lugar
pestifero e sezonatico, a menos que quizesse com
prometter a saude e vida de seus quatro filhos
menores, e igualmente de seus discipulos;
Que aquella rua, nos tempos da enchente do

[184] Linha 2: Theresa e na assinatura: Thereza.

rio, fica intransitavel, sendo necessario andar-se em canôas, como aconteceo este anno, que, mais de um mez, não se poude ali passar por outra fórma.

Attendendo a tão justos motivos a supp.e procurou outra casa e abrio escola na rua Direita, centro da do Porto, na distancia de trez quadras do rio.

Em pouco tempo foram matriculados 62 alumnos, sendo frequentes 58.

Tudo quanto acaba de expôr a supp.e, Exm.o Senr., poderá informar a Camara municipal, o Doutor Juiz de Direito e o reverendo Vigario da freguezia.

Em vista do referido, vem a supp.e solicitar de V. Ex.a a graça de, por seu respeitavel despacho, ordenar que a mencionada cadeira, seja denominada — da Circumscripção da Rua do Porto, como já o é outra cadeira desta cidade pertencente á circumscripção do Salto — e não como o está, para evitar interpretações ad libitum, em desproveito da supp.e, e quiçá dos proprios alumnos.

E assim, a supp.e

J.

ACERVO DO ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO

rio fica intransitavel, sendo necessario andar-se
em canôas, como aconteceo este anno, que, mais
de um mez, não se poude ali passar por outra
fórma.
Attendendo a tão justos motivos a supp*lent*e pro
curou outra casa e abrio escola na rua Direi
ta, centro da do Porto, na distancia de trez qua
dras do rio.
Em pouco tempo foram matriculados 62 alun
nos, sendo frequentes 58
Tudo quanto acaba de expôr a supp*lent*e, Ex*cellentissi*ma
Sen*ho*ra, poderá informar a Camara Municipal,
o Doutor Juiz de Direito e o reverendo Vigario da
freguesia
Em vista do referido, vem a supp*lent*e solicitar
de V*ossa*Ex*cellenci*a a graça de, por seu respeitavel despa
cho, ordenar que a mencionada cadeira, seja
denominada – da circumscripção da Rua do Porto,
como já o é outra cadeira desta cidade perten
cente á circumscripção do Salto – e não como
o está, para evitar interpretações ao libitum[185], em
desproveito da supp*lent*e, e quiçá dos proprios a
lunnos.
E assim, a supp*lent*e
[espaço] P*ede*

[185] Segundo Houaiss (2001): “líbito”: (Etimologia): lat. *libìtus,us* 'capricho, fantasia, vontade'. Como substantivo masculino : vontade própria; arbítrio, talante. Estatística: pouco usado.

P. a V. Ex.ª Ilm.º e Ex.º Snr
Doutor Presidente da Provincia,
benigno deferimento

E. R. M.ce

Piracicaba 16 de Março de 1885.
Thereza Christina dos Reis Teixeira.

ACERVO DO ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO

P*ede* a V*ossa* E*xcellenci*a Ill*ustrissi*mo e E*xcellentissi*mo Sen*hor*
Doutor Presidente da Provincia,
benigno deferimento
E*spera* R*eceber* M*erc*ê
Piracicaba 16 de Março de 1885
Thereza Christina dos Reis Teixeira

{2ª}[186]
{A Secc (?)}[187]
{Cx=378/ P=5/ D=12}[188]
{16-3-85}[189]

[186] Interferência localizada acima da 1ª linha do fac-símile, no 1º fólio [1r], à direita do documento, escrita a lápis.
[187] Interferência localizada entre a 1ª e a 2ª linha do fac-símile, no 1º fólio [1r], à esquerda do documento.
[188] Interferência localizada entre a 1ª e a 2ª linha do fac-símile, no 1º fólio, à esquerda do documento.
[189] Interferência localizada no final do fac-símile, no 1º fólio [1r], abaixo da última linha, à direita do documento, escrita a lápis.

Illm.º Exm.º Snr.

A 1ª Secç. p.ª ser apresentado em tempo
Sr. Relat.º

Dando cumprimento ao que exigiu V. Ex.ª d'esta Provedoria, em officio de 23 de Setembro ultimo passo a informar o estado do Hospital da Santa Casa de Misericordia d'esta cidade.

Em 28 de Novembro de 1885 o meu antecessor o Illm.º Snr.º D.or João Baptista da Rocha Conceição digno ex-Provedor d'esta Santa Casa prestou ao Exm.º Governo da Provincia informações minuciosas historiando-as d'esde da fundação da irmandade, abertura do hospital em 29 de Julho de 1883, até á mesma dacta.

Quando o Exm.º Barão do Parnahyba digno Presidente da Provincia visitou esta Cidade, examinou este edificio e verificou que é um hospital pobre, mas que presta valiosissimos serviços, attendendo a deficiencia dos meios que dispõem. Todo rendimento da Santa Casa de Misericordia resume-se no seguinte: Juros de 9 Apolices da divida publica provincial - o dividendo de 32 acções do Tronco e 1 do Ramal da Companhia Ituana, e a diaria de dois mil reis que recebe de pensionistas tratados nas enfermarias, aos quaes suppre, medico, remedio e tratamento.

Com esta mesquinha subvenção tem o Hospital uma pharmacia bem sortida, um medico, e um pharmaceutico, que alem dos trabalhos empregados com os pobres recolhidos a tratamento, ainda tem uma sala em que dá consultas aos pobres, e suppre os necessarios remedios. -

Todos os pobres que tem sido recolhidos

SECRETARIA DO GOVERNO
24 OCT 87
2ª

P. f. 146

Documento nº: 50	
Assunto: Relatório sobre o estado do hospital da Santa Casa de Misericórdia, incluindo os seus rendimentos.	
Local: Piracicaba	
Data: 17 de Outubro de 1887	
Localização: Acervo do Arquivo Público do Estado de São Paulo, caixa 378, P 5, documento 42	
Reclame: Não consta	
Filigrana: Não consta	
Abreviaturas:	Síncope: Dig^{mo,} D^{or,} Ex^{cia,} Exm^{o,} Illm^{o,} Snr
	Apócope: V.

Ill*ustrissi*mo Ex*cellentissi*mo S*e*nh*o*r
Dando cumprimento ao que
exigiu V*ossa*Ex*cellen*cia d'esta Provedoria, em officio de 23
de Setembro ultimo passo a informar o estado
do Hospital da Santa Casa de Misericordia
d'esta cidade
Em 28 de Novembro de 1885 o meu
antecessor o Ill*ustrissi*mo S*enho*r D*out*or João Baptista da Rocha
Conceição digno ex-Provedor d'esta Santa Casa
prestou ao Ex*cellentissi*mo Governo da Provincia in
formações minnuciosas historiando-as d'esde
da fundação da irmandade, abertura do
hospital em 29 de Julho de 1883, até á
mesma dacta
Quando o Ex*cellentissi*mo Barão do Parnahyba digno
Presidente da Provincia visitou esta Cidade
examinou este edificio e verificou que é um
hospital pobre mas que presta valiosissimos
serviços attendendo a deficiencia dos meios
que dispõem.[espaço] Todo rendimento da Santa
Casa de Misericordia resume-se no seguinte:
Juros de 9 Apolices da divida publica pro
vincial – o dividendo de 32 acções do Tronco
e 1 do Ramal da Companhia Ituana, e a
diaria de dois mil reis que recebe de pen
sionistas tratados nas enfermarias aos quaes
supre, medico, remedio e tratamento.
Com esta mesquinha subvenção tem o
Hospital uma pharmacia bem sortida, um
medico, e um pharmaceutico, que alem dos
trabalhos empregados com os pobres recolhidos
a tratamento, ainda tem uma sala em que
da consultas aos pobres, e suppre os neces
sarios remedios. –
Todos os pobres que tem sido recolhidos

a esta casa, tem ella prestado os recursos necessarios. O predio que funcciona o hospital pertence a Irmandade.

A vista do exposto verá V. Ex.cia que com tão minguados recursos não poderá esta instituição permanecer em um grão compativel com o grande augmento da população desta Cidade, pelo que peço a intervenção de V. Ex.cia perante o Exm.o Governo da Provincia e o Corpo Legislativo, solicitar d'este na sua proxima reunião a extracção de algumas loterias em beneficio de seu patrimonio.

Deus Guarde a V. Ex.cia

Illm.o Exm.o Snr. Dr. Estevam Leão Bourroul Dig.o Secretario do Governo da Provincia.

Piracicaba, 17 de Outubro de 1887

O Provedor da Santa Caza de Misericordia
José Fernando d'Almeida Barros.

Ox=378
P=5
D=42

a esta casa, tem ella prestado os recursos
necessarios.[espaço] O predio que funcciona o
hospital pertence a Irmandade.
A vista do exposto verá V*ossa*Ex*cellen*cia que com tão
minguados recursos não poderá esta insti
tuição permanecer em um grao compativel
com o grande augmento da população d'es
ta Cidade, pelo que peço a intervençaõ
de V*ossa*Ex*cellen*cia perante o Ex*cellentissi*mo Governo da Pro
vincia e o Corpo Legislativo, solicitar
d'este na sua proxima reunião a extracção
de algumas loterias em beneficio de seu
patrimonio.
Deus Guarde a V*ossa*Ex*cellen*cia
Ill*ustrissi*mo Ex*cellentissi*mo S*enho*r D*out*or Estevam Leaõ
Bourroul Dig*nissi*mo Secretario do Governo
da Provincia
Piracicaba, 17 de Outubro de 1887
O Provedor da Santa Caza de Mizericordia
José Fernando d'Almeida Barros.

{Á Sec (?) pª ser apresentado em Tempo / pr (?) Relatº (?)}[190]
{P.f (?) 146}[191]
{Cx=378/ P=5/ D=42}[192]

[190] Interferência localizada entre a 1ª e a 2ª linha do fac-símile, no 1º fólio [1r], escrita a lápis.
[191] Interferência localizada na lateral do fac-símile, no 1º fólio [1r], à direita do documento.
[192] Interferência localizada no final do fac-símile, no 2º fólio [1v], à esquerda do documento.

CAPÍTULO 4

O DIALETO CAIPIRA EM PIRACICABA:

UMA TENTATIVA DE DESCRIÇÃO

Neste útimo capítulo visamos discutir a questão da língua respaldados no trabalho de Amaral em "O dialeto caipira". Apresentamos os acontecimentos de maior relevância no campo lingüístico, localizando a obra de Amaral (1920) como um divisor de águas nos estudos dialetológicos no Brasil.[193]

Após discorrermos sobre a importância da obra de Amaral (1920) foram apresentadas as normas de transcrição ortográfica seguida pelas entrevistas realizadas na região, concentrando-se, no entanto, na comparação de certos aspectos lingüísticos encontrados nessas entrevistas com aqueles apontados por Amaral como sendo característicos do dito dialeto caipira.

4.1) A concepção social da língua

A Lingüística moderna nasceu a partir do trabalho de Saussure (1916) e sua concepção de "Língua". Sua obra constitui o início do estruturalismo em Lingüística. Embora Saussure tenha afirmado que "a língua é uma instituição social", o livro atém-se à idéia de que "a língua é um sistema que conhece apenas a sua ordem própria". Deste modo, o estruturalismo lingüístico tem como objeto de estudo apenas uma estrutura abstrata considerada em si mesma a que eles chamavam de língua.

O lingüista francês Antoine Meilet, aluno de Saussure, definia a língua como um fato social. Apesar de ter sido aluno de Saussure, Meilet opõe-se ao mestre principalmente no tocante a uma das dicotomias saussureanas, a que distinguia a sincronia da diacronia e à idéia de modelo abstrato da língua que ignorava o que existia de social na mesma. Segundo Calvet (2002, p.15):

---

[193] Segundo Nascentes (1939:39): "Amadeu Amaral com o "Dialeto Caipira" imprime as verdadeiras diretrizes aos estudos dialectológicos.". Mendonça (1936:109) corrobora Nascentes afirmando que com a obra de Amadeu Amaral iniciamos a fase propriamente dialetológica.

> (...) a afirmação do caráter social da língua que se verifica em toda a obra de Meillet implica ao mesmo tempo a convergência de uma abordagem interna e de uma abordagem externa dos fatos da língua e de uma abordagem sincrônica e diacrônica desses mesmos fatos. Quando Saussure opõe lingüística *interna* e lingüística *externa*, Meillet as associa; quando Saussure distingue abordagem *sincrônica* de abordagem *diacrônica*, Meillet busca explicar a estrutura pela história. Realmente *tudo opõe os dois homens tão logo os situamos* no terreno da lingüística geral. Enquanto Saussure busca elaborar um modelo abstrato de língua, Meillet se vê em conflito entre o *fato social* e o *sistema que tudo contém*: para ele não se chega a compreender os fatos da língua sem fazer referência à diacronia, à história.

No que se refere a esta pesquisa, quando falamos sobre dialeto caipira, estamos levando em consideração todo tipo de processo histórico e político que tenha cooperado na formação de uma cultura e dialeto caipira e não apenas os fatos lingüísticos em si mesmos. Acredita-se que o modo de vida da população caipira que, durante muito tempo, viveu de forma isolada e subtraída de influências externas, tanto culturais quanto econômicas, tenha concorrido para a preservação de formas consideradas antigas ou em desuso pela população urbana, mas que, ainda hoje, estão em pleno uso entre a população mais idosa do interior.
Segundo Amaral (1920, p.12), fatores históricos como a substituição do trabalho escravo pelo assalariado, o crescimento da população, a construção de novas vias de comunicação com seu consequente aumento de seu comércio e contato com a “civilização” exterior, a ação da escola no processo de homogeneização da língua, além do próprio processo discriminatório pelo qual vem passando o homem do campo contribuíram de forma significativa na transformação deste dialeto.Sendo assim, utilizando as palavras de Amaral (1920, p.12): “(...) Era impossível que o dialeto caipira deixasse de sofrer com tão grandes alterações do meio social.”

4.2) Amadeu Amaral e o dialeto caipira

Quando foi escrito o primeiro livro de Amaral (1920) é importante observar alguns fatos ocorridos durante este período que influenciaram e direcionaram os estudos em torno da língua do Brasil. Vários ramos de conhecimento estavam associados: os primeiros grandes estudos filológicos, a literatura do modernismo de 22, e a configuração da

Lingüística moderna com a publicação do "Curso de Lingüística Geral" em 1916. É neste período de grande efervescência lingüística é que houve a intensificação dos debates em torno de uma possível língua brasileira, buscando sempre romper com antigos valores associados às formas lingüísticas e buscando a construção de uma nova norma culta escrita.

No Brasil, durante muito tempo, falou-se em "dialeto brasileiro" como se fosse uma língua única, ignorando e rejeitando as diferenças dialetais aqui existentes. Segundo Mendonça (1936, p.198), não podemos dar o nome de dialeto brasileiro a algo que não é uno nem homogêneo na exatidão do seu território.[194]

O trabalho de Amadeu Amaral em "O Dialeto Caipira" realizado no início do século XX foi pioneiro neste sentido. Ao coletar dados e informações junto à população interiorana de São Paulo, Amaral demonstrou que havia uma variante lingüística local chamada dialeto caipira, falada por pessoas com pouca instrução, dentro do português padrão falado em certas regiões. Esta variedade lingüística, por ser falada por pessoas que permaneceram em um certo grau de isolamento, contém traços de um português mais antigo. Embora seja considerada hoje incorreta, essa variante lingüística já foi a norma padrão culta em épocas anteriores. Segundo Candido (2004, p.269):

> (...) a cultura do caipira não é nem nunca foi um reino separado, uma espécie de cultura primitiva independente como a dos índios. Ela representa a adaptação do colonizador ao Brasil e portanto veio na maior parte de fora, sendo sob diversos aspectos sobrevivência do modo de ser, pensar e agir do português antigo. Quando um caipira diz "pregunta", "mo'que", "despois", "vassuncê", "tchão" (chão), "dgente" (gente), não está estragando por ignorância a língua portuguesa; mas apenas conservando antigos modos de falar que se transformaram na mãe-pátria e aqui. Até o famoso *erre retroflexo*, o erre de *Itur* ou de *Tietêr*, que se pensou devido à influência do índio, viu-se depois que pode bem ter vindo de certas regiões de Portugal (...)

[194] Segundo Mendonça (1936, p.203): "Abandonada a tese de considerar o português da América como o "dialeto brasileiro", pois vão além dos limites de um só dialeto as profundas diferenciações lingüísticas do Brasil, torna-se indispensável discriminar essas diversas áreas dialetais, tentando um esboço de sua geografia lingüística. Por isso afastamos de vez a expressão "sub-dialeto", pois a nossa língua terá suas variantes locais. Estas passam então a serem chamadas "dialetos", conforme já tinha feito o autor do *Dialeto Caipira*, o saudoso Amadeu Amaral."

4.3) Normas adotadas para a transcrição do *corpus* oral

Nesta pesquisa, foram utilizadas as normas descritas na tabela abaixo, que são baseadas naquelas utilizadas pelo grupo de trabalho do NURC-SP (Projeto de Estudo da Norma Lingüística Urbana Culta, Castilho & Pretti, 1986, pg. 15-16). A estas regras foram acrescentadas algumas mudanças, de acordo com a necessidade deste estudo e que serão apresentadas adiante.

Durante as transcrições, procurou-se respeitar ao máximo o texto oral, conservando-se elementos importantes da oralidade, tais como repetições, ênfases, pausas, truncamentos e simultaneidade de vozes. Por não se tratar de um trabalho de análise lingüística, não houve a necessidade de se fazer uma transcrição fonética, tampouco de fazer as transcrição ortográfica das entrevistas na íntegra, mas apenas de alguns trechos da entrevista que possam conter os fenômenos lingüísticos apontados por Amaral (1920) como pertencentes ao dialeto caipira. Também é importante salientar que apenas na fala do informante foi realizada a transcrição ortográfica por ser ela o objeto de estudo em questão.

Em seguida, foram apresentados dez trechos de transcrições, sendo de cinco homens e cinco mulheres com mais de sessenta anos, nascidos e criados em Piracicaba e com pouco grau de escolaridade. Acima de cada transcrição foi colocada uma caixa de texto com os principais dados do informante, tais nome, indicado apenas pelas iniciais, sexo, idade, local da entrevista e grau de escolaridade. O entrevistador ou pesquisador é identificado por *Doc*. e o informante por *Inf.* As normas de transcrição estão resumidas no quadro abaixo e em algumas considerações feitas a seguir:

OCORRÊNCIAS	SINAIS	EXEMPLO
Incompreensão de palavras ou segmentos	( )	vortava ( ) arrumava o quarto pros irmão durmi
Hipótese do que Foi ouvido	(hipótese)	
Truncameto	/	intão peguei/vim/sobrô uma vaga pra mim...
Entoação enfática	Maiúscula	TANta gente ali
Prolongamento de vogal ou de consoante	: ::	meu nome é:... na casa de meu pai nun:ca nunca comprô ólio...
Interrogação	?	assim o cururu de hoje né?
Qualquer pausa	...	não...eu sempre continuo...
Comentários descritivos do transcritor	(( ))	((risos))
Superposição, simuntaneidade de vozes	{	Inf.: Já...{já aconteceu Doc.:{daí como a senhora faz?
Supressão de sílaba ou consoante	[ ]	mai[s]
Supressão de vogal	’	desd’
Citaçõesliterais, reproduções de discurso direto ou leituras de textos, durante a gravação	“ ”	eles fala “fica aí pra senhora í expricando como que bate o pauzinho”.

A transcrição convencional deve levar em conta a produção real do falante, buscando representar os fonemas o mais próximo possível de como efetivamente são realizados, ainda que usando os sinais e, em parte, as normas da ortografia portuguesa. Assim:

- Haverá representação de seqüências aglutinadas sem apóstrofe. Ex. *dagora* (de agora), *procê* (para você), *praqui* (para aqui*), ca* (com a), *cumé* (como é)
- palatal /λ/ será representada por *i* quando realizada como semivogal. Ex. *paia* (palha).
- Consoante /l/ será grafada *r,* nos casos de rotacismo, em grupos consonantais ou travando sílaba se realizada como contínua vibrante. Ex. *crasse* (classe), *vorta* (volta).
- As vogais átonas /e/, /o/, quando realizadas [i], [u], serão grafadas com as letras *i* e *u* respectivamente. Ex. *denti, di manera, cum, mininu, discurpa, disfiava.*
- consoantes que travam sílaba (/s/, /r/ basicamente) só serão escritas quando efetivamente realizadas. Os diacríticos ´ (agudo) e ^ (circunflexo) indicarão a vogal tônica de monossílabos e palavras oxítonas das sílabas abertas resultantes da não realização das consoantes de travamento e também da semi-vogal no caso dos ditongos. Ex. *falô, vendê, partí* (infinitivo), *amá, cantá*.
- Optamos por não registrar graficamente a elevação das vogais médias em posição final de palavra, tais como marido/maridu; carne/ carni etc, por ser este um fenômeno recorrente da língua oral. Por outro lado, optou-se por registrar graficamente a elevação das vogais pretônicas, tais como discanso, insaiano, intrevista, pirigoso, por ser uma variação apontada por Amaral (1920) como própria do dialeto caipira, além de ser uma forma recorrente nos documentos manuscritos aqui selecionados.

4.4) Entrevistas

Entrevista Nº 1

Nome: A.B.
Sexo: Masculino
Idade: 73 anos
Grau de escolaridade: Nunca foi à escola
Local da entrevista: Rua do Porto- Piracicaba
Data da entrevista: maio de 2006

Doc.: Eu soube que o senhor é repentista. O senhor poderia falar um pouco sobre isso? Como começou o seu amor pela música?

Inf.: é/ eu:...quando eu tinha mais ou meno sete/ cinco/ seis ano eu cumpanhava meu pai nas festa do sítio né? naquele tempo as tradições ninguém mudava né?...tinha festa de São Juão...São Pedro...São Gonçalo e a gente ía tudo pra festa...tinha festa que tinha samba...minha mãe gostava muito de dançá samba...tinha samba de terrero...samba de lenço...samba de roda e a gente cumpanhô tudo isso e eu via aqueles cantadores entrá/fazia um altar mui:to bunito assim e os cantador cantava na frente daquele altar né?então tinha o licencêro que falava...primêro tirava a licença pra depois os cantador entrá...ele tirava a licença do santo...os devoto atende a devoção do dia e a licença do festêro... aí os cantador/ se entrá o pedestre o pedestre cantava primêro verso e seguia os cantadores na frente do altar... eu adorava isso aí ....então eu falei eu quero aprendê e não é dizê que eu aprendi mesmo?

Doc.: O que é o cururu?

Inf.: o cururu num tinha nome...então o cururu foi criado sob a criação da promessa da bandeira do Divino na média Tietê e:/ mais num tinha nome...eles cantava mais num sabia que que é que eles cantava né? e depois/ depois/ intão tinha uma pranta no mato...uma erva que chamava o caruru...eles tratava do porco...a gente comia com feijão... tamém era muito gostoso... a Tica sabe muito bem o que é o caruru...intão eles falava/ depois falava e:i vamo no caruru do home... ((risos)) daí eles cantava mais falava que o caruru era comida né?...intão pegou o nome de cururu e eu participei lá do cururu

Doc.: Tem alguma dança no cururu?

Inf.: hoje em dia tem umas historiadora aí/ uns pesquisador que fala que cururu é dança...não/nunca foi dança...cururu nunca foi dança...cururu cantava arrodeado isso sim...fazia o altar e a turma na frente cantava arrodeado...cada um cantava um verso e ía andano...se era festa do Divino a bandêra do Divino no meio cum o festêro na mão e eles arrodiavam cantano...dançá não...cururu nunca foi dança...nóis temos aí dança que nem cana verde cantava dançano...dança do tangará ...e/ mais cururu nunca foi dança...cururu é repente...assim como se diz/ assim/ é festa religiosa...cururu cantava e o cantador que não soubesse louvá o santo num era cantador...tinha que cantá louvano...falan:do do

evangelho...falando né? intão hoje não...o cururu ficô mais jocoso assim é/ o cururu ficô pra fazê o povo diverti...dá risada que nem piada...assim o cururu de hoje né?...o cururu pra mim estragô depois que mudou pro palco...pra tiatro....o cururu do mato era muito mais bunito
(...)...naquele tempo pra nóis/ nóis num acreditava que tinha outro mundo sem sê aquele...pa nóis era um mundo diferente nossu que nóis tinha...num é que nem o mundo da ilusão da cidade...o mundo do cinema...num tinha nada disso...já tinha povo...já tinha calos bão...carroça...carrinho...charrete pra passeá né?...no sítiu era carro de boi...o transporte era carro de boi...num tinha outra coisa

Entrevista Nº 2

Nome: M. A.S
Sexo: Feminino
Idade: 76 anos
Grau de escolaridade: 4ª série (primário)
Local da entrevista: Rua do Porto- Piracicaba
Data da entrevista: maio de 2006

Obs.: Neste ponto da conversa, a informante estava explicando como eram os passos da dança do Tangará e da dança Cana Verde.

(...)

Doc.: Com tanto giro não dá tontura?

Inf.: precisa bastante insaio purisso que nóis começamo insaiá já um meis /até quase um meis/ dois meses antes da festa purque na hora tem TANta gente ali... depois a gente dança no/no taboado alto e todo mundo que tá lá embaxo tá veno o movimento que tá fazeno né?...intão a gente começa insaiá...depois a gente vem e fala/ daí eles falam “a senhora como rainha num fala nada”...intão eu falo “mai[s] dêxe os coitado que ensaium do jeito que eles pode purque são de idade e eu tamém num sô criança...inTÃO dêxa eles...”((risos)) daí eles vão insaiano...aí chega na hora que els não pode/ aí eles falam “eu num posso dançá isso aí num tem portância?”...senta intão...aí dança quatro...cinco...seis pares

Doc.: Já teve alguma época que a senhora precisou parar de dançar?

Inf.: não...eu sempre continuo...quando pára nóis péde pra pessoa que tá assim “vol:ta...cê qué dançá?”...aí todo mundo qué...daí tem o pauzinho assim né?...aí passa por cada um e eu fico lá no meio porque eles fala “fica aí pra senhora í expricando como que bate o pauzinho”...daí eu vô ali óio a hora que passa...[v]ocê bate pra cá e vira e bate pra cá...intão fica assim...eu nunca saí...eu sempre tô lá no meio...eles falam “a senhora num sente cansêra...tão disposta...num sente nada?” ((risos))...aí eu falo “num é que num sente nada...é que a gente qué incentivá as pessoas nova pra entrá...que se entra mais pessoa nova daí

segue a congada....agora...se ficá sempre essas pessoa de idade num vai pra frente"...é como o Abel falô...vai terminano...vai parano né?...que agora tem a nova congada que o João Prata formô que é a congada do São Benedito...mai[s] lá só tem jove[m]...lá não tem pessoas de idade...

Doc.: Já aconteceu de dar problema por falta de par?
Inf.: Já...{já aconteceu

Doc.:{daí como a senhora faz?

Inf.: daí quando dá pobrema a gente pega/ por exemplo/ uma pessoa que vai passano assim... a gente fala "óia fulano [vo]cê num qué ficá no lugar dessa aqui porque ela num tá muito bem?"...ah::...mai[s] eu num sei...mai[s] a gente insina/ daí entra

Entrevista Nº 3

Nome: L. A
Sexo: Masculino
Idade: 63 anos
Grau de escolaridade: 4ª série (primário)
Local da entrevista: Rua do Porto- Piracicaba
Data da entrevista: maio de 2006

Doc.: Como é o seu nome, idade e até que série o senhor fez?

Inf.: meu nome é:...L.A...sou conhecido muito por L. pescador né? e: eu fiz o primário...o curso primário comprétu...do primêro ao quarto ano...que antigamente num tinha mais istudo e eu parei ali

Doc.: Como era a rua do Porto antigamente?

Inf.: olha...eu estudei até os doze ano...de idade...saí da escola com doze ano aí ingressei no rio...comecei a pescá...com doze ano...meus pai num quiria que eu pescasse...quiria que eu arrumasse um trabalho né?...e num adiantava...minha incrinação foi pelo rio e até hoje eu tô no rio pescano... no rio pescano

Doc.: Nesse tempo as pessoas conseguiam viver da pesca?

Inf.: ele era mais cheio...o normal dele era bem mais no nível que tá hoje né?...pêxe faltava só entrá dentro de casa de TANto pêxe que tinha...tinha pêxe demais

Doc.: Agora as famílias não vivem mais da pesca?

Inf.: não... eu quando comecei a pescá...incrusive depois eu perdi meus pai né?...aí vim morá aqui onde a senhora tá fazeno a intrevista... na casa do povoador...eu morei nove ano aqui embaxo...no porão aqui da casa do povoador que quéla época morava Oito familia aqui dentro...intão peguei/vim/sobrô uma vaga pra mim...intão vim morá num quarto também...eu e Deus né? e: daí foi tudo mais fácil de pescá aqui purque eu morava aqui...já saía daqui pegano pêxe né? intão pra mim era uma facilidade...incrusive eu criei/ depois cum tempo casei né?...criei todos meu filho cum pêxe

Entrevista Nº 4

Nome: M. A V. A
Sexo: Feminino
Idade: 72 anos
Grau de escolaridade: 2º ano (primário)
Local da entrevista: Bairro da Água Branca- Fazenda Furlan- Piracicaba
Data da entrevista: dezembro de 2006

Doc.: Como é uma lavoura de cana?

Inf.: voceis num tão acostaumada né?... a gente ía pra roça de manhã...ás seis e meia a gente tava na fazenda/ ía pa roça...chegava lá aí pegava/tomava um lanchinho/ um cafezinho né?...depoi[s] meio dia era/ aí era o almoço...depoi[s] começava / aí discansava...tinha discanso...depoi[s] que começava o trabalho outra vez...daí cinco hora a gente vinha imbora pra casa mais sempre lutano purque chegava aqui tinha criança...a gente tinha de lavá rôpa correno...fazê janta...alguma coisa... notro dia de manhã tamém aquela correria...sempre assim

Doc.: O que era mais pesado: o serviço dos homens ou das mulheres?

Inf.: Dos home[ns] era um pôco mais pesado purque os home[ns] tinham de carregá cana...carregá madêra nas costa...que nem... meu marido teve uma vida muito sacrificada...naquele tempo a gente fazia mato grande assim que dava pa cintura da gente...a gente entrava e tinha de í limpano tudo

Doc.: Naquele tempo, como a senhora ía na escola?

((cachorro latindo))

Inf.: no meu tempo ía pra iscola dimanhãzinha cum aquela nebrina...a gente ia até discarsu naquele tempo e agora não/ a gente/ é dura a vida/ e a gente vê tudo as criança carçadinho né?...que vai pra iscola...

Doc.: Nesta época, tudo o que vocês consumiam era do sítio?

Inf.: é...nóis morava/ uma veiz nóis morava no sítio... depoi[s] ficô cuma fazenda...intão trabaia:va quando colhia essa pranta...repartia cum a fazenda né?...aí depois ficava uma quantia pra gente...o que pertencia pro fazendêro ía pro fazendêro

Entrevista Nº 5

Nome: E. A V.
Sexo: Feminino
Idade: 66 anos
Grau de escolaridade: 1ª série (primário)
Local da entrevista: Bairro da Água Branca- Fazenda Furlan- Piracicaba
Data da entrevista: dezembro de 2006

Obs.: Neste ponto da entrevista, falávamos a respeito de como era o trabalho na roça durante a adolescência de dona E.A.V.

(...)

Doc.: Se a senhora ficasse doente, tinha algum auxílo, eles pagavam o dia para a senhora?

Inf.: não...purque era/ a gente cortava cana por fêxe né?...intão a gente derrubava a cana/ cortava a cana sabe?... depoi[s] servia lá...intão a gente fazia aquela rua...a gente parava aquele taião... aí depoi[s] a gente vinha amarrano...naquele tempo a gente amarrava a cana né? e agora não....agora é tudo cum máquina...só corta e joga no chão e depoi[s] o caminhão vai/ a máquina vai...muntoa...sorta no caminhão e naquele tempo a gente marrava...intão era um tempo muito duro né?

Doc.: A senhora passou por tantas dificuldades...e hoje, quando a senhora vê algum adolescente reclamando?

Inf.: eu falo tuda veiz pa minhas criança...hoje oceis tem tudo...eu falei hoje [v]oceis tem tudo quatro/ cinco brusa de frio pa pô no corpo...Voceis tem trei[s]/ quatro cuberta pa cubri cum frio né?...e eu falei...naquele tempo nem carçadu pa pô no pé era muito difícil né?...só o que num faltava era cumida né?...cumida purque a gente tratava tamém né?...intão a gente colhia arroz...colhia fejão sabe?...intão a gente se virava cum esse poquinho...intão a gente tinha bastante porco...tinha bastante galinha...intão caine assim num faltava né?

Entrevista Nº 6

Nome: J. V.
Sexo: Masculino
Idade: 76 anos
Grau de escolaridade: 3ª série (primário)
Local da entrevista: Bairro Serrote/ Anhumas- zona rural de Piracicaba
Data da entrevista: dezembro de 2006

Doc.: Na sua infância, o senhor começou a trabalhar em roça de que?

Inf.: éh::...prantava milho...arroiz...algodão purque tinha uns home que prantava até algodão né?...intão chegava tempo de algodão tinha que coiê algodão tamém

Doc.: O senhor já conheceu de perto algum tropeiro?

Inf.: é...eles vivia bem né?...tem gente que até que ganhô a vida...mais é uma vida dura isso aí tamém...tinha um burro que carregava as panela que falava o carguêro pa fazê cumida no caminho...em uma artura eles paravam e faziam cumida...guardavam o carguêro e íam imbora

Doc.: Quais os produtos que eram vendidos nas vendas das estradas?

Inf.: ah::...vendia...vendia arroiz...vendia fejão...éh::...ólio...muita coisinha né? purque naquele tempo era muito/ purque muitos prantavam né?...intão num tinha muita venda de...de coisa purque arroiz tudo mundo prantava...fejão tamém tinha...intão num tinha muito que/ que nem ólio me[s]mo...ólio na casa de meu pai nun:ca nunca comprô ólio...só gordura de porco...nói[s] fomo[s] criado cum gordura....nunca usava ólio em casa

Entrevista Nº 7

Nome: M. T. V. S
Sexo: Feminino
Idade: 74 anos
Grau de escolaridade: 3ª série
Local da entrevista: Bairro Serrote/ Anhumas- zona rural de Piracicaba
Data da entrevista: dezembro de 2006

Doc.: Como era a sua vida na roça? Com quantos anos a senhora começou a trabalhar na roça?

Inf.: ah:...sete/oito anos...sete/oito anos papai já levava nóis pra apanhá algodão/algodão...depois ele ía colhê milho / prantá milho né? carpi arroz

Doc.: Carpir não era muito pesado pra uma criança?

Inf.: não:não:...tudo era assim...era custumado

(...)
Doc.: Como vocês faziam para comprar as roupas se a cidade ficava tão longe?

Inf.: é...nóis ía na cidade comprá rôpa...tinha tróle...tinha primêro era tróle...

Doc.: {o que seria o trole?

Inf.: {é uma coisa que o cavalo puxa... que nem aquele/ é quase como aquele...aqueles rico anda lá né?de duas roda e cavalo e daí até o ponto...chegava no ponto pegava o ônibus de Laranjal Paulista/ que vinha de Laranjal Paulista pa í em Piracicaba...daí fazia compra e depois à tarde voltava

Doc.: Tem gente que ainda anda...?

Inf.: {de tróle?... de tróle assim? Vai de às vezes inda tem poique onde é longe de ponto as coisa aí vem de carrinho ou tróle pa pegá no ponto

Entrevista Nº 8

Nome: A G.
Sexo: Masculino
Idade: 80 anos
Grau de escolaridade: 2ª série (primário)
Local da entrevista: Rua do Porto- Piracicaba
Data da entrevista: dezembro de 2006

Obs. 1: Nesta parte da entrevista, conversávamos sobre a festa do Divino em Piracicaba.

Doc.: O senhor já fez alguma conversa e já alcançou algum milagre?

Inf.: já:já: já tinha a bandêra na minha casa... eu tenho a bandêra do Divino...é uma bandêra feita assim com uma pomba em cima da/da/da e o vistuário dele de vermelho tudo cum bordado em volta...esse é a devoção nossa...de cada/cada parte do ano tem um encontro das bandêra que a gente faiz no salão de festa... arreúne tudo ali e traiz todas as bandêra ali pra dá benção nas bandêra

Doc.: Tem alguma outra festa tão importante quanto a festa do Divino?

Inf.: não...a festa mais impoitante que nóis temos aqui é a festa do Divino mesmo...a mais impoitante que nós temos...a festa mais grande que tem aqui em Piracicaba...a festa do

Divino...depoi[s] tem muitos evento no ingenho central...tem muitas festa...muitas festa no ingenho central

Obs. 2: Neste ponto, estávamos conversando sobre o uso de remédios caseiros no sítio.
(...)

Doc.: O senhor conhece algum remédio caseiro pra pneumonia?

Inf.: o cumeço da pineumonia vem duma gripe...cumeça pur aí...inTÃO a gente custumava fazê no sítio chá de foia de laranja...chá de foia de laranja e tomava chá de foia de laranja bem quentinho...era muito pirigoso se entrasse na água...pudia/acontecia até de morrê...é: é:...muito forte o chá de foia de laranja

Doc.: E pra inchaço das pernas, o que seria bom?

Inf.: pra inchaço é muito bom a foia de ((barulho de moto passando))...fazê escardamento cum foia de...ah:...eu não alembro no momento do nome duma pranta...é uma pranta que a gente fazia lá no sítio...no momento num tô lembrado dessa pranta...

Doc.: Me falaram que Guiné era bom...

Inf.: Guiné?...é bão tamém...é bão tamém...

Entrevista Nº 9

Nome: C. S.
Sexo: Masculino
Idade: 65 anos
Grau de escolaridade: 4ª série (primário)
Local da entrevista: Rua do Porto- Piracicaba
Data da entrevista: dezembro de 2006

Doc.: Como era a rua do Porto há cinquenta anos atrás?

Inf.: ah:: era compretamente diferente...aqui era uma estradinha de terra...ali onde era o Regatas...ali tinha bastante eucalipto grande...o bosque ali era um arvoredo buni:to

Doc.: Onde começa o rio Piracicaba? Ele sai de onde?

Inf.: ele começa...ele começa lá na Serra da Canastra/ Minas...aí ele vem desceno...

Doc.: {aí ele passa por Anhembi?

Inf.: não...por Anhembi não...por Anhembi já é o Tietê...desce aqui...daí o Piracicaba/ele perde o nome pro Tietê purque o Tietê é mais/ mais quilometro de berada de rio...aqui tem menos quilometrage[m]...intão o Tietê ganha por isso...

Obs. 1: Aqui, o informante volta a descrever a rua do Porto há cinquenta anos atrás.
(...)

Inf.: aqui é tudo diferente sabe?...agora mudô tudo... era tudo umas casinha...aqui era uma olaria e tinha outra olaria lá embaxo perto do campo...era compretamente diferente...nada do que você vê...aqui atrais era umas lavora...agora não...agora aí é: é: pra turma andá aí no parque purque fizeram um parque bunito aí

Obs. 2: Nesta parte da entrevista, conversávamos sobre o cargo de presidente na Associação da Irmandade do Divino.

(...)

Doc.: Eu acho que para o cargo de presidente as pessoas da comunidade deveriam ir se revezando, não?

Inf.: oia...antigamente era assim ó...chegava uma pessoa velha daqui punha lá...é:...como assim...saía na frente da prucissão...ía na barca sabe?...o marido e a mulher...mai[s]...urtimamente uns oi:to/nove anos pra cá só põe gente rica

Entrevista Nº 10

Nome: J. S. M
Sexo: Feminino
Idade: 73 anos
Grau de escolaridade: 3ª série (primário)
Local da entrevista: Bairro Itapuã
Data da entrevista: dezembro de 2006

Doc.: Como era a sua vida no sítio?

Inf.: ih::...morava no sítio...foi uma luta pra meus fio...trabaia:va que nem uma condenada na roça ((Vozes no fundo))

Doc.: Com quantos anos a senhora começou a trabalhar na roça?

Inf.: ih::...desd' que eu casei já fui saí pa trabaiá...na enxada...quebrava mio...roçava...fazia de tudo

Obs. 1: Nesta parte, começamos a falar sobre os remédios caseiros utilizados na roça.

(...)

Doc.: Vocês usavam remédio caseiro?

Inf.: dava remedinho da/de raminha verde...de hortelã...poejo...era esse o remedinho que fazia...muía um dentinho de aio...ponhava junto

Doc.: Como eram as estradas naquela época? Como vocês faziam para sair do sítio?

Inf.: saía de charrete...de a pé...e: nóis morava lon::ge...longe nóis morava...quando chegava lá [vo]cê num guentava as perna

Obs. 2: Esta parte da entrevista diz respeito à festa do Divino.

(...)

Doc.: Como era o pouso do Divino?

Inf.: ah::...faziam uma festona...matava uns boi...fazia aquela festança...comia...arrumava...vortava ( ) arrumava o quarto pros irmão durmi

Doc.: O que era servido no pouso do Divino?

Inf.: arroiz...macarrão...de tudo

Doc.: {almoço e jantar?

Inf.: é...numa casa dava o armoço...a janta era no porso...daí porsava lá...quando era amanhã eles íam pro armoço notro canto

Doc.: A senhora nunca mais teve vontade de voltar para o sítio?

Inf.: não...teve um fio meu que queria ir imbora pra onde nóis morava mai[s] eu num quero

Doc.: {Por que?

Inf.: {ah::eu num gosto

Doc.: { A senhora não falou que era um bom tempo aquele?

Inf.: e era bão mai[s] eu num quero vortá mai[s] lá...ai:...quanto sofri de trabaiá

4.5) Aspectos lingüísticos em confronto

Amaral (1920), através do seu estudo, procurou caracterizar o dialeto caipira falado em São Paulo, levantando certas particularidades fonéticas, morfológicas e de vocabulário. Nesta pesquisa, vamos nos ater apenas às peculiaridades fonéticas levantadas por Amaral.

Alguns aspectos lingüísticos podem ser identificados como traços do falar caipira paulista, sendo que alguns deles, por causa do próprio êxodo rural, já se espalharam pela fala da população urbana e, embora hoje possam ser vistos até mesmo na boca das pessoas consideradas cultas, no século XIX, alguns desses aspectos lingüísticos eram considerados "vícios de pronunciação" pelos gramáticos da época e cabia à escola a responsabilidade de corrigi-los. Conforme coloca Barbosa (1822, p. 54):

> O meio único e o mais geral para emendar no Povo estes e outros vícios da Linguagem, e retificar a sua pronunciação he o das Escholas Publicas das Primeiras Letras; onde a Leitura e Pronunciação se aprende por principios, conhecendo e distinguindo praticamente os sons elementares da Lingua, ensaiando-se debaixo da direção de nons Mestres (...)

Recentemente, Naro & Scherre (2007) em suas pesquisas sobre as origens do PB localizaram traços lingüísticos presentes no português europeu não padrão que antes eram considerados exclusivos do português não padrão brasileiro e, dentre estes mesmos traços lingüísticos, muitos deles Amaral (1920) apontou como sendo fenômenos típicos do chamado dialeto caipira. Esses fenômenos de ordem fonética caracterizados por Amaral (1920) como pertencentes ao chamado dialeto caipira envolvem tanto as vogais quanto as consoantes do português do português da seguinte forma:

4.5.1) Vogais

Tônicas

Ditongação antes de [s] em sílabas finais tônicas: Segundo Amaral (1920, p.22), as tônicas não apresentam alterações, com exceção de quando seguidas dos fones [s] ou [z] no final dos vocábulos produzindo um ditongo: rapáiz, méis, péis, nóis. Este processo

foi apontado por Marroquim (1934,p. 39) como também presente no dialeto matuto : “O *a* quando seguido de *s* ou *z* final acrescenta um i, ditongando-se como em rapais”.

Informante	entrevista (nº)	vocábulos
A B.	1	Nóis (nós)
M.A.S.	2	Meis (mês), mai[s] (mas), nóis (nós)
M.A V.A	4	Nóis (nós), veiz (vez), voceis (vocês)
E.A V.	5	Oceis (vocês), veiz (vez), trei[s] (três)
J.V	6	Arroiz (arroz), nói[s] (nós)
M.T.V.S	7	Nóis (nós)
A G.	8	Nóis (nós), faiz (faz), traiz (traz)
C.S.	9	Atrais (atrás)
J.S.M	10	Nóis (nós), mai[s] (mas), arroiz (arroz)

Átonas

Embora Amaral (1920, p.22-3) afirme não ter encontrado a realização de [e] final por [i] como *êsti, aquêli* nem de [o] por [u] como em *povu, digu* em suas pesquisas, em Piracicaba, na fala dos idosos, assim como no nosso português falado no Brasil, observamos a ocorrência deste fenômeno. Do mesmo modo, Marroquim (1934, p.42) observou a passagem de [e] final para [i] em seu estudo sobre a língua do nordeste. Por outro lado, Mendonça (1936, p.219) , citando Gonçalves Viana, sugere que esta transformação do [e] atono final em [i] possa ter uma influência de “hábitos de pronúncia indígena”.

1) Nas sílabas pretônicas, de acordo com Amaral (1920, p.23), ocorrem as seguintes mudanças:

   a) **Elevação da pretônica fechada [e] para [i] em posição inicial ou medial :** De acordo com Bisol (1981), [e] medial realiza-se [i], principalmente se há outro [i] na sílaba seguinte, como em : *pirigo, minino, intiligente, pidi(r),*

piqueno, tisôra. Em seu estudo sobre o alçamento vocálico em quatro dialetos do Ro Grande do Sul, Bisol (1981)conclui que a elevação das vogais é influenciada por múltiplos fatores dentre os quais destaca-se a harmonização vocálica em que a vogal média pretônica assimilaria a altura da vogal alta presente na sílaba tônica.

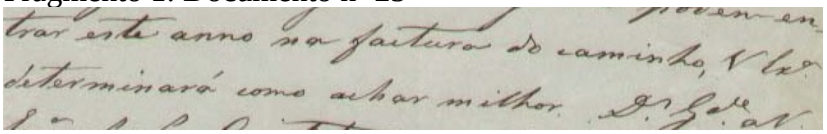
b) Além do dialeto caipira paulista, o [e] átono pretônico realiza-se como [i] na pronúncia geral do dialeto matuto nordestino como Marroquim (1934, p.47) coloca em seus exemplos: *milhor, pidir, piqueno*.

Das entrevistas realizadas em Piracicaba, podemos observar as seguintes ocorrências:

Informante	entrevista (nº)	vocábulos
A B.	1	tiatro (teatro)
L.A	3	istudo (estudo), quiria (queria)
M.A V.A	4	discansava (descansava), iscola (escola), discarço (descalço)
J.V	6	ólio (óleo), imbora (embora)
A G.	8	vistuário (vestuário), pirigoso (perigoso)

Essa pronúncia do /e/ pequeno breve como [i], segundo Fonseca (2005, p.184): “são trocas cometidas caracteristicamente por brasileiros e algárvios” e esse tipo de troca foi atestada também em documentos oficiais paraibanos do séculos XVIII e XIX. Da mesma forma, nos documentos públicos de Piracicaba do século XIX também podemos observar a ocorrência deste fenômeno :

Fragmento 1: Documento nº 25



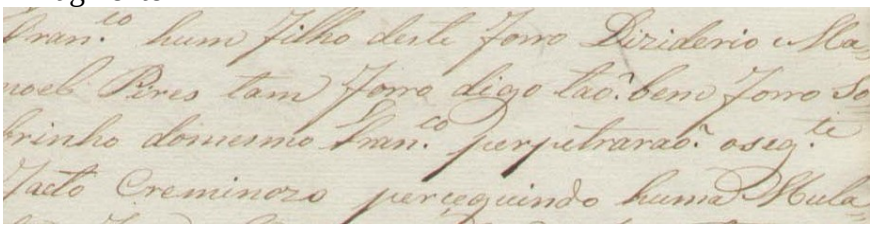
“(...)trar este anno na factura do caminho, V*ossa* Ex*cellenci*a determinará como achar **milhor**. D*eu*s G*uar*de aV*ossa(...)”*

Apesar de Barbosa (1822, p.51) ter caracterizado este fenômeno lingüístico como um “vício de pronunciação” típico da pronúncia de brasileiros e algárvios, em sua própria gramática filosófica (Barbosa,1822,p.47) encontramos o registro do vocábulo “dirivados”.[195]

Além disso, observando um pequeno trecho do “Episodio cavalleiresco”, escrito no século XIV, podemos notar a ocorrência do mesmo fenômeno lingüístico: “ (...) – Ora, fazede o *milhor* que poderdes, ca iamais nõ seyerdes d’aqui se nõ mortos! (...)” (Apud. Vasconcelos. *Textos arcaicos*,1922, p. 44). Da mesma forma, na própria “Gramática da língua portuguesa” de João de Barros é possível perceber o registro desta forma, como: “milhor” (Barros,1540, p. 4) e “lintilhas” (Barros,1540, p. 11)

Segundo Amaral (1920, p.23), na pronúncia normal portuguesa, observamos o fenômeno contrário a este, ou seja, o fenômeno de dissimilação que substitui o /i/ pelo [e] como em : *menino, vezinho, menistro*. Embora nem sempre isso ocorra na escrita, como coloca o prório Amaral, observamos este fenômeno em alguns manuscritos de Piracicaba do século XIX, em especial o manuscrito nº 12 no qual o escrivão registra as duas formas, indicando, talvez por descuido, um possível aspecto da fala de quem escreveu:

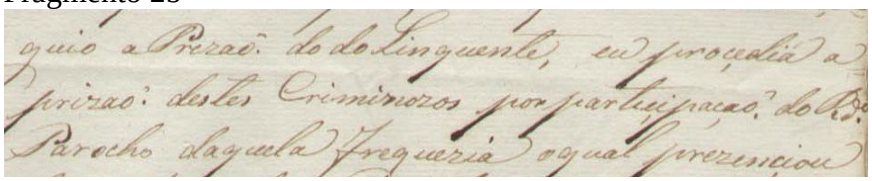
Fragmento 2



“(...) Fran*cis*co hum filho deste forro Diziderio eMa
noel Pires tam forro digo Taõ bem forro so
brinho domesmo Fran*cis*co perpetraraõ oseguinte
facto **Creminozo** perçeguindo huma Mula (...)”

[195] Argote (1725, p.295) coloca que o dialeto do Algarve difere do dialeto de Estramadura na pronúncia do **E** fechado com pronúncia de **I**, como pedaço > pidaço. Por outro lado, o mesmo **I** pronunciarão como **Ê** fechado, por exemplo: dizer > dezer.

Fragmento 2b



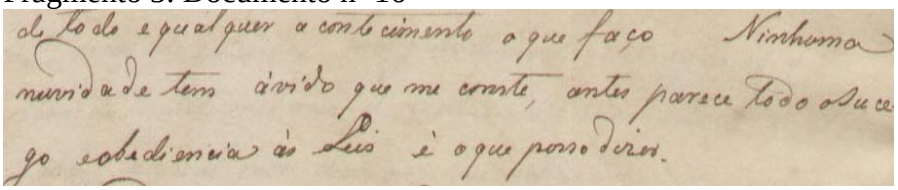
"(...) guio a Prizaõ do doLinquente, eu proçedia a
prizao: destes **Criminozos** por participaçaõ do R*everen*do
Parocho daquela Freguezia o qual prezençiou (...)"

2) **Alçamento da vogal média pretônica [o]**: Conforme observou Amaral (1920, p.24), [o] medial realiza-se [u]: *cuzinha, dumingo,* principalmente nos infinitivos dos verbos em ir, que o têm na sílaba imediatamente anterior à tônica, como em *tussi (r), surti (r), inguli (r).* Contudo, nos infinitivos dos verbos em *ar/ er* o /o/ conserva-se da mesma forma como em *cobrá (r), sofrê (r).* Esse fenômeno foi observado nas seguintes entrevistas realizadas em Piracicaba e, como já foi dito anteriormente, embora seja considerado um traço do falar caipira, podemos dizer que, devido ao próprio êxodo rural, já se espalhou por toda a zona urbana, sendo comum e observável na fala dos citadinos.

Informante	entrevista (nº)	vocábulos
A B.	1	bunito (bonito), Juão (João), cumpanhava (acompanhava)
M.A V.A	4	purque (porque)
E.A V.	5	cumida (comida), cubri (cobrir), cuberta (coberta), purque (porque)
J.V	6	purque (porque), cumida (comida)
M.T.V.S	7	custumado (acostumado)
A G.	8	pudia (podia), cumeça (começa)
C.S.	9	bunito (bonito), prucissão (procissão), purque (porque)
J.S.M	10	durmi (dormir)

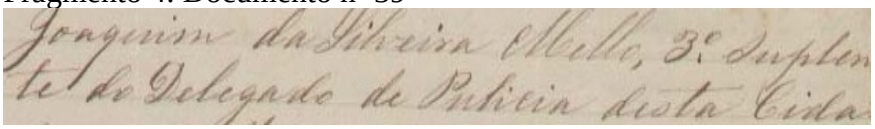
O mesmo fenômeno de mudança de [o] medial para [u] foi observado por Marroquim (1934, p.57) como característico do dialeto matuto do nordeste e nos fragmentos dos documentos de Piracicaba selecionados logo abaixo:

Fragmento 3: Documento nº 16



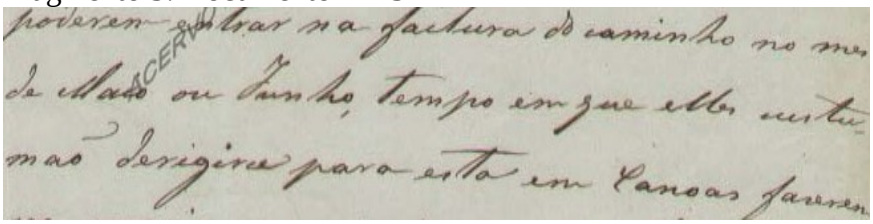
"(...) de todo e qualquer a contecimento o que faço[espaço] Ninhuma **nuvidade** tem àvido que me conste, antes parece todo o**suce**
go eobediencia às Leis é o que posso dizer. (...)

Fragmento 4: Documento nº 39



"(...)Joaquim da Silveira Mello, 3º Suplen
te do Delegado de **Pulicia** desta Cida(...)"

Fragmento 5: Documento nº 25



"(...)poderem entrar na factura do caminho no mês
de Maio ou Iunho, tempo em que elles **custu**
maõ derigirce para esta em canoas faserem (...)"

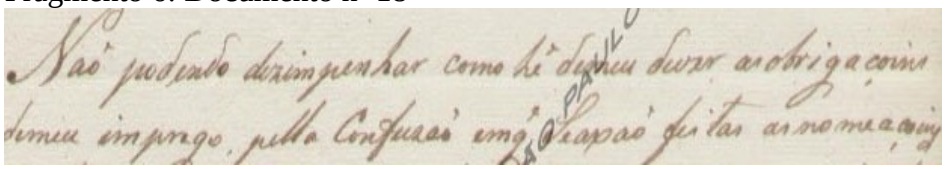
Do mesmo modo, podemos observar o mesmo fechamento de [o] em [u] no trecho extraído do texto "Da Corte Imperial,,", escrito no século XIV ou XV:"(...)Este glorioso barom auja espartidura em a cabeça, asy como aujam em *custume* os Nazareus que antre os Judeus eram os mais santus. (...)" (Apud. Vasconcelos, *Textos arcaicos*, 1922, pag. 61)

3) **Elevação da pretônica [ẽ], em posição incial para [ĩ]** : *imprego, encurta (r), imborná (l).* Amaral (1920) apontou este fenômeno como próprio do dialeto caipira e observamos a sua ocorrência nas entrevistas realizadas em Piracicaba, como também no português não padrão falado na capital:

Informante	entrevista (nº)	vocábulos
A B.	1	intão (então)
M.A.S.	2	insaiá (ensaiar), intão (então)
L.A	3	intão (então), intrevista (entrevista)
M.A V.A	4	imbora (embora), intão (então)
E.A V.	5	intão (então)
J.V	6	intão (então)
A G.	8	intão (então), ingenho (engenho)
J.S.M	10	imbora (embora)

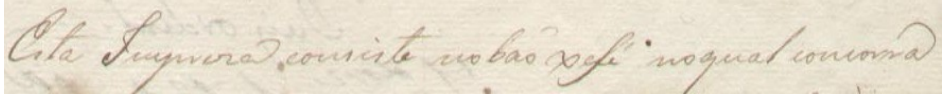
Podemos também observar a ocorrência deste mesmo fenômeno em alguns documentos de Piracicaba do século XIX:

Fragmento 6: Documento nº 18



"(...)Naõ podendo dezimpenhar como hê de meu dever as obrigaçoins demeu **imprego**, pella Confuzaõ emq*ue* seaxaõ feitas as nomeaçoins(...)"

Fragmento 7: Documento nº 14



"Esta **Impreza** consiste no baõ xefe noqual concorra (...)"

4.5.2) Grupos vocálicos acentuados ou não

1) **A monotongação de /ai/ > [a]: /ai/** (dit)- Segundo Amaral (1920, p.25), quando antes da palatal /ʃ/, reduz-se à prepositiva como em: *baxo, baxêro, faxa.* Marroquim (1934, p.61) confronta este fenômeno, presente também no dialeto matuto, com a língua clássica:

> Logo os Dalmatas vivem; e no seio
> Onde Antenor já muros levantou,
> A Soberba Veneza está no meio
> Das aguas, que tão *baxa* começou
> (“Lusíadas”, III – XIV)

Nunes (1989, p. 80-81) já observava a transformação do ditongo /ai/**,** quando seguido de consoante, perder o segundo elemento, como por exemplo: *Faixa* > *faxa* (pop.); *paixão* > *paxão* (pop. e arc.). Segundo ele, o apagamento do /i/ ocorre porque houve absorção da vogal pelo /ʃ/ e, embora tenha sido verificado com pouca frequência nas entrevistas feitas em Piracicaba, é um fenômeno comum no português não-padrão falado em São Paulo:

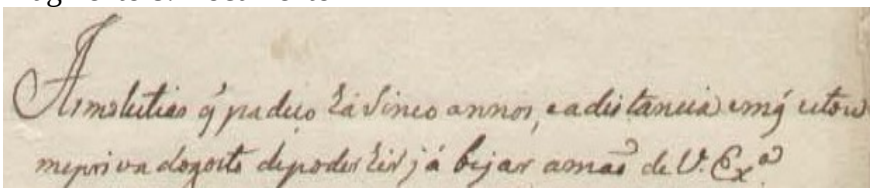
vocábulos	Informante	entrevista (nº)
embaxo (embaixo), dêxa (deixa),	M.A.S.	2
embaxo (embaixo)	L.A	3
embaxo (embaixo)	C.S.	9

2) **A monotongação de /ei/** (dit.)- realiza-se [e] principalmente quando seguido de /ɾ/, / ʃ/ ou **/ʒ/** : *isquêro, pêxe, chêro, bêjo, quêjo, arquêre, cadêa*. Essa redução do ditongo ei foi encontrada com uma frequência muito maior que a anterior na coleta oral feita em Piracicaba, no entanto, trata-se de algo também já verificado no português não padrão:

Informante	entrevista (nº)	vocábulos
A B.	1	terrero (terreiro), licencêro (licenceiro), primêro (primeiro), festêro (festeiro), bandêra (bandeira)
M.A.S.	2	dêxe (deixe), cansêra (canseira)
L.A	3	pêxe (peixe), primêro (primeiro)
M.A V.A	4	madêra (madeira), fazendêro (fazendeiro)
E.A V.	5	fêxe (feixe), fejão (feijão)
J.V	6	fejão (feijão), carguêro (cargueiro)
M.T.V.S	7	primêro (primeiro)
A G.	8	bandêra (bandeira)
C.S.	9	berada (beirada)

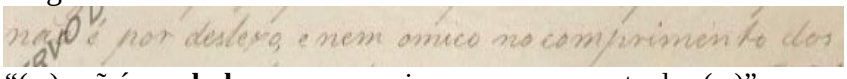
Apesar de Amaral (1920, p.25) colocar esse fenômeno como sendo típico do dialeto caipira, encontamos também um exemplo deste fenômeno no documento nº 7 (bêjar) e no documento nº 30 (deslexo). De acordo com Mendonça (1936, p.88), essa redução surgiu na língua popular do Brasil por influência africana. Tal redução teria se operado da mesma maneira entre os dialetos crioulos do português na África.

Fragmento 8: Documento nº 7



"As molestias q*ue* padeço há sinco annos, ea distancia emq*ue* estou mepriva dogosto depoder hir já **bejar** amão de V*ossa* Ex*celenci*a."

Fragmento 9: Documento nº 30



"(...) naõ é por **deslexo**, e nem omico no compromento dos (...)"

Marroquim (1934, p.64) reconhece este mesmo fenômeno como petencente ao dialeto matuto do nordete, estando presente mesmo entre as pessoas cultas. Além disso, recuando no tempo é possível encontrar registros desta forma como demonstra o trecho de "Lusíadas", I – XLII:

> "E o sol ardente
> Queimava então os deuses que Tifeo
> Com temor grande em *pêxes* converteu"
> (Apud. Marroquim. *A língua do nordeste*,1934, p.64)

Conforme relata Nunes (1989, p.80) a redução do ditongo ei para ê é um fenômeno lingüístico que ainda ocorre nas falas populares de parte da província de Trás-os-Montes, quase toda a Beira e regiões do Sul, com exceção de Lisboa.

3) **Monontogaçãodo ditongo [ow]**: Nossos dados mostram que em posição final, medial ou inicial, o ditongo [ow] é realizado [o]**,** como em *pôco, locura, rôpa*. Conforme Amaral (1920, p.25), esse fenômeno, sendo típico da fala caipira e segundo Marroquim (1934, p.65) está também presente no dialeto matuto, ocorrendo sempre diante dos sons /**r/, /v/, /k/** e /ʃ/.
   Embora este seja um fenômeno comum no português não-padrão, na fala dos idosos de Piracicaba foram registradas as seguintes ocorrências:

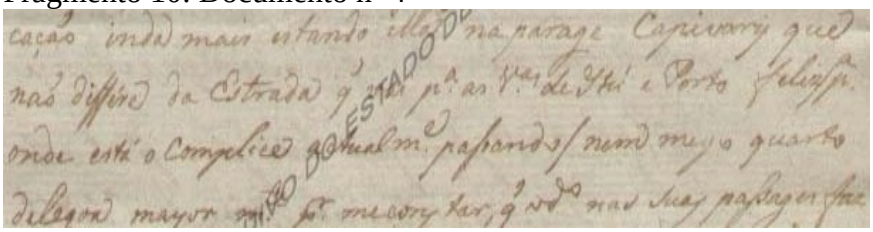
Informante	entrevista (nº)	vocábulos
A B.	1	estragô (estragou), ficô (ficou)
M.A.S.	2	formô (formou)
L.A	3	sobrô (sobrou)
M.A V.A	4	pôco (pouco), rôpa (roupa), ficô (ficou), notro (noutro)
E.A V.	5	poquinho (pouquinho)
J.V	6	comprô (comprou)
M.T.V.S	7	rôpa (roupa)
C.S.	9	mudô (mudou), lavora (lavoura)
J.S.M	10	notro (noutro)

4) **Desnasalização**: Segundo Tomanin (2003, p.73), esse fenômeno, já observado na fala coloquial tanto de pessoas cultas quanto não cultas, não deixa de ser um tipo de monotongação, uma vez que o "em" final é produzido como [ẽỹɳ], ocorrendo simultaneamente o apagamento do traço nasal,o apagamento da semivogal e o alçamento do [e] final, como em *virgi, homi, viaji*. Esse processo de desnasalização foi apontado também por Marroquim (1934, p.42) como presente no dialeto matuto do nordeste como nos exemplos dados por ele em : homem > home; imagem > image; viagem > viage; vagem > vage e ontem > onte. Na coleta oral realizada entre os idosos, conseguimos localizar as seguintes ocorrências:

Informante	entrevista (nº)	vocábulos
A B.	1	Hom[i] (homem)
M.A.S.	2	Jov[i] (jovem)
M.A V.A	4	Hom[i] (homem)
J.V	6	Hom[i] (homem)
C.S.	9	Quilometrag[i] (quilometragem)

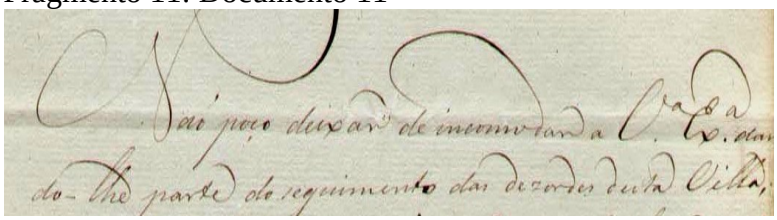
A despeito de ser um traço do falar caipira, comumente encontrado entre os falantes mais antigos do interior, ainda podemos encontrar o mesmo fenômeno entre os falantes menos escolarizados da capital. O que nos chama a atenção é que esse processo de desnasalização foi verificado em alguns documentos oficiais de Piracicaba que provavelmente teria sido escrito por um falante da norma padrão culta, o que nos faz pensar que esse mesmo fenômeno pudesse fazer parte da norma padrão culta da época.

Fragmento 10: Documento nº 4



"(...)caçaõ inda mais estando ella na **parage** Capivary que
naõ differe da Estrada q*ue* vai p*ar*a as V*ill*as de Itú e Porto felizp*ar*a
onde está o Complice actualm*en*te passando nem meyo quarto
delegoa mayor m*ui*to p*o*r me contar, q*ua*ndo nas suas **passages** faz(...)"

Fragmento 11: Documento 11



"Naõ poço deixar de incomodar a V*oss*aEx*cellenci*a dan
do-lhe parte do seguimento das **dezordes** desta Villa, (...)"

5) **A pretônica [õ] realiza-se como [ũ]:**

a) A pretônica [õ] realiza-se como [ũ] quando estiver compondo sílaba com a consoante velar oclusiva surda [k], como em: *cum você, cum quem vô, cumsigo*. De acordo com o estudo realizado por Santiago-Almeida (1999) com o português falado no Vale do Cuiabá, isto ocorre porque a pretônica [õ] aparece com o timbre mais elevado, assemelhando-se à vogal nasal [ũ]. Este fenômeno encontrado nas entrevistas abaixo também não pode mais ser considerado como típico do falar caipira, uma vez que é verificado também no português não-padrão de São Paulo:

Informante	entrevista (nº)	vocábulos
A B.	1	cum festêro (com o festeiro)
L.A	3	cum tempo (com o tempo), cum pêxe (com o peixe)
M.A V.A	4	cum aquela (com aquela), cum a fazenda

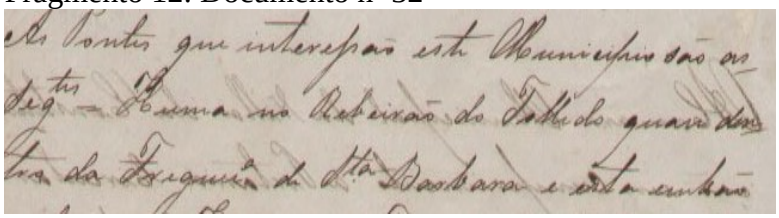
		(com a fazenda), cuma fazenda (com uma fazenda)
E.A V.	5	cum máquina (com máquina), cum frio (com frio), cum esse poquinho (com esse pouquinho)
A G.	8	cum bordado (com bordado), cum foia (com folha)

b) Nos vocábulos monossilábicos [`bõu] bom, [`tõu] tom e [`sõu] som, observamos que a vogal [õ] era prounciada como o ditongo [ãw] ficando [`bãw] bão, [`tãw] tão, [`sãw] são. Este fenômeno, conforme coloca Amaral (1920), visto com maior frequência entre a população campesina, foi observado tanto nas entrevistas quanto nos trechos de alguns documentos abaixo.

O que nos chama atenção é que este é um traço de oralidade verificado também em documentos em que faziam uso de uma norma padrão,seguindo provavelmente o modelo europeu. Mesmo consultando algumas gramáticas da época, não observamos ser este um fenômeno comum da norma padrão culta da época, o que nos levar a supor que talvez o escrivão tenha deixado transparecer na escrita algum traço de oralidade:

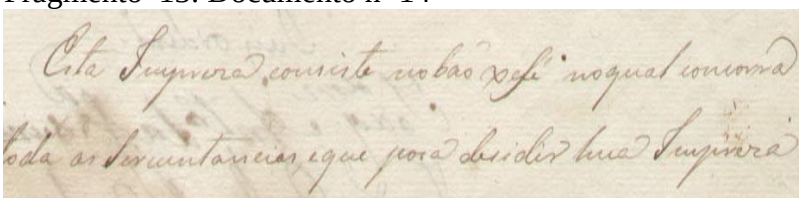
Informante	entrevista (nº)	vocábulos
A B.	1	bão (bom)
A G.	8	bão (bom)
J.S.M	10	bão (bom)

Fragmento 12: Documento nº 32



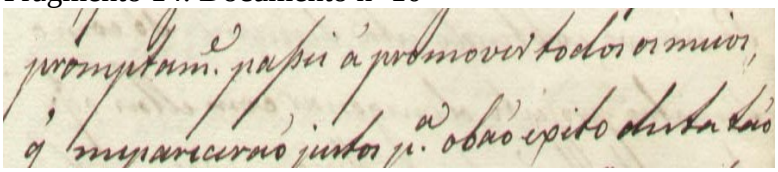
"As Pontes que interessaõ este Municipio saõ as
seg*uin*tes – Huma no Ribeiraõ do Tolledo quasi den
tro da Freguesia de S*an*ta Barbara e esta em**baõ** (...)"

Fragmento 13: Documento nº 14



"Esta Impreza consiste no **baõ** Xefe noqual concorra
toda as sircuntancias, e que para desidir hua Impreza(...)"

Fragmento 14: Documento nº 10



"(...) promptam*ent*e passei á promover todos os meios,
q*ue* mepareceraõ justos p*ar*a o**baõ** exito desta taõ (...)"

4.5.3) Consoantes

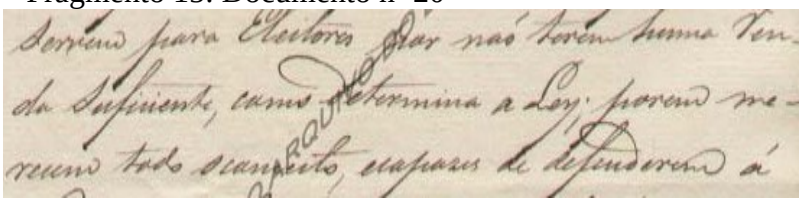
1) **Assimilação do [d] na sequência [nd]:** Há um fenômeno de apagamento do fonema /d/ em sílaba final das formas verbais do gerúndio: *ando, endo, indo*. Por exemplo: andando> andano; vendo> veno; caindo > caino.

Na maioria das entrevistas realizadas em Piracicaba pudemos observar a ocorrência deste fenômeno lingüístico que, embora muito comum entre os falantes mais velhos do interior, também tem sido encontrado com a mesma facilidade no português não padrão de São Paulo, assim como em alguns documentos do século XIX:

Informante	entrevista (nº)	vocábulos
A B.	1	dançano (dançando), andano (andando)
M.A.S.	2	veno (vendo), fazeno (fazendo), insaiano (ensaiando), terminano (terminando), parano (parando), passano (passando)
L.A	3	pescano (pescando), fazeno (fazendo), pegano (pegando)

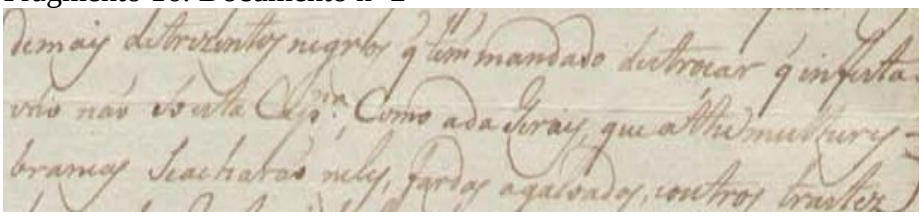
M.A V.A	4	lutano (lutando), correno (correndo), limpano (limpando)
E.A V.	5	amarrano (amarrando),
C.S.	9	desceno (descendo)

Fragmento 15: Documento nº 20



"(...)Servem para Eleitores por naõ terem huma ren
da Suficiente, como determna a Ley; porem **me**
receno todo o conceito, e capazes de defenderem á (...)"

Fragmento 16: Documento nº 2



(...)demais detrezentos negros q*ue* tem mandado destroçar q*ue* **infesta**
no naõ so esta Cap*ita*n*i*a, Como adas Gerais, que athe mulheres
brancas seacharaõ neles, fardas agaloadas, eoutros trastez(...)

2) **A alternância entre /l/ e /r/ e o rotacismo em grupos consonantais:**

a) A lateral alveolar [l], em final de vocábulo ou travando sílaba, realiza-se [□]: *quarqué, papér, mér, arma*. Esse fenômeno já poderia ser observado em Barros (1540, p10): "Sól, lua, glória, fama, memória, nam tem plurár.", demonstrando que, em uma determinada época, este tipo de fenômeno fazia parte da norma padrão da época. Segundo Mendonça(1936, p.225), essa alternância entre [l] e [□] em final de sílaba era comum na pronúncia dos paulistas durante o Império, mesmo aquelas pessoas consideradas mais

cultas[196]. Nas entrevistas em Piracicaba encontramos as seguintes ocorrências:

Informante	entrevista (nº)	vocábulos
M.A V.A	4	discarso (descalço), carçadinho (calçadinho)
E.A V.	5	carçadu (calçado), sorta (solta)
J.V.	6	artura (altura)
A G.	8	escardamento (escaldamento)
C.S.	9	urtimamente (ultimamente)
J.S.M	10	armoço (almoço), vortava (voltava), vortá (voltar)

Segundo Marroquim (1934, p.29), o uso do [□] pelo [l] como em *carçada, sordado, córgo, arvura por calçada, soldado, córrego e alvura* é um fenômeno comum na linguagem popular do nordeste. No entanto, com o passar do tempo, processou-se a substituição do [l] por [□] e a realização do [i] provocado pela vocalização do [□]. Há entretanto sincretismo das duas formas e ambas são utilizadas. Ouve-se no dialeto matuto do nordeste *arfere* e *aifere, arvura* e *aivura, corgo* e *coigo*. Nas entrevistas realizadas em Piracicaba, encontramos o registro da forma:

Informante	entrevista (nº)	vocábulos
E.A V.	5	caine (carne)
M.T.V.S	7	poique (porque)
A G.	8	impoitante (importante)

Nunes (1989, p.110) coloca que a alternância entre [l] e [□] ainda ocorre na língua popular de Portugal, especialmente no norte do país, dizendo corchão, azur e sordado no lugar de colchão, azul e soldado.

[196] Segundo Mendonça (1936, p.225): "Mesmo o *l* final, o paulista transforma em *r: papér, mér*. Aliás, essa pronúncia caipira foi levantada como objeção no Senado do Império, quando se tratou de fundar em São Paulo a sede de um dos cursos jurídicos, atendendo a que os futuros bacharéis, vindos de outros estados, saíriam ao fim do curso seriamente contaminados..."

Naro & Scherre (2007, p.126), baseados em trabalho de dialetologia portuguesa, registraram essa alternância entre as líqüidas [l] e [□] em coda silábica. Tal fenômeno foi observado nos trabalhos de Alves (1965), para a linguagem dos pescadores de Ericeira, no sudoeste de Portugal; de Leite de Vasconcelos (1989/1901), para os dialetos continentais e de Peixoto (1968), para o falar de Germil, no extremo norte de Portugal.[197]

b) Nos grupos consonantais /pl/, /bl/, /tl/, /gl/, /kl/ e /fl/ , a lateral alveolar [l] realiza-se como [ɾ]: *craro, cumpreto, cramô (r), frô (r)*. Esse tipo de realização foi encontrada praticamente em todas as entrevistas:

Informante	entrevista (nº)	vocábulos
A B.	1	pranta (planta)
M.A.S.	2	expricando (explicando), pobrema (problema)
L.A	3	incrusive (inclusive), incrinação (inclinação), compretu (completo)
M.A V.A	4	pranta (planta), nebrina (neblina)
E.A V.	5	brusa (blusa)
J.V	6	prantava (plantava)
M.T.V.S	7	prantá (plantar)
A G.	8	pranta (planta)
C.S.	9	compretamente (completamente)

Segundo Amaral (1920, p.28), essa substituição de [l] por [ɾ], nesse contexto, é considerada um "vício de pronúncia" do falar paulista que ocorre mesmo em grupos de pessoas de posição social mais elevada. Por outro lado, Marroquim(1934, p.31-2) afirma que a passagem de [l] a [ɾ] começou na formação do português como, por exemplo, platu (m) > prato; clavum > cravo e este mesmo fenômeno pode ser encontrado no português arcaico como "prantar", "esprandecente" e "craro".

Observamos a ocorrência dessa troca de l por r em um texto do século XV chamado "De um tratado de cozinha", de onde foi extraído um pequeno

[197] Coelho (s.d, p. 78) coloca que no Minho o povo troca o L em R (r gutural) quando se lhe segue outra consoante e diz assim *marga* por *malga, ártura* por *altura, fárcão* por *falcão*. Segundo ele, *r* e *l*, por serem duas sonoras líqüidas, tornam sua troca mais fácil.

fragmento:“R.dez gemas d’ouos e duas *craras* e duas colheres de farjnha, de prata,(...)” (Apud.Vasconcellos. *Textos arcaicos*,1922, p.99)

Conforme observa Ali (1931, p.34), é frequente a substituição de l por r em vocábulos com grupos consonantais latinos que cedo se introduziram na língua portuguesa. Deste modo, as palavras formadas por grupos consonatais latinos cl, fl, pl, bl e gl transformaram-se em cr, fr, pr, br e gr respectivamente. Em alguns casos essa alteração se tornou definitiva como nobre (nob(i)le) e regra (reg(u)la), mas, em outros casos, não passou de um “fenômeno temporário” que durou apenas um determinado período e depois desapareceu. Na obra de alguns autores como Fernão Lopes, Sá de Miranda, Heitor Pinto e até mesmo Camões, prevaleceram as duas formas como ingles/ ingres e planta / pranta.

Por outro lado, Barbosa (1822, p.52) classificou como vício de pronunciação essa realização de [l] em [ɾ] feita pelas pessoas “rústicas” que dizem *negrigente* no lugar de *negligente*.[198]

Naro & Scherre (2007, p.126), em seu “garimpo fonológico”, observaram, em registros dialetológicos do português não padrão europeu, a alternância entre as líqüidas [l] e [ɾ] em grupos consonantais. Tal fenômeno foi observado nos trabalhos de Alves (1965), para a linguagem dos pescadores de Ericeira, no sudoeste de Portugal e de Ratinho (1959), para o falar de Monte Gordo no extremo sul de Portugal.

Embora tenhamos observado a tendência histórica no processo de alternância entre [l] e [ɾ] como em “blanco/branco” e “sultão/surtão”, alguns pesquisadores atribuem esse fenômeno a uma influência crioula, afirmando que em “línguas de substrato africano [l] e [r] são alofones do mesmo fonema”[199]

3) **Apagamento da vibrante /R/ em final de vocábulo**: segundo Amaral (1920, p.28), o /R/ é suprimido geralmente quando em final de vocábulo, como nos

[198] Pestana (1849, p.176) também faz a mesma observação. No entanto, reconhece que não apenas as pessoas ‘rústicas’ faziam tal troca do L por R como também era um processo já ocorrido na “linguagem antiga”

[199] “It seems likely that the PBP alternation is also the result of creole influence. I a number of the african substrate languages [l] and [r] are allophones of the same phoneme” Holm (1992, p.49) apud Naro & Scherre (2007, p. 126)

exemplos: *andá, esquecê, muié* presentes no dialeto caipira paulista[200]. Esse mesmo fenômeno de supressão do /R/ em final de palavra foi apontado por Teyssier (2001, p.103) como formas típicas do português do Brasil em situações familiares e informais, o que de fato já pode ser observado no português não padrão falado em São Paulo.

Da mesma forma, Marroquim (1934, p.34) coloca duas possibilidades para a queda do /R/ final em palavras como viajar (o matuto diz viajá). Segundo ele, poderia ter havido uma influência da língua indígena ou a simples obediência à lei do menor esforço. No entanto, mais adiante, Marroquim coloca que esse fenômeno lingüístico já ocorria no romeno que suprimia o /R/ final em todos os infinitivos verbais.

Naro & Scherre (2007, p.122) garimpando obras de dialetologia européia, comprovam, através dos trabalhos de Leite de Vasconcelos (1987/1901), para os dialetos continentais e de Ratinho (1959), para o falar de Monte Gordo no extremo sul de Portugal, a existência deste mesmo fenômeno no português não padrão europeu.

Em Piracicaba, encontramos as seguintes ocorrências:

Informante	entrevista (nº)	vocábulos
A B.	1	dançá (dançar), entrá (entrar), diverti (divertir), aprendê (aprender), dizê (dizer), fazê (fazer), louvá (louvar)
M.A.S.	2	insaiá (ensaiar), incentivá (incentivar), entrá (entrar), ficá (ficar), dançá (dançar)
L.A	3	pescá (pescar), entrá (entrar), morá (morar)
M.A V.A	4	lavá (lavar), lavá (lavar), fazê (fazer), carregá (carregar)
J.V	6	coiê (colher)
M.T.V.S	7	apanhá (apanhar), colhê (colher), carpi (carpir), pegá (pegar), comprá (comprar)
A G.	8	morrê (morrer), fazê (fazer)
C.S.	9	andá (andar)
J.S.M	10	vortá (voltar)

[200] Como coloca Amaral (1920, p.28), raras vezes esse fenômeno pode não ocorrer como nos vocábulos *amor* e *suor*.

4) **Vocalização ou iotização do /λ/**: /λ/ vocaliza-se em [i], como em espalhado > espaiado; mulher > muié; filho > fiio.

O fonema línguo-palatal /λ/ transforma-se na semivogal [j] , como mulher > muié > muié. Segundo Mendonça (1936, p.184), fenômeno idêntico é encontrado nos dialetos crioulos do português falado na África. Exemplo:

Caboverdiano: melhor – meior

Guineense: filha – fiia

No entanto, o próprio Mendonça (1936, p.185) admite esse mesmo processo em outras línguas românicas, como o francês e o romeno, sem ter sofrido a influência africana.

Informante	entrevista (nº)	vocábulos
M.A.S.	2	óio (olho-verbo olhar)
M.A V.A	4	trabaia (trabalha)
E.A V.	5	taião (talhão)
J.V	6	coiê (colher)
A G.	8	foia (folha)
C.S.	9	óia (olha)
J.S.M	10	aio (alho), trabaiava (trabalhava), fio (filho), mio (milho)

4.5.4) Outras alterações fonéticas

Certas alterações fonéticas são decorrência das relações entre os diversos sons que compõem as palavras, sendo que estes sons se alteram sob influência dos sons que estão vizinhos.

Além das alterações fonéticas já colocadas anteriormente, há outras que Amaral (1920:29) chama de “modificações acidentais” listadas logo abaixo No entanto, alguns gramáticos como Barbosa (1822) e Pestana (1849), talvez por influência das reformas pedagógicas ocorridas no século XVIII, classificam essas alterações fonéticas como sendo “vícios de pronunciação” normalmente cometidos por pesssoas do povo, algárvios,

minhotos e brasileiros[201]. Listamos abaixo apenas as alterações que foram encontradas nas entrevistas realizadas:

a) Aférese: Ocorre quando há apagamento de fonema em início de vocábulo, como, por exemplo, *rancano* no lugar de *arrancando; travessa* no lugar de *atravessa; gora* no lugar de *agora; inda* no lugar de *ainda* e *té* no lugar de *até.* Mendonça (1936, p.185) afirma que "aos negros se devem aféreses violentas", como tá= estar e ocê = você. Em quase todas as entrevistas realizadas em Piracicaba encontramos a ocorrência de Aférese:

Informante	entrevista (nº)	vocábulos
A B.	1	cumpanhava (acompanhava)
M.A.S.	2	portância (importância), ocê (você), cê (você), tô (estou)
L.A	3	tô (estou)
M.A V.A	4	tão (estão)
E.A V.	5	marrava (amarrava), muntoa (amontoa)
M.T.V.S	7	custumado (acostumado), inda (ainda)
A G.	8	tô (estou)
J.S.M	10	cê (você), guentava (aguentava)

b) Síncope Este processo consiste no apagamento de fonema no interior do vocábulo. Exemplo: *correno* no lugar de *correndo*; *mema* no lugar de *mesma*; *puquê* no lugar de *porque* e *tamém* no lugar de *também.* Marroquim (1934, p. 85) afirma ser este um fenômeno de origem africana, estando presente também no dialeto matuto do nordeste.

[201] No capítulo VIII sobre "Vícios de pronunciação" Barbosa (1822, p. 50-51) afirma que: "O uso porêm da Corte não he o uso do Povo; mas sim o da gente mais civilizada e instruida. Entre aquelle grassão pronunciações não menos viciosas que nas províncias; mas que os homens polidos estranhão (...)" Após esta observação, Barbosa (1822, p. 51) coloca como sendo os vícios de pronunciação um resultado da "troca de vozes, das consonancias, dos dithongos, e das syllabas, humas por outras; ou do accrescentamento, Diminuição, ou Transposição dos sons, de que se compõem os vocábulos da língua."

Em quase todas as entrevistas realizadas encontramos também este tipo de alteração fonética, embora seja um processo também verificado no português não padrão falado em São Paulo:

Informante	entrevista (nº)	Vocábulos
A B.	1	tamém (também), dançano (dançando), andano (andando)
M.A.S.	2	tamém (também), veno (vendo), fazeno (fazendo), insaiano (ensaiando), terminano (terminando), parano (parando), passano (passando)
L.A	3	pescano (pescando), fazeno (fazendo), pegano (pegando)
M.A V.A	4	tamém (também), lutano (lutando), correno (correndo), limpano (limpando)
E.A V.	5	tamém (também), amarrano (amarrando),
J.V	6	memo (mesmo), tamém (também)
A G.	8	tamém (também)
C.S.	9	desceno (descendo)

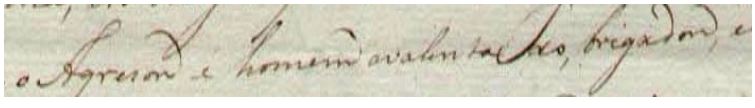
c) Apócope: Este processo ocorre quando há apagamento de um ou mais fonemas no final do vocábulo, por exemplo: *rasgá* no lugar de *rasgar* ; *vendê* no lugar de *vender; anti* no lugar de *antes.* Este tipo de alteração fonética foi observado em todas as entrevistas realizadas, mas é um fenômeno comum no chamado português não padrão falado em São Paulo. Por outro lado, Mendonça (1936, p.186) observa que a queda do [r] final aparece também nos dialetos crioulos da África como, por exemplo, Caboverdiano – chegar – chegá / Da Ilha de S. Tomé – colher – cuié / Da Ilha do Príncipe – vender – vendê.

Em Piracicaba, encontramos os seguintes registros:

Informante	entrevista (nº)	vocábulos
A B.	1	dançá (dançar), entrá (entrar), diverti (divertir), aprendê (aprender), dizê (dizer), fazê (fazer), louvá (louvar)
M.A.S.	2	insaiá (ensaiar), incentivá (incentivar), entrá (entrar), ficá (ficar), dançá (dançar)
L.A	3	pescá (pescar), entrá (entrar), morá (morar)
M.A V.A	4	lavá (lavar), depoi (depois), lavá (lavar), fazê (fazer), janta (jantar), carregá (carregar)
E.A V.	5	depoi (depois)
J.V	6	coiê (colher)
M.T.V.S	7	apanhá (apanhar), colhê (colher), carpi (carpir), pegá (pegar), comprá (comprar)
A G.	8	depoi (depois), morrê (morrer), fazê (fazer)
C.S.	9	andá (andar)
J.S.M	10	vortá (voltar), desd’ (desde)

d) Prótese- Esse processo ocorre quando no início do vocábulo acrescenta-se uma sílaba ou um fonema sem nada mudar na sua significação.Exemplo: *alembrar* no lugar de *lembrar*. Barbosa (1822, p.23) coloca que, longe de ser um processo recente, a prótese já era utilizada pelos “antigos”, pelos poetas e pela “gente rústica” que “he a que mais conserva a antiga pronunciação”. Portanto, palavras como costumar, lembrar e levantar ficariam acostumar, alembrar e alevantar de acordo com esse processo.

Por outro lado, observamos o registro da prótese também na escrita de documentos oficiais que tinham a norma padrão da metrópole como modelo. No trecho do documento nº 11 podemos perceber este mesmo processo:



“(...) o Agresor é homem **avalenta do**, brigador e (...)”

É interessante notar que, embora Amaral (1920) coloque este fenômeno lingüístico como sendo característico do dialeto caipira, em Piracicaba, este processo foi verificado em apenas duas entrevistas realizadas:

Informante	entrevista (nº)	vocábulos
A B.	1	arrodeado (rodeado)
A G.	8	arreúne (reúne), alembro (lembro)

Em Barros (1540, p. 4) também observamos o registro da forma "alevantam", indicando ser este um processo não apenas conhecido no século XVI, como também estava em pleno uso nas gramáticas da época. Uma ocorrência bastante interessante encontra-se em "Lusíadas" (3ª estrofe do 1º canto):

> Cessem do sábio Grego e do Troiano
> As navegações grandes que fizeram;
> Cale-se de Alexandro e de Trajano
> A fama das vitórias que tiveram;
> Que eu canto o peito ilustre Lusitano,
> A quem Neptuno e Marte obedeceram.
> Cesse tudo o que a Musa antiga canta,
> Que outro valor mais alto se *alevanta*
> (Apud. Abdala Júnior. *História social da literatura portuguesa*, 1985, p.44)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A população livre, tanto no século XVIII quanto no século XIX, não se compunha exclusivamente de proprietários de escravos e seus dependentes. Pelo contrário, estes donos de escravos e seus familiares constituíam uma parcela minoritária da população na área paulista.

Entre a camada de senhores e escravos, havia uma camada formada por homens pobres e livres, constituída por negros forros, mestiços e índios, sem recursos para possuir escravos, mas que representavam uma parcela significativa da população local. Dentro deste universo do homem pobre livre, esta pesquisa se concentrou na figura do caipira o qual seria um tipo de homem pobre livre que, vivendo de forma isolada em relação aos centros urbanos, tira o próprio sustento de uma agricultura de subsistência.

Conforme nos conta a história, Piracicaba, localizada na zona de povoamento antigo do Estado de São Paulo, foi fundada oficialmente em 1767, sob o governo de Morgado de Mateus, para que servisse de ponto de apoio e abastecimento para as tropas que, partindo de Araritaguaba (atual Porto Feliz), seguiriam rumo às minas auríferas de Mato Grosso e Goiás, como também ponto de abastecimento para as tropas com destino ao Forte de Iguatemi. No entanto, constatou-se a existência de antigos povoados desde o século XVIII, conforme colocou o próprio Neme (1943, p.33):

> Não pode haver dúvida, portanto, que poucos anos depois do descobrimento das minas de Cuiabá já era Piracicaba povoada. Que o era antes disso, desde muito, ou que pelo menos eram conhecidos os seus sertões, prova-o o fato de, em 1693, ter requerido certo Pedro de Morais Cavalcanti uma sesmaria em Piracicaba(...)

Com a decadência da atividade de mineração, houve uma regressão econômica e toda a área econômica entra em uma situação de pobreza, o que obriga as pessoas das diversas camadas sociais a procurarem outros caminhos para a sobrevivência, fazendo com que muitos deles passassem a viver de uma agricultura de subsistência.

Uma camada de homens pobres e livres, atraídos pela abundância de peixe e pelo terreno “alegre, fértil, cheio de salsaparrilha, excellente para todo o genero de cultura”, juntamente com os “administrados, vadios, dispersos, e vagabundos” que vieram com o

Capitão Antonio Correa Barbosa povoar aquela região, conforme aponta o próprio documento de “Memória”, formaram o que Candido (1998) convencionou chamar de “lençol de cultura caipira”, ou seja, uma população dispersa que vivia da agricultura de subsistência local.

Conforme observou Mello & Souza (2004), ao longo de nossa história, muitos pesquisadores têm evitado fazer um estudo mais detalhado sobre esta parcela da população brasileira, alegando que este segmento populacional não teria representado, tanto em termos qualitativos quanto quantitativos, um papel de relevância em nossa formação sócio-econômica.Todavia, quando perscrutamos os documentos, comparando-os com a chamada história oficial, apontamos a existência de uma camada de homens pobres livres na região de Piracicaba que, devido a interesses político-econômicos, não foram devidamente retratados na documentação oficial, mas que, por outro lado, eram considerados “úteis” aos interesses da Coroa no que diz respeito aos planos de militarização da capitania e formação de vilas e povoados ao longo do Tietê. A utilização desssa população seria um meio de garantir a manutenção do império português.

Mais tarde, o próprio processo político e as relações sócio-econômicas cooperaram para a desestruturação do modo de vida caipira. A criação de uma produção exportadora, de modo a tornar a economia paulista mais rentável e a reorganização do espaço colonial, fazendo um esforço na integração desse homem livre à nova sociedade que ía se constituindo, modificaram as estruturas do modo de vida do caipira. Este passou então a ser visto como um entrave ao crescimento da produção, impedindo uma organização do espaço colonial e impossibilitando um “progresso”local. Sua forma de vida autárquica, itinerante e não definida segundo os moldes capitalistas de produção associavam-se, na concepção dos administradores coloniais e mais tarde de uma elite local constituída, a uma falta de caráter e indolência que se não fossem eliminadas, ao menos, deveriam ser domadas.

A partir de então, a vida rural deixou de ser concentrada em si mesma, pois, com a perda de suas referências e ampliação das relações sócio-econômicas, a vida tradicional do caipira voltou-se para o exterior, sendo quebrada pouco a pouco a sua existência própria, confirmando a previsão de Queiroz (1973 a, p.29)sobre o processo de decadência da cultura caipira:

> O campesinato brasileiro encontra-se hoje em vias de desaparecimento. Persiste ainda em certas regiões devido às condições locais. Noutras, porém, entram os sitiantes tradicionais em decadência, pois a produção hoje tende mais e mais a se organizar sob a forma capitalista, voltada para o lucro e para o mercado.

Em Piracicaba, a concentração de fundiária e o contato constante com o centro urbano modificou profundamente o modo de vida dos bairros rurais, fazendo com que práticas, como o mutirão, fossem abandonadas, uma vez que já não existe mais a necessidade da realização de uma atividade característica de quem vive da agricultura de subsistência, além de que, os membros do bairro, agora trabalhando como mão-de-obra assalariada, exercem profissões que dispensam a ajuda mútua.

Atualmente, aqueles que ainda mantêm sua propriedade e não foram “sugados” pelo trabalho assalariado nas grandes lavouras mantêm a agricultura familiar como uma atividade subsidiária e os outros, devido à forte expansão de áreas monocultoras de cana-de-açúcar, venderam suas terras para fazendeiros ou usinas de cana-de-açúcar e engrenaram no movimento migratório rumo à zona urbana em busca de melhores condições de vida.

O caipira de hoje que se manteve no campo, em termos sócio-econômicos, não somente mantém uma complementariedade em relação à cidade, mas passa a ser desta dependente, precisando dela cada vez mais para escoar seus produtos e adquirir outros tais de acordo com sua própria necessidade e isto pode ser verificado pelo modo de vida mais confortável e menos rudimentar em que vivem as pessoas hoje no meio rural em Piracicaba.

Podemos perceber que tanto o caipira que migrou para as cidades quanto aquele que se manteve na zona rural não mais se encontram naquele estado de isolamento observado por Candido (1998) e Amaral (1920). No caso daquele que por necessidade deixou o campo, percebemos o seu empenho em se adequar às novas condições, imiscuindo-se cada vez mais no ambiente cultural citadino, por outro lado, aquele que ainda subsiste no campo não encontra mais espaço para manter seu modo de vida tradicional, tal como nos moldes antigos da civilização caipira com práticas que possam preservar sua autonomia. Diante disso, constatou-se que poucas práticas dessa antiga civilização caipira ainda se conservam, como a festa do Divino, por exemplo. Indo mais além, sabendo que o avanço do latifúndio é cada vez maior e irreversível, utilizando as palavras de Brandão (1983, p.92) podemos

dizer que “hoje em dia não há no Estado de São Paulo mais do que alguns bolsões de vida e cultura de caipiras.”[202]

Através das gravações, foi possível reunir diversos fenômenos lingüísticos atribuídos ao que Amaral (1920) convencionou chamar de dialeto caipira. Dentre esses fenômenos, constatou-se que alguns deles correspondem a um estado de língua mais antigo como atestam as gramáticas de época, outros fenômenos se encontram no próprio português não padrão falado em São Paulo. Uma explicação para isto talvez esteja na própria história social, pois com o contínuo êxodo rural, rompendo aquele estado de isolamento a que estavam sujeitos os caipiras durante tanto tempo, modifica-se não apenas as práticas socio-culturais e econômicas como também a língua que, num processo lento e gradual, acaba adquirindo novas expressões e contornos diante das novas necessidades de comunicação.

Sem negar, em princípio, a permanência de certos fenômenos lingüísticos presentes apenas em determinadas regiões do interior, sendo, portanto, fenômenos considerados específicos e constitutivos do dialeto caipira, não se abandonou, contudo, a possibilidade de este dialeto estar se diluindo, conforme os prognósticos do próprio Amaral (1920, p.13) de que o dialeto caipira “acha-se condenado a desaparecer em um prazo mais ou menos breve”.

Outras causas que contribuem para o desaparecimento desse dialeto são a penetração do imigrante que, segundo Amaral (1920, p.13), sendo “muito numerosa, vai infiltrando as suas influências, por enquanto pouco sensíveis, mas que força se farão notar mais ou menos remotamente(...)”, a atuação das escolas como agente homogeneizador da língua, os meios de comunicação e, como já foi mencionado, o contínuo êxodo rural atuam de forma contínua para o enfraquecimento da estrutura de falantes no campo, liquidando com verdadeiros refúgios do falar caipira.

Uma explicação para a permanência de certos traços distintivos em sua fala como o caso do retroflexo /ɻ/, por exemplo, na boca de pessoas que não mais conservam um tipo de cultura caipira tal como nos antigos moldes tradicionais, talvez esteja nas próprias palavras de Câmara Jr (1965, p.70):

---

[202] O próprio Amaral (1920, p.13), enquanto fazia suas pesquisas, constatou esse fato dizendo: “(...) O caipira torna-se de dia em dia mais raro, havendo zonas inteiras do Estado, como o chamado Oeste, onde só com dificuldade se poderá encontrar um representante genuíno da espécie. (...)”

> (...) A mudança na cultura tende naturalmente a acarretar uma mudança na língua. Tal não se dá, porém, em paralelismo, como na marcha de dois soldados disciplinados. Em regra, a língua fica sempre para trás, porque, sendo apenas forma, pode em princípio ser utilizada sob a forma antiga para a expressão de uma nova cultura. Cria-se, não obstante, um desajustamento, que tende a ser corrigido, e há assim uma motivação para a mudança lingüística.

Após uma observação atenta dos fatos coletados nessa pesquisa, acreditamos que, a cultura caipira em sua forma autêntica já não existe mais. A primitiva forma de vida, com suas técnicas agrícolas rudimentares, formas coletivas de trabalho, como o mutirão, por exemplo, e as práticas lúdico religiosas foram transformadas, havendo um tipo de deformação cultural. Mesmo assim, ainda podemos encontar alguns traços lingüísticos apontados por Amaral (1920) como pertencentes ao chamado dialeto caipira, embora, a maioria esteja presente também no português não padrão falado na zona urbana de São Paulo.

Embora este trabalho de pesquisa tenha se baseado na história social para caracterizar o modo de vida caipira, ainda há muito a ser feito para compreendermos o próprio processo de mudança. É importante pensarmos que, quando falamos em trabalhador livre versus oligarquia rural, deixamos de caracterizar com maior profundidade seus interesses, ideais e contradições, tais como a influência da igreja e do Estado, abolição da escravatura, industrialização e tantos outros problemas que, seguramente, influenciaram no processo de transformação do modo de vida caipira. Nesta perspectiva, entendemos que esta pesquisa não se fecha em si mesma, mas abre possibilidades para novos estudos e outras abordagens.

BIBLIOGRAFIA

ACIOLI, Vera Lúcia Costa. *A escrita no Brasil Colônia*: um guia para a leitura de documentos manuscritos. Recife/PE: UFPE- editora universitária, 1994.

ABDALA JÚNIOR, Benjamin. *História social da literatura portuguesa*. 2ª ed., São Paulo: Ática, 1985.

ABREU, Martha. *O império do Divino*: festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro, 1830-1900. 3ª ed, Rio de Janeiro: Nova Fronteira; São Paulo: Fapesp, 1999.

ALI, Manuel de Said.*Gramática histórica da língua portuguesa*. 2ªed., São Paulo: Ed. Melhoramentos, 1931.

ALLEONI, Olívio Nazareno. Contribuição no entendimento da Festa do Divino no Vale Médio Tietê. *Revista IHGP*, Piracicaba, vol 12, ano XII, 2005.

AMARAL, Amadeu. *O dialecto caipira*. São Paulo : Casa editora "O Livro", 1920.

ANDRADE, Elias Alves de. *Estudo paleográfico e codicológico de manuscritos dos séculos XVIII e XIX:* edições fac-similar e semidiplomática. Tese de Doutoramento. SP: USP, 2007.

ARANTES, Antônio Augusto. *O que é cultura popular.* 14ª ed. São Paulo: Editora brasiliense, s.d.

ARAÚJO, Alceu Maynard. *Cultura popular brasileira*, 3ª ed. São Paulo: edições Melhoramentos, 1977.

_____. *Folclore nacional I*: festas, bailados, mitos e lendas, 3ª ed., São Paulo: Martins Fontes, 2004.

_____. *Folclore nacional II*: danças, recreação e música, 3ª ed., São Paulo: Martins Fontes, 2004.

ARGOTE, Jerónimo Contador de. *Regras da lingua portugueza, espelho da lingua latina*.Lisboa Occidental : Off. da Musica, 1725.

ATAIDE E MELO, Arnaldo Faria de . *O papel como elemento de identificação*. Lisboa: Oficinas Gráficas da Biblioteca Nacional, 1926.

AUROUX, Sylvain. *A Revolução Tecnológica da Gramatização*. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 1992.

AZEVEDO FILHO, Leodegário Amarante de. *Iniciação em crítica textual.* Rj: Presença; S.P.: Edusp, 1987.

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. O processo de povoamento do território paulista, séculos XVI a XX. In: OLIVEIRA, Marilza (org.). *Língua portuguesa em São Paulo*: 450 anos. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006.

BAGNO, Marcos. *Preconceito lingüístico*. 35ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 1999.
_____. *A língua de Eulália*: novela sociolingüística. 12ª ed. São Paulo: Contexto, 2003.

_____. *A norma oculta*: língua e poder na sociedade brasileira. 4ª ed. São Paulo: Parábola editorial, 2003.

_____. *Português ou Brasileiro?*. 4ª ed. São Paulo: Parábola editorial, 2004.

BARBOSA, Jerónimo Soares.*Grammatica philosophica da lingua portugueza ou principios de grammatica geral applicados à nossa linguagem.* Lisboa : Academia Real das Sciencias, 1822.

BARROS, João de.*Grammatica da lingua portuguesa.* Lisboa: Imprensa Nacional- Casa da Moeda, 1540.

BASTIDE, Roger. *Brasil, terra de contrastes*. 6ª ed., São Paulo: Difel Ed., 1975.

BELLOTO, Heloísa Liberalli. *Autoridade e conflito no Brasil colonial*: o governo de Morgado de Mateus em São Paulo.São Paulo: Conselho Nacional de Artes e Ciências Humanas, 1979.

_____. *Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo*. São Paulo: Arquivo do Estado e Imprensa Oficial do Estado, 2002.

BISOL, Leda. *Harmonização vocálica*: uma regra variável. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ, 1981.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Os caipiras de São Paulo.* São Paulo: Editora brasiliense, 1983.

BOSI, Ecléa. Cultura e desenraizamento. In: BOSI, Alfredo (org.). *Cultura Brasileira*: temas e situações. São Paulo: Ática, 1987.

BOSI, Alfredo. Plural, mas não caótico.In: *Cultura Brasileira*: temas e situações. São Paulo: Ática, 1987.
_____. A educação e a cultura nas constituições brasileiras. In: *Cultura Brasileira*: temas e situações. São Paulo: Ática, 1987.

BUENO, Francisco da Silveira. *Estudos de filologia portuguesa*. 4ª ed, São Paulo: Edição Saraiva, 1963.

BUESCU, Maria Leonor Carvalhão. *Historiografia da língua portuguesa*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1984.

CAMBRAIA, César Nardelli. *Introdução à crítica textual*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

CAGLIARI, Luiz Carlos. A alfabetização no estado de São Paulo. In: OLIVEIRA, Marilza (org.). *Língua portuguesa em São Paulo*: 450 anos. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006.

CALVET, Louis Jean. *Sociolingüística*: uma introdução crítica. São Paulo: Parábola, 2002

CÂMARA JÚNIOR, Joaquim Mattoso. *Introdução às línguas indígenas brasileiras*., 2ª ed, Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1965.

_____. *Dicionário de lingüística e gramática*: referente à língua portuguesa. 16ª ed. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 1992.

_____.*Dispersos*.3ª ed.Rio de janeiro: Editora Lucerna, 2004.

CANDIDO, Antonio. O caipira e sua cultura. In: FERNANDES, Florestan (org.)Comunidade e sociedade no Brasil. 2.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1975.

_____. Literatura de dois gumes. In: CANDIDO, Antonio. *A Educação pela noite e outros ensaios*. São Paulo:Ática, 1987, pp163-180.

_____. *Os parceiros do Rio Bonito:* estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. , 8ª ed. São Paulo: Duas Cidades, 1998.

_____. Caipiradas. In: CANDIDO, Antonio. *Recortes*. 3ªed. Rio de janeiro: Editora Ouro sobre Azul, 2004, pp 268-273.

_____. *Noções de análise histórico-literária*. São Paulo: Humanitas, 2005.

CARRADORE, Hugo Pedro. *Retrato das tradições piracicabanas*. Piracicaba: edição da Prefeitura Municipal de Piracicaba, 1978.

_____. Piracicaba no alvorescer do século XIX- memórias da rua do Porto e de uma chaminé solitária. *Revista IHGP*, Piracicaba, vol 11, ano XI, 2004.

CARVALHO, Laerte Ramos de. *As reformas pombalinas da instrução pública*. São Paulo: Edusp, 1978.

CASCUDO, Luís da Câmara. *Geografia dos mitos brasileiros*. Rio de Janeiro/ São Paulo: Livraria José Olympio Editora, 1947.

CASTELO BRANCO, Camilo. *Cancioneiro alegre de poetas portugueses e brasileiros*, 2ª ed., Porto: editora Lugan & Genelioux, 1887, Vol II.

CASTILHO, Ataliba Teixeira de & PRETI, Dino (org.). *A linguagem falada culta na cidade de São Paulo*: materiais para estudo. (vol I)São Paulo: T. A Queiroz Editor, 1986.

CASTILHO, Ataliba T. Prefácio. In: NARO, Anthony Julius; SCHERRE, Maria Marta Pereira. *Origens do português brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

CASTILHO, Dinah ; CASTILHO, Wenceslau. O Cururu: Manifestação folclórica caipira da região de Piracicaba e a representação social na era da globalização. *Revista IHGP*, Piracicaba, vol 11, ano XI, 2004.

CASTRO, Jeanne Berrance de. *O povo em armas: Guarda Nacional 1831-1850.* Tese de Doutoramento. SP: USP, 1968.

CASTRO, Vandersí Sant'ana. Os estudos dialetológicos no estado de São Paulo. In: OLIVEIRA, Marilza (org.). *Língua portuguesa em São Paulo*: 450 anos. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006.

_____. A resistência de traços do dialeto caipira: estudo com base em atlas lingüísticos regionais brasileiros. Tese de doutoramento. Campinas/ SP: Unicamp, 2006.

CESCHIN, OHL.A respeito de Amadeu Amaral e d'O dialeto caipira. Revista Língua e Literatura, nº 25, p 41-80, 1999.

CHAGAS, Paulo. A mudança lingüística. In: FIORIN, José Luiz (org). *Introdução à Lingüística* (Tomo I). São Paulo: Contexto, 2005.

COELHO, F.Adolpho. *A língua portuguesa*: noções de glotologia geral e especial portuguesa. Porto: Magalhães & Monez Editores, s.d.

COHEN, Maria Antonieta Amarante de Mendonça/ AGUIAR, Maria Sueli / SANTIAGO-ALMEIDA, Manoel Mourivaldo / FERREIRA NETTO, waldemar / MEGALE, Heitor (1997): "Filologia bandeirante", In: *Filologia e linguística portuguesa*, nº 1 (fevereiro), os 79-94.
COSTA, Emilia Viotti da. *Da Monarquia à República*: momentos decisivos.3ª ed., São Paulo: editora brasiliense, 1985.

COUTO, Hildo H. Do. *O que é Português Brasileiro*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1986.

COX, Maria Inês Pagliarini. "O rotacismo no falar cuiabano: a potência da voz mameluca em uma variedade do português brasileiro". *IN* SANTIAGO ALMEIDA, Manoel Mourivaldo (org) & COX, Maria Inês Pagliarini(org).*Vozes Cuiabanas: estudos lingüísticos em Mato Grosso*..Cuiabá-MT: Cathedral Publicações, 2005.

CULLER, Jonathan. *As idéias de Saussure*.São Paulo: Cultrix, 1979.

CUNHA, Antônio Geraldo da. *Dicionário histórico das palavras portuguesas de origem tupi.* São Paulo: Edusp; Brasília: INL, 1978.

CUNHA, Celso. *Língua portuguesa e realidade brasileira*. 4ª ed. Rio de janeiro: Tempo brasileiro, 1974.

DIAS, Elizângela Nivardo. *Subsídios para um estudo do reclame a partir de manuscritos e impressos em português* (séculos XVI a XIX).Dissertação de mestrado. SP: USP, 2006.

DIAS, Madalena Marques. *A formação das elites numa vila colonial paulista:* Mogi das Cruzes: 1608-1646. Dissertação de mestrado. SP: USP, 2001.

DUARTE, Paulo. Dialeto caipira e língua brasileira. In: AMARAL, Amadeu. *O dialeto caipira*: gramática e vocabulário. São Paulo: Hucitec; Brasília: INL, 1982, p. 1-40.

DUARTE JÚNIOR. João Francisco. *O que é realidade* , 7ª ed São Paulo: Ed Brasiliense, 1990.

ELIA, Sílvio. *O problema da língua brasileira*. Rio de janeiro: Instituto Nacional do Livro-Ministério da Educação e Cultura, 1961.

_____. *A unidade lingüística do Brasil*: condicionamentos geoeconômicos. Rio de janeiro: Padrão-Livraria e Editora, 1979.

_____. *Sociolingüística*: uma introdução. Rio de janeiro: Padrão; Niterói: UFF, 1987

_____.*A língua portuguesa no mundo*.,2ª ed São Paulo:Ática, 2000.

ENCREVÉ, Pierre. Apresentação. In: LABOV, William. *Sociolinguistique*. Paris: Les éditions De Minuit, 1976, p. 9-36.

ETZEL, Eduardo. *Divino*: Simbolismo no folclore e na arte popular. São Paulo: Giordano; Rio de janeiro: Kosmos, 1995.

FARACO, Carlos Alberto. *Lingüística histórica*. São Paulo: Ática, 1998.

FÁVERO, Leonor Lopes. Gramática é a arte...In: Orlandi, Eni P. (org.). *História das idéias lingüísticas*: construção do saber metalingüístico e constituição da língua nacional. Campinas, SP: Pontes, 2001, pp 59-70.

FERLINI, Vera Lúcia Amaral. *A civilização do açúcar: (séculos XVI a XVIII).*São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

FERNANDES, Waldemar Iglesias. *Lendas e crendices de Piracicaba e outros estudos*. Piracicaba: IHGP, 1975.

FERREIRA, Carlota; CARDOSO, Suzana. *A Dialetologia no Brasil*. São Paulo: Contexto,1994.

FLECHOR, Maria Helena Ochi. *Abreviaturas: manuscritos dos séculos XVI ao XIX*. , 2ª ed. São Paulo: Unesp/Aesp, 1991.

FONSECA, Maria Cristina de Assis Pinto. *A escrita oficial*: manuscritos paraibanos dos séculos XVIII e XIX. Recife: Programa de Pós-graduação em letras da UFPE, 2005.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. 3ª ed., Livraria editora Kairós,1983.

_____. Antonio Candido revela o universo do caipira. *Folha de São Paulo*, 23.06.1990, F-6 Letras.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 27ªed. São Paulo: Companhia Editora Nacional: Publifolha, 2000.

GNERRE, Maurizzio. *Linguagem, escrita e poder*. 3ªed. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1991.

GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de janeiro: Editora UFRJ, 1997.

GUERRINI, Leandro & VITTI, Guilherme. *Piracicaba*-noiva da colina. Piracicaba: Ed. Aloisi,1975.

HAUY, Amini Boainain. *História da língua portuguesa*: I. Séculos XII, XIII e XIV. São Paulo: Ática, 1989.

HIGOUNET, Charles. *História concisa da escrita*. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Monções*. , 2ª ed São Paulo: editora Alfa –ômega, 1976.

_____. *Raízes do Brasil*. 26ª ed São Paulo: Cia das Letras, 2003.

HOUAISS, Antonio. *O Português no Brasil*. 3ª ed Rio de Janeiro: Editora Revan, 1992.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*., Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

JACKSON, Luiz Carlos. O Caipira no fluxo da história. *Caderno Mais da Folha de São Paulo*, p.14-17, 22 de Abril de 2001.

KOK, Maria da Glória Porto. *O sertão itinerante:* expedições da Capitania de São Paulo no século XVIII. Tese de doutorado. SP: USP, 1998.

LABOV, William. *Sociolinguistique*. Paris: Les éditions De Minuit, 1976.

LEONI, Francisco Evaristo. Genio da lingua portugueza, ou causas racionaes e philologicas de todas as reformas e derivações da mesma lingua.Leoni. - Lisboa : Typ. do "Panorama", 1858.

LEONZO, Nanci. *As Companhias de Ordenanças na Capitania de São Paulo*: das origens ao governo do Morgado de Mateus." Dissertação de mestrado. SP: USP, 1975.

LUFT, Celso Pedro. *Língua e liberdade*: Por uma nova concepção de língua materna. Porto Alegre: L& PM, 1985.

LUYTEN, Joseph M. Desafio e repentismo do caipira de São Paulo. In: BOSI, Alfredo (org.). *Cultura Brasileira*: temas e situações. São Paulo: Ática, 1987.

LYONS, John. *As idéias de Chomsky*. São Paulo: Ed Cultrix, 1970.

MARIANI, Bethânia. *Colonização lingüística.* Campinas-SP: Pontes, 2004.

MARTINS, Lília A de T. Piza; GALLO, Zildo. Qualidade do crescimento econômico: uma reflexão sobre o caso de Piracicaba. In: TERCI, Eliana Tadeu (org.). *O desenvolvimento de Piracicaba*: história e perspectivas. Piracicaba: Editora Unimep, 2004.

MARTINS, José de Souza. *Capitalismo e tradicionalismo*: Estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil. São Paulo: Pioneira, 1975.

MARTINS, Nilce Sant'anna. *História da língua portuguesa*: V. Século XIX. São Paulo: Ática, 1988.

MARTINS, Wilson. *A palavra escrita*. 3ª ed., São Paulo: Ática,2002.

MARROQUIM, Mário. *A língua do nordeste*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1934.

MATTOS & SILVA, Rosa V.*Ensaios para uma sócio-história do português brasileiro*. SP: Parábola, 2004.

MEGALE, Heitor (org.) *Filologia bandeirante* .São Paulo: Humanitas, 2000.

MELO, Gladstone Chaves de. Alencar e a língua brasileira. In: ALENCAR, José de. *Senhora*. Rio de janeiro: José Olímpio, 1951.

_____. *Iniciação à filologia portuguesa*. Rio de janeiro: Publicações do Centro de Estudos de Língua Portuguesa, 1951.

_____. *Alencar e a "língua brasileira"* : (seguida de Alencar, cultor e artífice da língua), 3ª ed., Rio de janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1972.

_____. *A língua do Brasil*. 3ª ed, Rio de janeiro: editora da Fundação Getúlio Vargas, 1975.

MELLO & SOUZA, Laura de. *Desclassificados do ouro:* a pobreza mineira do século XVIII. 4ª ed. Rio de janeiro: Edições Graal, 2004.

MEDEIROS, Mateus. Pouso do Divino reúne 500 pessoas na Vila Cristina. *Jornal de Piracicaba*, 22.06.2006.

MENDONÇA, Renato. *O português do Brasil*: origens-evolução-tendências. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S.A., 1936.

_____. *A influência africana no português do Brasil*. 4ª ed, Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1973.

MONTEIRO, Clóvis. *Português da Europa e Português da América*: aspectos da evolução do nosso idioma. 2ª ed, R.J: Departamento de Imprensa Nacional, 1952.

_____. *Fundamentos clássicos do português do Brasil*. Rio de Janeiro: Publicação do Colégio Pedro II, 1959, Nº 6.

NARO, Anthony Julius; SCHERRE, Maria Marta Pereira. *Origens do português brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

NASCENTES, Antenor. *Estudos filológicos*. Rio de janeiro: Civilização brasileira, 1939.

_____. *Dicionário Etimológico da língua portuguesa*., Rio de Janeiro, 1955.

NEIVA, Artur. *Estudos da língua nacional*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940.

NEME, Mário. *História da fundação de Piracicaba*: João Mendes Fonseca editor, 1943.

_____. *Dois antigos caminhos de sertanistas de São Paulo*. São Paulo: s/ed., 1969. Separata do Tomo XXIII dos anais do Museu Paulista.

_____.*Apossamento do solo e evolução da propriedade rural na zona de Piracicaba*.. São Paulo: Edição do fundo de pesquisas do Museu Paulista da USP, 1974, Vol I.

_____. *A história da fundação de Piracicaba*. , 2ª ed, Piracicaba: IHGP, 1974.

_____. *Fundação de Piracicaba.* São Paulo: s/ed., 1940. Separata da *Revista do Arquivo* nº LXVI. Departamento de Cultura.

NUNES, José Joaquim. *Compêndio de gramática histórica portuguesa*, 9ªed., Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1989.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. *O que é Lingüística*. São Paulo: Editora Brasiliense, s/d.

PAGOTTO, Emílio Gozze. Gramatização e normatização: entre o discurso polêmico e o científico. In: ORLANDI, Eni P. *História das idéias lingüísticas*: construção do saber metalingüístico e constituição da língua nacional. Campinas/ SP: Pontes, 2001

PAIVA, Dulce Faria de. *História da língua portuguesa*: II. Século XV e meados do século XVI. São Paulo: Ática, 1988.

PATROCÍNIO, Ana Luiza do. A educação durante o império. *Revista Histórica*, São Paulo, Nº 10, p. 4-8, março/ abril/ maio 2003.

PELEGRINI FILHO, Américo. *Folclore paulista*: documentário e calendário, 2ª ed.
São Paulo: Cortez: Secretaria de Estado da Cultura, 1985.

PERECIN, Marly Therezinha Germano. *A síntese urbana*: (1822-1930). Piracicaba: IHGP, s.d.

PEREGALLI, Enrique. *Recrutamento militar no Brasil colonial*. Campinas: Editora da Unicamp, 1986.

PESTANA, Daniel Ferreira.*Principios de grammatica geral, applicados a lingua portugueza*.8º Nova-Gôa : Imp. Nacional, 1849.

PINTO, Edith Pimentel. *A língua escrita no Brasil*. São Paulo: Ática, 1986.

PINTO, Rolando Morel. *História da língua portuguesa*: IV. Século XVIII. São Paulo: Ática, 1988.

PIRES, Cornélio. *Musa caipira*: Contendo algumas produções em dialeto paulista./ *As estrambóticas aventuras do Joaquim Bentinho (o queima campo)*, 4ª ed, Tietê: Prefeitura Municipal de Tietê, 1985.

_____. *Conversas ao pé do fogo*.São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1987.

POSSENTI, Sírio. *Por que (não) ensinar gramática na escola*.Campinas, SP: Editora Cortez,1996.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O campesinato brasileiro*: ensaios sobre civilização e grupos rústicos no Brasil. Petrópolis: Vozes; São Paulo: Edusp, 1973 a.

_____. *Bairros rurais paulistas*: dinâmica das relações bairro rural-cidade. São Paulo: Livraria duas cidades, 1973 b.

QUEIROZ, Renato da Silva . 2ª ed., *Caipiras negros no Vale do Ribeira*: um estudo de antropologia econômica. São Paulo: Edusp, 2006.

RAMOS, Pedro. História econômica de Piracicaba (1765-1930): as particularidades do complexo canavieiro paulista. In: TERCI, Eliana Tadeu (org.). *O desenvolvimento de Piracicaba*: história e perspectivas. Piracicaba: Editora Unimep, 2004.

RIBEIRO, Darcy. *O povo Brasileiro:* a formação e o sentido do Brasil. 2ª ed.São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RIBEIRO, João. *A língua nacional* : notas aproveitáveis. 2ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1933.

RIBEIRO, Joaquim. *Folklore dos bandeirantes*. Rio de janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1946.

ROCHA, Marcelo. Vergueiro: pioneiro da imigração particular. *Jornal de Piracicaba*, 15.07.2007. Movimento, C.1

RODRIGUES, Ada Natal. *O dialeto caipira na região de Piracicaba*. São Paulo: Editora Ática, 1974.

RODRIGUES, Aryon Dall' igna. *Línguas brasileiras*: para o conhecimento das línguas indígenas. 4ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

RODRIGUES, Ângela C. S. O português popular em São Paulo.In: OLIVEIRA, Marilza (org.). *Língua portuguesa em São Paulo*: 450 anos. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006.

RODRIGUES, Nelson Souza. Piracicaba, seu rio, seus peixes. *Revista IHGP*, Piracicaba, vol 12, ano XII, 2005.

SAINT HILAIRE, Auguste de. *Viagem à Província de São Paulo*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1940.

_____. *Segunda viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e a São Paulo-1822*. Belo Horizonte: ed Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1974.

SAMARA, Eni de Mesquita (org.). *Paleografia e fontes do período colonial brasileiro*. São Paulo : Humanitas, 2005.

SANTIAGO-ALMEIDA, Manoel Mourivaldo. As vogais do português falado no Vale do Cuiabá. In AGUILERA, V. De A. (org.). *Português no Brasil: estudos fonéticos e fonológicos*. Londrina: UEL, 1999, p. 109-124.

_____. *Aspectos fonológicos do português falado na Baixada Cuiabana: traços de língua antiga preservados no Brasil*. Tese de Doutoramento. SP: USP, 2000.

_____. Uma experiência em Lisboa sobre a pesquisa dialectológica. In MEGALE, H.(org.). *Filologia bandeirante*: estudos 1. São Paulo: Humanitas, 2000, p 237-250.

_____. Idéias lingüísticas: algumas reflexões. *Polifonia*, Cuiabá: MT, vol. 6, p. 33-45, 2003.

_____. As consoantes do português falado no Vale do Cuiabá. Signum-Estudos da linguagem, Londrina: UEL, vol.7, p. 149-163, 2004.

_____. Para a história do português brasileiro: lote cuiabano. In: SANTIAGO ALMEIDA, Manoel Mourivaldo (org) & COX, Maria Inês Pagliarini(org).*Vozes Cuiabanas: estudos lingüísticos em Mato Grosso*..Cuiabá-MT: Cathedral Publicações, 2005, pp 21-28.

_____. Ecos fonético-fonológicos no falar cuiabano. In SANTIAGO ALMEIDA, Manoel Mourivaldo (org) & COX, Maria Inês Pagliarini(org).*Vozes Cuiabanas: estudos lingüísticos em Mato Grosso*..Cuiabá-MT: Cathedral Publicações, 2005, pp 21-28.

SCHWARCZ, Moritz Lília. *As barbas do imperador*. Tese de livre docência. SP: USP, 1998
SETTO, Marisa Massiarelli. Viola dá o tom à missa caipira. *Jornal de Piracicaba*, 01.12.2002.
_____. Nossos caipiras temem o fim do cururu. *Jornal de Piracicaba*, 08.12.2002.

SILVA NETO, Serafim da Silva. Um traço de pronúncia caipira. In: *Língua, cultura e civilização.* Rio de Janeiro: Livraria acadêmica, 1960.

_____. A renovação da Filologia românica no século XX. In: *Língua, cultura e civilização.* Rio de Janeiro: Livraria acadêmica, 1960.

_____. Problemas do português da América. In: *Língua, cultura e civilização.* Rio de Janeiro: Livraria acadêmica, 1960.

_____. *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*. 3ª ed. RJ: Presença; Brasília: INL,1976.

SOARES, Lucas Jannoni. *Presença dos homens livres pobres na sociedade colonial da América Portuguesa*: São Paulo (1765-1775). Dissertação de mestrado.SP: USP, 2005.

SOUZA, Álvaro José de. *Geografia lingüística*: dominação e liberdade. São Paulo: Contexto,1990.

SPAGGIARI, Bárbara; PERUGI, Maurizio. *Fundamentos da crítica textual*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.

SPINA, Segismundo. *Introdução à edótica*: crítica textual. São Paulo: Cultrix, 1977.

TARALLO, Fernando. A pesquisa sociolingüística. 2ª ed., São Paulo: Ática, 1986.

TERCI, Eliana Tadeu. Liberalismo e conservadorismo na urbanização da Piracicaba antiga (1767-1900). In: TERCI, Eliana Tadeu (org.). *O desenvolvimento de Piracicaba*: história e perspectivas. Piracicaba: Editora Unimep, 2004.

TEYSSIER, Paul. *História da Língua Portuguesa*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

TOMANIN, Cássia Regina. *Fotografias da fala de Alto Araguaia-MT*. Dissertação de mestrado. SP: Unicamp, 2003.

TORRES, Maria Celestina Teixeira Mendes. *Aspectos da evolução da propriedade rural em Piracicaba no tempo do Império*. Piracicaba/ SP: Academia Piracicabana de Letras, 1975.

_____. *Piracicaba no século XIX*. Piracicaba/ SP: IHGP/ Editora Degaspari, 2003.

VASCONCELLOS, J.Leite de. *Textos arcaicos*, 3ª ed., Lisboa: Livraria Clássica Editora,1922.

WEEDWOOD, Barbara. *História concisa da Lingüística*. 4ª ed., São Paulo:Editora Parábola, 2002.

YAGUELLO, Marina. Não mexe com a minha língua. In : Bagno, Marcos (org) . *Norma linguística*. São Paulo: edições Loyola, 2001.

YATSUDA, Enid. O caipira e os outros. In: BOSI, Alfredo (org.). *Cultura Brasileira*: temas e situações. São Paulo: Ática, 1987.